

ANDRÉIA DA SILVA DALTOÉ

**AS METÁFORAS DE LULA: A DERIVA DOS SENTIDOS
NA LÍNGUA POLÍTICA**

**PORTO ALEGRE
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**AS METÁFORAS DE LULA: A DERIVA DOS SENTIDOS
NA LÍNGUA POLÍTICA**

ANDRÉIA DA SILVA DALTOÉ

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. FREDA INDURSKY

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem, área de concentração: Teorias do Texto e do Discurso.

**Porto Alegre
2011**

*Ao Víctor, razão primeira de tudo,
que, embora não diferencie o vermelho da flor e o verde das árvores,
pinta todos os dias o meu mundo com as cores mais vivas,
mais verdadeiras, mais nítidas que a imaginação possa alcançar.*

*E juntos, vivemos esta troca diária,
em que eu apanho do estojo de lápis o verde para ele pintar a grama,
e ele vai me ensinando os tons que realmente importam nesta vida:
a cor do amor, a cor da bondade e a cor da sabedoria,
que é do todo colorido que possa ser, que possa ter.*

AGRADECIMENTOS

Ao Victor, que, mesmo na sua adolescência idade, soube entender que esta conquista não era a minha vida, mas parte muito importante dela.

À minha família, que viveu comigo cada viagem, cada desalento, cada ausência e cada vitória. Sou muito desta força que vem de cada um.

Às grandes amigas e amigos do meu lugar, que fizeram toda a diferença entre o persistir e o persistir, entre o continuar e o continuar, entre o confiar e o confiar.

Às amigas e guerreiras que conheci em sala de aula na UFRGS, com as quais aprendi muito e que seguirão comigo no coração e nos caminhos da AD.

À Prof^a. Freda, que, num testemunho de humildade e sabedoria, me mostrou que “A vida vale a pena, seja a alma grande ou pequena”, que me ensinou que ser professor é realmente uma profissão das mais dignas e que me encorajou a enfrentar meus limites sem, em nenhum momento, me tirar a chance da descoberta. A esta grande professora, que tive o privilégio e a honra de conhecer como orientadora, meu obrigada da natureza de uma eterna incompletude.

À Prof^a. Ercília Ana Cazarin e à Prof^a. Mônica Zoppi-Fontana, pelas contribuições decisivas na banca de qualificação.

À Prof^a. Solange Mittmann, pela acolhida importante, e à Prof^a. Maria Cristina Leandro Ferreira, pelos ensinamentos valiosos deste mundo fascinante (e que ela fascina) da AD.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, em especial, ao Canísio.

À Prof^a. Solange Maria Leda Gallo, que, acompanhando-me desde a Especialização, depois Mestrado, teve também agora uma importância singular nesta caminhada.

À Prof^a. Maria Marta Furlanetto, pelo que já me ensinou e continua me ensinando, e à Prof^a. Amaline Boulus Issa Mussi, pelas palavras sempre sábias e carinhosas desde a Graduação.

À Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL, pelos anos de experiência, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e aos colegas de trabalho, pelo grande incentivo sempre.

Enfim, à vida, que não se cansa de dar mostras de que há uma Força bem mu alimenta, nos encoraja, nos revigora e nos transforma a cada dia em pessoas melhores.

RESUMO

O presente estudo, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa pecheutiana, investiga as Metáforas de Lula (ML), coletadas no período de 2002/2006-2006/2010, como um processo discursivo que promove o deslizamento dos sentidos normatizados de uma língua política ideal para um novo modo de enunciar na cena discursiva da política brasileira. Inicialmente, analisamos os efeitos de sentido que deslocam a questão das ML para o erro, o desvio, a ignorância, a fim de investigá-los como sintoma de um estranhamento, o que nos aponta que, nesta materialidade, funciona algo mais do que a simples relação entre elementos aproximados por graus de similitude, tal como a metáfora é tratada em senso comum. Questionando, então, a metáfora como sentido figurado, realizamos um percurso teórico pelos autores Saussure, Jakobson, Barthes e Lakoff e Johnson, a fim de verificar em que medida eles poderiam nos ajudar a pensar a questão do sentido e/ou da própria metáfora. Como nestes autores, em modos diferentes, esta questão manteve-se ainda bastante presa ao domínio linguístico, partimos para um estudo em Pêcheux, que, concebendo a metáfora como o próprio do sentido, ofereceu-nos um campo teórico profícuo para pensar o funcionamento das ML e, a partir da relação teoria/análise, chegar ao conceito de Metáfora Discursiva (MD). Com esta formulação, o DL é tratado como processo de inclusão de um novo interlocutor na cena discursiva da política brasileira, com o qual o sujeito enunciador estabelecerá uma interlocução discursiva, à medida que partilhará com este, o povo brasileiro, dizeres da vida simples, da cultura popular, sem que, necessariamente, partilhem o mesmo espaço físico. A partir daí, compreendemos o funcionamento das ML como um processo que estabelece a relação entre elementos não por semelhanças em comum, que se explicariam no campo semântico, mas por divergências, que se explicam no campo do interdiscurso. É deste modo que as ML transformam-se em pistas de um duplo funcionamento: ao mesmo tempo em que subvertem a língua política com sentidos outros, atingem os sentidos de uma Formação Discursiva antagônica. Pensando, então, que este processo de subversão é posto em jogo a partir de uma materialidade não só linguística, mas discursiva, consideramos que a língua de Lula representa um modo particular de enunciar no interior da língua política.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Metáforas de Lula; Metáfora Discursiva; Discurso de Inclusão; Subversão na ordem política na língua.

RESUMÉ

Le présent étude, à partir des présupposés théoriques de l'Analyse du Discours de Lignée française pecheutienne, fait une investigation sur les Métaphores de Lula (ML), récoltées dans la période de 2002/2006-2006/2010, comme une procédure de discours qui promeut la glissade des sens normalisés d'une langue politique idéale envers une nouvelle façon d'énoncer au cadre des discours politiques brésiliens. D'abord, nous avons examiné les effets de sens qui dévient les ML pour l'erreur, le détournement, l'ignorance, dans le but de les étudier comme symptôme d'étrangeté, ce qui indique, pour cette matérialité, cela fonctionne quoique au delà de la simple relation entre éléments approchés par des degrés de similitude, telle que la métaphore étant traitée par le sens commun. En questionnant, alors, la métaphore au sens figuré, nous avons suivi un parcours théorique à travers les auteurs Saussure, Jakobson, Barthes et Lakoff et Johnson, ayant par dessein vérifier dans quelle mesure pourraient-ils nous aider à penser la question du sens et/ou de la métaphore elle-même. Puisque chez ces auteurs, dans de différentes manières, cette question est restée encore assez bornée au domaine linguistique, nous sommes partis vers un étude en Pêcheux, que, concevant la métaphore comme le propre sens, nous a offert un champs théorique profitable pour raisonner sur le fonctionnement des ML et, partant de la relation théorie/analyse, parvenir au concept Métaphore Discursive (MD). D'après cette formulation, le DL est traité comme procédure d'insertion d'un nouvel interlocuteur dans la scène discursive de la politique brésilienne, avec lequel l'énonciateur établira une interlocution discursive, au fur et à mesure qu'il partagera avec celui-ci, le peuple brésilien, des dictons de la vie courante, de la culture populaire, sans pour cela, forcément, partager le même espace physique. Dès lors, nous comprenons le fonctionnement des ML comme une procédure qui établit la relation entre les éléments, pas pour des ressemblances communes, qui s'expliqueraient au champs sémantique, mais par des divergences, qui s'expliquent au champs de l'interdiscours. C'est, donc, pour autant, que les ML se transforment dans une piste de double fonctionnement : au même temps qu'ils subvertissent la langue politique avec d'autres sens, atteignent le sens d'une Formation Discursive Antagonique. Tout bien considéré, cette procédure de subversion est mise en jeu à partir d'une matérialité pas seulement linguistique, mais discursive, nous avons remarqué que la langue de Lula représente une façon particulière d'énoncer à l'intérieur de la langue.

Mots-clés: Analyse du Discours; Métaphores de Lula; Métaphore Discursive; Discours d'insertion; Subversion dans l'ordre politique de la langue.

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Comemoração no Palácio do Planalto.....	63
Foto 2: Comemoração no Palácio do Planalto.....	64

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: <i>Slogan</i> do Governo de Lula	66
Figura 2: O funcionamento do <i>lugar discursivo</i> e do <i>lugar social</i>	73
Figura 3: O funcionamento do <i>lugar discursivo</i> e do <i>lugar social</i> no DL.....	77
Figura 4: Questão do ENADE 2009.....	101
Figura 5: Constituição da Metáfora Discursiva.....	146
Figura 6: Funcionamento da Metáfora Discursiva.....	191

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AAD 69 – Análise do Discurso 1969

CP – Condições de Produção

DL – Discurso de Lula

DP – Discurso Pedagógico

Dx/Dy – Sequências a serem relacionadas

FD – Formação Discursiva

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FI – Formação Ideológica

LD – Lugar Discursivo

LS – Lugar Social

MD – Metáfora Discursiva

Md – Memória discursiva

R – Resultado do relacionamento efetuado pelo dispositivo comparador

SDr – Sequência Discursiva de Referência

Sx/Sy – Descrições que a análise linguística fornece

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. DO DISPOSITIVO TEÓRICO AO ANALÍTICO: A METÁFORA DO ANALISTA	16
1.1 SITUANDO A FILIAÇÃO TEÓRICA	16
1.2 A INSCRIÇÃO NO CAMPO DO POLÍTICO A PARTIR DO <i>CORPUS</i> ESCOLHIDO	18
1.3 UM RECORTE, UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2. A METÁFORA NÃO É O DOMINGO DO PENSAMENTO	30
2.1 TENTANDO TRAZER AS METÁFORAS DE LULA PARA OS <i>DIAS DE SEMANA</i>	33
2.2 AS METÁFORAS DE LULA: UM MODO PARTICULAR DE ENUNCIAR	43
3. DE ONDE O SUJEITO ENUNCIADOR DO DISCURSO DE LULA ENUNCIA	49
3.1 A FORMAÇÃO DISCURSIVA E SUAS FRONTEIRAS POROSAS	49
3.1.1 A formação discursiva em que o Discurso de Lula se inscreve	54
3.2 A POSIÇÃO-SUJEITO EM QUE O DISCURSO DE LULA SE INSCREVE	57
3.2.1 A instauração de uma nova posição-sujeito e de um novo interlocutor no Discurso de Lula	60
3.3 O <i>LUGAR DISCURSIVO</i> E O <i>LUGAR SOCIAL</i> NO DISCURSO DE LULA	69
4. A METÁFORA MERECE QUE SE PROCURE POR ELA	82
4.1 À PROCURA DE ESPAÇO PARA DISCUTIR A METÁFORA	82
4.1.1 Ferdinand de Saussure e seu objeto “ <i>desembaraçado do restante</i> ”	82
4.1.1.2 O que retorna ao objeto saussureano	83
4.1.1.3 O signo: algo escapa do/no interno da língua	87
4.1.1.4 A metáfora em Saussure	94
4.1.2 Roman Jakobson: a metáfora para além da poesia	96
4.1.3 Roland Barthes: o <i>lugar flutuante</i> do signo	105
4.1.4 George Lakoff e Marl Johnson: as metáforas da vida cotidiana	112
4.2 O ESPAÇO DISCURSIVO PARA TRABALHAR A METÁFORA	121
4.2.1 Michel Pêcheux: a metáfora merece que lutemos por ela	121
4.2.1.1 O mundo semanticamente normal em Pêcheux	121
4.2.1.2 Quando a metáfora se estilhaça: um ritual que falha	123
4.2.1.3 As Metáforas de Lula desinstalando as <i>coisas-a-saber-e-a-falar</i> de um Presidente	127
4.2.1.4 As substituições de um sentido por outro: relações parafrásticas e metáfora	131
4.2.1.5 O funcionamento das Metáforas de Lula e a noção de Metáfora Discursiva	136
5. AS METÁFORAS DE LULA: MODIFICANDO O LUGAR DA CENA DE REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO	150
5.1 O DISCURSO DE LULA COMO ESPAÇO DE LITÍGIO	150
5.1.1 O político e a cena de representação do discurso político	150
5.1.2 A política como espaço de <i>desentendimento</i>	154
5.2 AS METÁFORAS DE LULA: ARTICULAÇÃO ENTRE ENUNCIADOS E INTERLOCUTORES	160
5.2.1 O lugar da interlocução e dos interlocutores nas Metáforas de Lula	162
5.3 AS METÁFORAS DE LULA COMO UM DISCURSO DE INCLUSÃO	168
5.3.1 O signifiante povo: uma representação que vai e volta	173
6. ABRINDO FISSURAS NA LÍNGUA DE MADEIRA	182
6.1 A FERIDA NARCÍSICA DA DIVISÃO: DA ORDEM POLÍTICA NA LÍNGUA À ORDEM POLÍTICA DA LÍNGUA	183
6.2 METÁFORAS DE LULA: UM ESPAÇO DE SUBVERSÃO NA LÍNGUA	186

6.3 A LÍNGUA DE LULA	192
7. EM BUSCA DE ALGUMAS COSTURAS	204
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

INTRODUÇÃO

*Eu fui comer pão, a primeira vez, com sete anos de idade.
Eu sou de uma terra onde, se as pessoas não morrem até completar
um ano de idade, já é um milagre. E eu não morri, cheguei a Presidente da República.*
Lula (2003)¹

O funcionamento do discurso político tem nos chamado a atenção desde o Mestrado, quando, sob o título *A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político* (2003), desafiamo-nos a investigar o que diferenciava um *antes* e um *depois* de um processo eleitoral, a partir de entrevistas com candidatos a eleições municipais, cujo resultado apontou para o modo como as determinações sócio-históricas que afetavam/atravessavam diferentemente seus dizeres, em cada um destes momentos, não estavam atreladas ao cumprimento de promessas ou não, mas à dependência ao outro no processo de interlocução política.

Desde então, continuamos a pensar o funcionamento do discurso político, quando passamos a nos interessar, sobremaneira, pelos efeitos de sentido do *Discurso de Lula*² (DL) em relação às metáforas produzidas por este sujeito enunciador, designadas aqui por *Metáforas de Lula* (ML), no período em que esteve na Presidência do País, de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010. Durante este espaço-tempo, interessamo-nos pelo modo como as ML, em diversos trabalhos jornalísticos e acadêmicos (resenhas, livros, dissertações de Mestrado, teses de Doutorado), eram apontadas, em sua maioria, como um problema no DL, o que representou, para nós, sintoma de um determinado estranhamento em relação a este funcionamento discursivo.

¹ Lula em entrevista concedida durante o Fórum em Davos, Suíça, publicada pela Folha *on line* em 26/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 20/01/2011.

² Lula aparece neste trabalho representando seu nome completo: Luís Inácio Lula da Silva.

Entendemos que tal estranhamento só se justificaria em relação a uma normalidade, nesse caso, um imaginário de língua política ideal, que, presa a um mundo logicamente estabilizado da língua política brasileira, não veria nas ML e, conseqüentemente, nos sentidos veiculados aí um modo adequado de dizer esta/nesta língua. Isso nos levou a analisar muitas das críticas às ML, a fim de observar se haveria algo em comum entre as diferentes formas de manifestar tal estranhamento.

Nessa investigação, verificamos que seria necessário, portanto, dado o objeto de nosso trabalho, teorizar sobre a noção de metáfora, pois consideramos que o tratamento teórico que lhe é comumente dispensado na literatura da área, resumindo-a a um sentido figurado, uma figura de linguagem, poderia não dar conta de nos ajudar a explicar o que estávamos observando no funcionamento das ML.

Buscando, então, pensar a metáfora de modo a avançar na pesquisa sobre o funcionamento das ML, escolhemos o campo da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir de Michel Pêcheux, dada a necessidade de pensar teoricamente a noção de metáfora para além de uma abordagem que tem se limitado ao seu aspecto linguístico e/ou a uma espécie de semântica geral.

Nesta perspectiva discursiva, consideramos ser possível investigar como as ML afetam o lugar da língua política no Brasil à medida que passam a representar a materialidade de um discurso político que se estabelece como espaço de litígio (RANCIÈRE, 1996), modificando, desse modo, a cena de representação do político (CORTEN, 1999). Para nosso trabalho, as ML provocam essa situação de litígio ao instaurarem/introduzirem um novo interlocutor no cenário de interlocução política, cujo funcionamento será observado, neste estudo, pelo modo como o sujeito do DL, ao ocupar o lugar social da Presidência do Brasil, enuncia a partir de uma nova posição-sujeito no interior da Formação discursiva (FD) com a qual se identifica.

Estamos considerando que este processo tem início no momento da história política do País, aqui tratada como um acontecimento histórico, em que Lula foi eleito Presidente do Brasil em 2003. Por isso, para compor o *corpus* de nossa pesquisa, nossas *Sequências Discursivas de Referência* (SDr) (COURTINE, 2009) serão formadas pelas ML produzidas no espaço-tempo de seus dois mandatos. Como efeito-fundador desta nova posição-sujeito no interior do DL, elegemos a imagem da festa de comemoração do dia 01 de janeiro de 2003, em que a presença do povo nos arredores do Palácio do Planalto, em Brasília, começou a ressoar um determinado estranhamento, como apontaram os efeitos de sentido veiculados na mídia em geral à época.

Como este acontecimento histórico passará a reclamar uma discursivização bastante particular, consideramos que aí também surge um acontecimento discursivo, conforme estudo de Indursky (2003). Trata-se, portanto, de um acontecimento histórico que vai dar lugar a um acontecimento discursivo pelo modo como o DL vem romper com um imaginário de língua política no País, introduzindo, neste cenário logicamente estabilizado, um novo interlocutor, por meio de um funcionamento bastante particular de língua política, cujas marcas serão, para nós, as ML.

Tal acontecimento discursivo dará lugar a um novo modo de enunciar o discurso político e a uma nova forma de subjetivação dos sujeitos envolvidos, abrindo espaço, na língua fechada e hermética da política brasileira, a um novo interlocutor deste discurso e, com ele, a temas da vida simples do homem comum como os recorrentemente trazidos nas ML.

A partir destas inquietações, nosso trabalho tomou a seguinte configuração:

No primeiro Capítulo, situamos o terreno teórico da AD francesa e, nele, o modo como o discurso político, objeto de nosso trabalho, desloca-se do tratamento que recebeu no início dos estudos da AAD 69 (1990a). Com isso, apresentamos o percurso metodológico do trabalho, detalhando as condições de coleta do *corpus*, o recorte realizado e o caminho a ser seguido a partir daí.

No segundo Capítulo, procuramos nos demarcar do tratamento teórico dado à metáfora como figura de linguagem, a fim de investigar em que medida esta abordagem se esgotava diante do funcionamento das ML. Para isso, apresentamos também exemplos do modo como determinados efeitos de sentido, produzidos por críticas e análises de jornalistas e intelectuais a respeito das ML, corroboram para uma noção de metáfora restrita à ordem da língua e não apropriada aos dizeres de um Presidente da República.

A partir deste breve panorama sobre o comum entre os efeitos de sentido das ML, no terceiro Capítulo buscamos situar o sujeito enunciativo deste discurso em relação à configuração da FD a que se filia e em relação à posição-sujeito com a qual se identifica a partir da instauração de um novo interlocutor na cena política. Além destas determinações, observamos que, no funcionamento das ML, ecoavam sentidos dispersos que tinham a ver com o lugar ocupado por este sujeito enunciativo, levando-nos a teorizar sobre as noções de lugar discursivo e lugar social. Por fim, considerando que este processo teria um efeito de início no ano de 2003, quando Lula assume a Presidência pela primeira vez, também neste Capítulo, tratamos das noções de acontecimento histórico, acontecimento discursivo (INDURSKY, 2003) e acontecimento linguístico (ZOPPI-FONTANA, 2009).

Apresentados o espaço teórico de onde falamos, o deslocamento em relação às críticas feitas às ML e o lugar de onde o DL enuncia, no quarto Capítulo, realizaremos um estudo teórico sobre a noção de metáfora em duas grandes seções: na primeira, investigaremos o tratamento que esta noção recebeu em Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson, Roland Barthes e George Lakoff e Marl Johnson, a fim de analisar em que medida estes autores tocam a questão da metáfora, seja por ela mesma, seja pelo viés do sentido, e de que modo isso pode nos ajudar no estudo do funcionamento das ML; na segunda, investiremos, então, as contribuições teóricas de Michel Pêcheux para o tratamento da metáfora do ponto de vista discursivo, o que nos levará à formulação do conceito de *Metáfora Discursiva* (MD).

Após nos situarmos nessa perspectiva discursiva de metáfora, no quinto Capítulo, iniciamos uma discussão sobre os efeitos deste funcionamento no cenário da política brasileira, quando mobilizaremos os conceitos de *política* e de *representação do político*, que se tornaram singulares e essenciais para entender o novo processo de interlocução instaurado pelo DL. A partir daí, apresentaremos como se dá este novo processo de interlocução, quem são os interlocutores que o DL convoca e como, interpelados pela materialidade das ML, estes interlocutores nos permitem ver aí um discurso de inclusão.

Para finalizar, no sexto Capítulo, apresentaremos como as ML se transformam num modo de subversão da *ordem política na língua*, a ponto de abrirem fissuras na *língua de madeira* do Estado (GADET e PÊCHEUX, 2004), permitindo pensar que o modo bastante particular de enunciar do DL pode ser entendido como um funcionamento também particular de língua política.

Esse percurso apresentado, que vai apontar como a teoria subsidia a análise e como a análise ajuda a repensar a teoria, pode, por fim, sintetizar-se nas seguintes questões norteadoras:

- 1) Por que determinados efeitos de sentido das ML apontam para um estranhamento em relação ao modo de enunciar a língua política?
- 2) Há algo neste funcionamento que ameaça/desinstala determinados saberes?
- 3) Se sim, este incômodo tem a ver com a ordem dos sentidos que as ML fazem deslizar, desacomodar?
- 4) O que faz das ML um modo particular de enunciar?
- 5) Quando um outro sujeito enunciador, também ocupando a posição-sujeito de presidente, usava metáforas, era produzido o mesmo tipo de efeito?

- 6) A quem interessa manter os sentidos afastados desta possibilidade de “engodo” ou de deslize?
- 7) A rejeição às ML reside no fato de um Presidente usar metáforas ou nos conteúdos que elas veiculam?
- 8) De que modo o processo de interlocução instaurado pelas ML determinam um novo desenho da cena discursiva na política brasileira?
- 9) Como este novo interlocutor se presentifica na materialidade das ML?

Posto este desafio, retomamos as palavras de Cazarin (2004), em sua pesquisa sobre o processo de identificação e representação política no DL, alertando-nos que o efeito de fim de seu trabalho, à época, constituir-se-ia, ao mesmo tempo, na *possibilidade de um (re)começo* (2004, p. 262). Nesse sentido, consideramos que a pesquisa que agora se inicia será um, dentre os vários possíveis, *(re)começo*, levando-se em conta que, conforme a autora, o DL continua a enunciar saberes e demandas e, portanto, a produzir sentidos que reclamam por interpretação.

Seguimos, portanto, na procura dessas outras possibilidades de sentidos produzidos pelo DL e em torno de um outro questionamento que julgamos acompanhar todo e qualquer estudo sobre o discurso político, que é a pergunta de Arendt (2006): “tem a política algum sentido”?

Julgamos, por ora, que sim. E é em busca de alguns deles que partimos agora.

1. DO DISPOSITIVO TEÓRICO AO ANALÍTICO: A METÁFORA DO ANALISTA

Determinada manera de trabajar los textos está indisolublemente unida a determinada manera de hacer política.
Pêcheux (1980)

Conforme Indursky (1997), não existe em AD “um modelo que se aplique automática e indiferenciadamente a todo e qualquer discurso” (1997, p. 46), por isso apresentamos, neste Capítulo, de que lugar construiremos nossos gestos de leitura, situando, primeiramente, o quadro teórico e, em seguida, o percurso metodológico que adotaremos nesta pesquisa.

Embora estas duas questões sejam apresentadas, a seguir, separadamente, o espaço teórico e o caminho metodológico, ressaltamos que, no decorrer do trabalho, a construção do *corpus*, a teoria e a análise acontecerão simultaneamente, respondendo-se aos objetivos levantados, o que visa, conforme Orlandi (2005), não a uma demonstração, mas a uma mostra de como o discurso funciona produzindo sentido pelo sujeito e para o sujeito. Desse modo, as análises de nosso objeto, as ML, serão apresentadas no decorrer de todo o trabalho (e não em capítulo específico), à medida que formos mobilizando noções que nos permitam tratá-las teoricamente.

1.1 SITUANDO A FILIAÇÃO TEÓRICA

Na busca de um campo teórico que nos permitisse trabalhar o funcionamento das ML como uma prática discursiva, para além de uma questão de língua, filiamo-nos à Análise do Discurso (AD) de linha francesa, mais especificamente à AD de Michel Pêcheux.

Partimos da importância nuclear que representam as obras deste autor, em seu efeito-fundador na AD francesa. Mas não só, pois, se, conforme Orlandi, “a ciência da língua que assim se considera não está apartada do território em que se produz. Tampouco a análise de discurso³” (2003, p. 2), precisamos acrescentar a este dizer, quase protocolar de filiação teórica, que nos filiamos à AD de linha francesa pelos estudos de Michel Pêcheux e por seus frutíferos

³ Presente no texto *A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*: ORLANDI, Eni Puccinelli. *A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2003, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 18 f. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acesso em: 02 de outubro de 2010.

ecos produzidos pelo grupo de professores em AD da UFRGS⁴, cujas ressonâncias, certamente, se farão sentir aqui, apontando para o modo como um campo do saber continua vivo, revisitado/ressignificado continuamente, já que, conforme Orlandi (2003):

[...] a história da ciência não é linear e não se produz sustentada só no eixo do tempo. A relação tempo/espaço faz parte do método de observação dessa história e, segundo o que temos praticado, quando falamos dessa história não ‘nos referimos [...] a uma história única, universal e linear’ (Auroux *et alii, idem*) pois a consequência seria de pensar que há lugares e tempos em que não se passaria nada cientificamente, o que é uma abstração mutilante desta história⁵. (2003, p. 1-2).

Para Orlandi, deve-se reconhecer que os estudos e pesquisas sobre o discurso, a partir de Pêcheux, desenvolveram-se, mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. Para a autora, a partir daí é que “podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso, dessa filiação, se constituiu com sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira” (2003, p. 2-3).

É assim que, para Leandro-Ferreira⁶ (2005), sobretudo no Brasil, os pressupostos da AD continuam vivos mesmo depois da morte de seu fundador, em 1983, e, por isso, “para aqueles que tiveram a oportunidade de percorrer os intrincados caminhos da análise do discurso está bem presente a marca que essa experiência deixa no modo de pensar as questões relacionadas à linguagem, ao sujeito, ao mundo. É difícil ficar imune a esse caminhar” (2005, p. 16).

Consideramos, portanto, que o grupo em AD da UFRGS representa este *lugar forte* da AD brasileira e que, aproveitando as palavras de Courtine⁷ (2005), *recusa deixar dispersar* os fundamentos de Pêcheux. E é, na perspectiva de tais ecos, que opto por escrever esta tese em

⁴ Confirmando as palavras de Orlandi, para quem “O Brasil é, sem dúvida, um desses lugares em que a ciência da linguagem tem sido produzida com grande capacidade de descoberta e de elaboração” (2003, p. 2), destacamos a importância dos trabalhos produzidos pelo grupo em AD da UFRGS.

⁵ Orlandi, neste texto, questiona a noção de *Escola francesa de AD* pelo fato de considerar que “A ciência se produz em diferentes lugares com a força e a especificidade de sua tradição” (2003, p. 2). Para a autora, o importante é “reconhecer nos estudos e pesquisas sobre o discurso uma filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. E aí podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso, dessa filiação, se constituiu com sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira” (2003, p. 2-3).

⁶ Trata-se da obra organizada por Indursky e Ferreira *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*, referente ao texto de introdução *O quadro teórico da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo* (2005, p. 13-22).

⁷ Do texto *A estranha memória da Análise do Discurso*, no livro *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar* (2005).

primeira pessoa do plural, procurando demonstrar o quanto a autoria deste trabalho está permeada pelas contribuições decisivas da Prof^a. Freda Indursky, à cuja paixão pela área de estudo pretendo fazer jus, à cuja confiança pretendo corresponder.

1.2 A INSCRIÇÃO NO CAMPO DO POLÍTICO A PARTIR DO *CORPUS* ESCOLHIDO

Este trabalho insere-se no campo do político e, com isso, já recobra uma memória em relação aos primeiros estudos em AD, que, conforme Pêcheux, em prefácio a Jean-Jacques Courtine (2009), propôs na França, desde suas origens, “eleger como objeto de estudo os ‘discursos políticos’ (mais frequentemente os de esquerda) para auscultar suas especificidades, alianças e demarcações” (2009, p. 22-23), como uma tentativa de alcançar um novo modo de leitura, a partir de determinada legitimidade científica que garantisse à área seu espaço de novo campo do saber.

Para responder a esta necessidade e a este momento, Pêcheux escreve a obra fundadora *Análise Automática do Discurso*⁸ ([1969] 1997)⁹, com o objetivo de “fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (1997, p. 15); momento este que coincide com o surgimento dos primeiros algoritmos de tratamento de texto, que permitiriam a elaboração de métodos de análise automática do discurso.

Segundo Mazière (2007), a aspiração a uma certa “dessubjetivação”, no início da AD, se inspirou justamente nos estudos linguísticos realizados com o apoio da ferramenta computacional¹⁰, que, conforme a autora, “pela sistematicidade de seus processamentos, surgiu então como garantia de objetividade, e até mesmo de cientificidade, para analistas em geral politicamente engajados” (2007, p. 23). Para Gadet (1997), este projeto nascia “na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica

⁸ Neste trabalho, o título aparecerá a partir daqui como AAD 69.

⁹ Este é o título da obra que marca o início da AD na França em 1969, em que Pêcheux se propunha, conforme Gadet e Hak, a “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (2007, p. 15). Para Mazière, Pêcheux, com sua entrada na linguística por meio de uma *análise automática do discurso* (AAD 69), não contou com a compreensão nem o apoio de alguns de seus colaboradores, segundo ela, por desconhecerem que esse era seu modo de garantir alguma cientificidade ao objeto língua: “para ele [Pêcheux], a informática era intelectualmente incontornável. A ‘automatização’ das análises se mantém por duas justificativas não-homogêneas: as posições sobre a língua e uma necessidade de defesa das ciências humanas em face daquilo que ainda é freqüente ver chamado de ‘as ciências duras’” (2007, p. 68).

¹⁰ Conforme Mazière, esta aspiração às estatísticas computacionais já vêm desde os anos de 1950, quando a linguística quantitativa difundiu seus métodos e pesquisas.

ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (1997, p. 8).

Conforme Courtine (2006), esta proposta inicial da AD nasceu em torno da opacidade dos discursos políticos, como simulação, mentira e sedução, propondo-se a construir, segundo o autor, equivocadamente,

[...] *uma máquina de ver*¹¹, isto é, de ler, uma montagem ortopédica de dispositivos técnicos que realizam praticamente e, literalmente, no próprio lugar do leitor, uma ‘leitura não subjetiva’ que, tirando a ambigüidade do texto, converte a opacidade em transparência, desfaz a mentira ou a sedução escondida nas palavras, assegurando o retorno à clareza do discurso, reaparição de sua verdade, revelação de seu real. (2006, p. 20).

Considerando que o próprio Pêcheux reviu, em obras posteriores, este postulado teórico, também estamos considerando a opacidade do discurso político, mas não como uma simulação capaz de ser desmascarada, descortinada, mas sim como algo próprio da constituição de todo discurso. Nessa perspectiva, não vamos nos colocar diante das ML como algo a ser desvendado, mas como uma materialidade que interessa enquanto funcionamento de um determinado processo discursivo, neste caso, o discurso político, no modo como eles fazem trabalhar os sentidos.

Sendo assim, pela natureza de nosso objeto, relacionamo-nos com este início teórico da AD, na medida em que trabalhamos com discurso político, todavia esta aproximação marca-se, ao mesmo tempo, por uma demarcação importante, pois o discurso político analisado em nosso trabalho já colhe os frutos de revisões teóricas que foram vencendo o construto de uma *maquinaria do discurso*, desfazendo a ideia de um *corpus* fechado e homogêneo. Ou seja, abandonamos, conforme Mazière (2007), um *corpus* “construído como conjunto de dados prévios, feito de discurso doutrinal contrastado, produto de condições de produção controláveis e tomado em um ritual bem particular” (2007, p. 59), para oferecer ao discurso político um tratamento teórico a partir das práticas discursivas que este funcionamento do político coloca em jogo.

De qualquer maneira, não voltamos a esta herança sem considerar que, no início da AD na França, 1968-1970, a linguística dominava as ciências humanas de maneira geral, e a conjuntura política destes anos, determinada principalmente pelos acontecimentos de maio de 1968, reclamava uma releitura da discursivização destes acontecimentos. Era necessário

¹¹ Para Courtine, trata-se de uma “máquina de leitura”, que, a partir de uma análise concebida como dispositivo neutro de reconhecimento das frases, do qual se esperava um tipo de leitura informaticamente dessubjetivada (2006, p. 55).

ultrapassar a leitura como contemplação da verdade, como exercício de compreensão da transparência da linguagem, embora esta busca sofresse a ansiedade por um estatuto científico que oferecesse credibilidade formal, desejo este a que a AAD 69 tentou corresponder.

Segundo Courtine (2006, p. 54), o começo dos anos 1970 representa o esgotamento do paradigma da linguística estrutural e o ressurgimento, na linguística francesa, de uma sociolinguística de inspiração marxista, preocupada em descrever os discursos de grupos políticos e sociais. Podemos dizer, então, que a AD surge neste ínterim: um momento inicial marcado pelo paradoxo que a forja do interior de uma sociolinguística de inspiração marxista, dividindo-a entre sua função política e sua função científica. Isto é, ao mesmo tempo em que se desejava romper com as leituras conteudistas, colocadas como reveladoras da verdade, a proposta de Pêcheux, por buscar uma cientificidade capaz de fazer força junto ao estruturalismo da época, corria o risco de legitimar aquilo mesmo que contrariava. Por isso, para Courtine, a AAD 69 não pode ser evocada sem que se lembre do papel desempenhado por Pêcheux, cuja posição:

[...] produziu uma forma máxima de tensão entre objetivos que a dividiam: ela quis, com efeito, cumprir, absolutamente ao mesmo tempo, uma função política e crítica e uma função científica e ‘positiva’; quis sustentar o conjunto, cimentar a aliança entre uma teoria marxista do discurso, uma leitura engajada dos textos, por um lado, e uma análise automática do discurso, por outro. (2006, p. 55).

O que almejava a AD em seu início, porém, não retira deste campo teórico suas contribuições para os estudos do discurso, assim, conforme Leandro-Ferreira, “da matriz francesa, ficou o legado de Michel Pêcheux, – a relação de nunca acabar’ –, que ganhou no Brasil desdobramentos e deslocamentos importantes e decisivos para a manutenção ainda hoje desse campo teórico com o prestígio que desfruta entre nós” (2005, p. 21). Tais deslocamentos foram pensados pelo próprio Pêcheux, conforme é possível observar em Prefácio a Courtine: “Fazer análise do discurso não seria, de fato, pressupor uma falta (uma deficiência, carência ou paralisia) que afeta a prática ‘natural’ da leitura e da escrita políticas, a qual uma prótese teórico-técnica, mais ou menos sofisticada, pretenderia preencher?” (2009, p. 22). Pêcheux vai chamar de imbecilidade esta ansiedade de preencher uma lacuna deixada pelas teorias positivistas, que se resume em dois equívocos: assumir uma posição diante do fantasma da objetividade, que impede de pensar o sentido sob a textualidade; ou assumir uma posição partidária cientificamente firmada, tendendo a tratar os nativos da política como imbecis. Para Courtine (2006), o que Pêcheux denominou como “a imbecilidade dos

selvagens da política” diz respeito à procura que havia, no início da AD, por esta *prótese linguística realizada por uma pedagogia da verdade* (2006, p. 14).

Buscar a verdade por detrás de tais práticas de leitura seria buscar preencher um buraco, enxertando nele sentidos desvendados, como se fosse possível encontrar as palavras que se escondem, por isso a pergunta pertinente e inquietante de Pêcheux: que falta é preciso exorcizar por meio de dispositivos de leitura? Está se pensando em descobrir o que se esconde atrás do que se diz?

Podemos dizer que esta tentativa de encontrar estas próteses que preencheriam os vazios pode ser observada nas muitas das críticas em torno das ML, cujas polêmicas se dão justamente a respeito deste algo de objetividade que faltaria ao DL, deste algo que se esconderia nas entrelinhas das palavras de Lula, que as metáforas vêm para ocultar. Porém, quando escolhemos trabalhar com esta materialidade do DL, o fizemos não com o intuito de extrair dela o discurso oculto que encobre. Para nós, as ML são pistas para examinar o funcionamento do DL, e não um algo a se desvendar de determinado “ocultamento”. Dito de outra forma: não estamos em busca dos sentidos que esta materialidade encobre, nem, portanto, em busca de próteses de leituras que preencham esta falta – um enxerto abrigado na literalidade dos sentidos, pois sabemos que a falta em AD é constitutiva da linguagem e, deste modo, também o será nas ML.

Nesta proposta, estamos entendendo o DL, segundo Cazarin (2008), não “como sendo, em si, um discurso político, mas como um discurso que se constitui no entremeio de situações discursivas próprias do movimento sindical, das atividades político-partidárias e da função enunciativa de Presidente da República, portanto, um discurso situado no campo do político” (2008, p. 207). Por dedicarmos-nos, à sua função enunciativa de Presidente, sabendo que esta não está dissociada das demais, é que precisamos, portanto, nos demarcar de estudos sobre o discurso político que o tomam enquanto um *corpus de doutrina*, o que, nas palavras de Courtine, representa o conjunto de enunciados que “se apóia sobre uma tradição discursiva, um reagrupamento das coisas que foram ditas, que permite apenas o retorno ou retomada dos enunciados” (2006, p. 66), confundindo as determinações históricas com fatores circunstanciais ligados à situação do enunciado. Estes estudos tomam o discurso político em sua regularidade, posta em contraste com outras regularidades, em torno da homogeneidade discursiva que representam. Não nos inscrevemos nestes estudos que tentam restaurar a identidade linguística e a homogeneidade dos discursos, a fim de ultrapassar uma análise do discurso político, que, segundo Courtine, “permaneceu, paradoxalmente, fechada no mito de

uma comunicação transparente, a mesma crítica na qual ela se empenhava a propósito das correntes lingüísticas” (2006, p. 82-83).

Nosso *corpus*, deste modo, não é de um *corpus* doutrinário, mas de uma materialidade que será colocada em questão a partir do modo como fará intervir a história e a ideologia, significando a partir daí não como reflexo da realidade, mas como uma das representações do discurso político, motivo pelo qual nos faz aceitar o desafio de Pêcheux, em Prefácio à obra de Courtine, de que “já era hora de começar a quebrar os espelhos” (2009, p. 26), desafio este detalhado a seguir na apresentação dos procedimentos metodológicos.

1.3 UM RECORTE, UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando, conforme Courtine (2006), que a AD “não constitui simplesmente uma aparelhagem técnica, mas igualmente um modo de intervenção política” (2006, p. 15), reconhecemo-nos nas palavras de Mazière, para quem “o analista de discurso não é uma pessoa neutra” (2007, p. 23), pois, em AD, não há espaço para esta neutralidade. De qualquer maneira, ao tratar do discurso político, ou melhor, de um discurso político em específico, há sempre um risco entre o tratamento teórico a se realizar e as identificações pessoais que atravessam a pesquisa. Como não é possível nos livrarmos destas determinações, nosso desafio, portanto, é manter certo equilíbrio entre um lugar e outro, já que, neste campo teórico, não se pode falar de neutralidade, de imparcialidade.

É nesse sentido que, em AD, a escolha do *corpus* e a maneira como ele engendra os procedimentos metodológicos já implicam uma posição, um gesto do analista, motivo pelo qual, neste campo do saber, não se pode falar em um modelo de análise pré-determinado, que possa ser aplicado a todo tipo de *corpus*, mas em uma metodologia que vai sendo construída à medida que se vão costurando aspectos teóricos que têm a ver com os objetivos do analista. Deste modo, a partir do momento em que escolhemos trabalhar com as ML, sabemos que esta escolha representará um gesto de interpretação, em relação ao qual não temos a pretensão/o controle de vigiar uma determinada imparcialidade política. Isto porque, segundo Pêcheux, “no se puede pretender hablar de discursos políticos sin tomar posición simultáneamente, en la lucha de clases, ya que esta toma de posición en realidad determina el modo de concebir las formas materiales concretas bajo las cuales las ideas entran en lucha en la historia” (1980, p. 182). Assumindo esta implicação, passemos a definir nosso *corpus*.

Como material de análise, partimos de um *corpus empírico*, formado pela coleta de metáforas pronunciadas por Lula (aqui representadas por ML), no espaço-tempo de seus dois mandatos na Presidência do Brasil, de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010. A passagem deste *corpus empírico* a um *corpus discursivo* acontece, então, à medida que foram sendo trabalhadas as ML à luz das noções trazidas da AD para o trabalho analítico, isto porque, segundo Orlandi (2005),

[...] o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas. (2005, p. 66).

Para Orlandi, somente depois desta passagem é que conseguimos sair do espaço de um produto acabado e ingressar propriamente na discursividade de nosso objeto, o que constitui, segundo a autora, uma primeira etapa de análise praticada pelo dispositivo analítico (2005, p. 66).

Definido o *corpus discursivo*, é necessário definir também, conforme Courtine (2009), seu *campo discursivo*, compreendido como um “universal de discurso”, do qual é necessário extrair “um conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento” (2009, p. 55), neste caso, um *campo discursivo de referência*, delimitando o material de análise à maneira de “um *filtro* que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um ‘universal de discurso’, extração ou isolamento de seqüências discursivas determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência” (2009, p. 55). Assim, o que o autor traz como *seqüências discursivas de referência* (SDr) (2009, p. 54) incidem como amostra do *campo discursivo de referência* escolhido para análise.

Para Courtine, “a constituição de um *corpus discursivo* é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (2009, p. 54). É neste sentido que os recortes trazidos em nossa análise vão reunindo SDr capazes de ajudar a pensar os objetivos propostos a partir das condições históricas e sociais que são postas em jogo a cada funcionamento.

Para este fim, apoiamo-nos na leitura de Courtine (2009), para quem o *corpus discursivo* deve engendrar a relação da língua com a história, cuidando-se para não “reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre as ideologias; porém,

deve levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, produzir a seu respeito propostas teóricas” (2009, p. 31). Desse modo, consideraremos as SDRs de nosso *corpus* mediante dois propósitos: primeiramente, analisar as ML como uma materialidade em que entram em jogo a língua e a história através das relações de transferência de sentido que elas movimentam ali; segundo, contribuindo com uma proposta teórica, investigar como esta materialidade pode representar o movimento de estabilização/desestabilização na língua política, tomada em seu imaginário de língua ideal.

Vale ressaltar, conforme nos lembra Courtine, que estas sequências não se fecham num material homogêneo, cujo princípio seja o da regularidade e o da exaustividade. Para o autor, assim como para nosso trabalho, a AD deve deixar em aberta a questão discursiva, cujo movimento não é de fechamento e de uniformidade, mas de abertura para questões que vão além do linguístico. Conforme Courtine:

[...] tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um *conjunto fechado* de dados dependente de uma certa organização; fará, ao contrário, do *corpus* discursivo um *conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise. (2009, p. 115).

É por isso que, para Orlandi (2005), não se objetiva, neste tipo de análise, a exaustividade horizontal, nem a completude, pois todo discurso se estabelece na relação com outros discursos e, por isso, é inesgotável: “não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (2005, p. 62).

Para a autora, a exaustividade, que ela trata como vertical, deve ser considerada a partir dos objetivos do analista. No caso de nossa pesquisa, são estes objetivos que orientaram, do *campo discursivo de referência*, um recorte formado por SDRs que representam, na materialidade da língua, as ML. Em nossa pesquisa, este campo abrange um total de 87 ML, representadas por SDRs numeradas em ordem crescente, cuja ocorrência pode se repetir em mais de um momento da tese, desde que se façam necessárias a questões distintas de análise.

Para a coleta deste material, primeiramente foi necessário atribuir um critério em relação ao que estávamos nomeando como ML. Foi então que, embora questionemos, posteriormente, o tratamento teórico que predomina nos estudos de metáfora até hoje, partimos do conceito de metáfora tal como vem sendo predominantemente pensado desde Aristóteles: a metáfora em sua propriedade de “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero ou da espécie de um para a espécie de outro ou por analogia” (Cap. XXI).

A partir deste entendimento, ao selecionarmos as metáforas no DL, fomos verificando diferentes maneiras de as ML se materializarem na língua, o que nos levou a organizá-las em três principais modos de funcionamentos¹², apresentados a seguir e seguidos de SDRs que os representam:

1) Funcionamento de tipo 1: *Metáforas que mantêm a marca de seu processo* de relação metafórica posto em jogo, a partir de elementos linguísticos de comparação: *tal qual, assim como, que nem, como*, etc.:

SDr 1: Vamos trabalhar para ganhar as eleições. Não é uma eleição fácil. É como time de futebol. Quando o time está ganhando de um a zero, de dois a zero, quando o time está ganhando, recua, não quer mais fazer falta, pênalti, fica só rebatendo a bola. E quem está perdendo vem para cima com tudo, e é com gol de mão, de cabeça, de chute, de canela. Não tem jogo ganho ou fácil. (Lula, 2010, grifo nosso)¹³.

SDr 2: No Brasil, nos acostumamos a falar dos nossos problemas para sensibilizar os investidores a aplicarem aqui. Isso só afastava o capital do país. Era como se um cara se comunicasse por carta com uma mulher e só falasse de seus problemas. Certamente, esse cara morreria solteiro. [...] Agora só falamos de nossas virtudes. Temos de oferecer ao capital privado todo nosso potencial econômico. (Lula, 07/04/2006, grifo nosso)¹⁴.

SDr 3: O Brasil, há muito tempo, era como se fosse uma planta encruada. Aquela que você planta e não cresce, porque talvez as pessoas que estivessem adubando ela, estivessem jogando fertilizante no tronco, quando deveria jogar o fertilizante na área da copa, para ela poder absorver melhor as vitaminas necessárias. [...] Habitualmente no Brasil, alguns comiam a massa e o chantili do bolo e, para a grande população, ficava aquele chumbinho de enfeite que colocam em cima do bolo. (Lula, 18/03/2008, grifo nosso)¹⁵.

2) Funcionamento de tipo 2: *Metáforas que condensam o processo de comparação*, não explicitando os elementos linguísticos de comparação do primeiro grupo:

SDr 4: De vez em quando inventam uma briga entre Congresso e Executivo, Legislativo e Judiciário. Ninguém aqui é freira e santa, e não estamos em um convento. (Lula, abril de 2009)¹⁶.

SDr 5: Ninguém aceita ser vaca de presépio e muito menos eu iria escolher uma pessoa para ser vaca de presépio [...] Todo político que tentou eleger alguém manipulado quebrou a cara. (Lula, 19/02/2010)¹⁷.

SDr 6: A economia é uma roda gigante que não pode parar. (Lula, 16/02/2009)¹⁸.

3) Funcionamento de tipo 3: *Metáforas narrativas, ou alusivas*, cujas relações nem se marcam por elementos linguísticos de comparação, nem por sua condensação, mas significam

¹² Voltaremos a uma explicação mais detalhada destes três grupos no terceiro Capítulo.

¹³ Disponível em: <http://www.frasesfamosas.com.br/de/lula.html>. Acesso em 21/06/2010.

¹⁴ Correio Brasiliense (07/04/2006).

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/imprensa/clipping%2007042006.htm>. Acesso em 21/02/2010.

¹⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/18/ult23u1519.jhtm>, em 18/03/2008 - 19h15. Acesso em 05/06/2010.

¹⁶ Revista Veja, 30 de dezembro de 2009.

¹⁷ Lula a respeito da candidatura de Dilma Rousseff, em O Estado de São Paulo (19/02/2010).

¹⁸ IstoÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, em 16/02/2009, p. 76.

pelo modo como remetem a relações estabelecidas entre diferentes elementos, explicadas independentemente de marcas no plano linguístico:

SDr 7: O que aconteceu com o famoso mercado onipotente? Quando o mercado teve a dor de barriga, que não foi uma dor de barriga sim, foi uma diarreia daquela, beraba, sabe? Insuportável. Ou seja, quando o mercado teve essa diarreia, quem é que eles chamaram pa salvá-lo, o Estado que eles negaram durante 20 anos (*sic*). (Lula, 04/08, 2008)¹⁹.

SDr 8: Tenho ficado mais emocionado, mais motivado, porque as coisas estão acontecendo. Ou seja, É como se você tivesse passado o tempo todo plantando, sabe, um monte de gente colhendo a tua roca e dizendo ‘não vai dar nada, nao vai dar nada, isso aqui o cara não soube plantar’, esse cara é um metalúrgico. E de repente, e de repente, a planta brota, cresce e eu tô colhendo (*sic*). (Lula, 21/07/2010)²⁰.

SDr 9: Quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. Tem que procurar alguma coisa para fazer. Falar de doença mental não deve ser difícil para ninguém [...] sabemos que o problema não atinge apenas os que já foram identificados como pessoas com algum problema de deficiência, porque a dura realidade é que todos nós temos um pouco de louco dentro de nós. Todos nós. Quem não acreditar, é só fazer uma retrospectiva do seu comportamento pessoal nos últimos dez anos. (Lula, 01/10/2003)²¹.

Esta organização das ML delimitou nossa coleta em três grandes grupos, o que não impede que eles aconteçam simultaneamente. Por exemplo, no caso do funcionamento de tipo 1, as relações estabelecidas com o *como* também remetem à metáfora de tipo 3. Ressaltamos, também, que nosso interesse não recai sobre uma categorização da ML, pois nosso objetivo é investigar o deslizamento dos sentidos que estas ML promovem a partir de um tratamento discursivo de sua materialidade, independentemente de sua superfície linguística²². Por este motivo, não entraremos, no presente estudo, na distinção entre metáfora, comparação, símile, alusão, já que, nestes casos, é a forma que orienta a classificação e o que nos interessa aqui é o funcionamento posto em jogo pelas ML, independente de como seriam categorizadas numa lista de figuras de linguagem.

Feita esta delimitação do que consideramos como ML para a coleta realizada, precisamos também apresentar de quais suportes elas foram selecionadas: suporte 1) ML capturadas de falas de Lula, em viva voz, na TV, no rádio e na internet, as quais foram

¹⁹ Declaração do Presidente Lula sobre a crise econômica que atingiu o mundo em 2008. Entrevista transcrita do YouTube, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=9y-yb9fzx18&feature=related>. Acesso em 01/02/2011.

²⁰ Lula em entrevista ao Jornal da Record, com Adriana Araújo, transcrita do YouTube, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uN6JUPfenfE&feature=related>. Acesso em 01/02/2011.

²¹ Lula, ao assinar o Estatuto do Idoso perante uma delegação de idosos, no dia 1º de outubro de 2003. Fonte: Agência Estado - 01/10/2003. Disponível em: <http://www.doutrina.linear.nom.br/Artigos/Polemicos/As%20grandes%20frases%20de%20Lula.htm> Acesso em: 21/06/2010.

²² Entendemos superfície linguística, conforme Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), em *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva (1975)*, como um discurso concreto, isto é, como “objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2” (1997, p. 180). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

transcritas por nós; suporte 2) ML capturadas em falas escritas que foram retiradas de vídeos, jornais e revistas (impressos e *on line*), desde que trazidas entre aspas, já transcritas no material impresso pesquisado.

Destes registros, precisamos destacar, porém, que tanto em um suporte, quanto em outro, estas falas sofrem, de alguma maneira, os efeitos de sua transcrição, principalmente em relação à coleta de segundo suporte, pois, mesmo que as falas de Lula apareçam entre aspas, na forma de um discurso direto, não podemos pensar que esta “reprodução” esteja isenta da movimentação dos sentidos causada pelo registro de um dizer por outro.

Para mostrar este efeito de transcrição com o qual precisamos lidar, trazemos, nas SDRs a seguir, dois diferentes registros sobre o mesmo episódio em que Lula disse, em dezembro de 2009, que iria “tirar o povo da merda”:

SDr 10: Eu quero é saber se o povo está na merda e eu quero tirar o povo da merda em que ele se encontra. Esse é o dado concreto. (Lula, 11/12/2009)²³.

SDr 11: Quero tirar o povo da m... em que ele se encontra. (Lula, 21/12/2009)²⁴.

Conforme observamos nestas duas materialidades, a fala de Lula sofre uma intervenção/interdição na forma de seu registro, o que significa que, quando sua fala é apresentada pela/na mídia impressa, precisamos considerar que, mesmo entre aspas, este dizer sofre as determinações e condições de produção (CP) de cada suporte, considerando CP a partir de Courtine (2009) como:

[...] relações de lugar que remetem a relações de classe, isto é, a um dado estado das contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica. Escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a determinar a pertinência histórica de tal conjuntura, a situar a produção dessa sequência na *circulação* de formulações trazidas por sequências discursivas que se opõem, se respondem, se citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção. (2009, p. 108).

Neste caso, só pelo registro do “palavrão” de Lula (como foi designado nesta reportagem de O Globo), que ora aparece como *merda* e ora como um *m-reticências*, já se tem uma mostra do funcionamento de diferentes materialidades com as quais teremos que, inevitavelmente, lidar, marcadas por interditos e atravessamentos, enfim, por marcas das condições em que se produzem.

²³ Texto *Lula usa palavrão para dizer que seu governo investiu mais em saneamento do que os anteriores* (2009), encontrado em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/12/10/lula-usa-palavrao-para-dizer-que-seu-governo-investiu-mais-em-saneamento-do-que-os-anteriores-915141973.asp>. Acesso em 20/02/2011.

²⁴ Revista Época (21/12/2009).

Deste modo, nos dois casos em que as coletas se deram, pelo registro da própria fala de Lula e pelo impresso desta fala, será necessário considerá-los sempre a partir de suas CP, pressupondo que a língua traz em seu interior elementos sócio-históricos que a atravessam constitutivamente. Esta questão se aproxima de Courtine, segundo o qual, um *corpus discursivo* é considerando “como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (2009, p. 54). No caso das ML, tais condições não dizem respeito, porém, apenas ao tipo de suporte do qual as sequências foram retiradas, mas, principalmente, aos interesses a que os meios de comunicação no Brasil correspondem, como nos apresenta Neto (2003), segundo o qual,

[...] os (novos) poderes das mídias ocorrem através de estratégias sobre as operações enunciativas, mediante as quais a política esboça um ‘fazer dizer’. Nestas condições, o ‘ato enunciativo’ não é compreendido como ‘atividade livre’ em que os sujeitos constroem, seja lá como for, suas possibilidades de sentidos. Pelo contrário, ele se faz mediante determinadas condições definidas pelas negociações que tais campos sociais realizam para operar a produção de discursos. (2003, p. 125).

Sendo assim, para conceber as ML a partir do suporte em que aparecem, precisamos sempre lembrar que, nas condições normais do modo de produção capitalista, a mídia serve a objetivos das classes que a mantêm, correspondendo, deste modo, conforme Rubim (2000), à lógica dos interesses mercantis e publicitários, do sistema capitalista em geral e dos anunciantes, dos interesses de Estado e de governos, enfim, à lógica produtiva do espetáculo e a outras lógicas de produção.

Todavia, conforme o autor, embora tais limitações interfiram na relação mídia e política, não se pode dizer que isso signifique a supremacia de uma lógica de espetacularização do discurso político pela mídia, sem que trabalhe aí uma dinâmica própria da política. Ou seja, para Rubim, “a espetacularização pode significar a realização e dominância de uma lógica midiaticizada ou, pelo contrário, a predominância de uma lógica política que se realiza junto através do recurso ao espetáculo midiaticizado” (2000, p. 72), mesmo assim:

[...] as afirmações dogmáticas e preguiçosas devem ceder lugar ao trabalho investigativo que busca analisar detidamente e sem preconceitos as conexões, complementares ou conflituosas entre política, mídia e espetacularização, sempre e obrigatoriamente inscritas em campos de força determinados, somente nos quais eles ganham efetividade societária. (2000, p. 72).

Desse modo, mesmo considerando que as condições de registro atinjam nosso *corpus*, analisaremos o material coletado sempre na ressalva de que há determinações não-

controláveis que o afetam, sem que isso, porém, inviabilize o trabalho de analisar seu funcionamento, pois, afinal, em AD, não se presume, mesmo, uma língua que reproduza qualquer discurso em transparência.

2. A METÁFORA NÃO É O DOMINGO DO PENSAMENTO

Metáfora

*Uma lata existe para conter algo
Mas quando o poeta diz: "Lata"
Pode estar querendo dizer o incontível
Uma meta existe para ser um alvo
Mas quando o poeta diz: "Meta"
Pode estar querendo dizer o inatingível
Por isso, não se meta a exigir do poeta
Que determine o conteúdo em sua lata
Na lata do poeta tudonada cabe
Pois ao poeta cabe fazer
Com que na lata venha caber
O incabível
Deixe a meta do poeta, não discuta
Deixe a sua meta fora da disputa
Meta dentro e fora, lata absoluta
Deixe-a simplesmente metáfora*

Gilberto Gil (1982)²⁵

Em seu livro *Metáfora*, Sardinha (2007) recupera a origem grega do nome, *metapherein*, que significa transporte, resultado etimológico de *meta* (mudança) e *pherein* (carregar), para trabalhar a noção de metáfora como uma transferência de sentido de uma coisa para outra, tal como encontramos na maioria dos estudos a respeito.

Este conceito remete à Antiguidade, quando Aristóteles, em *Poética*, já considerava a metáfora em sua propriedade de “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero ou da espécie de um para a espécie de outro ou por analogia” (Cap. XXI).

Em ambos os conceitos, observamos que a propriedade de *transportar* da metáfora, constitutiva de sua origem etimológica, domina até hoje esta noção, cuja estrutura aglutina o prefixo *met(a)-* como *no meio de, entre, atrás, em seguida, depois*, e o sufixo *-fora* (em grego *phorá*) como designando a ação de *levar, de carregar à frente*²⁶. Com base, então, na própria origem do nome, metáfora representa a transposição, o transporte de um sentido a outro, o que, conforme predomina nos estudos a respeito, implica dizer: o transporte de um sentido próprio a um sentido figurado, a partir de relações de semelhança.

²⁵ Letra da música *Metáfora*, retirada do site <http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/487564/>. Acesso em 16/05/2010.

²⁶ Conforme Dicionário Houaiss (2009), metáfora deriva do latim *metaphòra*, por sua vez trazida do grego *metaphorá*, significando mudança, transposição.

Este entendimento, que vai da Antiguidade Clássica até os dias de hoje, é ilustrado na música de Gilberto Gil, epígrafe deste Capítulo, quando o autor, a partir do jogo com a estrutura morfológica *meta/fora*, trabalha a relação de oposição entre um sentido literal, para o qual a *lata existiria simplesmente para conter algo*, e um sentido figurado, em que *na lata do poeta tudonada cabe*. Esta perspectiva reinscreve a metáfora como algo fora do “normal” da língua, próprio à poesia, lugar que permitiria o *tudopode* dos sentidos e lugar onde a liberdade do poeta seria exercida em plenitude.

Esta concepção de metáfora, que aqui designaremos como sendo um tratamento de senso comum²⁷, apoia-se no princípio de que há uma base linguística, a literal, sobre a qual se constroem outras possibilidades de sentido, o figurado, a se realizar por uma relação de transferência de uma palavra à outra. Condição esta que implica, portanto, parâmetros de dualidades do tipo: literal/figurado; conotação/denotação; uso próprio/impróprio; normal/desvio; certo/errado; adequado/desvio.

É nessa perspectiva que os estudos sobre a metáfora têm se apoiado ao longo dos tempos, considerando-a em sua relação de transferência de um sentido, cuja palavra é retirada de seu lugar de “origem”, para outro, cuja palavra é levada para um lugar que lhe é estranho. Além de esta concepção literal/figurado incidir sobre o modo de funcionamento da metáfora, como uma propriedade da língua pelas trocas semânticas que realiza, também incide sobre a restrição de seu uso: a metáfora é algo próprio ao espaço da poesia, algo fora do uso “normal” da língua.

Nesse tratamento, os estudos a respeito geralmente se empenham/reduzem em descobrir os sentidos encobertos pela metáfora, como se ela precisasse, de alguma maneira, ser traduzida. É como se, diante da metáfora, fosse necessário desvendá-la, para desfazê-la, restabelecendo a normalidade da língua. Enfim, é como se a metáfora abrigasse algo de misterioso a ser descortinado, porposta pela qual se pautam áreas como Psicanálise, Psicologia, Teorias conteudistas, Semântica, Linguística pautam-se, predominantemente, por esta proposta, tentando desvendar os sentidos que a metáfora esconde, como se fossem descortinar um real da língua, nebulizado por um sentido outro.

Da mesma maneira, os manuais escolares reafirmam a metáfora no plano da conotação, como uma extensão, sobreposição do plano denotativo, a partir do pressuposto de que, conforme Fiorin e Savioli (2003):

²⁷ Estamos designando tratamento de *senso comum* não no sentido pejorativo, mas pelo modo como este tratamento é recorrente em estudos que se ocupam da metáfora.

[...] toda palavra possui um significado denotativo, já que em toda palavra se pressupõe reciprocamente dois planos: Plano de conteúdo (significado) e Plano de expressão (significante). Sobreposto ao significado denotativo implanta-se o significado conotativo, que consiste num novo plano de conteúdo investido no signo como um todo. (2003, p. 114).

Ao definir metáfora a partir da dicotomia conotativo/denotativo, a metáfora é tratada como um *significado novo* a partir de um *habitual*, para muitos uma forma *mais viva* de empregar a linguagem. Nesta perspectiva, o estudo do “sentido figurado” em gramáticas da língua (geralmente constando como seu último capítulo²⁸) resume-se a uma tipologização de figuras de linguagem, divididas, comumente, em como figuras de palavras, de pensamento, de construção, etc. Manuais deste tipo reafirmam que o uso destas figuras é próprio somente a determinados textos, como a poesia, e não a outros, como, por exemplo, aqueles textos que precisam de uma linguagem mais objetiva e racional.

Todavia, conforme Mariani (2004), “do ponto de vista discursivo, o poético não está fora da linguagem, não é algo restrito a um conjunto de efeitos especiais a ser usado em determinadas ocasiões” (2004, p. 55). Por este motivo, de Aristóteles até hoje, os preceitos que orientam o estudo da metáfora a tornam restrita para nos ajudar a entender o processo discursivo que objetivamos observar nas ML, cujo funcionamento no DL parece ser de uma complexidade bem maior, que não poderia se resumir nem ao nível da língua, nem ao nível de um ornamento linguístico de segundo plano, o figurado.

Por isso já podemos dizer que, para nossos objetivos, não consideraremos que a metáfora: 1) represente um sentido segundo a partir de um sentido primeiro, que seria sua base, pois fundamentamo-nos em Pêcheux, segundo o qual não poderia uma “base lingüística, sob o pretexto de que está na base, imprimir sua forma aos processos discursivos que se desenvolvem sobre essa base” ([1975] 1988, p. 259); 2) seja considerada como um recurso estilístico próprio apenas à poesia, pois, também conforme Pêcheux, a metáfora não é o *domingo do pensamento* ([1983] 2006, p. 53); é, antes, o modo de funcionamento de todo sentido, que só “existe exclusivamente nas relações de metáfora” (1988, p. 363).

A partir destes dois afastamentos, deslocamos a noção de metáfora de um espaço marginal, secundário, ao qual tem sido relegada, para um espaço de discussão que privilegie seus efeitos de sentido numa perspectiva discursiva, levando em conta as condições históricas, ideológicas e sociais que a afetam e a determinam.

²⁸ Citamos o exemplo de Faraco e Moura (2003), que trazem este estudo do sentido ao final da gramática, sob o título de *Apêndice*.

Lembramos, porém, que, conforme Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b), ao pressupor que a metáfora é *primeira e não-derivada* não se está querendo *inverter* a relação entre sentido próprio (núcleo de sentido, denotação, fundamento da proposição lógica) e sentido figurado (periferia do sentido, maneira de falar, conotação, competência do ‘estilo’), como se todo sentido fosse figurado e periférico. Para os autores,

[...] trata-se, ao contrário, de liquidar o próprio par núcleo/periferia, considerando a metáfora como o transporte entre dois significantes, constitutivo de seu sentido, e a orientação des-equalizante desta relação como a condição de aparecimento do que, em cada caso, poderá funcionar como ‘sentido próprio’ ou como ‘sentido figurado’. (1997b, p. 244).

Com esta passagem, reafirmamos que a metáfora não é o *domingo*, a folga do pensamento, mas é a condição de existência da língua em todos os seus usos – *em todos os dias da semana*. Isto porque a língua, não representando em reflexo a realidade, dependerá, inevitavelmente, dos deslizamentos de sentido que nela tomam forma e significam.

É deste modo que passamos a ver, no funcionamento das ML, não um recurso de estilo usado pelo Presidente, um ornamento, ou mesmo uma linguagem descomprometida porque empregada no terreno da figuratividade, mas um funcionamento que pode nos dizer muito mais do discurso político e muito mais ainda do processo de constituição dos sentidos, motivo pelo qual nos servimos desta materialidade para observar as determinações ideológicas que afetam a língua. Tal inquietação nos leva a determinados questionamentos que orientarão as seções seguintes: Por que as metáforas utilizadas por Lula passaram a designar um modo bastante peculiar do DL? O que as diferencia das metáforas utilizadas por outros Presidentes? O tratamento dado a este tema por parte da mídia e da academia aponta para que sintoma(s)?

2.1 TENTANDO TRAZER AS METÁFORAS DE LULA PARA OS *DIAS DE SEMANA*

Durante os oito anos em que estive na Presidência do País, Lula foi notícia pelo que fez e, muito, pelo que falou. Para a mídia e para o meio intelectual em geral, as ML se transformaram em uma característica do DL, um jeito de falar, um tipo de estilo, a ser investigado, analisado e, até mesmo, desvendado. Estes gestos de leitura foram significando as ML no cenário da política nacional como um problema, o que os títulos das reportagens abaixo podem ilustrar:

- a) “Haja paciência” (Folha de São Paulo, 23/08/2003);

- b) “Metáforas do presidente contaminam fala dos ministros” (Folha de São Paulo, 28/12/2003);
- c) “Lula voa em metáforas: a linguagem figurada popularesca do Presidente da República tende a desgastar seu discurso paternalista” (Revista Língua, 2005);
- d) “Todas as metáforas do presidente” (Gazeta do Povo, 06/09/2009);
- e) “Lula e suas metáforas: Presidente foge do compromisso com as palavras ao abusar das figuras de linguagem em seus discursos” (Revista Língua *on line*, 2010).

São textos desta natureza que mostram o quanto o uso de metáforas por Lula, durante estes oito anos de Governo, chamou a atenção de intelectuais, políticos, jornalistas, que tentaram, em sua maioria, trazer as ML para os *dias de semana*, isto é, para os dias “sérios” de trabalho, os dias de razão. Por este motivo, julgamos que este debate em torno das ML atua, comumente, como formas reguladoras do discurso político, tentando tirá-lo, conforme Gadet e Pêcheux (2004), de uma espécie de “espaço completamente exterior, lugar do ilógico e do não formulável, em que a ‘poesia’ e a ‘loucura’ combinam seus poderes” (2004, p. 115). Nessa ideia de cruzada em torno das ML, ou do que elas representariam, o uso de metáforas pelo Presidente deixa de importar pelos sentidos que mobiliza e passa a valer como um modo ilógico, estranho, inadequado de falar a língua política, que, por isso, precisaria ser desvalorizado.

Dos títulos citados anteriormente, o da letra “c” refere-se ao texto *Lula e suas metáforas: Presidente foge do compromisso com as palavras ao abusar das figuras de linguagem em seus discursos*²⁹, publicado na Revista Língua *on line* (2010), em que Demétrio Magnoli, doutor em geografia humana pela USP, “irrita-se com o discurso político escorregadio: – O divórcio entre palavra e fato é sempre a melhor evidência da renúncia ao realismo” (2010). Também, conforme a professora de jornalismo e cientista política da Universidade do Estado do Rio, Alessandra Aldé, também a respeito das ML, “usar figuras de linguagem é uma saída para quem não quer ser cobrado pelo que diz. – Quando se usa uma metáfora, tem-se um grau menor de compromisso com a realidade. Não dá para as pessoas cobrarem objetivamente um discurso metafórico” (2010).

Os exemplos de ML que este mesmo texto traz vão apontá-las como *recurso de linguagem*, para demonstrar o descompromisso de Lula com o que diz por mascarar as

²⁹ Texto publicado no site da Revista Língua, em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945>
Acesso em 17/02/2010.

mudanças de seu discurso. Neste caso, as metáforas representariam uma maneira de Lula esconder as mudanças pelas quais seu discurso passou na transição de operário a Presidente do País.

Ainda no mesmo texto, para o sociólogo Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), “as metáforas apenas anunciam o que [Lula] não pode enunciar claramente: ‘a mutação’. Juízos severos, que demonstram decepção e impaciência”³⁰. E continuando: “exageros à parte, a verdade é que algumas dessas metáforas não passam de fórmulas prontas. Compõem um arsenal que quase sempre dispensa o esforço de pensar e articular o discurso apropriado, preciso, para a situação”³¹.

Em *Haja paciência* (Folha de São Paulo, 23/08/2003), para Clovis Rossi, as ML contribuem para tornar Lula um sujeito folclórico, já que o *uso abusivo* deste recurso levá-lo-ia a ser ridicularizado em programas humorísticos. Para Rossi, “a folclorização corrói lenta mas mortalmente a imagem [Lula]... algumas até são boas, mas a grande maioria, convenhamos, não diz nada ou é pura bobagem” (2003). É neste mesmo sentido que o texto *Lula voa em suas metáforas* (2005), assinado por Josué Machado, apresenta que “o discurso improvisado de Lula é colorido, ilustrado, mas tende a ser pobre, muito pobre [...]. Um verdadeiro pulo, digo, vôo de galinha. Começa aqui e cai ali. Não chega jamais aonde o autor imaginou que poderia chegar” (2005, p. 43).

Verificamos, portanto, que estas leituras das ML apontam-nas como refúgio do Presidente em não querer assumir suas palavras, ou mesmo como reflexo de sua ignorância frente aos problemas da política no Brasil, deslocando, deste modo, a discussão sobre o que esta materialidade representa na política brasileira para o terreno do desprestígio, da ignorância, do absurdo, enfim, do *não ter o que dizer*, do *não saber dizer*.

Há, todavia, um segundo efeito de sentido em que as ML aparecem, não como um problema de linguagem, um defeito, mas como uma habilidade argumentativa de Lula, que passa a ser, portanto, considerado um estrategista de seu discurso, um exímio orador que, de forma engenhosa, arquitetaria seu discurso com fins precisos e calculáveis. Neste caso, conforme Paulo Bearzoti Filho, em *A voz do Brasil*³², os “‘erros’ remanescentes na fala do presidente comporiam antes uma estratégia deliberada para facilitar a identificação com as camadas pobres da sociedade”, o que representa entendê-lo como um sujeito que domina seu discurso e, se comete algum erro de português, o faz propositalmente.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Texto publicado na Revista *Discutindo Língua Portuguesa*. Ano 1, nº 4. Editora Escala Educacional.

Trata-se, nesse caso, de um sujeito estrategista ao modo de Perelman e Tyteca, em *Tratado da Argumentação: A nova Retórica* (1996), trabalhado pelos autores para discutir o poder persuasivo que a metáfora desempenha na argumentação a partir das analogias que constroi – a metáfora como *analogia condensada*, situada no campo da lógica a partir de uma relação de equivalência: A está para B, assim como B está para A. Para os autores, “toda concepção que não lança luz sobre a importância da metáfora na argumentação não pode satisfazer-nos. Ora, acreditamos que é em função da teoria argumentativa da analogia³³ que o papel da metáfora ficará mais claro” (1996, p. 453).

É este sujeito estratégico que é pressuposto nas críticas às metáforas usadas por Lula, considerado, deste modo, como um sujeito que domina formas de melhor dizer, motivo pelo qual, segundo Perelman e Tyteca, “no nível do discurso, insistir-se-á nas qualidades do orador, no seu espírito, humor, talento, prestígio, poder de sugestão” (1996, p. 531). Tais qualidades possibilitariam uma habilidade estratégica de confecção dos discursos, o que, conseqüentemente, implicará um sujeito autônomo diante da língua e dos sentidos.

O que podemos verificar, nestes efeitos de sentido da ML, seja tomada como recurso estilístico, ou recurso estratégico, são sintomas de um forte estranhamento em relação a este *modo de Lula de falar*, que passa a significar um modo impróprio, não-protocolar, desviante do que seria o adequado a um Presidente da República.

Longe de considerar Lula um sujeito estrategista, um terceiro efeito de sentido é a abordagem humorística deste discurso, cujo exemplo é tomado do livro *Nunca antes na história deste país* de Marcelo Tas³⁴ (2009), que apresenta frases, conforme o autor, engraçadas e polêmicas do Presidente Lula. Já no prefácio deste livro, José Simão apresenta: “E o Brasil é lúdico. E o Lula é zeroglota! O FHC era poliglota, o Itamar, monoglota, e o Lula, zeroglota. Não fala língua nenhuma. Aliás, minto, ele fala quatro: o lulês, o churrasquês, o futebolês e o butequês! O LULA É TETRALÍNGUE! UEBA!” (2009, p. 8).

Neste tom, a obra categoriza o DL a partir do *Lula advogado*, *Lula animal político*, *Lula economista*, *Lula marqueteiro*, etc., num trabalho que escande a fala de Lula a partir do objetivo do humor, afastando-o de qualquer implicação/constituição sócio-histórica, já que, nas palavras de Tas, Lula surgiu:

[...] como um personagem de videogame, que salta abruptamente de uma fase para outra, o presidente Lula parece ter recebido todo

³³ Para os autores, “o vínculo entre metáfora e analogia significa, aliás, retomar uma tradição antiga, a dos filósofos e, em especial, dos lógicos, de Aristóteles e John Stuart Mill” (1996, p. 453).

³⁴ Marcelo Tas é diretor, apresentador e roteirista de TV, também criador do Programa CQC (*Custe o Que Custar*), transmitido, desde 2008, pela Rede Bandeirantes – um programa humorístico, baseado em fatos políticos, artísticos e humorísticos.

conhecimento do mundo num único clique: quando recebeu a faixa presidencial! Como num passe de mágica, o ex-metalúrgico tomou posse, não apenas da Presidência da República, mas de toda sabedoria e diplomas acadêmicos aos quais não teve acesso antes. (2009).

Também aqui podemos perceber o quanto do DL provoca estranhamento, mobilizando discussões que apontam para efeitos distintos, mas que não deixam de mostrar que algo incomoda, que algo se desinstala no discurso político a partir daí.

Um exemplo distinto, talvez, seria a obra de Ali Kamel³⁵ *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*³⁶ (2009), que, embora pressuponha um sujeito consciente de seu discurso, não procura desmerecer Lula pelo seu modo de dizer. O Dicionário é composto de 347 verbetes, que foram sendo coletados com a ajuda de *softwares* de pesquisa, especialmente elaborados para isto, e que, conforme o autor, ajudaram a compor o “léxico Lula”.

Em comentário a esta obra, Ronaldo Azevedo, no site *Veja on line*, resume o Dicionário dizendo que “É o verbo a espelhar o homem”³⁷, o que mostra que tanto esta opinião quanto o título do Dicionário pressupõem um sujeito cujas palavras o representam/revelam, o que implica pensar: 1) um sujeito estrategista de seu discurso e, portanto, autônomo; 2) uma língua que reflete em fidelidade o pensamento; e 3) um sentido que, diante da autonomia do sujeito e da língua, admite controle.

Todavia, embora esta perspectiva de sujeito, de língua e de sentido, filiados a um mundo semanticamente estabilizado, aponte para uma certa regularidade entre o sujeito e seu discurso, bem como para sua autonomia em relação ao *verbo*, em Kamel (2009), observamos um efeito de sentido do DL um pouco diferente dos recortes anteriores, pois o autor não está diminuindo este *jeito de falar*, pelo contrário, reconhece aí uma habilidade comunicacional, considerando que “‘o método de Lula discursar’ [...] é absolutamente consciente. [...] quase sempre Lula sabe o que faz, por que faz e onde faz. [...] Para isso, Lula transforma o que muitos veriam como deficiência – sua sintaxe popular e sua falta de sofisticação gramatical – numa poderosa arma de comunicação” (2009, p. 23).

Sabemos que, para o campo teórico da AD, não lidamos com um sujeito consciente de seu discurso, autônomo em relação às suas potencialidades discursivas, como nos traz Kamel.

³⁵ Ali Kamel é, atualmente, Diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão.

³⁶ KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

³⁷ A nota refere-se ao blog do autor, postado na *Veja on line*: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-8-o-dicionario-lula-de-ali-kamel/>. Acesso em 15/02/2010.

Todavia, a construção deste Dicionário não deixa de apontar para um modo de funcionamento discursivo do DL distinto das análises anteriores, as quais, tentando desmerecer o modo de falar do Presidente, procuram diminuí-lo em sua posição de líder político.

De maneira distinta, ao comentar seu Dicionário, em *Gazeta do Povo on line*³⁸ (06/09/2009), Kamel afirma que: “independentemente de eventuais erros e acertos verbais (do presidente)”, Lula é um “comunicador sem igual” [...] “Pode-se discordar do que ele fala, mas não há como negar que ele se comunica com extrema competência”. E destaca o autor que uma das razões para essa *boa performance* de comunicação do presidente é o uso das metáforas”. Sendo assim, embora o sujeito deste Dicionário não seja o sujeito da AD, a importância do trabalho de Kamel está em também tentar entender por que o DL se marca como um modo particular de enunciar, construindo-se aí uma diferença em relação ao discurso de outros Presidentes. O problema de muitos não aceitarem o DL parece, então, estar justamente neste efeito de valorização que a obra de Kamel vem exemplificar, tanto de valorização do DL, como também da própria figura política de Lula.

Um ponto, porém, a destacar é que a própria reportagem que trouxe esta fala de Kamel, ao fim, arremata do seguinte modo: “além das metáforas, repetição, simplicidade, e mesmo alguns erros, são os ingredientes que fizeram do atual presidente essa espécie de esfinge, que ninguém ainda decifrou completamente – daí a relevância de trabalhos como esse, de Kamel, que ajudam a entender, e mesmo a desconstruir, o fenômeno chamado Lula” (2009). Ou seja, neste trecho da reportagem, ignora-se o dizer de Kamel sobre a importância de Lula como líder político e novamente se volta à ideia de relacionar as ML a algo que precisa ser decifrado – no modo de uma *esfinge*.

Assim, embora sua proposta analítica se apoie sobre concepções estruturais de organização das falas de Lula, podemos dizer que este Dicionário constroi também um discurso, pois, segundo Siveris³⁹ *et al.* (2009), o dicionário pode se constituir em “um objeto discursivo, no qual o saber sobre a língua constitui-se, institui-se, organiza-se, reorganiza-se; bem como é retomado, é construído e é desestabilizado, produzindo efeitos de sentidos, sejam eles dados, postos, já-ditos ou novos, atualizados, reformulados” (2009, p. 1-2). Para as autoras, o dicionário representaria, então, um espaço de construção, desconstrução e reconstrução de sentidos, corroborando com Orlandi, segundo a qual, o “funcionamento do

³⁸ Encontra-se o texto na íntegra no site <http://www.alikamel.com.br/upload/data/lula16.pdf>. Acesso em 16/11/2010.

³⁹ Trata-se de um estudo apresentado no IV SEAD - Seminário de estudos em Análise do Discurso 1969-2009: memória e história na/da análise do discurso, com o título *Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX*, por Daiane Siveris, Nina Rosa Licht Rodrigues, Verli Petri (2009).

dicionário⁴⁰ se dá na relação do sujeito com a língua, incluindo sua relação com a memória discursiva” (2002a, p. 103). Enfim, trata-se de uma lexicografia discursiva que vê, neste tipo de obra, um discurso, já que, “na escuta própria à análise do discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua” (2002a, p. 103).

Por isso, julgamos que a tarefa de construir um dicionário sobre as falas de Lula sinalize para esta lexicografia discursiva, uma questão que nos interessa e que nos impõe determinadas perguntas: Será este Dicionário mais uma maneira de acalmar o desconforto que as ML causam no trabalho com os sentidos estabilizados no campo do político? Será o Dicionário uma maneira de responder às tantas indagações sobre este modo de dizer diferente de um Presidente da República?

Consideramos que a publicação deste Dicionário não apazigua nenhuma destas perguntas, mas, sem dúvida, representa um sintoma do quanto o DL desperta interesse e o quanto instiga a escrever a respeito.

Para Zoppi-Fontana⁴¹, em seu estudo *Língua política: modos de dizer na/da política*, estes dois livros, *Dicionário Lula* e *O Nunca antes na história deste país*, apresentam-se como gestos de interpretação que, dada sua formulação como dicionário (no caso de Kamel) ou livro de citações (no caso de Tas), “produzem a estabilização de determinados sentidos que constituem imagens da *língua política*, e conseqüentemente, da *língua-outra* fantasmática, da qual se distancia ou se aproxima em movimentos de identificação e contraidentificação que constituem a enunciação política”. Por isso, segundo Zoppi-Fontana, no caso das obras de Kamel e de Tas, não se trata de estudar o léxico político ou o fazer lexicográfico sobre este campo discursivo, mas de apontar o modo como a *língua política ganha forma e existência no acontecimento*.

Entendemos, juntamente com Zoppi-Fontana, que, no DL, uma língua política funciona:

[...] como um *modo de dizer* produzido no exercício do poder, constitutivamente ligado a suas condições históricas de produção, que volta reflexivamente sobre si mesmo, tornando-se objeto explícito do confronto político tanto por aqueles que enunciam das instâncias próprias do campo da política, quanto por aqueles que produzem um discurso *sobre* essa língua (principalmente na mídia).

⁴⁰ Orlandi recupera, neste caso, a contribuição de Francine Mazière em inaugurar a observação do dicionário como discurso (2002, p. 119).

⁴¹ Este trabalho encontra-se no prelo. Tivemos acesso ao original do artigo graças à gentileza da autora e da Professora Ana Zandwais, organizadora do livro em que o artigo será publicado.

O que observamos comumente nestes *discursos sobre* é o julgamento das ML sob o parâmetro de um ideal de língua política, a partir de um imaginário social que a toma como uma regularidade. Uma língua que, conforme Gadet e Pêcheux (2004), se transforma em uma construção artificial de unidade, logicamente estabilizada por uma *ordem política na língua* (2004, p. 31), de modo a impor, conforme Grangeiro (2008), “um consenso de significação e de valores, impor seus símbolos e seus ritos discursivos, silenciando outros ritos, outros dizeres” (2008, p. 77).

É esta língua artificial, ritualística, que permite olhar as ML como desvio àquilo que deveria ser um discurso presidencial. Somente em relação a esta língua fechada que se justificaria considerar as ML como um problema, já que, conforme Gadet e Pêcheux (2004), “uma problemática do distanciamento e do desvio só é concebível em relação a uma totalidade” (2004, p. 157). Tendo este parâmetro de totalidade, a partir de Zoppi-Fontana, dizemos que as ML se constituem como um desvio à imagem, conforme a autora, “de uma língua política ‘ideal’, que assombra, como *língua-outra* ou fantasmática, os embates ideológicos em torno do discurso político”. Ou seja, as ML representariam o afastamento desta língua fantasmática que prescreve *o que deve/como deve* enunciar um Presidente – uma língua que, para muitos, Lula não domina e, porque não a domina, usa de subterfúgios para não dizer.

Assim, quando afirmamos que as ML provocam estranhamento, este não se dá em relação ao tipo de recurso de linguagem utilizado pelo Presidente, mas provavelmente aos conteúdos veiculados por elas, o que joga com as formações imaginárias que nos fazem saber *o que é ser* um Presidente da República, *o que é se portar* como tal e *o que deve ser ou não* assunto de política. Por exemplo, ainda no texto *Lula e suas metáforas*, temos: “Numa das metáforas parabólicas, Lula comparou seu ministério (talvez o maior do universo, com 36 integrantes) a um time de futebol. Nele, Lula seria o técnico, isto é, o ‘professor’. E Palocci, o eficiente goleiro” (2010). Ao analisar como este tipo de metáfora chama a atenção, verificamos que o problema não está exatamente em Lula usar metáforas, mas no fato de suas metáforas estabelecerem relação entre coisas que não seriam próprias à língua política, sentidos estes mobilizados que têm levado intelectuais e jornalistas a se debruçarem sobre esta *língua de Lula*. Mas não todos da mesma maneira.

Com isso, podemos dizer que o estranhamento causado pelas ML, embora apareça sob as mais variadas justificativas – da pureza da língua à retidão de um Presidente –, acaba apontando para a maneira como os sentidos mobilizados neste discurso incomodam, por colocarem em relação coisas de esferas distintas, como se isso fosse macular a língua política.

Como observaremos nas SDRs a seguir, este incômodo tem a ver com o fato de serem mobilizados sentidos da vida simples, do homem comum, num cenário que não abriga tais sentidos em seu imaginário, por isso a estranheza na relação entre:

a) marido traído/opositores:

SDr 12: Não falta, neste país, quem fique torcendo contra. Sabe aquele negócio do ex-marido que não quer que a mulher seja feliz com o outro? (Lula, 2010)⁴².

b) porco/partidos oposicionistas:

SDr 13: Você não pode deixar de dar comida para um porco porque você não gosta do dono do porco. (Lula, 2010)⁴³.

c) futebol/religião/otimismo:

SDr 14: Tem gente que não gosta do meu otimismo, mas eu sou corintiano, católico, brasileiro e ainda sou presidente do País. Como eu poderia não ser otimista? (Lula, janeiro de 2009)⁴⁴.

d) fome/religião:

SDr 15: Se fosse fácil resolver o problema da fome, não teríamos fome." [...] "Deus pôs os pés aqui (no Brasil) e falou: 'Olha, aqui vai ter tudo. Agora, é só homens e mulheres terem juízo que as coisas vão dar certo. (Lula, 10/02/2004)⁴⁵.

e) eleições/futebol:

SDr 16: Vamos trabalhar para ganhar as eleições. Não é uma eleição fácil. É como time de futebol. Quando o time está ganhando de um a zero, de dois a zero, quando o time está ganhando, recua, não quer mais fazer falta, pênalti, fica só rebatendo a bola. E quem está perdendo vem para cima com tudo, e é com gol de mão, de cabeça, de chute, de canela. Não tem jogo ganho ou fácil. (Lula, 2010)⁴⁶.

f) diarreia/mercado financeiro:

SDr 17: Quando o mercado teve a dor de barriga, que não foi uma dor de barrigazinha, foi uma diarreia daquelas, insuportável... Quando o mercado teve essa diarreia, quem é que eles chamaram para salvá-los? O Estado, que eles negaram durante 20 anos. (Lula, 4/12/2008)⁴⁷

Como podemos verificar, estes sentidos da vida simples que as SDRs põem em jogo vêm colocar em risco a língua fantasmática da política brasileira, maculando-a com sentidos

⁴² Sobre FHC, em Revista Língua Portuguesa.

Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945>. Acesso em 21/06/2010.

⁴³ Lula, ao explicar que não faz distinção entre partidos políticos na hora de liberar recursos federais para prefeituras. ISTOÉ 2095 (06/01/2010).

⁴⁴ Lula, ao prever o exagerado crescimento de 4% em 2009. Em Revista Veja, 30/12/2009.

⁴⁵ Lula, na abertura da Expo Fome Zero, em 2004.

Disponível em:

<http://www.doutrina.linear.nom.br/Artigos/Polemicos/As%20grandes%20frases%20de%20Lula.htm>. Acesso em: 21 jun. 2010.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.frasesfamosas.com.br/de/lula.html>. Acesso em 21/06/2010.

⁴⁷ Jornal *A Notícia*. AN.política, em *A língua sem freio de Lula*, 14/12/2008.

não próprios ao discurso de um Presidente. Para nós, é por isso que as ML se constituem numa ameaça, por construírem, conforme Indursky, “um novo lugar político e um novo sujeito discursivo no cenário político brasileiro” (1999, p. 174). E este novo modo de enunciar provocará fissuras neste ideal de língua política, que, segundo Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), sempre tentará conter as formas de subversão, numa “incessante vigilância de tudo o que – alteridade ou diferença interna – arrisca questionar a construção artificial de sua unidade e inverter a rede de suas obrigações” (2004, p. 31). Nas palavras de Orlandi, este cerceamento vai trabalhar na tentativa “de se apagar sentidos, de se silenciar e de se produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça” (2002b, p. 14), por isso levar as ML para o terreno do ilógico é silenciar este desarranjo de uma língua política ideal.

A partir deste deslizamento do normatizado a um novo modo de enunciar, é que consideramos as ML como uma forma de subversão, por provocarem novos arranjos para sentidos antes silenciados, construindo novos *sítios de significância* (COURTINE, 2006), que ameaçam o território logicamente estabilizado da língua e dos sentidos no campo do político.

Zoppi-Fontana, ao analisar as publicações que examinam a língua de Lula, nos ajudou a pensar a este respeito, considerando que o debate em torno do DL, num primeiro momento, se dava em relação à adequação da língua de Lula à norma padrão e ao registro formal, com clara predominância de sentidos desqualificadores, mas, depois, cede lugar a um debate sobre seu funcionamento retórico-referencial, fazendo com que tais discursos configurem, “por delimitação, avaliação ou apagamento, diversas imagens de uma língua política ‘ideal’, que assombra, como *língua-outra* ou fantasmática, os embates ideológicos em torno do discurso político” (p. 5). Por isso, para Zoppi-Fontana, este *modo de dizer* de Lula:

[...] deu lugar a um debate sobre a *língua*, não só em termos de adequação à norma padrão e ao registro formal (o que aconteceu nos primeiros anos do seu mandato com clara predominância de sentidos desqualificadores), mas principalmente em relação à seu funcionamento retórico-referencial: a descrição de *o quê e o como dessa enunciação política*, cujos contornos e inflexões tornaram-se objeto de análise para jornalistas e especialistas, e alvo preferido dos humoristas. (no prelo).

Ou seja, Lula passou a resolver os famosos “erros de Português”, a colocar os *esses*, os *erres* no final das palavras e deixou de falar “menas”, fazendo, ele próprio, piada destas questões linguísticas, como verificamos no episódio em que, ao falar a universitários de São José dos Campos (SP), disse “interveio” dentro de um enunciado e, em seguida, brincou:

“Vocês gostaram do ‘interveio’ não é? Pensavam que eu iria falar ‘entreviu’, não?”⁴⁸. A partir, portanto, desta “adequação” a uma língua oficial a que um Presidente deve obedecer, o atendimento às regras gramaticais do Português não seria mais o problema do DL – o problema passou a ser, então, de uma outra ordem, residindo em torno dos sentidos que as ML veiculam, cujos conteúdos por elas mobilizados entram em confronto com um imaginário de língua política ideal.

2.2 AS METÁFORAS DE LULA: UM MODO PARTICULAR DE ENUNCIAR

Para esclarecer porque as ML representam um modo particular de enunciar a língua política, precisamos retomar os três tipos de seu funcionamento na língua, tal como os apresentamos na parte metodológica do primeiro Capítulo.

Como dissemos anteriormente, ao coletar as ML, verificamos que, nelas, se destacavam três modos principais de ocorrência, designados, aqui, como funcionamento de tipo 1, 2 e 3, que representam aqui modos distintos de estas materialidades acontecerem:

1) Funcionamento de tipo 1: *Metáforas que mantêm a marca da relação metafórica posta em jogo*, com a ajuda de elementos linguísticos que auxiliam no processo comparativo, por exemplo: *tal qual, assim como, que nem, como*, etc.:

SDr 18: Vamos trabalhar para ganhar as eleições. Não é uma eleição fácil. É como time de futebol. Quando o time está ganhando de um a zero, de dois a zero, quando o time está ganhando, recua, não quer mais fazer falta, pênalti, fica só rebatendo a bola. E quem está perdendo vem para cima com tudo, e é com gol de mão, de cabeça, de chute, de canela. Não tem jogo ganho ou fácil. (Lula, 2010, grifo nosso)⁴⁹.

Importante destacar que a presença do elemento comparativo aparece em estudos da área não como metáfora, mas como figuras de linguagem distintas: comparação, metáfora não condensada, ou símile. Para nosso trabalho, porém, não faremos esta diferenciação, porque o que nos interessa é que, neste funcionamento de tipo 1, o sujeito enunciador não esconde o processo estabelecido entre as relações de sentido que se trava no discurso, deixando, na superfície linguística, as pistas deste trabalho discursivo que põe elementos em relação.

2) Funcionamento de tipo 2: *Metáforas que condensam a comparação*, suprimindo os elementos comparativos do primeiro grupo:

⁴⁸ Episódio trazido no texto *A voz do Brasil*, sobre Lula, na *Revista Discutindo Língua Portuguesa*. Ano 1, nº 4. Editora Escala Educacional (p. 32-37).

⁴⁹ Disponível em: <http://www.frasesfamosas.com.br/de/lula.html>. Acesso em 21/06/2010.

SDr 19: A economia é uma roda gigante que não pode parar. (Lula, 16/02/2009)⁵⁰.

Neste funcionamento, interessa-nos pensar no modo como as paráfrases linguísticas, que vão pôr em jogo construções do tipo *a economia é..., o Estado é..., a política é...*, podem nos ajudar a pensar como o DL vai construindo também um novo imaginário social de funcionamento da língua política brasileira, pela força de verdade do afirmativo do verbo *ser*.

3) Funcionamento de tipo 3: *Metáforas narrativas, ou alusivas*, cujas relações não se marcam por elementos comparativos, nem por sua condensação, mas significam pelo modo como remetem, alusivamente, a relações entre o dito e o não-dito:

SDr 20: Tenho ficado mais emocionado, mais motivado, porque as coisas estão acontecendo. Ou seja, É como se você tivesse passado o tempo todo plantando, sabe, um monte de gente colhendo a tua roça e dizendo ‘não vai dar nada, não vai dar nada, isso aqui o cara não soube plantar’, esse cara é um metalurgico. E de repente, e de repente, a planta brota, cresce e eu tô colhendo. (Lula, 21/07/2010)⁵¹.

Este funcionamento de tipo 3 nos interessa, sobremaneira, pelo modo como o interlocutor é capturado, seduzido, pelos discursos sobre a política brasileira a partir do que é mais seu, suas histórias de vida, seus casos, seus problemas comuns. Não que os funcionamentos anteriores das ML não convoquem também o interlocutor pela alusão às coisas da vida simples, todos o implicam, mas, no caso do tipo 3, parece que esta chance de cumplicidade se torna ainda maior, dado o envolvimento que é próprio da captura que a narrativa provoca por conta da nossa natural curiosidade em ouvir histórias.

A despeito das particularidades em cada tipo de funcionamento das ML, destacamos que, em comum, todos, independente de sua superfície linguística, fazem trabalhar os sentidos, num deslizamento que vai do normatizado de uma língua política ideal a possibilidades outras.

Posto este detalhamento do que estamos entendendo por ML, precisamos, então, esclarecer de que maneira consideramos que estas metáforas passaram a representar, no cenário da política brasileira, um jeito particular de enunciar, pois, como já dissemos, outros Presidentes do Brasil também empregaram metáforas em seu discurso, mas, nem por isso, se polemizou tanto a respeito de seu discurso, como ocorreu com o DL, resultando de toda essa discussão teses, dissertações, livros, dicionários, resenhas, artigos, charges, etc.

⁵⁰ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, em 16/02/2009, p. 76.

⁵¹ Lula em entrevista ao Jornal da Record, com Adriana Araújo, transcrita do *YouTube*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uN6JUPfenfE&feature=related>. Acesso em 01/02/2011.

Para pensar esta questão, iniciamos com *O divorciado rancoroso e a luva de pelica*, texto em que Roberto Pompeu de Toledo, Veja *on line*⁵² (08/12/2004), discute o emprego de metáforas por Lula e por Fernando Henrique Cardoso (FHC), ex-presidente do Brasil. Toledo apresenta três exemplos de metáforas usadas por FHC, que: 1) falando aos correligionários do PSDB, convidou-os a não usar “luvas de pelica” para atacar o governo; 2) disse que o PT era “um tigre de papel”; 3) e usou a metáfora: “O rei está nu”.

Para Toledo (2004), as *luvas de pelica* sugerem a imagem de um golpe sutil, por isso mesmo mais doído e eficaz. Ao propor que elas sejam abandonadas, FHC ofereceria, por exemplo, a alternativa das luvas de boxe. Segundo o autor, esta “troca não cai bem para um partido como o PSDB, nascido nas tertúlias da academia e cultuado nos salões. Equivale a substituir os finos movimentos do espadachim pela crua explicitude de um Maguila” (2004).

Já na metáfora “Tigre de papel”, tem-se, conforme Toledo, uma expressão que ganhou o mundo a partir da China de Mao Tsé-tung, segundo o qual “O imperialismo é um tigre de papel”. Para Toledo, a China tanto perdeu o medo que aderiu ao tigre de papel. Hoje é parceira dos EUA e aplicada aluna de suas lições de capitalismo. FHC representa isso com a metáfora *o PT é um tigre de papel*.

Já a terceira metáfora de FHC, conforme Toledo, remete à historietta do rei enganado por um tecelão, que dizia elaborar roupas tão deslumbrantes que até ofuscavam a vista. O rei, mesmo sem enxergar a roupa, deixou-se vestir pelo tecelão, mas não havia roupa alguma, e, ao vê-lo na rua, o povo gritava: “O rei está nu”. Para Toledo, “tecelões fraudulentos especializados em fazer governantes se sentirem vestidos quando estão nus ainda abundam. Mas nem seriam necessários: em regra, são os próprios governantes que se deixam cegar. O tecido que lhes ofusca a vista chama-se poder” (2004).

No mesmo ensaio de Toledo, são citadas também três ML: a) “para chegar a esse mar de rosas a que estamos chegando”; b) “Sabe aquele negócio do ex-marido que não quer que a mulher seja feliz com o outro?”, c) “Quem já foi internado sabe o avanço que é sair da UTI para uma enfermaria”. Na primeira metáfora, Lula refere-se à transposição das dificuldades que enfrentou nos dois primeiros anos de governo, sugerindo que se passou de um mar turbulento a um mar calmo (de rosas); na segunda, Lula refere-se a FHC como um marido que, divorciado do País com o qual era “casado”, não deseja que ele dê certo com outro presidente; e, na terceira metáfora, refere-se ao “estado de saúde” do Brasil quando assumiu o governo.

⁵² Texto disponível em: <http://veja.abril.com.br/081204/pompeu.html>. Acesso em 05/02/2011.

Como podemos observar, os dois sujeitos enunciativos, embora ocupem, cada um à sua época, o mesmo lugar social da Presidência, se utilizam de metáforas, só que o fazem de maneira distinta, diferenciando-se, por se inscreverem em FDs distintas, pelos sentidos mobilizados nas metáforas de um e de outro e pelo modo como, a partir desta mobilização, concebem determinado tipo de interlocutor.

As metáforas de FHC falam para determinada parcela da população, aquela que sabe o que é *tigre de papel* e conhece a história do *rei nu*. Possivelmente, estas metáforas não abrem espaço para o interlocutor das ML, não porque este interlocutor não tenha condições de entendê-las, mas porque não domina a cultura livresca que as metáforas de FHC aludem.

Ou seja, vamos percebendo que a polêmica em torno das ML não está no fato de Lula fazer uso deste recurso em seu discurso, outros já o fizeram, mas acontece pelo fato de mobilizarem sentidos não aceitos por um imaginário de língua política, aqui considerada como uma língua que foi sendo reconhecida/normatizada no decorrer de nossa história como uma língua ideal. Neste caso, talvez algumas ML possam até passar despercebidas, ou consideradas “apropriadas”, mas não as metáforas que jogam o discurso presidencial para o campo das coisas simples da vida comum: churrasco, bucho cheio, diarreia, sifu, etc. É, então, a partir deste outro modo de dizer que as ML produzem, conforme Gadet e Pêcheux (2004), “o retorno imprevisto do absurdo no âmago da lógica do discurso de Estado, a falha na lógica dos Homens de Mármore...” (2004, p. 116), colocando em risco a inviolabilidade de um ideal de língua política.

São estas *coisas da vida comum* que vão mobilizar o próprio de uma cultura popular, que é aquela à qual Lula pertence; cultura esta que vai de encontro à língua fantasmática do Estado, que verá, neste “imprevisto do absurdo”, a própria falta de cultura. Importante dizer que cultura aqui está sendo entendida conforme De Nardi (2007), que propõe uma demarcação em relação a dois conceitos extremos sobre cultura: o de que cultura se refere ao conhecimento/domínio de uma certa atividade artística, círculo fechado a que poucos sujeitos têm acesso; e o de que cultura é entendida como quase tudo que diz respeito à forma de agir do homem no mundo.

Se considerarmos cultura deste modo, Lula não dominaria as duas: primeiro, não domina uma cultura erudita, própria de todos aqueles que já ocuparam o lugar social da Presidência do País; segundo, não corresponde aos *modos de se (com)portar* como um Presidente da República. Para De Nardi (2007), neste caso, está-se falando de uma cultura autônoma, tratada num caráter de elevação, transcendência, como sendo um campo limitado e restritivo a que poucos têm acesso, o que, podemos dizer, imprimirá, inevitavelmente, uma

carga de preconceito, marcando o relacionamento entre as diferentes culturas que compõem uma sociedade a partir de determinada hierarquia de valores. Diferentes hierarquias estas que, conforme Henry, correspondem aos propósitos das ciências sociais, que agem como se fossem nossos *medidores de cérebro* (1997, p. 24), numa concepção de cultura que, para nosso trabalho, fundamenta uma língua política ideal, que deve ser dominada por quem dela fizer uso.

Estamos entendendo, porém, cultura do ponto de vista discursivo, que, conforme De Nardi (2007), não pode atuar como uma padronização de unidade, uma identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separar os indivíduos numa sociedade. Para a autora, cultura deve ser compreendida como uma “prática política, signo de identidade, espaço de construção de uma subjetividade social” (2007, p. 65), marcando, desse modo, cada cultura em suas diferentes subjetividades sociais, sem que uma seja melhor, mais forte, mais adequada que a outra, o que, também, não as impede de conviver em tenso relacionamento. Todavia, numa porposta de cultura entendida como conjunto de hábitos, valores, comportamentos, que regula o modo de ser das pessoas a partir de uma homogeneização pré-concebida, esta tensão é ignorada, o que justifica, para De Nardi (2007), “não cair na armadilha de pensar essa cultura como autônoma, sendo necessário que se veja essa produção cultural também como resultado de movimentos sociais e históricos que dão a ela sustentação e que a impedem de entrar no circuito alucinante e alienante da cultura industrial” (2007, p. 56).

A partir dos sentidos produzidos pela mídia sobre as ML, que tentam trazê-las para os *dias de semana*, verificamos o efeito desta cultura autônoma, que age enquanto unidade, tomada como parâmetro do que é apropriado ou não a determinados grupos sociais. Desse modo, as culturas se relacionam como blocos fechados em confronto e, como esta tensão não se resolve, segundo De Nardi, é “mais fácil acomodar-se em um dos extremos, negando o outro, provocando seu apagamento” (2007, p. 65).

Por conta dessa negação, o DL parece estar sempre sob vigia, como se estivesse, a todo momento, na iminência de constranger as pessoas, de impor situações “delicadas” no espaço de polidez do discurso político, uma ameaça que só se justifica a partir da ideia de uma cultura autônoma, que, conforme De Nardi (2007), regula a vida em sociedade a partir de um comportamento tomado como ideal, cuja língua política o reproduz.

É nesse sentido de comportamento uniforme de uma cultura autônoma que Sardinha (2007a), ao discutir a noção de metáfora do ponto de vista cognitivo, também se inscreve, considerando:

Eu posso dizer ‘economizar tempo’ porque, na nossa cultura capitalista ocidental, tempo e dinheiro são coisas preciosas. Não tenho liberdade de conceitualizar tempo como bem entenda. Eu não poderia normalmente dizer algo como ‘descansar tempo’, sugerindo uma metáfora como o tempo é uma fruta. Na maioria das situações de comunicação humana, essa expressão soaria muito esquisita. (2007a, p. 15).

Para Sardinha, é esta cultura autônoma, transcendente, que rege as possibilidades de uso das metáforas, na medida em que:

[...] refletem a ideologia e o modo de ver o mundo de um grupo de pessoas, construídos em determinada cultura. Em outras palavras, elas não dependem da vontade do indivíduo. Não podemos, normalmente, criar uma metáfora conceptual; se tentarmos, muito provavelmente ela não funcionará como uma verdadeira metáfora conceptual, pois não será compartilhada em sociedade. (2007a, p. 33).

Todavia, se considerarmos, segundo De Nardi, que a “cultura implica, definitivamente, espaços de criticidade, lugares de interpretação” (2007, p. 56), e não uma mera reprodução irrefletida de movimentos mecanizados, podemos dizer que as ML, à medida que trazem para o campo do discurso políticos dizeres próprios de uma cultura popular, representam as marcas desta cultura no discurso, que, segundo a autora, “ao mesmo tempo em que permitem que se o identifique e, portanto, aos sujeitos como parte dele, também possibilitam o seu questionamento e a sua modificação, mostrando que a cultura, como os sentidos, é movente” (2007, p. 67-68).

É esta abordagem em De Nardi que nos ajuda a pensar a cultura numa perspectiva discursiva, que, “antes de predizer comportamentos ou formular leis rígidas, busca dar sentidos ao que observa, tendo, *mais a ver com a interpretação de um texto literário do que com a observação de regularidades empíricas*” (2007, p. 57).

Deste modo, dentro de um cenário político que dita comportamentos e modos de falar, consideramos que as ML desinstalam determinados sentidos ao imprimirem outros, abrindo espaço, na língua política ideal, ao impensado, enfim, ao *imprevisto do absurdo* (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 116).

3. DE ONDE O SUJEITO ENUNCIADOR DO DISCURSO DE LULA ENUNCIA

Deslocando-nos da noção de metáfora como figura de linguagem e apontando os diversos efeitos de sentido que permeiam as falas sobre o DL, precisamos agora situar de onde o sujeito enunciador deste discurso enuncia e em que CP este discurso acontece, para melhor entender os sintomas do estranhamento diante das ML.

Nesta seção, partimos, então, do tratamento teórico dado à Formação Discursiva (FD) em AD para apresentarmos a configuração da FD em que o DL se inscreve, a posição-sujeito assumida no interior desta FD e, como observamos sentidos dispersos outros que também interferem no DL, trataremos teoricamente das noções de *lugar social* e *lugar discursivo*.

3.1 A FORMAÇÃO DISCURSIVA E SUAS FRONTEIRAS POROSAS

A noção de FD foi trazida de Michel Foucault (2005) para a AD como um sistema em que se possa “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (2005, p. 43).

Pêcheux, em co-autoria com Fuchs (1975), reapresenta esta noção, questionando a ideia de regularidade em Foucault. Em *Semântica e Discurso* ([1975] 1988), Pêcheux amadurece o conceito, ao definir FD como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (1988, p. 160), trazendo, deste modo, a questão da ideologia para ser pensada na constituição dos dizeres.

Nesta retomada da noção foucaultiana, o *nexo de regularidade* que regeria uma FD é questionado, permitindo-se, conforme Indursky (2007), que, no trabalho de identificação do sujeito a uma FD, haja espaço para “identificação, isto é, reduplicação da identificação, mas também diferença e divergência, ou seja, a contra-identificação sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar da igualdade e unicidade” (2007, p. 169).

Para Orlandi, as FDs “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (2005, p. 43). Todavia, para

Cazarin⁵³ (2010), uma FD não tem para si um interdiscurso, já que “este é da ordem do já-dito e pode determinar a configuração de diferentes FDs” (2010, p. 105). Sendo assim, pensar em “recortar uma determinada região do interdiscurso, poderia nos encaminhar para a idéia de que os enunciados, no âmbito do interdiscurso, estivessem organizados por regiões de saber, indo de encontro, portanto à idéia de dispersão que lhes é própria” (2010, p. 105-106), conseqüentemente, voltando-se a uma certa regularidade da FD.

O que podemos perceber é que a noção de FD acaba se tornando polêmica justamente por este impasse de se falar em uma certa “regionalização”, ao mesmo tempo em que se admite sua não-homogeneização, uma discussão que tem a ver, justamente, com a instabilidade que instaura a própria noção em AD, o que vem confirmar as palavras de Indursky⁵⁴ (2007), segundo a qual, a FD “é, a um só tempo, idêntica e dividida” (2007, p. 169). Idêntica pelo modo como diferentes discursos se identificam a saberes que a constituem e dividida pelo modo como esta identificação não é, sempre, *plenamente bem sucedida*, o que aponta, segundo Indursky (2007), para uma FD de contornos imprecisos, cujas fronteiras são bastante *porosas* (2007, p. 170).

Para a autora, é esta porosidade que vai permitir a entrada de saberes estranhos à FD, colocando em xeque, conseqüentemente, a unicidade de sua forma-sujeito – a forma histórica do sujeito do discurso. Segundo Indursky, não se poderia pensar em uma FD heterogênea sem considerar que isso afetasse seu sujeito universal, histórico, sua forma-sujeito. Portanto, se uma FD acolhe semelhanças e divergências, é porque diferentes posições-sujeito, abrigadas em seu interior, relacionam-se diferentemente com a forma-sujeito, resultando daí que a forma-sujeito acaba por tornar-se heterogênea também. Isto não impede, porém, que ela continue representando uma unidade imaginária do sujeito, pois, afinal, conforme Pêcheux, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (1988, p. 162).

Para Pêcheux, este caráter ideológico está imbricado na própria condição de sujeito e discurso existirem, já que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (1988, p. 167), interpelação esta dissimulada pelo próprio trabalho da ideologia. Ou seja, apesar de a forma-sujeito possibilitar à FD um efeito de unidade, sua

⁵³ Em *Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD*, publicado em *Organon* 48, 2010.

⁵⁴ No texto *Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?* In INDURSKY, Freda; Leandro-Ferreira, Maria Cristina. *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

dependência ao *todo complexo com dominante*, o interdiscurso, conforme Pêcheux, não intervém jamais como uma globalidade homogênea, reafirmando que o princípio de organização de uma FD não é sua regularidade, mas a maneira como esta noção organiza a dispersão do interdiscurso em seu interior.

Considerar a FD como um espaço heterogêneo é, então, desfazer a constituição dos sentidos pelo princípio da regularidade. É por isso que Pêcheux vai, tal como Lacan, considerar a barra que separa significante e significado, a fim de trazer o significante à instabilidade das determinações que o atingem no interior desta FD heterogênea. Assim, para Pêcheux (1988), os significantes não se encontram colados a um significado correspondente, mas sim imersos no *non-sens* do inconsciente⁵⁵, o que representa dizer, conforme o autor, que “‘o sentido’ é produzido no ‘*non-sens*’ pelo deslizamento sem origem do significante” (1988, p. 300), ou seja, pelo deslizamento provocado pelo trabalho de metáfora.

Trazer a questão da ideologia e do inconsciente para pensar o sentido no interior de uma FD remete à problematização que Pêcheux faz da totalidade do signo saussuriano para estabelecer uma articulação entre Psicanálise e AD, pela via da relação inconsciente/ideologia, defendendo que é justamente neste processo *sem sentido* do inconsciente que se ancora o processo de interpelação ideológica do sujeito (1988, p. 300). Ou seja, para Pêcheux,

[...] é no *non-sens* das representações, que ‘não se mostram para ninguém’, que se configura o lugar do sujeito que toma posição em relação a elas, aceitando-as ou rejeitando-as, colocando-as em dúvida, etc. Em suma, o ‘sujeito’ se produz nesse ‘não-sujeito’ constituído por um amontoado de representações ‘desprovidas de sentido’, e essa produção é acompanhada precisamente por uma imposição de sentidos às representações. (1988, p. 261-262).

Considerando, portanto, o sentido no *non-sens*, o sujeito, em Pêcheux, perde de vez sua autonomia em relação à língua, deixando de ser a causa, a origem, de seus dizeres como propõem as teorias estruturalistas. É porque o mesmo processo que o interpela ideologicamente mascara a ele esta determinação (levando-o a acreditar estar na origem) que, para Pêcheux (1988), “nenhum sujeito é, como tal, sua causa: pelo contrário, é nessas representações que o sujeito se instalará, sentindo-se ‘aprisionado’, identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar...” (1988, p. 260). O sujeito, portanto, não é causa de si, mas é produzido como se fosse, isto é, simultaneamente ao processo de determinação de seu discurso se dá seu processo de interpelação.

⁵⁵ Na busca por Lacan em sua obra, Pêcheux procura costurar a relação Psicanálise e ideologia, ou seja, mente e história.

Tudo isso sem que o interdiscurso se deixe apreender, capturar, pois trabalha com os sentidos do *já-dito*, ao mesmo tempo em que apaga os lastros desta determinação. Não podemos, portanto, falar em origem dos dizeres, mas em determinações que atingem a língua atribuindo-lhe sentido, como um trabalho do interdiscurso, que, para Pêcheux, “[...] corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’)” (1988, p. 164).

A FD, para Pêcheux, atua como um lugar provisório do processo de determinação do interdiscurso. Portanto, para o autor, uma FD também não intervém como causa do sentido, ela representa o lugar dos deslizamentos destes sentidos, o lugar da metáfora. Ou seja, a FD também não é sua causa, pois, conforme o autor, “nenhuma formação discursiva, por ser o *lugar* de realização da transferência que acabamos de descrever, poderia ser a *causa*, porque o sentido não se engendra a si próprio, mas ‘se produz no *non-sens*’” (1988, p. 263). Assim, para Pêcheux:

Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é ‘produzido como causa de si’ na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. (1988, p. 261).

Desse modo, embora encoberto por uma ideia de transparência de sentidos, pela qual o sujeito do discurso julga dizer-se em completude, o interdiscurso sempre se faz presente, ressoando dizeres possíveis, o que permite a um enunciado poder sempre se tornar um outro. Ao mesmo tempo, isso denuncia, o tempo todo, sujeito e sentido em sua não-origem, em sua não-evidência, em seu não domínio sobre o dizer, ou seja, sempre colocando o sujeito diante da falha que o atinge.

Por isso, para Courtine (2009), é a partir do interdiscurso que as modalidades do assujeitamento podem ser analisadas, afinal, trata-se do:

[...] lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciadador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciadador vai dar uma coerência à sua declaração (2009, p. 74).

Esta apropriação dos objetos se aproxima de Pêcheux, para quem o interdiscurso, “enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito-falante’, com a formação discursiva

que o assujeita” (1988, p. 167). Vale ressaltar que esta apropriação acontece sob a ilusão de dois tipos de evidência: a de que o sujeito é fonte dos sentidos e a de que o sentido é reprodução do real.

Ilusão porque, em AD, se o sujeito aparece como senhor de seu discurso é somente enquanto um *efeito ideológico elementar* (1988, p. 153), expressão trazida de Althusser por Pêcheux, para representar a própria condição de ser do discurso, a própria condição de ser sujeito no mundo. Assim, se o sentido aparece como colado à palavra é somente enquanto efeito do esquecimento nº 1, que, pertencendo à instância do inconsciente e afetado pelo ideológico, nos dá a ilusão de estarmos na origem do dizer. Trata-se do apagamento produzido pela ideologia, que ao mesmo tempo em que nos toma, nos esconde sua “captura”. Por isso, segundo Orlandi (2005):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. (2005, p. 48).

É este processo de “evidência” que apaga as diferenças, levando o sujeito a ignorar toda a contradição de que é resultado, até porque, conforme Pêcheux:

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (1988, p. 162).

Dadas estas condições de sujeito e sentido emergirem no discurso, que não existe independente das condições ideológicas em que é produzido, precisamos situar o DL em relação às seguintes indagações: a) Em que FD se inscreve o sujeito deste discurso? b) Como este sujeito se relaciona com a forma-sujeito desta FD? c) Se o próprio de uma FD é dissimular sua constituição, como podemos entender sua configuração? d) Como o sujeito enunciator deste discurso enuncia a partir de um novo lugar discursivo, o de Presidente do Brasil? e) Como (ou se) esta nova posição se relaciona com as demais posições anteriormente ocupadas por esse/deste sujeito enunciator?

3.1.1 A formação discursiva em que o Discurso de Lula se inscreve

Para iniciar a discussão sobre a FD na qual o sujeito do DL se inscreve, buscamos o trabalho de Cazarin (2004), que, a partir das posições-sujeito assumidas pelo sujeito enunciador deste discurso, analisou, no espaço-tempo de 1978 a 1998, o processo de identificação e de representação política deste sujeito.

Embora o espaço-tempo de análise do trabalho da autora seja distinto do nosso, pois abrangemos um período subsequente, em que Lula assumiu a Presidência do País (de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010), bem como são distintas as posições-sujeito analisadas, consideramos que a configuração metodológica da FD do DL em Cazarin, que é a *FD dos trabalhadores brasileiros*, continua organizando os dizeres deste sujeito enunciador por agregar os saberes e as demandas de todos os segmentos de trabalhadores brasileiros, embora em um espaço-tempo distinto.

Todavia, a movência provocada no DL pela passagem de uma posição à outra permitirá observar que esta FD passou de cazarin à nossa pesquisa por um processo de reconfiguração, o que passa a determinar uma nova ressignificação/reorganização de seus saberes. É esta mexida ocasionada pelo modo diferente de o sujeito enunciador se relacionar com a forma-sujeito a cada posição que reafirma a noção de FD em sua heterogeneidade, o que só vem marcar, conforme Indursky, que a FD “é, a um só tempo, idêntica e dividida” (2007, p. 169).

O trabalho de configuração desta FD em Cazarin (2004) se dá a partir das diferentes posições-sujeito (anarco-sindicalista, socialista, reformista, comunista) até chegar à posição-sujeito em que o sujeito enunciador do DL se inscreve, tomada em seu efeito de início no acontecimento histórico da eclosão das greves do ABC paulista em 1978. O trabalho de análise da autora passará, ainda, pelos acontecimentos da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da participação do PT no processo eleitoral de 1982, lugares estes, conforme Cazarin, a partir do qual “Lula e outros trabalhadores passam a enunciar” (2004, p. 78).

Embora nosso período de análise seja outro, consideramos que todo este percurso que a autora traçou sobre as diferentes e anteriores posições assumidas pelo sujeito enunciador do DL, sem dúvida, aproximará os dois trabalhos, pois, pelo viés do funcionamento do DL, podemos perceber que a prática política de Lula, na Presidência do País, recobra, de diversas maneiras, sua prática política anterior, o que vai apontar para o modo como uma posição-

sujeito acaba afetando a outra e, por isso, para o modo como, segundo Cazarin (2007)⁵⁶, “posições de sujeito convivem no interior de um mesmo regime de saber e delimitam entre si ‘lugares’ divergentes materializados pela maneira de se relacionarem com o sujeito histórico da FD” (2007, p. 115). Para a autora, isto leva a dizer, portanto, que *uma posição-sujeito é, desde sempre, heterogênea*, pois:

[...] o espaço enunciativo de uma posição-sujeito é marcado pela historicidade que, por um lado, organiza e determina o dizer, mas que, por outro, divide o acesso a ele de forma desigual. É isso que me leva à compreensão da natureza heterogênea dos saberes de uma posição-sujeito, pois se não bastasse o sujeito enunciar afetado pelos saberes da posição-sujeito e da FD, há que lembrar que esses saberes também são afetados pela memória do dizer, pelo interdiscurso (2007, p. 116).

Podemos verificar a marca desta identificação na seguinte SDr, que funciona plenamente em seu processo de interpelação a partir do que Pêcheux (1988) traz como a tomada de posição do *bom sujeito*, em que há uma “superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’” (1988, p. 215):

SDr 21: Sou fruto da consciência política da classe trabalhadora. (Lula, 24/11/2004)⁵⁷

Nesta SDr, podemos observar o modo como o sujeito enunciador do DL, ao assumir a Presidência do Brasil, inscreve-se no interior da mesma FD própria dos saberes e das demandas da classe trabalhadora, a *FD dos trabalhadores brasileiros*, desde que consideremos que, ao fazê-lo, ocorre a passagem de uma posição-sujeito à outra, a partir da qual o sujeito enunciador do DL passará a enunciar como Presidente do Brasil.

Na SDr 21, podemos analisar, então, que este sujeito se reconhece nesta FD, sob a forma do livremente consentido, em função dos interesses ideológicos que ela representa, absorvendo elementos do pré-construído no fio de discurso, de modo a marcar sua dependência à história política de militância junto aos trabalhadores que o constitui. Assim, marcado pelo esquecimento nº 1, o sujeito enunciador desta SDr é *produzido como causa de si* (PÊCHEUX, 1988, p. 261) pela identificação à FD que o domina, enquanto efeito da evidência de que este sujeito é *fruto da classe trabalhadora* e de que, por isso, mantém-se fiel às lutas sindicais que consolidaram sua participação na política brasileira.

⁵⁶ Do texto *Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo*. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

⁵⁷ Revista Veja, 24/11/2004.

Esta identificação plena, porém, não retira da FD em que o sujeito do DL se inscreve a possibilidade de, conforme Indursky (2007, p. 169), abrir espaço para alteridade, diferença e mesmo contradição, o que faz da FD, uma FD heterogênea, apesar de continuar comportando o sujeito histórico que a ordena, a forma-sujeito. Vejamos esta questão a seguir:

SDr 22: Hoje eu sou um porta-voz, quase um garoto-propaganda das empresas brasileiras. (Lula, 16/02/09)⁵⁸.

Nesta SDr, é possível observar como a questão fronteiriça entre FDs pode se tornar vulnerável, já que, embora o sujeito enunciador deste discurso esteja inscrito no interior da *FD dos trabalhadores (sou fruto da classe trabalhadora)*, ele acaba trazendo para seu discurso algum saber que se identifica à FD antagônica (*sou porta-voz das empresas brasileiras*), a FD dos empresários brasileiros, isto porque este sujeito enunciador é representante da classe trabalhadora, mas agora, no lugar social da Presidência, também precisa representar outros segmentos. Não acreditamos, porém, que esta vacilação entre as fronteiras de uma FD e outra tornem impossível determinar por qual FD o DL é engendrado, nem que, ao assumir uma nova posição-sujeito ele migre de FD, num processo de *desidentificação* (PÊCHEUX, 1988). Trata-se da mesma FD, mas não da mesma forma de o sujeito se relacionar com seu sujeito universal, provocando, desse modo, uma forte mexida nas redes de sentido de seus saberes.

A SDr 22 mostra este espaço de alteridade, e mesmo de contradição, conforme nos apresenta Indursky (2007), já que Lula, enquanto líder sindical, representava um grupo e não outro, mas, agora, precisa jogar com as formações imaginárias que vão dizer que um Presidente precisa agregar forças de todos os setores da economia de um país. São estas formações imaginárias que, em Pêcheux ([1969] 1997c), vão projetar, no sujeito, o lugar social que cada um ocupa no interior de uma formação social dada. Assim, cada um enuncia a partir da imagem que faz de si e do outro, o que representa pressupor, conforme a SDr 22, o que é falar do lugar de Presidente da República.

Diante desta mexida nas fileiras dos sentidos da *FD dos trabalhadores*, cabe-nos questionar: como se dará a passagem de uma posição-sujeito à outra e, principalmente, se é possível marcar a diferença/particularidade desta nova posição-sujeito assumida pelo sujeito enunciador do DL na Presidência da República?

⁵⁸ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, 16/02/09, p. 76.

3.2 A POSIÇÃO-SUJEITO EM QUE O DISCURSO DE LULA SE INSCREVE

Courtine entende “posição-sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD” (2009, p. 88). Ou seja, é o modo como o sujeito, que assume o dizer, se relaciona com a forma-sujeito que organiza os saberes de sua FD, relação esta que é da ordem de uma identificação. Sendo assim, para o autor, descrever as diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e os efeitos que estão ligados a ela é descrever a própria forma-sujeito. Por este motivo, no caso de nossa pesquisa, não partimos de uma FD *a priori* para entender o sujeito do discurso, como se estivéssemos atrás de uma categorização do discurso, neste caso, do discurso político. Em AD, isto não é possível, pois é o funcionamento de um discurso, a partir da posição-sujeito que o sujeito enunciador ocupa, que nos permite chegar à configuração de uma FD, e não o inverso.

Portanto, a descrição de uma FD não é da ordem da prescrição, mas da ordem do funcionamento discursivo que a coloca em jogo. Por isso, sua configuração não acontece apenas internamente, mas também pelo modo tenso como se relaciona com as posições-sujeito de FD antagônicas. Esse movimento interno e externo acontece porque, conforme Courtine, a “posição-sujeito é uma forma vazia, indiferentemente preenchida por locutores intercambiáveis” (2009, p. 96), o que faz com que seu preenchimento não só funcione em relação à FD na qual se insere, mas também em relação a outros preenchimentos anteriores, que deixam, neste espaço de dizer, a memória produzindo sentidos continuamente.

No caso da posição-sujeito, com a qual o sujeito enunciador do DL se identifica ao ocupar o lugar social da Presidência do País, os sentidos não estão isolados da relação de proximidade/divergência tanto com as outras posições já ocupadas por este sujeito no interior da mesma FD, quanto com outros locutores que também ocuparam esta posição, no caso, Presidentes que o antecederam. Sendo assim, os sentidos produzidos a partir desta nova posição do DL, inevitavelmente, se relacionam com os sentidos produzidos por outros sujeitos que também preencheram esta *forma vazia*, marcando, de modo tenso, como esta posição se relaciona com os sentidos trazidos do interdiscurso, reafirmando, conforme Cazarin (2007), que “uma posição-sujeito é, desde sempre, heterogênea” (2007, p. 116).

Do lado de Pêcheux, a questão nos remete ao texto *A análise do discurso: três épocas* ([1983] 1997c), ao tratar do entrelaçamento desigual da FD com um exterior, que se transforma em uma problemática para a segunda fase da AD, na medida em que:

[...] obriga a se descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégicas’; no horizonte desta problemática aparece a idéia de uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas. (1997c, p. 314).

Esta vacilação discursiva tem a ver com o conceito de posição-sujeito em Indursky (2000b), ao representar diferentes modos de o sujeito enunciador se relacionar com a forma-sujeito, colocando em cena o *discurso-outro*, imbricado ao discurso do sujeito – modos estes que “mostram não apenas a heterogeneidade da formação discursiva e da forma-sujeito, mas que apontam, sobretudo, para a própria heterogeneidade da formação ideológica” (2000b, p. 77).

É assim, por exemplo, que FHC e Lula podem ocupar o mesmo lugar social, o lugar da Presidência, mas não da mesma maneira, o que vem a marcar, indelevelmente, a diferença entre os saberes mobilizados no interior da FD em que um e outro se inscrevem, como foi possível observar pela análise que fizemos, no segundo Capítulo, sobre as metáforas empregadas por ambos.

Ou seja, o lugar social da Presidência vem a ser o lugar ocupado por todos os diferentes Presidentes desde que o País se tornou República, e a posição-sujeito, a partir da qual cada um enuncia, será o que vai diferenciar um de outro, pelo modo como se relacionam diferentemente com cada FD. Neste caso, não se está mais falando de uma posição empírica, mas de uma posição no interior de uma FD. Todavia, em relação à nossa história política republicana, no caso do DL, não se trata apenas de uma posição-sujeito entre outras, mas de uma nova posição-sujeito assumida pelo sujeito enunciador do DL quando Lula foi eleito Presidente do Brasil, pois é, a partir daí, que o DL vem, conforme de Indursky (2000b)⁵⁹, “romper com a hegemonia do discurso social produzido no cenário discursivo brasileiro e, ao fazê-lo, inaugura uma forma nova de dicção política e institui um novo sujeito político” (2000, p. 8).

O sujeito enunciador do DL, o sujeito responsável/organizador deste discurso, ao ocupar o lugar social da Presidência, enuncia a partir de uma posição-sujeito que vai se relacionar internamente e externamente em relação à sua FD. Este sujeito, determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente, vai se relacionar

⁵⁹ Neste trabalho, Indursky trata do papel do MST como único movimento civil organizado na atualidade, mas consideramos que esta citação cabe perfeitamente ao modo particular como se inscreve o DL no cenário da nossa situação política.

tanto com a forma-sujeito histórica da FD, e os saberes que ela abriga, quanto com a posição-sujeito dominante, o que faz desta relação sempre uma relação de tensão: entre o que regula a forma-sujeito e entre o que determina uma posição, como foi possível observar na SDr 22. No caso do DL, a filiação do sujeito à *FD dos trabalhadores brasileiros* organizará, de determinada forma, seus saberes, mantendo imbricada sua nova posição-sujeito com as posições anteriores assumidas por este sujeito, como podemos observar na SDr a seguir, recortada de uma entrevista concedida por Lula quando participava do Fórum Econômico Mundial (FEM)⁶⁰ em Davos, Suíça:

SDr 23: Mas, vocês vão perceber que tem muita coisa em comum. Isso é como numa negociação simples, entre um empregador e um sindicalista. Parece que as distâncias são enormes, mas, quando se sentam na mesa para negociar, a gente percebe que tem vários pontos que precisam apenas ser melhor ajustados, para que a gente possa colocar a política para andar. Eu estou convencido de que é plenamente possível, pelo que eu conheço, do Fórum Social Mundial, e pelo que eu conheço do Fórum aqui, por leitura, se sentarem em torno de uma mesa, tem muita coisa em que, para surpresa de vocês, haverá concordância entre os dois fóruns. (Lula, 26/01/2003)⁶¹.

Na SDr 23, o sujeito enunciativo convoca a ideia de uma mesa-redonda como metáfora para a negociação entre os países que participam do Evento, marcando aí uma memória em que *empregador* e *sindicalista* precisavam negociar. Com isso, este sujeito faz intervir uma memória de sua posição-sujeito sindicalista, remetendo-a, por exemplo, aos movimentos sindicais da época das greves que agitaram o ABC paulista na década de 1970-1980, quando as negociações representavam a única possibilidade de melhoria das condições de trabalho da classe trabalhadora, mesmo que não resultasse no atendimento de todas as reivindicações dos trabalhadores. Nesta retomada, os sentidos se atualizam num momento da história do Brasil, em que os sindicatos se engajavam na luta pelos trabalhadores, precisando negociar com os empregadores e travar acordos: quanto melhor o processo de negociação, melhor a possibilidade de se conseguir as reivindicações da classe.

É esta memória discursiva que vem trabalhar, na nova posição-sujeito, sentidos outros, ressignificando as negociações entre representantes empresariais e políticos do Fórum em Davos ao modo das negociações entre *empregador* e *sindicalista*. Esta *memória* encontra-se com uma *atualidade*, recobrando experiências dos movimentos sindicais para ajudar a, conforme SDr 23, *fazer andar a política* hoje.

⁶⁰ FEM é uma organização sem fins lucrativos, cuja base é Genebra, embora suas reuniões anuais aconteçam geralmente em Davos, Suíça. Estes encontros reúnem os principais líderes empresariais e políticos, assim como intelectuais e jornalistas selecionados para discutir as questões mais urgentes enfrentadas mundialmente, incluindo saúde e meio-ambiente.

⁶¹ Entrevista concedida por Lula no Fórum de Davos Folha Online, 26/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

A SDr 23 ainda ajuda, portanto, a entender como as diferentes posições-sujeito do DL se relacionam no interior de uma FD, pois materializa, na ML em questão, o modo como uma posição-sujeito interfere na outra, no caso em análise, como a posição-social sindicalista intervém na posição-sujeito de Presidente do País. Este trabalho de produção do sentido reafirma, então, que as fronteiras que particularizam uma e outra posição não são estanques, mas fluidas e porosas, e que, segundo Indursky (2000), “a convivência dessas posições-sujeito desiguais no interior de uma mesma formação discursiva mostra que não há lugar apenas para o mesmo sentido neste domínio de saber. O diferente aí tem o seu lugar garantido” (2000, p. 80). No caso da SDr 23, ao recuperar a negociação entre *empregador* e *sindicalista*, o sujeito enunciador deste discurso aponta para a necessidade de estes dois segmentos, em princípio, sem relação (*empregador* e *sindicalista*), serem pensados a partir mesmo de suas diferenças.

Assim, podemos dizer que o lugar social da Presidência ocupado pelo sujeito do DL vai conviver com a *irrupção de um “além” exterior e anterior* (Pêcheux, 1997, p. 314), fazendo com que sempre haja tensão entre a posição-sujeito e outras anteriores, bem como entre a posição-sujeito e a forma-sujeito da FD que a abriga.

3.2.1 A instauração de uma nova posição-sujeito e de um novo interlocutor no Discurso de Lula

Para pensar a instauração desta nova posição-sujeito do DL, a de Presidente do País, partimos do dia 27 de outubro de 2002, quando jornais do Brasil e do mundo anunciaram uma notícia, no meio político, que se distinguiria das demais pelo ineditismo do narrado: a vitória de Lula nas eleições presidenciais daquele ano. Este ineditismo fará do fato narrado um acontecimento histórico, por representar o momento em que, pela primeira vez, chega à Presidência do País um representante da classe trabalhadora, que traz em sua história de vida a marca de ter ocupado, entre outros lugares, o lugar de retirante nordestino, engraxate, auxiliar de tinturaria, torneiro mecânico, líder sindical. Enfim, um integrante do povo brasileiro, de origem humilde, que assume um papel social antes impensado a alguém como ele no cenário da política no País.

Depois de três derrotas nas eleições de 1989, 1994 e 1998, pela quarta vez concorrendo ao cargo, Lula vence a eleição de 2002 como o primeiro Presidente do Brasil que veio do povo e o primeiro a representar um partido de esquerda⁶² na história política do País.

⁶² Diz-se que Lula representa um partido de esquerda, lembrando-se que as alianças que foram sendo feitas no decorrer das campanhas à Presidência tornam esta designação bastante fluida. No caso da eleição que levou Lula

Depois de anos em que a política brasileira foi dominada por representantes da classe alta e média-alta, este acontecimento interrompe o revezamento das elites no poder e instaura uma forte mudança neste cenário.

Com 61,3% dos votos válidos no segundo turno, Lula vence as eleições de 2002 e, como um representante forjado nos movimentos sindicais, interrompe o modo de fazer política no País, o que faz com que o sujeito enunciador deste discurso tenha de lidar com um imaginário, que, segundo Indursky (2003), o vê como um “homem despreparado, sem instrução [...] que pode apropriar-se da poupança dos brasileiros, que pode apropriar-se dos bens dos brasileiros, [...] que pode promover a reforma agrária nos campos e a socialização de suas casas e bens, nas cidades” (2003, p. 111).

Consideramos este momento da história do País como um acontecimento histórico a partir de Pêcheux, em *Discurso: estrutura e acontecimento* ([1983] 2006), quando o autor trata do acontecimento que representou a vitória de Mitterrand na França, em 10 de maio de 1981, também como uma vitória da esquerda no país⁶³.

Importante destacar que, ao falarmos do ineditismo do acontecimento de 2002, não estamos dizendo que ele irrompe exatamente no dia 27 de outubro deste ano, quando se noticia a vitória de Lula, pois este acontecimento se inicia bem antes da data que lhe serve de início, por exemplo, com a participação popular de Lula no momento histórico da eclosão das greves do ABC paulista em 1978 (CAZARIN, 2004), motivo pelo qual os sentidos que antecedem ao acontecimento trazem consigo toda uma memória que, ao encontrar com uma atualidade, continuará produzindo sentidos para além desta cronologia, como vimos na SDr 23, motivo pelo qual estamos considerando, segundo Pêcheux, “o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (2006, p. 17).

Todavia, embora os sentidos de 2002 venham sendo produzidos de longa data, aqui consideramos que o 27 de outubro de 2002 representa este ponto de encontro de uma memória com uma atualidade, que vai exigir com que estes sentidos sejam significativamente reorganizados, produzindo, desse modo, o que Pêcheux trata por acontecimento discursivo.

Para esta defesa, apoiamo-nos no trabalho de Indursky *Lula lá: estrutura e acontecimento* (2003), segundo a qual, a noite de 27 de outubro de 2002, quando é noticiada a

à vitória de 2002, a *Coligação Lula Presidente* contou com o Partido de Mobilização Nacional, Partido Comunista do Brasil e com o Partido Comunista Brasileiro (PARANÁ, 2003).

⁶³ Em *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral* (2003), Veron explica que a relação entre estes dois casos, o de Lula e o de Mitterrand, se dá, porque, em ambos os casos: o vencedor das eleições é um candidato da esquerda, contra candidatos da continuidade do *establishment*; o vencedor é um veterano já candidato várias vezes; os vencedores são reconhecidos, em sua história de vida política, por representarem a modernização e a transformação da política em um grande partido progressista, de peso nacional, os de Mitterrand e de Lula.

vitória de Lula, reclamará por sua discursivização, por “sentidos novos, ainda não ditos, desconhecidos” (2003, p. 110).

Em nossa pesquisa, estamos considerando as ML como a materialidade capaz de representar esta nova discursivização, que, por abrigar sentidos da vida do homem comum, vão convocar um novo interlocutor na *cena discursiva* da política brasileira, que, em Indursky, representa o *cenário discursivo*, um cenário que não possui materialidade física, mas é mobilizado pelo imaginário social do sujeito (1997, p. 137). Este novo interlocutor seriam, aqui, todos aqueles que se reconhecem nos sentidos veiculados nas ML. E é em torno deste novo interlocutor que, para nós, o cenário discursivo da política brasileira sofrerá a inserção de novos sentidos, que passarão a abrigar uma nova representatividade social, antes não ouvida: trata-se, portanto, de um novo modo de enunciar a política por marcar a descontinuidade de uma política de elite e para a elite.

Vinte anos sob o poder militar, que calava *vozes discordantes*, passando para mais vinte anos de um regime democrático, que alimentava *vozes ecoantes*, a vitória de Lula, em 2002, vem exercer uma mexida significativa nas fileiras do sentido, abrindo caminhos para outras possibilidades de dizer, antes interceptadas, interdidas, nas vozes não ouvidas da maioria da população brasileira, que, aqui, vamos considerar como sendo representada por este novo interlocutor: o povo.

É assim que as ML vão fazer trabalhar o acontecimento, conforme Pêcheux, “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (2006, p. 19), o que não impede, conforme Pêcheux, que esta discursivização já comece a sofrer aí os efeitos de opacidade. Isso representa dizer que, ao mesmo tempo em que a transparência dos dados que noticiaram o acontecimento da vitória de Lula, com seus exatos 52.788.428 votos contra 33.366.430 de José Serra em 2002, legitima o ocorrido, esta precisão numérica não evitará a opacidade do acontecimento, inscrita no *jogo oblíquo de suas denominações* a partir dos enunciados veiculados na mídia, por exemplo. Desse modo, assim como analisado por Pêcheux o caso de Mitterrand na França, também aqui os enunciados que veicularão a vitória de Lula vão tomá-la de dois modos particulares: reconhecendo-a em sua legitimidade ou procurando diminuir sua força de acontecimento.

Para analisar o funcionamento deste último efeito, que representará também um sintoma do estranhamento de que tratamos já na introdução, trazemos a foto a seguir, em Veja

*on line*⁶⁴, que retrata a posse de Lula em 01 de janeiro de 2003 a partir da comemoração do povo no espelho d'água do Palácio do Planalto, em Brasília/DF:



Foto 1: Comemoração no Palácio do Planalto.
Fonte: AP/Wanderlei Almeida - Veja on line
(08/01/2003).

Para nós, esta imagem da festa de comemoração da vitória de Lula, pelos efeitos que produziu, pode ilustrar o *primeiro grande alvoroço/estranhamento* que o interlocutor do DL passa a produzir neste cenário discursivo pelo modo como o povo aparece interferindo na festa de posse em Brasília, o que se marca na legenda que esta foto recebeu: “Calcula-se que cerca de 150 000 pessoas *ocuparam* o centro do poder em Brasília, agitando bandeiras vermelhas, *invadindo* o espelho d'água do Congresso Nacional e carregando símbolos para saudar Lula e o PT, na maior manifestação popular da história na posse de um presidente da República: a segurança teve de ser reforçada depois que um manifestante se *agarrou ao pescoço* de Lula e quase o derrubou do carro que o levava ao Congresso” (Veja, 2003, grifo nosso).

Como podemos observar, a legenda da foto reafirma o não-pertencimento do povo ao *ter ocupado o centro do poder e invadido o espelho d'água* em Brasília na festa de comemoração, confirmando-se pela materialidade ocupar/invadir que vai fazer deste espaço público um espaço não-público. Nesse mesmo sentido, a ideia de *ameaça* que esta festa trouxe para a segurança de “todos”, inclusive do Presidente, conforme a legenda, reforça o efeito de sentido que apresentamos anteriormente: há uma estranheza em relação a este povo numa festa que, paradoxalmente, foi tratada em muitos meios como *a grande festa do povo*.

⁶⁴ Texto retirado do site da *Veja on line*, 08/01/2003.

Disponível em: http://veja.abril.com.br/080103/p_022.html. Acesso em 13/01/2011.

Tal estranhamento se reforça pelo modo como este povo aparece em contraste com a formalidade e e “bons modos” da cerimônia em Brasília. Numa relação parafrástica à legenda da foto 1, este efeito poderia ser reproduzido da seguinte maneira: não eram 150.000 pessoas comemorando a vitória de Lula; eram 150.000 pessoas *ocupando/invadindo o centro do poder em Brasília*.

Nesta veiculação de sentidos que apontam para um estranhamento, a grande *festa do povo* acaba não reconhecendo este povo como convidado principal, o que demonstra um outro “flagrante” feito pelo mesmo fotógrafo na foto 2:



Foto 2: Comemoração no Palácio do Planalto.
Fonte: AP/Wanderlei Almeida - Veja on line (08/01/2003).

A Foto 2 mostra duas pessoas subindo no mastro da bandeira, também em frente ao Palácio do Planalto, reforçando, com isso, os sentidos da primeira imagem, que faz a expressão *festa do povo* migrar para *invasão do povo*. Além de invasor, outros dizeres que noticiaram a presença deste povo na festa da posse também o consideraram como mais uma das estratégias de *marketing* da assessoria de campanha de Lula, como sugere o título da reportagem da Foto 1: *Lula toma posse em cerimônia com “jeito de povo”* (destaque do próprio autor) por Asdrúbal Figueiró, veiculado pela BBC no Brasil⁶⁵. Para Figueiró, a estratégia de “aproximar” o presidente do povo tinha o objetivo de ganhar tempo, diante de um governo que seria difícil por conta da situação financeira pela qual passava o País à época. Outra reportagem, em Folha *on line*⁶⁶, novamente com a ideia de que o *povo* foi “plantado” naquele cenário do Palácio do Planalto, apresenta que “o marqueteiro de Lula e um dos

⁶⁵ Texto publicado em 01/01/2003, em BBC Brasil.com:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030101_posse1.shtml. Acesso em 10/01/2011.

⁶⁶ Texto retirado do site da Folha *on line*:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-posse.shtml. Acesso em 10/01/2011.

coordenadores da cerimônia, Duda Mendonça, programou e conseguiu dar o tom de uma posse com participação popular” (2002).

Em consonância com estes efeitos de sentido, a escolha do fotógrafo por um dos ângulos do cenário, como observamos nas duas imagens trazidas aqui, representa, em AD, a reprodução de determinados sentidos e não outros, cujo olhar lançado ao acontecimento se marca afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Segundo Mariani⁶⁷ (1999), a foto no discurso jornalístico apreende um flagrante do movimento histórico e não outro, produzindo, portanto, um gesto de interpretação, nunca imparcial. Conforme a autora, cada foto representa um ponto de vista do fotógrafo⁶⁸, que, ao construir o instantâneo de uma cena, não capta o real em sua totalidade, mas reconfigura o que foi visto, cujos “limites de tal reconfiguração são dados pela história” (1999, p. 104). Por isso, para Mariani, o ato de observação de uma foto já representa um modo de significá-la, marcando a interpelação ideológica do sujeito que a produziu. Assim, no caso das fotos que mobilizamos aqui, podemos dizer que as duas imagens da posse de Lula reafirmam o não-pertencimento do povo a esta cena, mostrando, conforme Mariani, que “as interpretações engendradas nos jornais fazem circular os sentidos hegemônicos que interessam às instâncias que os dominam” (1999, p. 112).

Pelo engendramento das fotos 1 e 2, o povo aparece como alguém que, até, poderia ter o direito de estar ali, mas não é reconhecido como tal, em sua relação de pertença àquele 1º de janeiro de 2003, o que vem sublinhar, no acontecimento em questão, sua equivocidade. Ou seja, apesar de as eleições de 2002 noticiarem, em termos de precisão numérica e estatística, que foi um representante deste povo quem venceu as eleições, o universo logicamente estabilizado da política brasileira vai resistir a este acontecimento e/para tentar apagar sua legitimidade, registrando-se aí a opacidade do próprio acontecimento. Um exemplo desta tentativa de apagamento seriam os enunciados que vão tentar mostrar que este acontecimento não provocou nenhuma ruptura, nenhuma mudança significativa na política do País, ou seja, a partir do que trouxe Pêcheux (2006) a respeito da França: se a direita tivesse ganhado também seria a mesma coisa. Do mesmo modo, com o enunciado “*on a gagné*” (ganhamos), gritado pelas ruas na comemoração de Mitterrand, Pêcheux (2006) recupera as indagações que foram feitas a este “ganhamos”, na tentativa de apagar o acontecimento da vitória da esquerda na França, como: quem ganhou? O que ganhou? Se a direita tivesse ganhado, o que mudaria?

⁶⁷ No texto *Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30*, publicado em *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (1999), organizado por Indursky e Leandro-Ferreira.

⁶⁸ Segundo Mariani, “o discurso jornalístico, como qualquer outro discurso, é produzido em condições históricas de confrontos, alianças e adesões que gerenciam e constituem as interpretações produzidas. Ao mesmo tempo, o processo através do qual isso se dá fica apagado. [...] isso é ideológico” (1999, p. 111).

Em entrevista à Revista *Veja*⁶⁹, em 20/11/2002, logo depois da vitória de Lula em 27 de outubro, FHC se inscreve nesta perspectiva de negação do acontecimento ao responder à pergunta:

Veja: *O senhor, ao desenvolver a teoria do curto-circuito, citou casos como o Maio de 68 francês, a queda do Muro de Berlim e, no Brasil, a campanha das diretas e o Plano Real. Ao menos com esses episódios brasileiros, o caso de Lula é comparável?*

FHC: Só que, nesses casos, havia objetivos claros. No caso do Plano Real, a sociedade ansiava pela estabilização. Na campanha das diretas, pela eleição. Aqui a coisa é mais difusa. Não há um objetivo definido. Talvez seja esse o grande dilema do Lula. Lula é um símbolo. Ele sozinho simboliza uma reivindicação social. Veio de baixo, foi líder sindical. Enfim, expressa aquilo que o Brasil mais almeja – que todos possam ter uma vida melhor. Como ele próprio conseguiu ter. Ele é símbolo. Agora, como não definiu qual é o objetivo, há um risco de a mesma sensação de "Ah, ganhamos" virar "Ganhamos o quê?".

Ao falar do risco que corre o *Ah, ganhamos/Ganhamos o quê?*, FHC marca-se na tentativa de apagamento das perguntas feitas ao “*on a gagné*”, procurando, se não negar a vitória de Lula, ao menos, diminuir ou minimizar o acontecimento histórico em questão. Este enunciado se aproxima de uma série de outros enunciados que, inscritos em uma FD antagônica à do DL, vão negar a legitimidade de um homem comum, de origem humilde, alcançar um posto antes restrito a uma parcela bastante pequena da população, a elite da política brasileira.

A partir da análise que fizemos das fotos e das legendas, enfim, dos discursos que apontam para a estranheza do povo neste cenário, precisamos ressaltar que diferentes enunciados, a partir daí, remeterão ao mesmo fato, a vitória de Lula, porém não construindo as mesmas significações. Conforme Pêcheux (2006, p. 21), isso pode ser entendido como um movimento de *circulação-confronto* de enunciados, que, no caso da vitória de Lula, registrarão também a legitimidade deste povo no cenário em questão, como o próprio *slogan* que passa a representar o Governo Lula a partir de 2003:



Figura 1: *Slogan* do Governo de Lula.

Fonte: www.brasil.gov.br – Acesso em 20/01/2011.

⁶⁹ Texto publicado em um Caderno Especial sobre FHC, em: http://veja.abril.com.br/201102/p_086.html. Acesso em 10/02/2010.

Diferentemente dos sentidos produzidos pelas fotos 1 e 2, o *Brasil de todas as cores* do *slogan* vai procurar confirmar não só a legitimidade do povo que participou das comemorações do 1º de janeiro de 2003, como também passará a significar sua presença como novo interlocutor do DL. Com isso, a totalidade que encerra a expressão *de todos* se contrapõe à totalidade de antes, pois dizer que o Brasil agora é de todos está em estreita relação com a ideia de que antes não era, o que vem para marcar a divergência com a FD antagônica, apontando para o fato de que os governos anteriores governavam apenas para alguns, os quais sempre gozaram das riquezas e benefícios do País.

Desse modo, *Brasil: um país de todos* fará trabalhar uma memória que reivindica que alguém mais seja pensado neste cenário: o interlocutor com o qual as ML travarão diálogo. Por isso, consideramos que este enunciado vai se transformar em um elemento referente para o trabalho de discursivização reclamado a partir do acontecimento histórico de 27 de outubro de 2002, para o qual as ML servirão de materialidade. E, embora algo deste funcionamento seja familiar entre as posições-sujeito ocupadas pelo sujeito do DL, para nós, surge aí uma mudança significativa na cena discursiva em que o DL se insere, pois, se antes, o sindicalista, o metalúrgico, o empregado, e até mesmo o povo era o interlocutor do DL, isto se dava em condições de produção distintas, as quais não ofereciam a este povo a interlocução que agora é possível oferecer no cenário da política brasileira.

Para significar esta mudança, já materializada *no espelho d'água do Palácio do Planalto*, apoiamo-nos em Courtine (2006), que propõe uma resignificação ao tratamento do discurso político nos dias de hoje: que este deixe de ser o objeto fechado da AAD 69, como um enunciado de *porta-vozes legítimos de máquinas políticas* e passe a trabalhar os discursos *orais do homem comum*. Por isso, para o autor, é necessário que se abandonem os *corpora* escritos, doutrinatórios, e que se preocupe com “os discursos disseminados e fragmentados em seu envolvimento com o oral, o comum, a diferença, por meio dos quais os indivíduos se apropriam do discurso político, recebem-no, falam sobre ele à sua maneira, criam armadilhas, preconceitos, aceitam-no ou a ele resistem” (2006, p. 82).

Podemos dizer, então, que as ML constituem a materialidade deste novo modo de compreender o discurso político como propõe Courtine (2006), pois permitem emergir esta *fala do homem comum* que vai estabelecer interlocução também *com o homem comum*, oferecendo lugar, no discurso político, para *o oral, o cotidiano, a diferença*. É este falar do homem comum que traz para a cena discursiva um novo interlocutor, atendendo, segundo Courtine, à necessidade de se dever “analisar os sistemas de recepção dos enunciados políticos, pois não são simples imagens inversas da primeira, mas trazem suas próprias

estratégias para o jogo” (2006, p. 83). Consideramos que as ML representam um modo de jogar este jogo.

A instauração deste acontecimento discursivo, ao trazer o povo para este cenário, faz com que os sentidos, conforme Indursky, apareçam:

[...] transformados, mostrando que o que, antes, era tido como impossível pela ‘inteligência política’ do país, o que antes era tido como uma utopia pela massa dos brasileiros, agora é colocado em outro sítio de significância, fazendo soar novos sentidos, os quais fazem ressoar os sentidos já-postos. (2003, p. 115).

Portanto, as ML não representam uma materialidade deste acontecimento porque substituem determinados sentidos por outros, mas porque os sentidos que começam a ser trabalhados em seu espaço são ressignificados a partir do modo como novos sentidos vão se impondo nesta cena. Portanto, num trabalho de *circulação-confronto* destes enunciados, as ML vão fazer trabalhar o acontecimento de 2002 como uma nova *rede discursiva de formulações*⁷⁰, ao materializar rupturas nos sentidos do mundo logicamente estabilizado da política brasileira.

É assim que, conforme Indursky, “o acontecimento discursivo faz trabalhar a memória do dizer, a estrutura, o repetível, provocando um reordenamento no que pode ser dito: o que antes era da ordem do não-dito, do impossível aparece, agora como o que pode/deve ser dito” (2003, p. 115). Em relação ao nosso trabalho, isto representa dizer que o povo, antes um clichê de campanha ou um *simulacro de voz*⁷¹ (INDURSKY, 1997), agora se presentifica na cena da política brasileira por meio das ML, reafirmando o acontecimento discursivo na origem de novos dizeres. As ML serão as pistas deste acontecimento discursivo provocado pelo encontro entre uma atualidade e uma memória, constituindo-se, elas próprias, um *acontecimento linguístico* conforme Zoppi-Fontana (2009)⁷², definido pela sua “reflexividade enunciativa, isto é, pela sua interpretação como acontecimento pelos sujeitos envolvidos na enunciação, e pela sua reflexividade metalingüística, através da qual a língua se constitui em objeto de uma enunciação política” (2009, p. 2).

Considerando, segundo Indursky, que a estrutura faz ressoar os dizeres inscritos na memória social, e o acontecimento instaura a possibilidade de romper com a repetibilidade

⁷⁰ A expressão é de Courtine (1981), trazida em Indursky (2003).

⁷¹ *Simulacro de voz* em Indursky (1997) acontece quando o funcionamento discursivo do governante “simula exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida sua imagem” (1997, p. 116) e enfraquecida a deste coletivo.

⁷² Do texto *Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua*, apresentado no SEAD 2009. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s2_Mónica.pdf. Acesso em: 10/07/2011.

dos sentidos *já-lá* da memória e abre espaço para a produção de novos dizeres (2003, p. 119), é que consideramos as ML como um acontecimento linguístico representante deste encontro entre estrutura e acontecimento. Isto porque os sentidos que representam o homem comum, o falar do homem comum, abrigados no *já-lá* de uma memória, são atualizados por um acontecimento, uma atualidade, que os insere em uma condição histórico-social bastante diversa de dizer.

Estamos, portanto, segundo Indursky, diante do encontro entre sentidos já postos, e “novos sentidos que são produzidos a partir desse acontecimento histórico que reclama sentidos, que pede interpretações, os quais, ao serem discursivizados, o ressignificam” (2003, p. 118). Por este motivo, consideramos que o acontecimento histórico da vitória de Lula leva, ao acontecimento discursivo, que vai permitir a *ruptura do mesmo, instaurando-se o novo, em torno do qual novos dizeres irão se inscrever*, a partir do modo como se inscreve um novo interlocutor na cena discursiva da política brasileira: o povo brasileiro do espelho d’água.

3.3 O LUGAR DISCURSIVO E O LUGAR SOCIAL NO DISCURSO DE LULA

Ao determinar a FD em que o DL se inscreve e a posição-sujeito assumida por seu sujeito enunciador, sentimos a necessidade de pensar também o lugar a partir do qual este sujeito enuncia, por isso trataremos nesta seção das noções de *lugar discursivo* e *lugar social*, para melhor entender a abrangência das determinações que afetam as ML.

De início, recuperando o dizer de Indursky (2007), segundo o qual uma FD é tomada em seus contornos imprecisos, cujas fronteiras são bastante *porosas* (2007, p. 170). Esta porosidade desfaz a ideia de fronteiras impermeáveis de uma FD e permite pensar que os dizeres com os quais um sujeito se identifica não estão protegidos/isolados de outras FDs que possam também afetá-lo de algum modo. Assim, embora o sujeito enunciador do DL se filie à FD dos trabalhadores, isso não significa que saberes provenientes de outras FDs não o atravessem, dadas as CP que cercam a nova posição-sujeito da qual passa a enunciar na qualidade de Presidente do País, conforme observamos na seguinte SDr:

SDr 24: Hoje eu sou um porta-voz, quase um garoto-propaganda das empresas brasileiras (Lula, 2009)⁷³.

⁷³ IstoÉ Dinheiro, 2009. ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009 (16/02/09, p. 76). Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/636/imprime158280.htm>. Acesso em 12/07/2011.

Nesta SDr, o discurso abre espaço para um dizer proveniente de uma outra FD, a dos empresários brasileiros, o que não representa uma contra-identificação ou mesmo desidentificação (PÊCHEUX, 1988) do sujeito com a FD dos trabalhadores, mas a forma como, ao ocupar esta outra posição-sujeito, o sujeito enunciador do DL precisa conciliar/congregar forças econômicas e políticas, pois uma nação, dentro do sistema em que se configura, não se desenvolverá sem o apoio também do empresariado brasileiro. Nesse sentido, a SDr 24 aponta para o modo como saberes de duas FDs bastante diversas, para não dizer antagônicas, podem afetar um mesmo discurso, sem que isso represente uma desfiliação do sujeito em relação à sua FD, reafirmando, portanto, que as FDs não funcionam como blocos isolados e homogêneos e que a predominância de uma ou de outra será estabelecida pelas CP de um discurso.

De aproximada maneira, julgamos que, assim como uma FD pode afetar outra, antagônica ou não, uma posição-sujeito também pode ser afetada por outra(s), apontando para, também, uma semelhante porosidade entre as fronteiras que distinguem uma posição-sujeito de outra.

Esta imbricação pode ser observada na seguinte SDr:

SDr 25: E pode ficar certo que muitos amigos meus, Presidentes de outros países, vão perceber que, a mesma dureza com que eu fiz sindicalismo no Brasil, construí um partido político e cheguei a Presidente, eu vou ter nas nossas relações internacionais. Nós não aceitamos a idéia de que o livre comércio só valha para os países em desenvolvimento, pobres. É muito importante que os países ricos acabem, de uma vez, com toda essa política protecionista, para que a gente possa disputar, em igualdade de condições. (Lula, 2003)⁷⁴.

Nesta SDr, o sujeito enunciador, agora na posição-sujeito de Presidente do País, convoca sentidos de outra posição já assumida por ele no passado, a de líder sindical, aproximando-as de modo a reforçar o que da experiência de uma pode servir à outra, a partir da relação metafórica entre *governar o País/liderar um sindicato*.

Ou seja, no dizer deste sujeito, quando já na posição de Presidente, reaparece um dizer próprio de uma outra posição anteriormente ocupada, o que traz para o fio do discurso de hoje uma memória de discursos anteriores, reafirmando, conforme Cazarin (2007), que “uma posição-sujeito é, desde sempre, heterogênea” (2007, p. 116).

Todavia, ressaltamos que, além desta permeabilidade entre as diferentes FDs e entre as diferentes posições-sujeito assumidas por este sujeito no interior de uma FD, acabamos verificando, no funcionamento do DL, outras possíveis determinações que afetam este discurso, o que nos levou a pensar a noção de *lugar discursivo e lugar social*.

⁷⁴ Entrevista concedida por Lula no Fórum de Davos/Folha Online, 26/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

Grigoletto (2007) trabalha esta questão, defendendo que o sujeito se subjetiviza na passagem do lugar social, o lugar empírico, institucionalizado, para o espaço discursivo, o lugar discursivo, quando o sujeito se inscreve em uma FD. Para a autora, a prática discursiva estabiliza um determinado lugar social, cujos sentidos se encontram “cristalizados e instituídos como verdades” (2007, p. 128), determinando a constituição do lugar discursivo, que representaria, assim, “diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar” (2007, p. 130). Conforme Grigoletto, “o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer” (2007, p. 126), o que nos leva à interrogação sobre como o sujeito se relaciona/lida com esta determinação?

Para Grigoletto (2007), o lugar social seria este espaço institucionalizado, que, pela prática discursiva, se estabiliza (2007, p. 128) e que só se legitimaria pela prática discursiva, ou seja, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo (2007, p. 129). Todavia, embora o lugar discursivo seja efeito do lugar social e vice-versa para a autora, “o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que *impõe* a sua inscrição em determinado discurso” (2007, p. 129, grifo nosso). Parece, então, que, nessa perspectiva, o lugar social determina o lugar discursivo e ambos determinam os dizeres do sujeito.

A questão que levantamos é que, na Figura que Grigoletto (2007, p. 130) apresenta para distinguir lugar social e lugar discursivo, lugar social faz parte do espaço empírico (formação social) e lugar discursivo faz parte do espaço discursivo, localizado este entre a forma-sujeito e as posições-sujeito. E, na mesma Figura, para a autora, a FD “abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a parti dele” (2007, p. 130). Isso nos leva a questionar como o lugar social *se impõe* ao lugar discursivo já que se trata, conforme a autora, de um lugar empírico e, ainda, como ambos fazem parte de uma FD?

Primeiro, entendemos que lugar social, conforme Pêcheux (1997 [1969]), é “um certo lugar no interior de uma formação social dada” (1969, p. 77), mas não um lugar empírico como em Grigoletto (2007), pois, além de este lugar já ser marcado por *relações de força* e *relações de sentido*, para Pêcheux (1969), o sujeito é sempre parte da montagem de um processo discursivo, “qualquer que seja a modalidade de sua presença, física ou não” (1969, p. 80). Também por isso não concebemos *lugar social* como o lugar de verdades cristalizadas, já que, conforme Pêcheux (1969, p. 78), os modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte funcionam de modo diferente, a cada posição-sujeito ocupada.

Para nós, o lugar social, que o sujeito vem ocupar ao assumir uma determinada posição no discurso (posição-sujeito) e que é formado por um conjunto de imagens e antecipações projetadas pelo sujeito em relação a si e a seu interlocutor, sofrerá determinação de um conjunto de dizeres possíveis e dispersos que compõem os diferentes *lugares discursivos*, como um espaço do “‘já ouvido’ e o ‘já dito’, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 1969, p. 85-86). E é justamente este *já-dito* que nos ajuda a dizer que *lugar social*, formado pelo conjunto de imagens que os interlocutores fazem de si e dos outros, não se confunde com posição-sujeito, pois, enquanto o *já-dito* desta atua como constituição do dizer, causado por seu próprio esquecimento (nº 1) e determinado pela inscrição em uma FD em particular, o *já-dito* do lugar social atua como circulação de dizeres que sustentam um determinado lugar na estrutura social, advindos de uma memória sobre este lugar. Ou seja, o *já-dito* do *lugar social* atua como projeção de imagens, e o *já-dito* da posição-sujeito como um processo de identificação com a forma-sujeito de uma FD.

Sendo assim, a FD continua a determinar os dizeres possíveis ao sujeito em determinada posição, mas, quando um sujeito se identifica à forma-sujeito de determinada FD e, nela, assume uma ou outra, ou ainda diferentes posições-sujeito, este processo de identificação/constituição não está isento, ou mesmo independente, de saberes dispersos que habitam os lugares que o sujeito vem a ocupar quando assume uma posição no discurso. Ou seja, a posição-sujeito será determinada pela FD, mas também sofrerá influência dos discursos dispersos que perpassam aquele(s) outro(s) lugar(es) discursivo(s) pelos quais o sujeito do discurso circulou/circula, o que vem confirmar, de acordo com Pêcheux (1969), que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (1969, p. 79).

Nesse caso, podemos dizer que a própria condição de ser do sujeito já pressupõe a existência destes saberes que o antecedem, em outras palavras, que a constituição do sujeito pressupõe a existência de *lugares discursivos*, reafirmando, conforme Pêcheux (1969), que as diversas formações imaginárias “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)” (1969, p. 85), sempre atravessadas, portanto, do *já ouvido*, do *já dito*. Sendo assim, *lugar social* e *lugar discursivo* fazem parte das CP de um discurso, cujos elementos, conforme Pêcheux (1969), “não são simplesmente justapostos mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos

colocados em jogo” (1969, p. 86), motivo pelo qual não considerarmos estes lugares como lugares delimitados, invariáveis, cristalizados.

A partir desta reflexão, estamos entendendo *lugar discursivo*, então, como um espaço *sempre-já-lá*, atravessado por discursos dispersos, e que o sujeito, ao ocupar determinado *lugar social*, embora identificado a uma FD predominante, pode ser afetado pelo discurso de outras FDs, mesmo que com elas não se identifique, assim como pode, também, afetar as *relações de força* e de sentido de ambos os lugares.

O *lugar discursivo* seria, portanto, anterior ao *lugar social* que o sujeito venha a ocupar quando se identifica com determinada posição-sujeito no interior de uma FD. Trata-se, portanto, o *lugar discursivo*, de um lugar ainda não afetado por uma FD em particular, mas atravessado pelos saberes de várias. Ou seja, um lugar afetado pela dispersão dos discursos que se praticam em determinado *lugar discursivo*; discursos estes inscritos em diferentes FDs, antagônicas ou não. Sobre este funcionamento, trata o quadro a seguir:

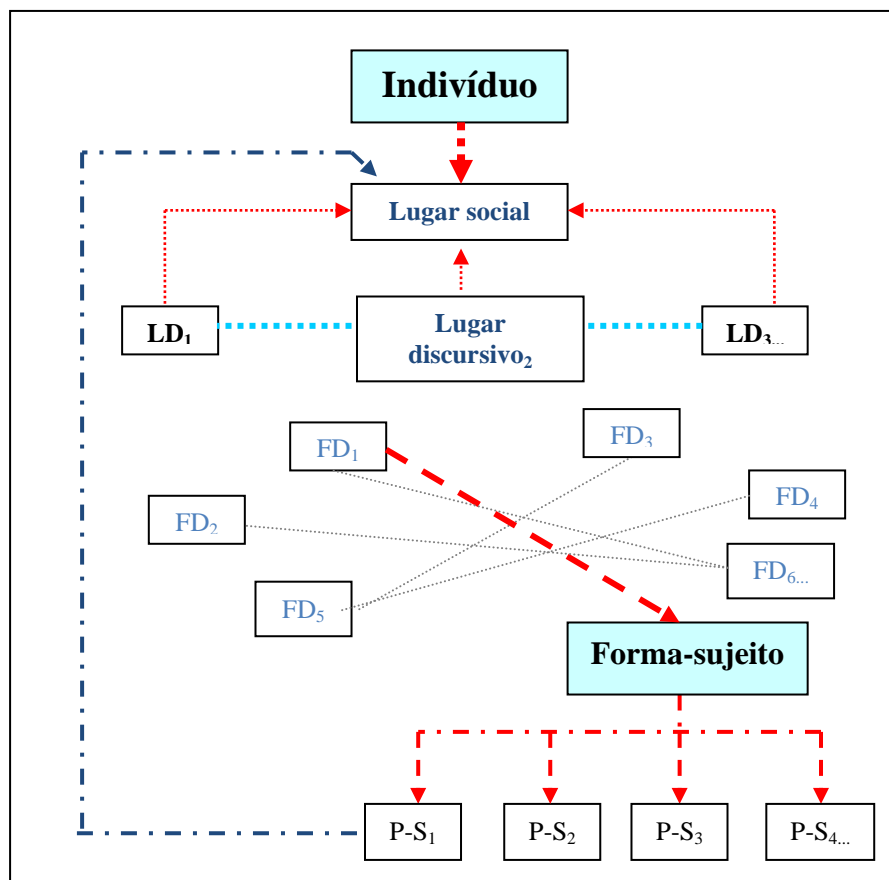


Figura 2: O funcionamento do *lugar social* e do *lugar discursivo*.

Como observamos na Figura 2, o *lugar discursivo* ainda é o espaço da dispersão dos vários discursos que nele circulam e, nesta dispersão, ainda estamos falando de *indivíduo*, porque não interpelado por uma FD em particular.

Este entendimento diferencia-se de *lugar social* e *lugar discursivo* em Grigoletto (2007), pois, para a autora, o lugar social representa o lugar empírico, institucional, que está determinado pelas relações de poder e que vai, portanto, determinar o lugar discursivo que o sujeito passa a ocupar ao se identificar com uma FD. Neste caso, segundo a autora, “cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar” (2007, p. 130).

Para nosso trabalho, porém, não é a partir do *lugar social* que o *lugar discursivo* é produzido, como também não é a partir do *lugar discursivo* que o discurso o é, pois aí ainda estamos no espaço da dispersão dos discursos. O discurso é produzido, portanto, a partir do modo como o sujeito do discurso se relaciona com a forma-sujeito de uma FD ao assumir uma posição-sujeito, processo este que também receberá o atravessamento dos sentidos dispersos do *lugar discursivo* quando o sujeito ocupa determinado *lugar social*.

Concordamos que *lugar social* e *lugar discursivo* se relacionam, mas não que se constituam, conforme Grigoletto (2007), “mutuamente, de forma complementar” (2007, p. 129), pois os discursos inscritos em um e outro lugares se relacionam, para nós, de forma polêmica e conflituosa. Não estamos pensando, neste caso, só na relação polêmica entre um *lugar social* e um *lugar discursivo*, mas também no modo como um *lugar discursivo* é atravessado por diferentes discursos, provenientes de diferentes posições-sujeito inscritas em diferentes FDs.

Trazendo essas questões para nosso objeto de estudo, consideramos que, quando o sujeito enunciador do DL, identificado à FD dos trabalhadores brasileiros, passa a ocupar a posição-sujeito de Presidente do Brasil, ele se depara, no *lugar social* da Presidência do País, com um espaço de saberes já-dados, permeado por discursos de diferentes e dispersas FDs, são os *lugares discursivos*. De acordo com este entendimento, o sujeito vem ocupar determinada posição no discurso, portando marcas ideológicas próprias da FD que o afeta, mas este discurso poderá também ser atravessado por outros saberes advindos de FDs que, de uma forma ou de outra, permeiam um ou vários *lugares discursivos*.

No caso de nossa pesquisa, o lugar social de Presidente do País, o lugar ocupado pelo sujeito enunciador de nosso objeto de pesquisa, se “organiza” em torno de imagens sobre *como/quem deve ser* um Presidente, de *como/o que deve falar* um presidente, todavia este conjunto de imagens, a partir de nossas análises, não ficará indiferente ao modo como este

sujeito será determinado tanto por sua FD, quanto pelos discursos dispersos dos *lugares discursivos* que determinarão as condições de produção deste discurso. Não queremos dizer que há um *lugar social* próprio do DL, mas um lugar da Presidência que, a cada vez que é ocupado por um sujeito, não ficará indiferente ao movimento dos sentidos promovido pelo modo como cada sujeito se identifica à sua FD, pelo modo como assume determinada posição no discurso e pelo modo como é afetado por um ou mais *lugares discursivos*.

No caso de nosso trabalho, tratamos apenas de um *lugar social*, o da Presidência do País, e de três *lugares discursivos*, sendo o primeiro o principal para nossa investigação, quais sejam: 1) *lugar discursivo da presidência da república*, ocupado por todo e qualquer presidente eleito, no passado ou no presente; 2) *lugar discursivo da política brasileira*, onde circulam os discursos dos políticos de um modo geral e onde o DL já circulou e ainda circula; 3) *lugar discursivo da imprensa brasileira*, onde circulam discursos de toda a imprensa, seja ela tradicional ou alternativa, de direita, de centro ou de esquerda.

Para nós, os dizeres que habitam estes três lugares, sendo o primeiro o predominante em nosso trabalho, atingem de algum modo o DL, com os quais seu sujeito enunciador precisará se haver para, com eles, estabelecer alguma forma de interlocução.

Vejamos como as ML a seguir representam o modo como o DL é permeado por dizeres destes *lugares discursivos*:

1) *lugar discursivo da Presidência da República:*

SDr 26: Tem gente que não gosta do meu otimismo, mas eu sou corintiano, católico, brasileiro e ainda sou presidente do País. Como eu poderia não ser otimista? (Lula, 2009)⁷⁵.

2) *lugar discursivo da política brasileira:*

SDr 27: Se eu chego em 1989 com a cabeça do jeito que eu pensava, ou eu tinha feito uma revolução no País ou tinha caído no dia seguinte. Acho que Deus disse assim: “Olha, baixinho, você vai perder várias eleições, mas, quando chegar, vai chegar sabendo o que é tango, samba, bolero” (Lula, 2010)⁷⁶.

3) *lugar discursivo da imprensa brasileira:*

SDr 28: No Brasil, nos acostumamos a falar dos nossos problemas para sensibilizar os investidores a aplicarem aqui. Isso só afastava o capital do país. Era como se um cara se comunicasse por carta com uma mulher e só falasse de seus problemas. Certamente, esse cara morreria solteiro. [...] Agora só falamos de nossas virtudes. Temos de oferecer ao capital privado todo nosso potencial econômico. (Lula, 2006)⁷⁷.

⁷⁵ Lula prevendo o exagerado crescimento de 4% em janeiro de 2009. Veja (30/12/2009).

⁷⁶ O Estado de São Paulo (19/02/10).

No caso da SDr 26, podemos observar que o sujeito enunciador responde a dizeres que não o aceitam no lugar de Presidente do Brasil. Neste caso, *tem gente que não gosta do meu otimismo* representa todos os que não aceitam que um representante da classe trabalhadora chegue à posição social da presidência. Não será isso que determinará o dizer deste sujeito enunciador, sabemos que é a partir do modo como ele se reconhece na FD dos trabalhadores e se identifica aos saberes desta que tal determinação acontece, mas o que queremos considerar é que a não aceitação de um homem de origem simples governando o Brasil atravessa esta inscrição na FD e produz sentidos também.

Da mesma maneira, a SDr 27 aponta para o modo como o sujeito enunciador do DL precisará negociar com o *conjunto de dizeres* que permearam o *lugar discursivo da política brasileira* durante muito tempo, sob pena de ou *fazer a revolução* ou *cair no dia seguinte*. Ou seja, o sujeito enunciador deste discurso, sob a ilusão do esquecimento nº 1, “sabe” que não pode negar/apagar os dizeres dispostos neste cenário político, mas sim que precisa lidar com eles se quiser se manter no lugar da Presidência, confirmando, desse modo, como o *lugar social* afeta, também, o discurso do sujeito. Assim, podemos dizer que, na SDr em questão, *dançar a música que é tocada* representa a condição para ocupar este lugar da Presidência, o que não vai implicar uma subordinação a este *conjunto de dizeres*, pois, como veremos nesta tese, o DL procura abrir espaços a deslocamentos para uma nova cena política. É justamente por isso que entendemos as ML em seu papel polissêmico de deslocamento dos sentidos cristalizados da política brasileira para outros espaços possíveis, sempre respondendo, de algum modo, às críticas de que um ex-operário não teria condições de ocupar o lugar social da Presidência.

Por sua vez, na SDr 28, a metáfora *falar mal do Brasil para os investidores/falar mal de si para a nossa pretendente*, reforça o modo como o sujeito desse discurso entra em interlocução com o *lugar discursivo da imprensa brasileira*, tratando do modo como a imprensa de modo geral vende a imagem do Brasil lá fora, ao mesmo tempo em que ele assume, na primeira pessoa do plural (*nos acostumamos, agora só falamos*), este imbricamento. Ou seja, mesmo que o *lugar discursivo* da Presidência da República seja predominante no DL, outros lugares também afetam este dizer, neste caso, o *lugar discursivo* da imprensa brasileira.

Como observamos, continua, portanto, a FD a determinar o dizer do sujeito e será, por esta via, que o sujeito enunciador vai “responder” aos dizeres dispersos dos diferentes *lugares discursivos* que o atravessam de algum modo, fazendo com que o modo de ocupar o *lugar social da Presidência* seja distinto de outras inscrições que venham ocupar este mesmo lugar.

Para explicar sinteticamente este funcionamento em relação ao DL, voltemos à Figura 2, anteriormente apresentada, agora substituindo os elementos esquemáticos pelos elementos específicos provenientes do nosso objeto de pesquisa:

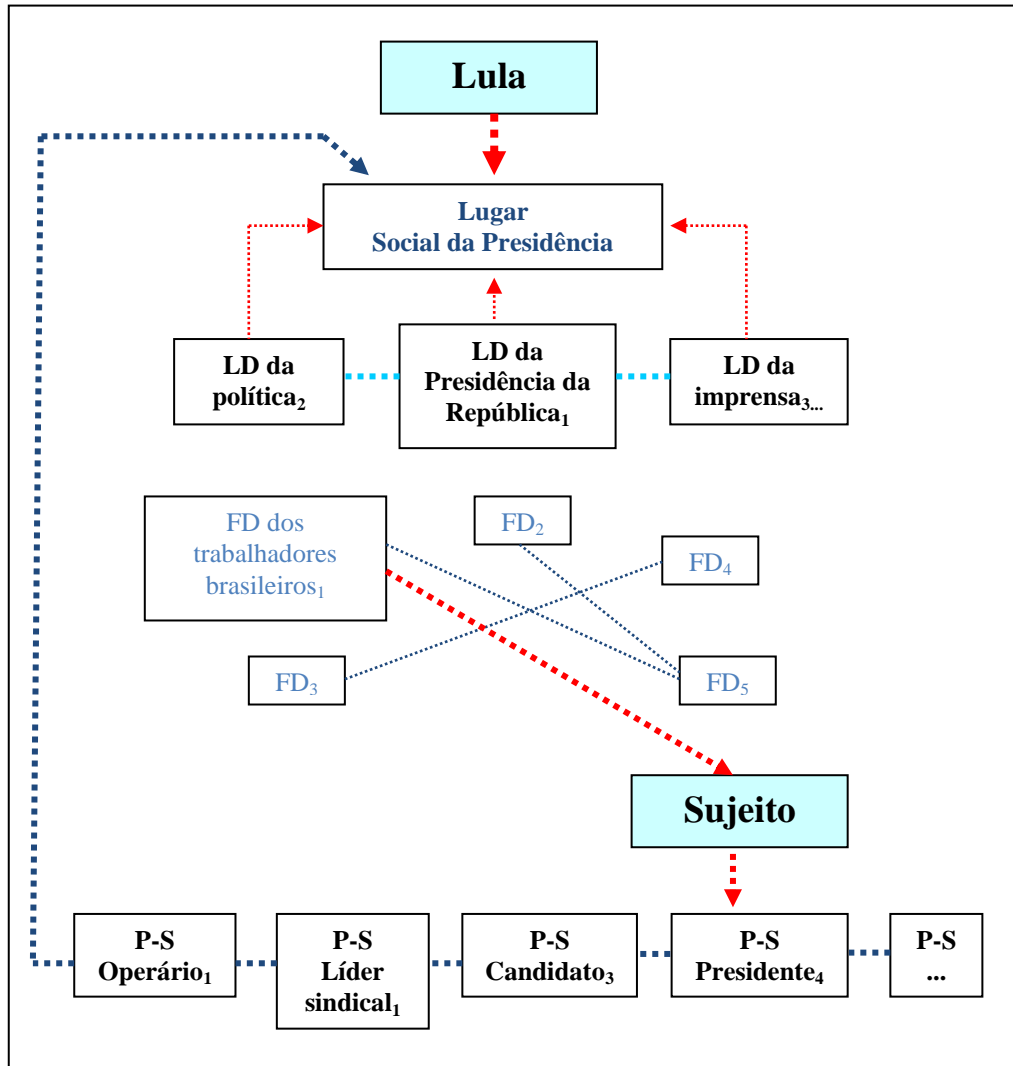


Figura 3: O funcionamento do *lugar discursivo* e do *lugar social* no DL.

Conforme vemos na Figura 3, Lula, ao candidatar-se pela primeira vez a Presidente, já encontrou um conjunto de discursos possíveis, circulando pelo *lugar discursivo da presidência da república*, cujos sentidos legitimavam um determinado perfil de candidato: um homem letrado, poliglota, etc. Isso reafirma o imaginário social em relação a quem poderia ser ou não um Presidente da República, a partir das memórias construídas a partir desse lugar. Ou seja, está demarcado, socialmente, como determinadas pessoas *podem/devem ser*, e como *não devem ser para ser* um Presidente da República, assim como *pode/deve ser* um professor, um médico, um pai, um filho...

O DL pode demonstrar este complexo processo pelo modo como foi combatido em diferentes aspectos, da pureza da língua à polidez comportamental, da forma de se vestir ao modo como tratava a política em metáforas... De um modo ou de outro, Lula, desde sua primeira candidatura, não era visto como adequado para o cargo, já que fugia das construções imaginárias alimentadas sobre a pessoa ideal para ocupar este lugar, questões estas que permeiam os dizeres dos três *lugares discursivos* de que estamos tratando, os quais vão autorizar certas enunciações e não outras.

O ensaio de Toledo na Revista *Veja* (1998)⁷⁸ pode representar como estes três lugares de resistência ao DL permeiam o imaginário sobre *quem deve/não deve* ser Presidente, ao trazer, como pano de fundo, a notícia de que Vicentinho havia entrado para a Faculdade de Direito. Toledo aproveita-se deste fato para dizer que Lula chegou a Presidente sem nenhum projeto de vida, o que, para o autor, corresponderia à realização de um curso universitário, o neste caso, um sinônimo de ascensão social.

Na tentativa de controle dos sentidos, Toledo admite: “não é que na política brasileira, operários, ou pessoas de origem nos baixos estratos da sociedade, de forma geral, nunca tivessem ascendido a posições relevantes. Há muitos casos de pessoas de origem modesta, no passado e no presente, bem-sucedidas na vida pública” (1998, p. 154). Para o autor, Brizola pode ser um exemplo desta superação, porque, embora tenha passado sua infância com apenas um par de sapatos, “contra toda a lógica que rege a vida de um menino como ele, decidiu estudar e esforçou-se nesse caminho até se formar engenheiro. Quando ingressou na política, já galgava o patamar social que o anel de doutor proporciona” (1998, p. 154). Para Toledo, diferentemente de Brizola, no caso de Lula e de seus companheiros, “tratava-se de pessoas que despontavam para a política sem ter realizado previamente, nem ter o plano de realizar simultaneamente, um projeto de ascensão social. Daí a cristalização de Lula em metalúrgico. Sem ela, ele estaria negando a singularidade por excelência de seu surgimento na cena nacional” (1998, p. 154).

Ou seja, Brizola é uma exceção, porque, mesmo de origem humilde, se esforçou e fez um curso superior, e *Lula e seus companheiros* não estariam legitimados para o poder principal do Brasil, porque não cursaram uma faculdade. Deste dizer, podem ser elencadas diversas condições imaginárias (entre elas a ideia de que um curso superior representa simultaneamente a ascensão social do indivíduo), mas a que nos interessa é a que pulsa o tempo todo em torno dos dizeres sobre Lula na Presidência e também no próprio discurso

⁷⁸ Doutor Vicentinho, sem medo de ser feliz, por Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, 23 de dezembro de 1998, p. 154.

deste sujeito enunciador: a não aceitação dele no lugar de Presidente do Brasil, como verificamos a seguir:

SDr 29: Nós estamos percebendo agora, lá no Senado, que tem algumas pessoas, não todas, nos partidos de oposição, que não querem, que não aceitam que este país dê certo. E não admitem o sucesso de um torneiro mecânico na Presidência. (Lula, 2007)⁷⁹.

Nesta SDr, observamos a força que o *lugar discursivo* exerce no funcionamento deste discurso, reforçando a estranheza de alguém, com *origem nos baixos estratos da sociedade*, conforme Toledo (1998), chegar à Presidência do País. Havendo-se com este imaginário, o sujeito enunciador do DL aproxima os que *não admitem o sucesso de um torneiro mecânico na Presidência* aos que *não aceitam que este país dê certo*, sob pena de comprometer a tradição da elite no poder da política brasileira, para abrigar a possibilidade de um torneiro mecânico poder ser, sim, um Presidente do País.

É assim que as ML vão abrindo novos espaços de dizer, de modo que o DL, mesmo legitimado pelo *lugar discursivo da presidência da república*, ainda assim precisa nele abrir fissuras, dada a força de um imaginário social que vai fundamentar a desqualificação de Lula neste lugar.

São discursos como estes que perpassam o *lugar discursivo* em que Lula vai se inscrever ao ocupar o lugar de Presidente e, por isso, quando tratamos as ML como um discurso de subversão da ordem política, é porque, em grande medida, este discurso entra em conflito com o imaginário que existe sobre o *lugar discursivo* da Presidência da República e, ao se inscrever neste *lugar*, Lula vai precisar lidar com o imaginário que sobre ele circula na memória discursiva.

Para Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2005), é esta determinação que torna necessário descrever os lugares institucionais de onde cada um profere seu discurso, mas não só, pois trabalha aí também a necessidade de legitimação destes lugares. Por exemplo, conforme o autor:

[...] a fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem definido por status que tem direito de articulá-lo reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (2005, p. 58).

Ou seja, para o autor, a fala médica, que se constituiria em algo que antecede o sujeito, só se efetiva se advinda de alguém que tenha este status profissional. Trazendo esta questão

⁷⁹ Lula, criticando senadores da oposição que são contra a CPMF, Folha de São Paulo, 09/12/2007.

para nosso objeto de pesquisa, observamos que Lula, a partir da vitória de 2002, estaria habilitado/legitimado a ocupar o *lugar social da Presidência do País*, todavia os discursos que permeavam o *lugar discursivo* da Presidência da República recuperavam uma memória que autorizaria dizer que Lula não estava preparado para o cargo, pois, dada sua origem e falta de educação formal, não saberia falar com propriedade e competência de economia, administração, dívida externa, etc. e, em não possuindo tais conhecimentos, não estaria habilitado para governar o País.

Assim, para o objeto estudado por Grigoletto (2007), a “discursivização só acontece por que há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal” (2007, p. 129), mas, para o objeto que estudamos, nosso interesse está justamente em observar como o sujeito do DL se relaciona com os discursos dispersos de diferentes lugares discursivos que procuram desqualificá-lo/deslegitimá-lo. Isso, porque, para Pêcheux ([1969] 1997), embora esses lugares estejam representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo, a partir das formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem no discurso, o autor ressalta que “seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado” (1997, p. 82). Desse modo, podemos verificar que o funcionamento do DL aponta não para um lugar representado no discurso como um conjunto de saberes cristalizados, mas para este lugar transformado, considerando que a noção de *lugar discursivo* remete ao *conjunto dos discursos possíveis* e confirma, segundo Pêcheux (2011), que “o alcance da discursividade é inerente a processos ideológicos” (2011, p. 98), cujos efeitos de sentido estão a todo tempo se descolando da língua que lhe serve de suporte.

É desse modo que entendemos as ML como uma materialidade que trava uma luta com os sentidos cristalizados da política brasileira, abrindo fendas neste interior para outras possibilidades de dizer, o que pode comprovar, segundo Pêcheux (2011), “o alcance das materialidades discursivas como uma área de heterogeneidades não interligadas, móveis dentro de suas próprias contradições” (2011, p. 98).

Nessa perspectiva, recuperando a definição de metáfora em Pêcheux, “uma palavra por outra” (1988, p. 301), consideramos que, em alguns dizeres, o DL se identifica com os saberes de um determinado discurso político, necessários ao lugar de Presidente do Brasil, e aí seu sujeito enunciador se inscreve num trabalho parafrástico: *uma palavra equivale à outra*. Todavia, nosso interesse recai, principalmente, sobre o trabalho polissêmico que as ML colocam em jogo, quando *uma palavra não equivale à outra*, ou seja, quando acontecem os

deslocamentos no interior da cena política, como apontamos no capítulo anterior: *marido traído por opositores; futebol por religião; diarreia por mercado financeiro*.

Para nós, é este trabalho polissêmico que leva a materialidade das ML a tumultuarem os dizeres que compõem a memória deste *lugar social* e dos *lugares discursivos* mobilizados pelas ML, num movimento que faz ver/valer a área heterogênea de materialidades discursivas não interligadas, móveis, de que fala Pêcheux (2011).

4. A METÁFORA MERECE QUE SE PROCURE POR ELA

Questões lingüísticas interessam a todos [...] toda a gente dela se ocupa pouco ou muito.
Ferdinand de Saussure (2006)

Feitas as considerações sobre a inscrição do DL na *FD dos trabalhadores brasileiros*, na posição-sujeito assumida, bem como nos lugares ocupados, ainda na busca por uma construção teórica que subsidie a análise das ML, passaremos agora a um estudo da noção de metáfora

Para isso, neste Capítulo, investigaremos as propostas teóricas de autores que passaram pela questão do sentido e/ou da própria metáfora, a fim de investigar em que medida suas contribuições nos permitem avançar nos estudos da metáfora para além de seu papel de figuratividade e de comparação entre elementos por graus de equivalência. Com este objetivo, dividiremos o Capítulo em dois momentos: no primeiro, trazemos Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson, Roland Barthes e George Lakoff e Marl Johnson e, no segundo, Michel Pêcheux.

4.1 À PROCURA DE ESPAÇO PARA DISCUTIR A METÁFORA

4.1.1 Ferdinand de Saussure e seu objeto “*desembaraçado do restante*”

A língua como *jogo de xadrez*, como *sinfonia*, como *trem expresso*, como *tesouro*, como *moeda*, como *folha de papel*... são algumas das metáforas⁸⁰ que o *Curso de Lingüística Geral*⁸¹ (CLG) ([1916] 2006) lança mão para explicar o objeto teórico de Ferdinand de Saussure. Embora algumas destas metáforas possam nos interessar, o que pretendemos, porém, em Saussure, é investigar se há espaço em sua obra para pensar a questão do sentido e, por aí, pensar o funcionamento da metáfora.

⁸⁰ Encontramos estas ocorrências nas seguintes páginas do CLG (2006): *jogo de xadrez* (p. 32), *sinfonia* (p. 26), *trem expresso* (p. 126), *tesouro* (p. 21), *moeda* (p. 134), *folha de papel* (p. 131).

⁸¹ *Cours de linguistique générale*, a partir de agora referido neste texto como CLG, foi publicado pelos alunos de Saussure (1857-1913) Charles Bally e Albert Sechehaye em 1916, três anos depois de sua morte. Utilizamos aqui a edição em português: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

Sabemos, no entanto, que os riscos são muitos nesta investigação, dada a força que exercem em nós as leituras já feitas da obra saussuriana, tendendo-nos ou a repeti-las, ou a forçá-las em direções outras. Nosso objetivo é evitar um e outro riscos, não deixando de considerar que, conforme Gadet e Pêcheux⁸² (2004), qualquer apresentação da teoria saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade da lingüística” (2004, p. 56).

Importante destacar que não entraremos na contenda do que sejam as “verdadeiras” ideias de Saussure, se estas ideias estão investidas ou não dos comentários dos alunos que a publicaram, Charles Bally e Albert Sechehaye, em 1916, e mesmo se estes eram alunos, ou apenas colegas de Saussure na universidade. Ou, se os *Écrits de linguistique générale* (ELG) (2002)⁸³, obra recentemente publicada depois de encontrados, em 1996, manuscritos de Saussure, mantêm-se fiéis ou não às ideias de Saussure. Nosso interesse está em ir a estas duas obras à procura de questões que nos autorizem a pensar o sentido e, talvez, aí a noção de metáfora. Todavia, sabendo de antemão que tais questões não estão dadas no explícito das palavras de Saussure, nosso trabalho de investigação remete à busca de pistas que possam confirmar, ou não, nossa expectativa.

4.1.1.2 O que retorna ao objeto saussureano

Como uma primeira pista, elegemos o momento inicial do CLG (2006), em que Saussure vai definir o objeto da Linguística e necessitará, para isso, não só explicitar como compreende a língua, mas também justificar por que dela excluiu a fala. Não vamos aqui lamentar, como é bastante frequente nas voltas a Saussure, a exclusão da fala dos estudos da língua, porque compreendemos que isto não está em discussão (e nos foge o tempo), quando entendemos a que objetivos o linguista genebrino se propunha.

O que objetivamos é capturar, justamente nas explicações desta exclusão, pistas da complexidade deste objeto que Saussure tentou tratar cientificamente, justificando, por isso, ser “*necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem*” (2006, p. 16-17). Com este propósito, para livrar seu objeto teórico de tudo que pudesse comprometer sua ciência da linguagem,

⁸² Trata-se do texto *Dois Saussure?*, publicado em: GADET, Fraçoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

⁸³ Trabalharemos com a obra publicada em Língua Portuguesa: BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf. *Escritos de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2004. A partir de agora, designaremos esta obra por ELG.

Saussure vai distinguir seu objeto de todo o resto – um “aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (2006, p. 16).

Eis, nesta citação, nossa primeira pista sobre a complexidade que a exclusão da fala vai trazer à definição da língua em Saussure, cuja dificuldade será preservar esta língua das *coisas a mais* que a envolvem, o que nos leva sempre a questionar em que medida foi possível, durante o Curso, manter este objeto teórico livre de tudo que o afeta e, portanto, o compromete, arriscando sempre falhar o dizer de Saussure, segundo o qual a língua, “*parece* suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio *satisfatório* para o espírito” (grifo nosso) (2006, p. 17).

Não estamos recuperando a exclusão da fala para dizer que tudo o que nos interessa está do lado de fora da língua. Não, pois já sabemos que fala não é discurso e, conforme Pêcheux (1988), não estamos imputando a Saussure uma:

[...] responsabilidade teórica em relação a um ‘erro’ que ele tivesse tido que evitar, queremos apenas designar o ponto de fragilidade do edifício saussuriano, sua fenda constitutiva, o lugar central em que o pensamento saussuriano foi transbordado e recoberto pelo impensado, do qual, em outros aspectos, esse pensamento se separava. (1988, p. 245).

Por este motivo, observamos, nesta exclusão da fala, o aceite de que há um “resto” que afeta a língua – um *aglomerado confuso de coisas heteróclitas*, do qual a língua de Saussure será alçada como um *todo por si*, como um “produto social depositado no cérebro de cada um” (2006, p. 33), a fim de livrá-la da heterogeneidade que lhe constitui. Não é esta língua-sistema que nos interessa, mas o modo como o próprio CLG aponta para a fragilidade deste *todo por si*, admitindo que, “apesar de tudo, a língua se transforma” (2006, p. 118). Ou seja, ainda que esta transformação seja pensada a partir de uma ordem interna, segundo Saussure:

[...] a língua se altera ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados. Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista. Ao fim de certo tempo, podem-se sempre comprovar *deslocamentos sensíveis*. (grifo nosso) (2006, p. 91).

São pistas desta natureza que nos permitem dizer que, neste percurso teórico, no CLG, algo *foge ao controle* (2006, p. 91) e deslocamentos acontecem. Assim, embora defenda que “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (2006, p. 31), verificamos que, para atingir seus objetivos, Saussure precisará lutar, o tempo todo, teoricamente, para manter a língua “desembaraçada do restante” (2006, p. 21), eliminando “dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo” (2006, p. 29).

Uma forma de tratar deste *a mais do sistema* pode ser observada em Saussure no que o autor define como Linguística Externa, a qual abarcaria *tudo que seja estranho ao organismo* do sistema (geografia, tempo, história, política), distinta da Linguística Interna, que representaria o *organismo interno do idioma*⁸⁴ (2006, p. 30). Neste caso, embora Saussure atribua valor à Externa, dizendo que “essa Lingüística se ocupa, todavia, de coisas importantes, e é, sobretudo, nelas que se pensa quando se aborda o estudo da linguagem” (2006, p. 29), as mudanças que interferem na língua serão da ordem do sistema e, portanto, interna. De qualquer maneira, mais uma vez nos apegamos à pista de que há um exterior da língua, não tal como compreendido pelos estudos discursivos, já que, neste caso, interior e exterior não estariam dissociados, mas, de alguma maneira, considerados pelo Curso.

Esta dicotomia entre o interno e o externo da língua acaba se denunciando frágil no CLG, nos momentos em que a língua aparece como “um sistema de signos que exprimem idéias” (2006, p. 24), pois será, aí, inevitável passar pelo terreno arenoso da relação pensamento/palavra, que, a nosso ver, coloca a proposta de língua-sistema sempre em ameaça na obra de Saussure.

O tratamento dado ao signo linguístico vai tentar se preservar desta contenda, considerado como o total da união de um conceito, o *significado*, a uma imagem acústica, o *significante*, o que não impedirá que se trabalhe à sombra de tudo que possa comprometer esta dualidade e fugir-lhe o controle, tanto que, conforme o próprio Saussure, “uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante” (2006, p. 90).

Esta passagem do CLG, que vai confessar a *impossibilidade da língua diante de tudo que a afeta*, interessa-nos na medida em que parece descolar significado/significante, passando muito perto do que consideramos das relações estabelecidas pelo funcionamento da metáfora. Desta impossibilidade, duas questões nos interessam: há determinações que afetam a língua e fazem deslizar a relação significado/significante.

Tentamos pensar este descolamento a partir do funcionamento da seguinte ML:

SDr 30: A gente tem que parar com essa bobagem de que político é um ser superior. Não posso rir porque sou político, não posso beber porque sou político, não posso falar palavrão porque sou político. Pode sim. (Lula, 16/02/09)⁸⁵.

Tomemos, por exemplo, a primeira sentença desta SDr: *A gente tem que parar com essa bobagem de que político é um ser superior*. Nela, verificamos as duas questões que

⁸⁴ Conforme Saussure, é “interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau” (2006, p. 32).

⁸⁵ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, 16/02/09, p. 76.

apontamos anteriormente: em primeiro lugar, as determinações sociais que afetam este dizer, o que faz com que, neste momento da política brasileira, em que Lula está no poder pelo segundo mandato, *ser político* é diferente de *ser político* antes; em segundo lugar, por conta dos fatores sócio-históricos que atingem a língua, o sentido de *político*, antes como um *ser superior*, para, agora, como um *ser normal/homem normal*. Ou seja, o que significa *ser político* no passado da política brasileira não é o mesmo agora, em que um homem do povo chega ao poder, impelindo, portanto, este significante a se descolar/deslocar do significado que lhe era tão natural. Para nós, os sentidos vinculados na SDr 30 podem, muito bem, se aproveitar das próprias palavras de Saussure: dos *fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante*, assim como previsto no CLG (2006, p. 90), mexendo, conforme dissemos anteriormente, nos sentidos estabilizados da política no Brasil.

Vale, porém, lembrar que estamos nos aproveitando de mais uma pista para tentar tal aproximação, só que também não podemos esquecer que, embora o CLG admita, conforme citamos anteriormente, que uma língua é incapaz de se defender dos fatores que deslocam a relação entre significado/significante, Saussure vai procurar dar conta destas questões no interno linguístico. Deste modo, no lugar de *determinações sociais* que atingem a língua, ele falará de *forças sociais*, que representam, na obra, o conjunto de convenções necessárias ao uso da língua – “algo adquirido e convencional” (2006, p. 17).

Ou seja, as forças sociais que atingem a língua, em Saussure, vão recair sobre a ideia de coletivo, já que, segundo o Curso, não há língua que estaria completa em nenhum indivíduo, apenas “na massa ela existe de modo completo” (2006, p. 21), ou seja, a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (2006, p. 22).

Verificamos, então, que o *social* do CLG é a condição para que a língua *exista*, mas, também, é a condição para que ela *resista* às mudanças que a afetam. Diferentemente, no caso da SDr 30, reafirmamos que o significado não se cola no significante, mas não podemos pensar que as determinações sociais que afetam este dizer são da mesma natureza das *forças sociais* do CLG, sob pena de negar os fatores que interferem no sentido de *político* para além da língua-sistema.

De qualquer maneira, embora o CLG apresente que as forças sociais imobilizam a língua, é possível verificar quão difícil é sustentar isso quando se reconhece que há alterações, no que diz respeito à mutabilidade do signo, que apontam para o “*deslocamento da relação entre o significado e o significante*” (2006, p. 89). Ou seja, mesmo que o CLG conceba a

mutabilidade do signo numa ordem interna, amarrada à linha do tempo, o signo se altera e, conforme Saussure, “a infidelidade ao passado é apenas relativa” (2006, p. 89), permitindo-se reconhecer/admitir que há aí uma *infidelidade* do signo em relação a um antes. Estas questões da mutabilidade vão chegar a ponto de pinçarmos do CLG que “o vínculo entre idéia e signo se afrouxou e que houve um deslocamento em sua relação” (2006, p. 89), o que pode ser observado na SDr 30, pois o sentido que o significante *político* representava antes, como alguém oriundo da classe alta, ou média-alta, alguém com diploma superior, dotado de normas de etiqueta, etc., já não abriga mais os significados que esta palavra passa a assumir no DL, pois é outra a FD que lhe constitui.

4.1.1.3 O signo: algo escapa do/no interno da língua

Como estamos observando, na obra de Saussure, há sintomas de um objeto não-domável, sob o risco de um *aglomerado confuso de ideias heteróclitas*. Para nós, a noção de arbitrariedade do signo poderia ser um desses sintomas, por implicar determinada liberdade⁸⁶ na relação significado/significante, já que, segundo este primeiro princípio do signo, em Saussure, não haveria nada do significante que o fizesse se colar ao significado, ou seja, “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (2006, p. 83). Se esta questão descola a relação significado/significante, a questão da arbitrariedade nos interessa, só que sofremos um recuo, porque Saussure leva este princípio para ser pensado a partir das regras de um acordo coletivo.

De qualquer maneira, é neste momento que Saussure vai tratar a questão do sentido pelo viés da noção de valor, onde julgamos encontrar um espaço de discussão importante para nosso trabalho, atraindo-nos a ideia de que, conforme o autor, não há no signo um valor que lhe seja *intrínseco* (2006, p. 82).

De aproximada maneira, a noção de mutabilidade do signo, embora recaia sobre a ideia de um tempo linear e cronológico que altera o signo, também não deixa de confessar que algo no signo linguístico “escapa à nossa vontade” (2006, p. 85). Assim, mesmo que o CLG considere que a língua deva ser estudada isoladamente, como um sistema autônomo, essencial, imutável, este *tesouro* “não é apenas uma nomenclatura” (2006, p. 133) e existe

⁸⁶ Vale ressaltar que esta “liberdade” do arbitrário acaba sendo anulada pelo princípio da continuidade (2006, p. 93), já que o que muda na língua acaba guardando sempre algo do passado. Do mesmo modo, conforme o CLG, o arbitrário “não pode dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico)” (2006, p. 83).

algo a mais trabalhando aí, que o Curso não toca explicitamente, mas que o assombra o tempo todo, seja pela própria noção de arbitrariedade, que vai descolar a dualidade significado/significante⁸⁷, seja pela noção de mutabilidade do signo, que vai apontar para um signo que se afrouxou na relação significado/significante. Ou seja, ambas as noções, arbitrariedade e mutabilidade, podem apontar para a ineficiência de manter esta língua afastada do tudo que lhe é *estranho*.

Há, porém, aí uma tomada de decisão de Saussure em não entrar num terreno que lhe fuja o controle, para se abrigar numa ideia de permeabilidade do signo possivelmente controlada na linha do tempo, já que, para ele:

As causas da continuidade [do signo] estão *a priori* ao alcance do observador; não ocorre o mesmo com as causas de alteração através do tempo⁸⁸. Melhor renunciar, provisoriamente, a dar conta exata delas, e limitar-se a falar, em geral, do deslocamento das relações; o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal. (2006, p. 91).

Podemos dizer que as leis sincrônica e diacrônica representam esta maneira *exata* que Saussure encontrou para dar conta das alterações do signo, porque amarra, no interior da língua, a organização de tais mudanças: do sincrônico, como uma *relação entre elementos simultâneos* e, do diacrônico, como a *substituição de um elemento por outro no tempo* (2006, p. 107). Neste caso, as transformações que um signo sofre seriam explicadas pelo próprio sistema linguístico, o que impede pensar, pelo viés da sincronia e da diacronia, as relações mobilizadas pela metáfora entre uma palavra e outra, pois este funcionamento, para nós, passa pela questão do sentido, mas extrapola o interno da língua e também porque a história que interfere na língua, a partir destas duas leis, é da ordem de uma linearidade cronológica. Para nós, a história que afeta a língua não está condicionada à linha do tempo, é de uma complexidade material bem maior.

Para o CLG, a lei diacrônica, que rege a linguística histórica, seria mais fácil que a lei sincrônica, pois:

[...] os fatos de evolução são mais concretos; falam mais à imaginação; as relações que neles se observam se estabelecem entre termos sucessivos que são percebidos sem dificuldade; é cômodo e, com frequência, até divertido acompanhar uma série de transformações. (2006, p. 117).

⁸⁷ Saussure trata disso também pela noção do imotivado, quando diz que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (2006, p. 83).

⁸⁸ Conforme Saussure, “a limitação no tempo não é a única dificuldade que encontramos na definição de um estado de língua; o mesmo problema se coloca a propósito do espaço. Em suma, a noção de estado de língua não pode ser senão aproximativa. Em Linguística estática, como na maior parte das ciências, nenhuma demonstração é possível sem uma simplificação convencional dos dados” (2006, p. 118).

Nesse caso, enquanto a lei diacrônica seria mais fácil, para Saussure, a lei sincrônica, que rege o próprio estado da língua, apresentaria dificuldades bem maiores, porque se ocupa de valores e relações coexistentes, fato este que aponta para mais uma pista das *dificuldades* que envolvem a questão do sentido em Saussure.

A noção de valor em Saussure, propriedade que tem uma palavra de representar uma ideia (2006, p. 132), nasce da relação mesma com as ciências econômicas, “como um *sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes*” (2006, p. 95), realizando-se por conta de dois eixos: 1º) eixo das similitudes, que diz respeito às relações entre coisas coexistentes; 2º) eixo das sucessões, significando que não se pode considerar mais de uma coisa de cada vez.

A metáfora do jogo de xadrez, utilizada em vários momentos do CLG e dos ELG, em que Saussure compara a língua com um jogo, vem para explicar que, tanto na língua quanto no jogo, “estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações” (2006, p. 104).

Todavia, embora considere que o sentido de uma palavra possa mudar a partir do lugar que ocupa, assim como as peças mudariam no *jogo de xadrez*, verificamos que, conforme Saussure, novamente tentando segurar as modificações no interno do sistema linguístico, “os valores dependem também, e sobretudo, de uma convenção imutável” (2006, p. 104). De maneira distinta, para nós, a posição que cada palavra ocupa interfere, sem dúvida, em seu sentido, mas isso não poderia ser organizado por sua estrutura interna, e sim pelas determinações histórico-social-ideológicas que a atingem. No caso da SDr 30, *político* significava de uma maneira no Brasil República, depois diferentemente no Brasil Ditadura Militar, assim como em nossa fase democrática, a partir dos diferentes sujeitos que passaram a ocupar a posição de Presidente da República, inscrevendo-se cada um em FD distintas.

Portanto, segundo Gadet e Pêcheux (2004), a imagem do jogo de xadrez em Saussure, por implicar um número finito de casas, de peças e de combinações, ameaça a língua de ser recoberta por um todo elíptico de regras finitas. De modo distinto, conforme objetivamos observar na ML, a cada *jogada*, não é apenas uma troca de *peça*, pois cada uma vem investida de determinações ideológicas que a constituem e, por isso, nem a *peça* é mesma, nem o *jogo* o será, extrapolando os limites de seu tabuleiro. Ou seja, pode-se jogar com as regras do jogo, mas também se pode trapacear com elas, conforme Leandro-Ferreira (2000).

Neste caso, nos deslizamentos que observamos nas ML, não se trata, portanto, de trocar a peça do *cavalo*, conforme exemplo do CLG, por qualquer outro objeto que o substitua no tabuleiro e manter-se-ia o mesmo sentido, já que as regras estariam garantidas, diante do pressuposto de que “não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer

parecença com ele será declarada idêntica, contando que se lhe atribua o mesmo valor”⁸⁹ (2006, p. 128).

O que observamos, no funcionamento das ML, é que o processo de deslizamento de um sentido a outro faz com que já não seja mais a mesma peça, nem o mesmo valor e, portanto, nem o mesmo jogo. Para nós, o DL altera o jogo da política brasileira, restando, conforme Roland Barthes⁹⁰ ([1977], 1988), “trapacear com a língua, trapacear a língua”⁹¹ (1988, p. 16).

Além do jogo de xadrez, talvez a metáfora do *expresso* e da *rua reconstruída* (2006, p. 126) possa se constituir numa pista considerável, quando Saussure, ao tratar dos problemas que envolvem a questão da identidade/diferença na língua, emprega a seguinte analogia: dois expressos Genebra-Paris, que saem às 8:45 da noite, cada um com 24 horas de diferença. Para Saussure, “ao nossos olhos, é o mesmo expresso, e no entanto, provavelmente, locomotiva, vagões, pessoal, tudo é diferente. Ou então, quando uma rua é arrasada e depois reconstruída, dizemos que é a mesma rua, embora materialmente nada substitua a antiga” (2006, p. 126). Aqui, Saussure vai dizer que esta relação de diferença acontece, porque a entidade que constitui a rua “não é puramente material; funda-se em certas condições a que é estranha sua matéria ocasional, por exemplo sua situação relativamente às outras” (2006, p. 126), e, com isso, permite pensar a língua em sua situação, atingida pelo mesmo e pelo diferente.

Um outro exemplo que vai tratar do valor do signo é o que Saussure traz sobre a situação de uma conferência, em que se repete, várias vezes, o vocativo *Senhores*. Para o autor, a cada vez que esta se repete, “temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis” (2006, p. 125). Para nós, *Senhores*, a cada vez mobilizado, também não seria o mesmo do ponto de vista discursivo, mas não pelas questões sonoras que o atingem, e sim pela singularidade de seu funcionamento a cada vez que é mobilizado. Embora, Saussure defenda que, em cada emprego, algo da identidade se mantém na expressão *Senhores*, nesta passagem, não deixa de haver a

⁸⁹ Nesta passagem do CLG, valor e identidade se aproximam: “vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente” (2006, p. 128).

⁹⁰ Este texto refere-se à aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, que Barthes proferiu no dia 07 de janeiro de 1977.

⁹¹ Nesta passagem, Barthes vai defender que *essa trapaça* é própria da Literatura, a qual “permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem” (1978, p. 16). Todavia, para nós, *trapacear com a língua/trapacear a língua* é marca de todo funcionamento da língua do ponto de vista discursivo.

possibilidade de pensar que, a cada vez que a palavra é mobilizada, algo muda e, mudando, atinge seu sentido.

Trazendo a questão para o funcionamento das ML, não se trata de uma substituição de uma palavra por outra a partir de um princípio de identidade, enfim, de uma substituição que não altere as regras do jogo, como no jogo de xadrez do CLG, em que tais regras, como princípios gerais, existam *independentemente dos fatos concretos* e que sobrevivam *a todos os acontecimentos* (2006, p. 112). Para nós, o sentido só existe em vista das condições concretas que o envolvem, bem como dos acontecimentos que o tomam, diferentemente do que acontece com a partida de xadrez do CLG, em que:

[...] qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. (2006, p. 105).

Voltando à SDr 30, o sentido da palavra muda com a troca de uma por outra, e não muda só pela passagem de um sentido denotativo para um conotativo, mas pela mobilização de condições histórico-social-ideológicas que a ML implicam, colocando em jogo não relações de similitude entre elementos comparáveis, mas colocando em jogo relações entre coisas de ordens diferentes: *político como ser superior/político como homem simples*.

Portanto, a diferença de sentido entre as substituições que acontecem nas ML não são da mesma natureza da diferença no CLG, pois, neste, trata-se de uma diferença de ordem opositiva e, no caso das ML, o que observamos é um espaço de contradição, e não de oposição. Deste modo, enquanto o valor do signo “é ser o que os outros não são” (2006, p. 136), já que, para Saussure, “a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (2006, p. 124), para nosso trabalho, esta questão só interessaria somente se pensássemos esta negação como sendo da ordem da não-coincidência do *um* com *o resto*, ou melhor dizendo, conforme Gadet e Pêcheux (2004), como espaço do não-idêntico, “enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas” (2004, p. 55). Para nós, a metáfora seria este lugar do retorno ao não-idêntico dos sentidos no discurso da política brasileira, pois os sentidos inscritos no DL voltam a determinados dizeres para ressignificá-los a partir de numa nova posição política, a partir de um novo modo como o sujeito enunciador deste discurso se inscreve na posição-sujeito que ocupa.

Diferentemente de Saussure, para quem *um signo é o que o outro não é*, já que “na língua só existem diferenças” (2006, p. 139), a negatividade reduzida à ideia de oposição

acaba, segundo Gadet e Pêcheux⁹² (2004), por assinalar apenas a propriedade de distintividade, deslizando esta noção para a positividade da comunicação (2004, p. 107). Para nosso trabalho, as diferenças são importantes enquanto diferenças constitutivas, ou seja, cada palavra, a cada uso, seria determinada pelo modo como se inscreve, singularmente, em cada acontecimento discursivo. Assim também, a negatividade, em vez de ser envolvida pela ideia de oposição, poderia muito bem representar o lugar do impensado na língua, o que nos autorizaria, por exemplo, a paráfrases do tipo: *um signo é sempre um outro*; ou *um signo é o que um outro não é do mesmo modo*; ou ainda *um signo é o que um outro também poderia ser/ou não ser...*

Talvez, deste modo, nos aproximemos mais do que traz Saussure a respeito na obra ELG em que, segundo o autor, na palavra, “não há unidade alguma (de qualquer ordem e de qualquer natureza que se imagine) que repouse sobre alguma coisa além das diferenças, na realidade a unidade é sempre imaginária, só a diferença existe” (2002, p. 76). Aqui, parece haver espaço para pensar a diferença que atinge a língua a cada emprego, cuja unidade só valeria enquanto efeito do imaginário.

Se, por completo, a noção de diferença não nos serve, ela também não deixa de apontar que, na relação entre a palavra e sua significação, como o próprio Saussure reconhece, “essa correspondência falha” (2006, p. 135), e, portanto, a língua se constitui por muito mais do que “aparece à primeira vista” (2006, p. 25), enfim, por “*leis estranhas à sua função significativa*” (2006, p. 137), que assombram toda a obra de Saussure.

Podemos dizer, então, que, apesar das tentativas de segurar o sentido no sistema, a noção de valores toca de perto estas *leis estranhas à função significativa* da língua, afastando-se de uma língua fechada em si mesma, cuja pista está na passagem da obra de Saussure em que defende que um signo não pode significar *a priori*, ou que, na língua, “não existem idéias preestabelecidas” (2006, p. 130), pois, “em lugar de idéias dadas de antemão, valores que emanam do sistema” (2006, p. 136).

A nosso ver, é a noção de valor que vai tirar da língua o poder de um *tudo por si só* e fazer ver outras interferências que a atingem, pois, conforme Gadet e Pêcheux (2004), “o espaço do valor é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa” (2004, p. 59).

No CLG, a questão do valor passa pela questão da *relatividade do signo linguístico*, como se Saussure percebesse aí, mais especificamente, a dificuldade de afastar a língua de

⁹² Trata-se do texto *De círculo em círculo*, publicado em: GADET, Fraçoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

todo o resto e, portanto, deixando-se atingir pela invencibilidade das determinações que acabam afetando-a. Autorizamos-nos a este dizer, pois, conforme Saussure, um signo atua, “não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa” (2006, p. 137). É nesta parte da obra de Saussure, portanto, em que é possível encontrar algumas questões também ricas à AD, como por exemplo e/ou principalmente, quando Saussure apresenta que, em se tratando do signo linguístico, “seu valor, pois, depende do que está fora e em redor dele” (2006, p. 135), do que “existe ao redor dele e nos outros signos” (2006, p. 139). Em AD, não consideramos o que é da língua e o que é do seu exterior, pois a língua é a materialidade própria do dentro/fora, todavia temos nesta passagem de Saussure mais uma das pistas que denunciam a dificuldade do CLG em manter a língua alheia às *leis estranhas* que a afetam, já que, conforme Saussure, “O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista” (2006, p. 25).

Deste modo, a noção de valor aponta que o signo escapa do interno da língua, fazendo com que, conforme Gadet e Pêcheux, “o valor sustenta e, ao mesmo tempo, limita o arbitrário” (2004, p. 58), tanto que nos ELG, “é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*. [...] Ela vale, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*” (2004, p. 30).

Neste caso, por mais que, em determinado momento do CLG, a ideia de valor seja determinada pelo consenso geral⁹³ (2006, p. 132) e pelas relações de oposição e, também, que a relatividade do signo recaia sobre o princípio do arbitrário e do imotivado, não podemos ignorar que, mesmo para o CLG, a língua é só intermediária, não é o fim nem o ponto de partida, é a matéria que a *põe em jogo*, pois “todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte” (2006, p. 137). Isto se confirma na passagem em que Saussure compara a língua com uma moeda, dizendo que “não é o metal da moeda que lhe fixa o valor” (2006, p. 137), mas o valor que esta adquire numa relação de troca.

Esta ideia de troca nos leva para uma outra metáfora do CLG, que é a comparação de uma unidade linguística com a coluna de um edifício:

[...] a coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustém; essa disposição de duas unidades igualmente presentes no espaço faz pensar na relação sintagmática;

⁹³ É nesta passagem em que aparece que “a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso” (2006, p. 132).

de outro lado, se a coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com outras ordens (jônica, coríntia etc.), que são elementos não presentes no espaço: a relação é associativa. (2006, p. 143).

Mesmo que, nesta comparação com o edifício, tenhamos a proposta de relações associativas autorizadas pela via do cognitivo, ou seja, a partir deste “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (2006, p. 143), e isto não seja exatamente da mesma ordem de associação que julgamos acontecer no funcionamento da metáfora, vamos percebendo que os fatores que envolvem a língua, seu exterior (*elementos não presentes no espaço*), passam a ser, de alguma maneira, considerados em Saussure. De qualquer modo, então, isto nos permite pensar a metáfora no CLG, mesmo que em momentos bastante pontuais, ou até fugidios, pois lá encontramos que “uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra” (2006, p. 146), o que se aproxima do que estamos entendendo sobre o funcionamento da metáfora.

Isto se reforça nos ELG, em que, para Saussure, é errado pensar “que há, em algum lugar, *formas* (que existem por si mesmas, fora de seu *emprego*) ou, em algum lugar, *idéias* (que existem por si mesmas, fora de sua *representação*)” (2004, p. 32), já que, conforme o CLG, o signo “não teria, por si só, nenhuma significação própria” (2006, p. 151) e, conforme os ELG, “não há diferença entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras” (2004, p. 67).

4.1.1.4 A metáfora em Saussure

Apenas nos ELG é que encontramos, especificamente, uma passagem mencionando o termo *metáfora* em Saussure (2004), num rápido texto sob o título *Chega de figuras!*, do qual retiramos algo bastante importante para nosso trabalho, se é que conseguimos lê-lo claramente devido às lacunas⁹⁴ do excerto. Nesta passagem, Saussure questiona a ilusão de considerar que há expressões na língua que sirvam de maneira absoluta a determinadas ideias. Ele, então, defende que tentar eliminar as figuras da língua é pressupor “empregar apenas expressões que correspondam às realidades absolutas da linguagem, classificadas de maneira infalível” (2004, p. 200).

⁹⁴ Estas lacunas, representadas nos ELG por [], significam, segundo os organizadores da obra, Bouquet e Engler, trechos em que não foi possível definir o que Saussure havia escrito, ou mesmo, devido a rasgos nos manuscritos. Neste sentido, poderíamos dizer que onde se vê o vazio nesta obra é o respeito dos editores às palavras de Saussure, por isso eles ressaltam que “o texto organizado respeita, ao máximo, o texto do manuscrito, que continua sendo o de um rascunho e não o de um livro acabado” (2004, p. 17).

Com isso, Saussure vai dizer que designar uma palavra ou não como figura vai depender do que ela representa para cada um, e não porque haveria palavras próprias a um sentido próprio, literal, e palavras próprias a um sentido figurado, conotativo. Portanto, segundo o autor, “Proscrever a figura é se dizer de posse de todas as verdades, de outro modo você fica radicalmente sem condições de dizer onde começa e onde termina uma metáfora” (2004, p. 201). Esta questão toca de perto a justificativa, em Pêcheux e Fuchs (1997b), de que tirar a metáfora do lugar de um sentido derivado não representaria inverter a relação entre sentido próprio e figurado, mas considerá-la fora do *par núcleo/periferia*, a partir de seu aparecimento em cada caso, podendo funcionar como sentido próprio e como sentido figurado (1997b, p. 244).

Para nós, então, *Chega de figuras!* encerra, em sua exclamação, uma crítica à defesa que determinados linguistas empreendem em prol de uma língua que corresponda a realidades absolutas, o que equivaleria a dizer, segundo Saussure, “que as realidades absolutas da linguagem não oferecem mistério para os neogramáticos, que eles as desvendaram para nós” (2004, p. 201). Julgamos encontrar aí, neste excerto, algo da metáfora que extrapola sua função figurativa, para pensá-la a partir de suas condições de uso, pois, conforme os ELG, somente a partir do emprego é que se pode “julgar se minha denominação merece o nome de ‘figura’ ou se não o merece” (2004, p. 201).

Nesta passagem dos ELG, a nosso ver, a questão da *diferença* em Saussure deixa de se reduzir à noção de oposição, quando o autor apresenta que o sistema de uma língua “consiste em uma *diferença* confusa de idéias que se movem sobre a superfície de uma diferença [] de formas, sem que jamais, talvez, uma diferença da primeira ordem corresponda a uma diferença da segunda, nem que uma diferença da segunda corresponda a uma []” (2004, p. 75).

Enfim, para nós, se é possível nos aproximar do CLG e dos ELG, a partir de nosso objeto teórico, é porque acreditamos que, em Saussure, muito ainda há a se dizer sobre o que foi dito e o que não foi dito em suas palavras: sobre o *plano indefinido das idéias confusas* (2006, p. 13), a partir do qual a língua se situa, sobre o valor/valores que interferem nesta língua e, principalmente, sobre o papel do significante, que não pode ser, nestas obras, compreendido como uma substância fônica fixa, rígida, enfim, segundo o próprio autor, como um “molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade” (2006, p. 130). A esta *plasticidade na língua* ainda retornaremos no último capítulo desta tese, mas, por hora, serve-nos muito bem para ilustrar

em que medida foi possível nos aproximar dos postulados saussureanos, principalmente quando pretendemos estudar, nas ML, diferenças entre os sentidos mobilizados no discurso político de até então e os sentidos mobilizados a partir do momento em que Lula chega à Presidência. É assim que entendemos que o discurso deste sujeito enunciator marcará, aproveitando-nos das palavras do CLG, “uma não-coincidência com o resto” (2006, p. 137); bem como, também aproveitando-nos das palavras do ELG, que a questão de valores, assim como os sentidos mobilizados nestas metáforas, representará sempre “uma disputa de palavras” (2004, p. 30) – ou, em nosso entender, uma disputa *por* palavras.

4.1.2 Roman Jakobson: a metáfora para além da poesia

Em Saussure, encontramos algumas pistas sobre a questão do sentido e, a partir daí, da metáfora, todavia as ressalvas estabelecidas nos levam a seguir caminho nesta pesquisa e chegamos, agora, a Roman Jakobson, linguista russo que, no início do século XX, vai, segundo Gadet e Pêcheux⁹⁵ (2004), revolucionar os estudos da linguística por aproximá-la dos estudos da literatura, sendo considerado, por estes autores, como *um extraordinário homem de cultura*, que mostrará à linguística ocidental os trabalhos que ela ignora (2004, p. 109)⁹⁶.

Para Barthes (2004), que destina um texto⁹⁷ em homenagem às contribuições deste autor, “Jakobson deu um lindo presente à literatura: ele lhe deu a linguística” (2004, p. 164). Este reconhecimento em Barthes se justifica pelo fato de que, para o autor, Jakobson retificou uma situação histórica de, até o século XIX, marcar-se pela separação: de um lado, a Ciência, a Razão, o Fato e, do outro, a Arte, a Sensibilidade, a Impressão (2004, p. 164).

Para Jakobson, esta relação/aproximação representava “reivindicar para a linguística o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos” ([1967] 2010, p. 206), pois, conforme o autor, “um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista em literatura indiferente aos problemas linguísticos são, um e outro, flagrantes de anacronismos” (2010, p. 207).

É esta aproximação que Jakobson empreende entre linguística e literatura, desfazendo as fronteiras sobre o papel da língua em uma ou em outra área distintamente, que nos leva,

⁹⁵ Trata-se do texto *De círculo em círculo*, publicado em: GADET, Fraçoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

⁹⁶ Para Gadet e Pêcheux (2004), os estudos de Jakobson contribuirão de forma decisiva, principalmente ao lado dos colegas S. Troubetzkoi e S. Karcevski no Círculo Linguístico de Praga (CLP)⁹⁶, pela aproximação que vai estabelecer entre língua e poesia – objetos da linguística e da literatura. Também integravam o CLP, que vai de 1925 até a Segunda Guerra Mundial, Hjelmslev, Bloomfield, Jones, Carnap, Husserl, Brondal, Benveniste.

⁹⁷ Trata-se do texto *Um lindo presente [sobre Roman Jakobson]*, publicado no *Le Monde*, em 16 de outubro de 1971. Este texto integra a obra: BARTHES, Roland. *Inéditos, I: teoria*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

nesta seção, a investigar como ficaria a questão da metáfora para o autor, já que também nos interessa pensar a metáfora para além do espaço restrito do poético, como predominam os estudos a respeito.

Embora trate a metáfora e a metonímia como *duas figuras polares de estilo, dois tropos*, Jakobson não as restringe como uma questão de literatura, pois, segundo o autor, “a questão das relações entre a palavra e o mundo diz respeito não apenas à arte verbal, mas realmente a todas as espécies de discurso” (2010, p. 152). Para Gadet e Pêcheux (2004), “o C.L.P. (e particularmente Jakobson) desenvolverá esta ideia, segundo a qual não há dimensão da língua que escape a priori ao poético” (2004, p. 108), o que nos motiva a investigar como fica o tratamento dado à metáfora a partir dos pressupostos teóricos deste autor.

Jakobson passa, especificamente, pela noção de metáfora em dois momentos da obra *Linguística e Comunicação* (2010)⁹⁸: num primeiro, quando trata dos casos de afasia⁹⁹ e, num segundo, quando trabalha as funções da linguagem.

A questão da afasia aparece, em *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* (2010, p. 42), como “uma perturbação da linguagem” (2010, p. 42). Neste trabalho, o autor irá reivindicar as contribuições que os linguistas poderiam trazer para o entendimento desta patologia no fluxo da comunicação verbal, bem como as contribuições que este estudo poderia proporcionar às questões da língua em geral. Para o autor (2010, p. 43), há uma dupla culpa na omissão destes profissionais, pois, tanto a ciência da linguagem passa em silêncio por esta questão, como também especialistas na área ainda ignoram as contribuições dos linguistas¹⁰⁰ às pesquisas sobre afasia, como se as perturbações da percepção da fala não tivessem nada a ver com a linguagem.

Para explicar a afasia, Jakobson parte do pressuposto de que uma situação normal de fala é regida por dois princípios organizacionais: “falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade” (2010, p. 46). Em outras palavras, quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acordo com as regras da língua que utiliza. Para Jakobson, estes dois princípios básicos de arranjo organizam um comportamento verbal normal: a *seleção*, que representa a capacidade de estabelecer relações de equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia

⁹⁸ A edição original desta obra aconteceu em 1967. Aqui, estamos trabalhando com a publicação de 2010, pela Cultrix, num volume que reúne textos importantes de Jakobson que vão tratar de suas contribuições para a linguística estrutural, teoria da comunicação, antropologia, literatura, gramática, tradução e distúrbios da fala.

⁹⁹ Importante dizer que passaremos pela questão da afasia, cuja abordagem não nos cabe, porque Jakobson aproveita esta discussão para estender a questão da metáfora para o funcionamento da língua em geral.

¹⁰⁰ Jakobson não nega a omissão dos linguistas a este respeito. Para o autor, eles “têm sua parte de responsabilidade no atraso em empreender uma pesquisa conjunta sobre afasia” (2010, p. 44).

entre as palavras; e a *combinação*, que representa a capacidade de construir e organizar sequências frasais destas palavras.

A partir destes dois arranjos, Jakobson defende que os distúrbios da afasia acontecerão quando falha ou o princípio da *seleção* ou o princípio da *combinação*. No primeiro, o usuário da língua não consegue, dentre os termos alternativos de uma língua, substituir um pelo outro. Segundo Jakobson, “um afásico desse tipo não pode passar de sua palavra a seus sinônimos ou circunlocuções equivalentes, nem a seus heterônimos, isto é, expressões equivalentes em outras línguas” (2010, p. 59). No princípio da *seleção*, tornam-se, portanto, essenciais as pistas fornecidas pelos contextos frasais, para que o afásico consiga preencher os espaços vazios das palavras que não consegue selecionar. Já no segundo caso, no princípio da *combinação*, o usuário da língua perde a capacidade de construir frases, de combinar entidades linguísticas mais simples em unidades mais complexas. Neste caso, as palavras são preservadas, mas há uma perda da sintaxe (*agramatismo*), e a ordem das palavras se torna caótica, resultando no que Jakobson chamou de estilo *telegráfico*.

A questão da metáfora e da metonímia tem a ver com este funcionamento, porque, para Jakobson, a primeira afasia afeta a capacidade de se estabelecerem relações de metáfora, pela perda da capacidade de similitude, e a segunda afeta a capacidade de se estabelecerem relações de metonímia, pela perda da capacidade de percepção da contiguidade frasal.

Com isso, o autor não quer dizer que os afásicos perdem a condição de compreender o discurso figurado; pelo contrário, eles acabam usufruindo destas figuras para se comunicar: quem apresentar o distúrbio de *seleção*, com dificuldade na metáfora, vai se utilizar das relações de contiguidade da metonímia, e quem apresentar dificuldade nas *combinações* das frases vai se aproveitar das relações metafóricas para se comunicar.

As questões da metáfora e da metonímia servem, então, para Jakobson tratar da afasia, mas é importante ressaltar que o autor procurará estender esta abordagem para o funcionamento da língua em geral, pois, para ele, “a desintegração afásica das estruturas verbais pode abrir, para o linguista, perspectivas novas no tocante às leis gerais da linguagem”¹⁰¹ (2010, p. 44). Ou seja, Jakobson acaba tocando a questão do funcionamento linguístico a partir dos *pólos metafórico e metonímico*, já que, para ele, “o desenvolvimento de um discurso pode ocorrer segundo duas linhas semânticas diferentes: um tema [*topic*] pode levar a outro, quer por similaridade, quer por contiguidade” (2020, p. 69). Deste modo, fora

¹⁰¹ Segundo Jakobson, “a regressão afásica se revelou um espelho da aquisição de sons da fala pela criança; ela mostra o desenvolvimento da criança ao inverso” (2010, p. 45).

da afasia, que compromete um ou outro, estes dois processos aconteceriam frequentemente num comportamento verbal normal, o que leva a pensar as relações estabelecidas pela metáfora e pela metonímia para além do espaço do poético, chegando ao funcionamento da língua em geral, já que, para o autor, a metáfora e a metonímia representam a *estrutura bipolar da linguagem*, devido a “seu vasto alcance e importância para o estudo de todos os comportamentos simbólicos, particularmente do comportamento verbal e de seus distúrbios” (2010, p. 77).

Trazendo esta discussão para o nosso trabalho com as ML, podemos dizer que, de fato, para nós, as relações estabelecidas pela metáfora não estão restritas ao campo da poesia. Tal como Jakobson, tanto a metáfora, quanto a metonímia estão em todo processo simbólico, quer seja subjetivo, quer social. Isto nos aproxima do autor, porque nosso interesse nas ML não é investigar sua carga estilística, seu papel retórico no discurso do Presidente, mas seu funcionamento e o efeito que provoca no deslizamento dos sentidos da política brasileira, portanto, também para nós, as criações metafóricas, onde quer que sejam empregadas, não são, conforme Jakobson, um desvio, “são processos regulares de certas variedades estilísticas que são subcódigos de um código total” (2010, p. 108).

Conforme apresentamos no segundo Capítulo, o incômodo causado pelas ML a jornalistas, políticos, intelectuais, etc. apoia-se, muitas vezes, nesta questão do desvio, do uso da meáfora fora do seu lugar (a poesia), que vai servir para tentar deslocar as ML para outro terreno que não o dos sentidos postos em jogo. Um modo de fazer isso é categorizá-las como uma maneira de Lula não se comprometer com suas palavras, de fugir aos seus compromissos, de não dizer o que deve dizer, etc. Reduzidas ao desvio, ao ilógico, as ML serão deslocadas para o campo da estilística, da retórica, como um discurso não próprio ao campo do político, o que nos leva a presumir que, quando, para Attuch¹⁰², “O Brasil se divertiu com ele [Lula], riu de suas metáforas” (2010, p. 36), deve haver algo mais funcionando aí do que uma simples preocupação em definir o que é adequado ou não aos dizeres de um Presidente.

Este sentido das ML como um discurso inapropriado produz efeito no próprio discurso do sujeito enunciador, como podemos verificar nas SDRs a seguir:

SDr 31: Lá (nos EUA), ela é um tsunami. Aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha, que não vai dar nem para esquiar. (Lula, 2008)¹⁰³.

¹⁰² Do texto *Estrela cadente* por Leonardo Attuch, publicado na Revista ISTOÉ, nº 2095, em 06 de janeiro de 2010.

¹⁰³ Revista Época, 21/12/2009, p. 58.

SDr 32: Quantas vezes eu fui tripudiado porque dizia que nós tínhamos uma marolinha. (Lula, 16/02/09)¹⁰⁴.

Estas duas SDRs tratam da crise financeira que abateu o mundo em 2008. Dos vários dizeres a respeito, um ganhou repercussão mundial: a metáfora *tsunami/marolinha*, que Lula usou para falar das consequências que atingiram os EUA, no mandato de George W. Bush, e sua relação com o Brasil: lá, um *tsunami*; aqui, uma *marolinha*. Como é possível observar, a SDr 32 materializa, no *quantas vezes eu fui tripudiado*, as críticas que o sujeito enunciadador deste discurso recebeu por ter empregado a metáfora da SDr 31, levando-o a se explicar pelo seu próprio modo de dizer. Assim, porque *metáforas não servem para tratar de assuntos tão sérios...* que se acaba deslocando-as para um nível de discussão que maniqueiza a questão: correto ou não/adequado ou não, etc., impedindo, portanto, que este funcionamento da língua seja pensado como um funcionamento que significa nas próprias condições de produção em que ocorre. Desse modo, enquanto a discussão se reduz à adequação de Lula usar ou não metáfora, não é necessário refletir sobre os sentidos que esta materialidade põe em xeque no cenário da política brasileira, desfocando-se isso para fazer aparecer outra coisa.

Para a maioria da população, foi possível compreender as proporções da crise mundial, pior nos EUA do que aqui; para uma minoria, estava em jogo a inapropriação do recurso metafórico utilizado pelo Presidente, talvez porque admitir a propriedade no uso deste par *tsunami/marolinha* fosse admitir que o Brasil atingiu algum grau de fortalecimento financeiro, mesmo sob o governo de um iletrado. Neste caso, mesmo que os índices econômicos, posteriormente, tenham reafirmado uma *marolinha*, não se admite este dizer, como observamos no depoimento¹⁰⁵ do assessor técnico da presidência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Milko Matijascic, que, mesmo afirmando que o Brasil foi um dos países que tiveram melhor resposta à crise que derrubou várias economias em meados de 2008, não concorda inteiramente com a tese do presidente Lula: “Não podemos dizer que foi uma marolinha, nem um tsunami, mas o Brasil se saiu bem” (2009).

A repercussão da metáfora *crise/marolinha* foi tão polêmica, à época, que gerou, inclusive, problemas à Prova do ENADE¹⁰⁶ de 2009, que trouxe a seguinte questão:

¹⁰⁴ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano de 2009, em 16/02/09, p. 76.

¹⁰⁵ Texto publicado no R7 Notícias, por Josue Jerônimo, em 19/11/2009. Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/ipea-diz-que- crise- nao- foi- nem- marolinha- nem- tsunami20091119.html>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

¹⁰⁶ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, realizado anualmente com alunos da Educação Superior.

QUESTÃO 19:

Quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que a crise financeira mundial era um *tsunami* no exterior, mas, no Brasil, seria uma “marolinha”, vários veículos da mídia criticaram a fala presidencial. Agora é a imprensa internacional que lembra e confirma a previsão de Lula.

Considerando a realidade atual da economia, no exterior e no Brasil, é **CORRETO** afirmar que houve, por parte dos críticos,

- A) atitude preconceituosa.
- B) irresponsabilidade.
- C) livre exercício da crítica.
- D) manipulação política da mídia.
- E) prejulgamento.

Figura 4: Questão do ENADE 2009.

Fonte: Globo.com¹⁰⁷.

A questão, cuja resposta seria a alternativa C, foi anulada do Concurso, sob a justificativa de problemas em sua formulação. Não vamos entrar nesta discussão, mas era inevitável um desconforto gerado por conta da valorização da opinião de Lula sobre a crise mundial de 2008, lembrando que este ENADE acontece em meio à campanha política para as eleições presidenciais.

Como observamos, o deslocamento da metáfora para além do campo do poético em Jakobson nos permite pensar que os efeitos de sentido produzidos em torno das ML acabam recuando nesta discussão e a tomam como aquilo que está fora do lugar, inapropriado.

Todavia, se o uso da metáfora em Jakobson para além da poesia nos ajudou a pensar as SDrs 31 e 32, nossa investigação esbarra, agora, no conceito de metáfora, que, para o autor, representa “a capacidade que têm duas palavras de substituir uma à outra” (2010, p. 70), ligadas por uma relação de similaridade semântica¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1404497-5604,00-QUESTAO+POLEMICA+DO+ENADE+SOBRE+MAROLINHA+E+ANULADA.html>. Acesso em 30/07/2011.

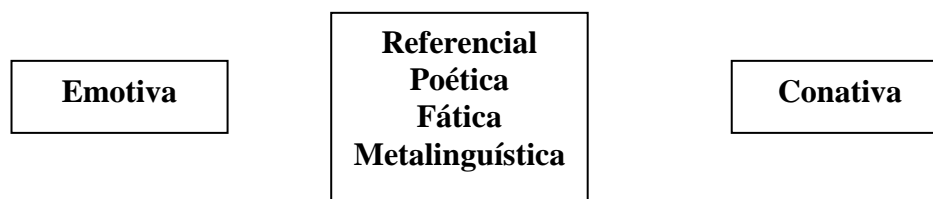
¹⁰⁸ Para Jakobson, a “similitude relaciona um termo metafórico com o termo que ele substitui” (2010, p. 77).

Afirmamos isso, porque, assim como não estamos entendendo as ML como um espaço de troca de uma palavra por outra simplesmente, conforme já tratamos em Saussure, também não as entendemos como um trabalho de comparação a partir de uma relação de similaridade. No funcionamento das ML, o que observamos é o deslizamento dos sentidos cristalizados da política brasileira para novos modos de significar, portanto, voltando à SDr 31, não se trata de substituir simplesmente os termos que serviam a outros governos para representar os sentidos de crise econômica por termos próprios do governo Lula. Ou seja, não se trata apenas de substituir termos que sempre trataram da questão da crise, como *Risco Brasil*, *superávit da balança comercial*, *bolsa de valores*, *sistema bancário*, *desaceleração das exportações*, por, a partir de agora, *tsunami/marolinha*, pois, o que está em jogo aqui não é a comparação de uma forma de representar a crise num e noutra governo, mas como cada sujeito se inscreve diferentemente em sua FD e como, a partir desta inscrição, os sentidos significam diferentemente, antagonicamente, sem que, necessariamente, se encontrem aí relações de equivalência e similitude.

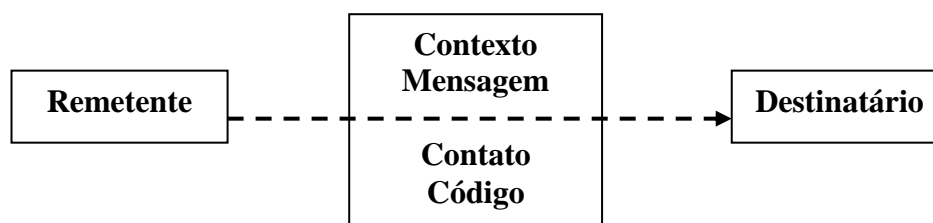
No caso das SDRs 31 e 32, não observamos, então, a metáfora como sendo, conforme Jakobson, a vinculação de um significante a um significado secundário, associado por semelhança com o significado primário (2010, p. 143), mas uma relação que só faz sentidos por se abrigar em questões históricas e ideológicas que a justificam. Por isso, consideramos que o conceito de metáfora em Jakobson, que extrapola a questão da afasia e se estende para o funcionamento geral da linguagem, acaba se abrindo num campo semântico ainda bastante preso à ideia de um código comum, o que se reforça a partir do que o autor propõe no trabalho com as *funções da linguagem*.

Ao defender que a língua não poderia ser estudada diferentemente na literatura e na linguística, Jakobson vai propor uma teoria geral da linguagem, considerando que esta “deve ser estudada em toda a variedade de suas funções” (2010, p. 156). Para ele, “indubitavelmente, para toda comunidade linguística, para toda pessoa que fala, existe uma unidade de língua, mas esse código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente” (2010, p. 155).

É este entendimento que subsidiará, em Jakobson, a configuração de seis funções básicas da comunicação verbal (2010, p. 165):



Esta configuração está em estreita relação com a posição dos usuários da língua, que orientam o processo de comunicação em Jakobson¹⁰⁹ a partir do seguinte desenho (2010, p. 157):



Com o esquema, é possível verificar a relação direta que Jakobson vai estabelecer entre as funções da linguagem e as posições que ocupam os usuários da língua no processo de comunicação verbal: a função emotiva centra-se no *eu*; a função conativa no *tu* e as demais funções na língua. Neste caso, embora Jakobson abra um espaço importante para pensar a interlocução no processo de comunicação, esta interlocução acaba sendo tratada a partir de uma concepção de língua enquanto código comum, cujos sentidos passam pela questão da decodificação, o que, resumidamente, representa dizer que, para Jakobson, “um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe uma mensagem. Ele conhece o código. A mensagem é nova para ele, e, por via do código, ele a interpreta” (2010, p. 27). Neste esquema, conforme o autor:

O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere (ou referente, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que capacite ambos a entrar e permanecer em comunicação. (2010, p. 156).

Como podemos observar, trata-se de pensar a comunicação como um processo eficaz, desde que atendidas suas condições a partir de um código comum. Trazendo este pressuposto

¹⁰⁹ Conforme Aurox (1998, p. 40), Jakobson propõe este modelo de comunicação linguística com base no modelo de Weaver e Shannon (1949).

para pensar o funcionamento das ML, conforme temos observado, este “código comum” não garante um processo de comunicação organizado como pressupõe o esquema comunicativo de Jakobson, na medida em que estas metáforas encontram resistência, ou mesmo são negadas, ignoradas pelo modo como inscrevem um novo modo de dizer. Neste caso, na relação linear entre emissor e receptor, algo falha (e não em termos de ruídos comunicacionais) e aponta para um funcionamento discursivo que impede que uma língua comum seja suficiente para que a comunicação aconteça.

No caso das ML, quando avaliadas por um sujeito inscrito em FD antagônica, há sempre um problema de comunicação, e não é por falta de conhecimento da língua, mas porque o locutor fala, e parte dos interlocutores não quer compreender esta fala. E isso acaba negando a proposta de Jakobson, segundo a qual é necessário se pensar a linguagem do ponto de vista de um campo comum, pois “qualquer comunicação seria impossível na ausência de um certo repertório de ‘possibilidades preconcebidas’ ou de ‘representações pré-fabricadas’” (2010, p. 25). Pelas críticas que analisamos sobre o DL, é justamente este repertório comum que o uso de metáforas por Lula faz falhar, na medida em que desloca os sentidos da política brasileira, denunciando um problema de comunicação que não se resolve, pois emissor e receptor, neste caso, não falam a “mesma” língua, além de parecer haver aí uma eterna luta por decodificar tais metáforas.

Até que se prove o contrário, esta dificuldade imposta pelas ML não representa um caso de afasia, onde Jakobson admitiria pensar na dificuldade de compreensão dos processos metafóricos. Neste caso, embora para Jakobson o “problema essencial para a análise do discurso é o código comum ao emissor e ao receptor” (2010, p. 25), para nós, esta é a condição que nos permite pensar as ML como um funcionamento que tem bastante a ver com um princípio que, para a AD, rege todo e qualquer discurso: a língua serve para comunicar e para não comunicar. E, se ela “não comunica”, não é porque o código necessariamente é distinto, mas porque os sujeitos se inscrevem diferentemente em cada FD e, a partir delas, constroem seus sentidos, confirmando que um *repertório pré-determinado* não garante a eficácia da comunicação. Onde aparecem as ML, deseja-se uma língua que não é a de Lula, deseja-se voltar à língua artificial, protética, da política brasileira como condição de reconhecimento a um imaginário social do que seja o discurso de um Presidente.

Deste modo, observamos que o conceito de metáfora e a proposta das funções da linguagem em Jakobson não nos permitem avançar nas questões que gostaríamos de colocar em jogo a partir das ML, todavia ainda cabe pensar seu dizer de que “todo signo pode ser traduzido por outro signo no qual ele está mais completamente desenvolvido” [...] “todo signo

pode ser traduzido em outro signo mais explícito” (2010, p. 38-41), dizer este que Jakobson recupera de Peirce¹¹⁰, para explicar que um signo pode servir de *interpretante* de qualquer outro signo.

Trazendo esta questão para o campo das funções da linguagem, este processo ficaria a cargo do que Jakobson tratou como função metalinguística, que, segundo Barthes (2004), comentando a obra de Jakobson, contribui para a “necessidade de o homem pensar sua linguagem no próprio momento em que fala” (2004, p. 166). Nesta questão, algo se aproxima, mas também se distancia do que entendemos pelo processo colocado em jogo nas ML. Assim, concordamos com Jakobson que “é impossível designar aquilo de que se fala” (2010, p. 132), a não ser de maneira simbólica, todavia, para nós, em vez de *um signo poder sempre ser traduzido por outro*, teríamos que *todo significante será sempre traduzido por outro*, já que, para Pêcheux (1988), “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório” (1988, p. 263). Assim, considerando que, para Jakobson, a metalinguagem equivale a uma *equação* (A=A) (2010, p. 162), tal como a símile, já que, “em poesia¹¹¹, não apenas a sequência fonológica, mas de igual maneira, qualquer sequência de unidades semânticas, tende a construir uma equação” (2010, p. 191), não podemos aproximar estes conceitos do funcionamento das ML, já que, neste caso, não se trata da tradução de uma palavra por outra, nem uma relação de equação. Em nosso entendimento, as palavras postas em jogo nas ML não se somam, equacionam, equivalem, mas disputam novos espaços de dizer.

4.1.3 Roland Barthes: o lugar flutuante do signo

Considerando que Roland Barthes leu Saussure e Jakobson, a respeito dos quais teceu elogios, críticas e acréscimos, continuamos, neste Capítulo, em busca de contribuições que avancem no trabalho que ensinamos realizar sobre a metáfora.

Importante dizer que, da *obra mutante* de Barthes, que, segundo Perrone-Moisés, em prefácio a *Inéditos vol. 1* (2004), evolui e se transforma ao longo dos anos, passando por

¹¹⁰ Jakobson referencia e elogia em vários momentos da obra Charles Sanders Peirce, filósofo, cientista e matemático americano, nascido em 1839. Para Jakobson, “as notas de semiótica que Peirce pôs no papel ao longo de meio século possuem significação de importância histórica” (2010, p. 127) e teriam exercido influência única no desenvolvimento da teoria linguística no mundo todo se não fossem suas tardias publicações.

¹¹¹ Ressaltamos que poesia em Jakobson, pela abrangência que representa, pode ser relacionada ao que o autor fala de poeticidade, que “não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; implica, antes uma total reavaliação do discurso e de todos os seus componentes, quaisquer que sejam” (2010, p. 206).

discussões sobre alimentação, vestuário, literatura, ética, cultura, leitura, semiologia..., nossa investigação será em torno de três questões: o sentido, a denotação e a conotação e, por fim, a própria noção de metáfora – o que não representa dizer que estas noções se deem de forma isolada, pois se imbricam continuamente no decorrer das obras analisadas aqui.

Iniciando pela questão do sentido, partimos, então, do modo como Barthes¹¹² (2004) revisita Saussure, recuperando-lhe a ideia de que *o sentido seria a união de um significante com um significado*. Deste postulado, Barthes acrescenta a seguinte pergunta à proposta saussuriana: *Onde começa e termina o sentido?* (2004, p. 109). Com esta pergunta, que, segundo Barthes, é onde reside sempre o problema, o autor (2004) desloca a relação natural significado/significante para dizer que “está absolutamente claro que um único e mesmo significado pode ter vários significantes, ou que um significante pode ter vários significados” (2004, p. 109). Com este deslocamento, Barthes introduz na discussão sobre o sentido a questão da polissemia, entendida como uma “espécie de desigualdade entre os dois termos, significante e significado” (2004, p. 109).

Para Barthes, a dificuldade de se estudar o sentido no espaço da semântica estrutural se deve também e justamente à polissemia, ou seja, “é por existir polissemia que se torna extremamente difícil estudar o sentido propriamente dito. Podem-se estudar relações, é tarefa da sintaxe, mas os sentidos são muito difíceis de estudar” (2004, p. 110).

Reforçar esta dificuldade acaba apontando para o modo como Barthes apresenta, em sua proposta de uma Semiótica do discurso (2004, p. 147), um desejo, às vezes velado, de estruturação do sentido, que permitisse “a análise sistemática das situações de discurso” (2004, p. 146) – projeto para o qual, sem dúvida, a polissemia ou qualquer outro fator determinante do sentido para além da língua representaria uma dificuldade. Isto marca a herança estruturalista em Barthes, tanto que sua *translingüística*¹¹³ procura avançar os esforços da linguística, mas supõe atingir, neste projeto, também um outro sistema: um novo, mas um sistema, em que fosse possível a “exaustividade das descrições”¹¹⁴ (2004, p. 143). De qualquer maneira, investimos em Barthes por sua intenção de “procurar uma saída realmente dialética para a herança científica do passado”¹¹⁵ (2004, p. 95), propondo uma semiótica que chegue ao momento em que o discurso se articula na práxis social e histórica.

¹¹² Do texto *Uma problemática do sentido*, publicado na obra de Barthes, *Inéditos Vol. 1*, pela Martins Fontes, 2004.

¹¹³ Para Barthes, a translingüística dá continuidade à linguística, sendo que esta encontra seu limite na frase e a translingüística avança para além da frase (2004, p. 142-144).

¹¹⁴ Do texto *A Lingüística do discurso* (idem *ibidem*).

¹¹⁵ Do texto *Lingüística e Literatura* (idem *ibidem*).

Apesar de este propósito de uma descrição do sentido¹¹⁶ nos distanciar de Barthes (2004, p. 148), a dificuldade que ele aponta em relação à polissemia nos aproxima de sua obra, pois, para nós, as ML trazem à tona esta dificuldade, já que os sentidos migrariam de um lugar seguro, o monossêmico, o da língua política ideal, para um lugar outro, estranho, pelo deslizamento dos sentidos que promovem. A diferença é que isto não representa, para nós, uma dificuldade, pois o fato mesmo de os sentidos não poderem ser categorizados *a priori* neste funcionamento é o que nos permite pensá-lo do ponto de vista discursivo.

Por isso, interessa-nos que a polissemia em Barthes descola o significado do significante, o que pode se aproximar da mexida que observamos nas fileiras do sentido das ML, que fazem migrar os sentidos para um novo lugar de dizer. Isto teria a ver com o que Barthes chama de *lugar flutuante* que o signo ocupa, em *Elementos de Semiologia* ([1962-63]1992, p. 39), e de *significado flutuante*, em *Inéditos, vol. 1 - teoria* (2004), que, segundo o autor, representa tudo que “dá conta da multiplicidade, do plural do mundo e de sua organização segundo uma hierarquia flutuante”¹¹⁷ (2004, p. 159).

Para pensar esta ideia de sentido flutuante, analisamos a seguinte SDr:

SDr 33: Eu já vi que você nunca foi pescador. Se você fosse pescador você ia saber que enquanto a gente tá pescando é importante a gente comer um peixinho. Se você chegar na beira de um rio qualquer e tiver um pescador que já tenha pego um peixe e ele te der aquele pra você comer enquanto você tá preparando a sua vara, teu anzol e jogar, você vai ficar muito agradecido. (Lula, em 30/08/2006)¹¹⁸.

Trazemos a SDr 33, questionando o seguinte: se o sentido é flutuante, o que o faz ser capturado na materialidade linguística?

Recuperando as condições desta SDr, trata-se da entrevista que William Waack fez a Lula em 2006. Nesta parte da conversa, Waack colocava Lula em xeque o fato de Lula defender que *é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe*, no entanto seu governo gastava muito dinheiro nisso.

Como podemos observar, a pergunta do entrevistador leva a uma discussão em torno do que representa o Bolsa Família¹¹⁹ como política pública, fazendo intervir aí a polissemia pelas possibilidades diversas de este significante produzir sentidos, numa disputa sobre o que o sujeito enunciativo entende por este sentido e o que ele significa para o sujeito entrevistador. Vamos verificar que o sentido de Bolsa Família não está numa relação *a priori*

¹¹⁶ Do texto *A Lingüística do discurso* (idem *ibidem*).

¹¹⁷ Do entrevista *Sobre a teoria* (idem *ibidem*).

¹¹⁸ Entrevista de Lula por William Waack, exibida em 30/08/2006, transcrita do vídeo disponível no *YouTube*: <http://www.youtube.com/watch?v=fgKP24fBGm0>. Acesso em 01/02/2011.

¹¹⁹ O Bolsa Família é um Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil.

significado/significante, mas determinado pelo modo como os dois sujeitos deste discurso se inscrevem em FD distintas. No caso do sujeito entrevistador, embora seu discurso materialize-se como pergunta/hipótese, ele se identifica com uma FD antagônica do DL, à qual se filiam discursos que reforçam a injustiça de se oferecer ajuda desta natureza aos pobres, pois: *não se pode dar o peixe, deve-se ensinar a pescar; tem que fazer o povo trabalhar; se der tudo na mão, o povo se acostuma mal*, etc. Como podemos observar, se existe um sentido flutuante, o que lhe aterrissa e faz com que a “mesma” Bolsa Família signifique diferentemente para um e para outro é o modo como cada um se inscreve em sua FD. Para a FD antagônica, o povo tem que trabalhar, para a FD da classe trabalhadora, à qual se identifica o sujeito enunciador da SDr 33, algo como *saco vazio não para em pé*, ou ainda: *o povo precisa comer para poder trabalhar*.

A posição defendida pelo sujeito enunciador entrevistador nos remete, em Barthes (2004), ao que ele diz sobre o trabalho das instituições, que “sempre assumem por tarefa vigiar o sentido, vigiar a proliferação dos sentidos” (2004, p. 110). Neste caso, a pergunta de Waack materializa esta vigilância de que trata Barthes na medida em que procura relacionar Bolsa Família a uma única possibilidade de sentido, talvez traduzido por *esmola*, silenciando, em contrapartida, outros sentidos como, por exemplo, que a queda da pobreza extrema no País diminuiu de 12% em 2003 para 4,8% em 2008¹²⁰, ou mesmo, que a fome ainda hoje, segundo dados do IBGE, assola 11,2 milhões de brasileiros.

Esta vigilância do sentido único estabelece estreita relação com o que Barthes trata por monossímia, como “sistema ideológico social, institucional ou estético, no qual se acredita que as mensagens ou os significantes têm um único sentido, que é o certo” (2004, p. 111). Barthes vai dizer que, neste caso, acontece uma espécie de cegueira ou de surdez ao símbolo, o que podemos não só relacionar aos sentidos de Bolsa Família e fome, como apresentado a partir da SDr 33, mas estender para todo funcionamento das ML, pois, como apresentado no segundo Capítulo, a maioria das críticas a respeito das ML as reduz à ideia de desvio, erro, inapropriação, fuga, ensurdecendo-se ao trabalho de produção do(s) sentido(s) que ali acontecem. E uma forma de negar estes sentidos, ou melhor, esta mexida nas fileiras dos sentidos, é, de fato, se manter, conforme Barthes, “fechados, surdos ou cegos ao símbolo” (2004, p. 112).

Este posicionamento, que se justifica a partir da crença na univocidade do sentido, pressupõe, para Barthes, que “um discurso ou um significante só têm um único sentido e que,

¹²⁰ Estes dados foram retirados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

por conseguinte, há uma letra, uma literalidade do sentido à qual é preciso ater-se” (2004, p. 114). Com isto, podemos dizer que, pela via dos sentidos múltiplos, possíveis, polissêmicos, Barthes desfaz a ideia de literalidade/figuratividade, já que, para ele, “a linguagem refere-se à realidade, mas não a expressa”¹²¹ (2004, p. 301), não a reproduz, não a “revela”¹²², não a representa, apenas a demonstra (1978, p. 22).

Esta não distinção de literalidade/figuratividade nos leva à proposta de Barthes sobre a questão da denotação e da conotação em *Elementos de Semiologia* (1992), onde, portanto, nos apoiaremos para encerrar nossa pesquisa pela noção de metáfora neste autor.

Barthes parte da definição de signo em Saussure para dizer que qualquer sistema de significação comporta a união de um plano de expressão, o significante, com um plano de conteúdo, o significado. A partir da definição deste sistema, que Barthes chama de um primeiro sistema de significação, que seria a denotação, o autor sugere pensar nele como apenas um simples elemento de um segundo sistema, a conotação, que lhe será extensivo. Neste caso, teríamos dois sistemas de significação, um imbricado no outro, sendo, porém, ambos, conforme o autor, sujeitos a um *desengate*, o qual pode acontecer de duas maneiras, formando, com isso, dois *conjuntos opostos* (1992, p. 95), quais sejam:

1º desengate: o primeiro sistema (denotação) é a expressão (significante) do segundo sistema (conotação);

2º desengate: o primeiro sistema (denotação) é o conteúdo (significado) do segundo sistema (conotação).

Estamos entendendo estes conjuntos como *opostos* em Barthes, porque, no primeiro caso, a conotação é o significado da denotação e, no segundo, a denotação que é o significado da conotação. Em outras palavras, no primeiro caso, o denotado funciona apenas como significante, já que os sentidos serão dados pela conotação; já, no segundo caso, o denotado funciona como significado do conotado.

Relacionando estes sistemas com o funcionamento da metáfora, observamos que o primeiro desengate possibilita pensar a metáfora tal como entendida pelo senso comum, em que a conotação trabalha a partir da denotação, nas palavras de Barthes, como extensiva. Assim, no exemplo de Nicolau Maquiavel, em que “os Estados [...] não são capazes de lançar

¹²¹ Do texto *Respostas* (idem *ibidem*).

¹²² Em *Aula*, Barthes refere-se a esta questão a partir de Lacan, tomando o real como o impossível – o que não pode ser representável, apenas demonstrável (1978, p. 22).

raízes profundas e desenvolvidas”¹²³ (2010, p. 66), teríamos o seguinte: *Estado*, no plano denotado, já é uma junção de significado e significante, mas ao se imbricar com o segundo sistema, a denotação, apresenta-se apenas como significante da conotação, que vai estender seu sentido ao compará-lo com uma *árvore* dada a relação metonímica com *raízes*. Esta seria a primeira forma de desengate conforme Barthes.

No segundo desengate, porém, acontece o contrário: o plano da conotação, *raízes*, é que sofreria a extensão do sentido do plano da denotação. Ou seja, aqui, é o *Estado*, plano denotado, que entra no sentido de *raízes*, plano conotado.

Todavia, no funcionamento das ML, verificamos uma outra movimentação do sentido, conforme analisamos a seguir:

SDr 34: O Estado é uma estação de trem, o Governo é o trem e o povo, os passageiros que muitas vezes nem a estação nem o trem veem. (Lula, 2004)¹²⁴.

Ao relacionar o funcionamento desta metáfora a partir da proposta barthesiana, poderíamos encontrar os dois processos de desengate, em que, no primeiro caso, teríamos *Estado* interferindo no sentido de *trem*; e, no segundo, *trem* interferindo no sentido de *Estado*. Acontece, porém, que, para nós, estes dois processos, nem se dão como conjuntos opostos, conforme apresenta Barthes, nem permitem seu desengate como se fossem dois sistemas distintos. Se há uma interferência de sentidos aí, primeiro, não é de forma extensiva, como Barthes entende o trabalho da conotação a partir da denotação. Trata-se de um deslocamento que tem a ver com o funcionamento da língua enquanto um processo discursivo das relações metafóricas postas em jogo.

No caso da SDr 34, o sujeito enunciador desta ML, ao relacionar *Estado/trem*, acaba mexendo, simultaneamente, nos sentidos de ambos, os quais passam a significar em relação aos sentidos próprios de uma FD antagônica. *Estado*, nesta SDr, se opõe a um tipo de Estado que não enxerga o povo que governa, marcando uma distância que cega o próprio povo, que, por sua vez, *não vê nem a estação, nem o trem* (SDr 34). Isso faz com que, na relação *Estado* e *trem*, dois deslocamentos aconteçam, mas não opostos como em Barthes, e sim simultâneos: *Estado* passa a significar como um *Estado* que deve garantir as condições de vida a toda a população, principalmente àquela que espera na estação, e *trem* significa, nestas condições, a

¹²³ Da obra *O príncipe*, publicada pela Companhia das Letras, 2010. A comparação estabelecida nesta metáfora diz respeito à relação que Maquiavel faz entre Estado e uma árvore que cresce subitamente na natureza, cujas raízes, por este motivo, seriam frágeis (2010, p. 66).

¹²⁴ Lula em Brasília-DF, na posse da diretoria e do conselho fiscal da Confederação Nacional do Comércio. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 307.

forma de representação desta ideia de proteção à população que aguarda... Ou seja, a SDr 34 apresenta, pelo deslizamento metafórico que o DL põe em jogo, não mais a mesma figura de *Estado* e não mais a mesma figura de *trem*, e este processo, para nós, só pode ser entendido no funcionamento da língua em seu trabalho discursivo, e não como dois processos de significação opostos, distintos, co-extensivos, como propõe Barthes.

Não negamos, porém, a importância da proposta do autor ao atribuir à conotação um lugar de importância no trabalho com os sentidos, mas, quando ele reivindica uma Linguística da conotação, já que “a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto uma verdadeira Antropologia Histórica” (1992, p. 96), volta-se aí à ideia de um sentido base sobre o qual outros se criam secundariamente (literal/figurado).

Além disso, para Barthes, “os fenômenos de conotação ainda não foram estudados *sistematicamente*” (grifo nosso) (1992, p. 96), e, em nosso entendimento, este estudo tanto não pode ser sistematizado, pois todo e qualquer sentido aponta para um funcionamento específico a partir das condições sócio-históricas em que se dão; tanto não caberia separar o permanente processo de deslizamento dos sentidos em dois sistemas diferentes: o da denotação e o da conotação.

Como observamos no funcionamento da ML, trazida na SDr 34, os sentidos que ali produzem seus efeitos não poderiam ser sistematizados como o funcionamento de toda e qualquer metáfora; do mesmo modo, estes sentidos não poderiam pertencer a esferas distintas, da denotação e da conotação. O que nos interessa não é recuperar qual o sentido que poderia ter antecedido o DL ou mesmo ter-lhe servido de base, mas investigar como acontece o trabalho de produção de sentido no deslizamento que esta metáfora põe em jogo, permitindo observar em materialidade linguística, na verdade, uma pista de toda e qualquer produção do sentido. Por isso, consideramos que uma sistematização da conotação se tornaria impossível, pois o que determinou os sentidos nesta SDr não foi o que *Estado* e *trem* trouxeram de um sentido primeiro, isoladamente, mas como passaram a significar naquelas condições de dizer específicas, a partir do modo como a história e a ideologia os atravessaram. Para nós, esta determinação que as ML nos permitem observar pode se estender para o funcionamento de todo sentido, distinguindo-se de Barthes, para quem a ideologia seria *um fragmento de*

ideologia, enfim, que a “ideologia seria, em suma, a forma (no sentido hjelmsleviano)¹²⁵ dos significados de conotação” (1992, p. 97).

4.1.4 George Lakoff e Marl Johnson: as metáforas da vida cotidiana

Os norte-americanos George Lakoff e Marl Johnson, inseridos no campo teórico da Linguística Cognitiva, têm se dedicado, desde a década de 70/80, ao estudo da metáfora. E, para investigar o tratamento oferecido por estes autores ao tema, escolhemos trabalhar a obra *Metaphors we live by*¹²⁶ (1980), na sua versão em português *Metáforas da vida cotidiana* (2002), em que Lakoff e Johnson apresentam a proposta teórica da metáfora conceptual¹²⁷, cuja influência encontramos também em obras brasileiras, a exemplo de Sardinha (2007a), Zanotto, Paiva, Dell’Isola (1998)¹²⁸ e outros.

Os tradutores de *Metáforas da vida cotidiana* (ZANOTTO *et al.*, 2002) consideram a obra uma virada paradigmática por romper com a tradição retórica aristotélica, atribuindo à metáfora um tratamento epistemológico que ultrapassaria seu entendimento apenas como fenômeno de linguagem. Para Lakoff e Johnson, desde Aristóteles, os estudos sobre metáfora restringiam-na apenas a uma questão de linguagem, faltando, portanto, considerá-la em seu valor cognitivo. Ou seja, já é possível dizer que, para os autores, linguagem e cognição são duas esferas distintas e que devem, conjuntamente, serem convocadas para o estudo que pretendem realizar sobre a metáfora.

Para Lakoff e Johnson, nosso sistema cognitivo se organiza predominantemente a partir de conceitos metafóricos, por isso afirmarem que entender a metáfora é entender nosso próprio processo de compreensão das coisas, do mundo. Isto é:

[...] o fato de nosso sistema conceptual ser inerentemente metafórico, o fato de compreendermos o mundo, de pensarmos e de agirmos em termos metafóricos e o fato de as metáforas não poderem ser simplesmente compreendidas, mas também poderem ser significativas e verdadeiras – todos esses fatos sugerem que uma teoria adequada do sentido e da verdade só pode ser baseada na compreensão. (2002, p. 292).

¹²⁵ Referência a Louis Hjelmslev, linguista estruturalista, de quem Barthes retoma a ideia de Semiótica conotativa (1992, p. 95).

¹²⁶ Usaremos neste estudo a obra publicada em Língua Portuguesa, em 2002: *Metáforas da vida cotidiana*. Para os tradutores Zanotto (et al), a obra é considerada o marco de um programa inovador de pesquisa sobre metáfora.

¹²⁷ Conforme Sardinha (2008), este termo do inglês foi traduzido para o português também como *conceptual* e não *conceitual*.

¹²⁸ Encontramos textos destes autores (com exceção de Sardinha) na obra *Metáforas do cotidiano*, organizada por Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (1998). Zanotto, inclusive, assume a coordenação da tradução da obra *Metáforas da vida cotidiana* de Lakoff e Johnson (2002), utilizada nesta tese.

É deste modo que, para os autores, a metáfora equivale à maneira como o sistema cognitivo organiza as formas de representar as coisas à nossa volta, principalmente aquelas que não encontram seu equivalente no emprego literal da língua:

A metáfora é um dos mais importantes instrumentos para tentar compreender parcialmente o que não pode ser compreendido em sua totalidade: nossos sentimentos, nossas experiências estéticas, nossas práticas morais e nossa consciência espiritual. (2002, p. 303).

É nesta perspectiva que os autores de *Metáforas da vida cotidiana* trabalham em torno da seguinte hipótese: “se estivermos certos, ao sugerir que esse sistema conceptual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora” (2002, p. 46). Ou seja, para eles, mesmo quando falamos cientificamente, objetivamente de algo, lançamos mão de expressões metafóricas que representam, na língua, a base conceptual metafórica de nosso modo de pensar.

A partir daí, Lakoff e Johnson, ao defenderem que a metáfora não está presente apenas nas situações de linguagem figurada, como também vimos em Saussure, Jakobson e Barthes, vão se afastar do entendimento de metáfora como própria ao sentido figurado, ao espaço do poético. Dirão, portanto, os autores que a metáfora, como esforço da imaginação, não é destituída de racionalidade, pois, segundo eles, quando nos utilizamos da metáfora, estamos empregando uma “racionalidade imaginativa” (2002, p. 303). Com isso, os autores vão limpando o caminho para tentar, da maneira mais objetiva possível, oferecer à metáfora um tratamento racional, o que convém à abordagem científica que desejam imprimir.

A proposta de Lakoff e Johnson é, então, demonstrar como se dá a formação da metáfora na mente humana, com base no que chamaram de teoria da metáfora conceptual¹²⁹, no sentido de que a cognição humana seria orientada por esta base (conceitual), essencialmente metafórica. A partir desta organização cognitiva, Lakoff e Johnson consideram possível sistematizar os conceitos abrigados em nossa mente, mapeando as expressões linguísticas que lhes são correspondentes. Para esta formalização, quando os autores utilizam a palavra *metáfora* estão designando o nosso aspecto cognitivo, que seria a metáfora conceptual (registrada, na obra, sempre em letras maiúsculas), e, quando utilizam *expressão metafórica* (registrada em letras minúsculas), estão se referindo à manifestação linguística daquela.

¹²⁹ Conforme Sardinha (2008), este termo do inglês foi traduzido para o português também como *conceptual* e não *conceitual*.

Considerando que “nosso sistema conceptual é, em grande parte, estruturado metaforicamente” (2002, p. 193) e que as expressões metafóricas reproduzem este sistema, estamos diante de duas considerações a respeito desta teoria: primeiro, a metáfora está na base do pensamento, como origem dos dizeres possíveis; segundo, esta base conceitual encontra seu equivalente na língua por meio das expressões que a representam. Portanto, esta relação que os autores estabelecem entre o que se pensa e o que se realiza na língua é uma relação de literalidade entre pensamento e linguagem, já que, para eles, “a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e agir, a linguagem é uma *fonte de evidência* importante de como é esse sistema” (grifo nosso) (2002, p. 46).

Assim, para os autores, sistematizar o processo de correspondência entre metáfora conceptual e expressões metafóricas significa sistematizar a própria cognição humana – algo possível uma vez que,

[...] baseando-nos, principalmente, na *evidência lingüística*, constatamos que a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica. E encontramos um modo de começar a identificar em detalhes quais são as metáforas que estruturam nossa maneira de perceber, de pensar e de agir. (grifo nosso) (2002, p. 46).

Para Lakoff e Johnson, o que temos armazenado em nossa mente é o que orienta a realidade à nossa volta, isto porque “a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (2002, p. 45). Ou seja, há uma origem dos dizeres e esta origem pré-existe à nossa existência no mundo.

Vejamos esta questão a partir dos exemplos que os autores trazem:

- a) *Veja a que ponto nós chegamos.*
- b) *Nós estamos numa encruzilhada.*
- c) *Nossa relação não vai chegar a lugar nenhum.*

Para Lakoff e Johnson, estas expressões metafóricas são todas equivalentes lingüísticos da metáfora conceptual “AMOR É UMA VIAGEM¹³⁰” (2002, p. 24), uma vez que, segundo eles, só falamos algo como *Nosso amor chegou ao fim da linha*, porque, em nossa mente, estaria armazenado o conceito metafórico de que AMOR É UMA VIAGEM. Resumindo, para os autores, “as metáforas como expressões lingüísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceptual de cada um de nós” (2002, p.

¹³⁰ Na obra, Lakoff e Johnson diferenciam as metáforas conceptuais das expressões lingüísticas que as representam pela letra maiúscula. Somente as conceptuais são escritas assim. Vamos manter a proposta.

48), e isto se dá em convencionalidade, caso contrário, não se poderia conceber que todos entendemos *amor como uma viagem*.

É deste modo que Lakoff e Johnson, procurando sistematizar a cognição humana, tentarão mapear nossa estrutura de pensamento (metafórico), construindo, para isto, padrões de referência que licenciam expressões linguísticas equivalentes. Por este ponto de vista, só seria possível dizer *Preciso vencer esta discussão*, porque haveria, em nosso sistema cognitivo, a metáfora conceptual “DISCUSSÃO É GUERRA”¹³¹. É isto que querem dizer Lakoff e Johnson quando justificam que “definimos nossa realidade em termos de metáforas e então começamos a agir com base nelas” (2002, p. 260), o que pressupõe a linguagem humana como abrigada em um sistema cognitivo independente dos sujeitos e de suas ações.

Baseando-se nesta proposta teórica, Tony Berber Sardinha¹³² (2008) vai analisar as ML com a ajuda da ferramenta da Linguística de *Corpus*¹³³. Para o artigo *Lula e a metáfora da conquista* (2008), o autor coletou, nos discursos do Presidente Lula, as falas em que a “palavra ‘conquista’ se destacava entre as de potencial metafórico” (2008, p. 93). Entre estas, Sardinha destaca a metáfora em que Lula compara a pressa de realizar as reformas políticas à pressa em saciar a fome:

Eu não sei se vocês já perceberam, quando vocês vão numa churrascaria comer um rodízio, tem aquele apressado que tudo que é maionese que vem ele come, tudo que é lingüiça que vem ele come. Aí, quando chega a hora da coisa nobre, ele já está com o ‘bucho cheio’ [...] Então, temos que ter um certo controle na nossa ânsia, na nossa angústia de querer fazer as coisas com a rapidez que todo mundo necessita (2008)¹³⁴.

Buscando categorizar as ML a partir da noção de metáfora conceptual conforme Lakoff e Johnson, Sardinha vai dizer que só foi possível Lula dizer o que disse neste discurso, porque, em sua mente, está armazenado algo como GOVERNAR É SERVIR CHURRASCO

¹³¹ Notemos como, para esta concepção de metáfora, aqui em específico no caso de DISCUSSÃO É GUERRA, Lakoff e Johnson precisam considerar a homogeneidade no sentido: “Mesmo que você não tenha jamais em sua vida experienciado uma luta física, muito menos provavelmente uma guerra, você ainda concebe discussões e discute de acordo com a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, porque tal metáfora faz parte do sistema conceptual da cultura na qual você vive. Todas as discussões consideradas ‘racionais’, aquelas que se enquadram no ideal de DISCUSSÃO RACIONAL, não são apenas concebidas em termos de guerra, mas quase todas contêm, de maneira subjacente, as táticas ‘irracionais’ e ‘desleais’ que as discussões racionais, em sua forma ideal, não deveriam apresentar” (2002, p. 136).

¹³² Texto publicado na Revista *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 8, nº 1, jan./abr., 2008.

¹³³ Conforme Sardinha, “a Linguística de *Corpus* se ocupa da coleta e análise de corpora, que são coletâneas de textos ou transcrições de fala armazenados em arquivo de computador (2004). Os corpora são coletados especificamente para serem alvo de pesquisa linguística” (2008, p. 100). Em relação ao trabalho com as metáforas, Sardinha coloca esta ferramenta como auxiliar, já que, segundo ele, “o analista de metáfora, por sua vez, precisa identificar significados metafóricos. Contudo, não há, *ainda*, tecnologias para fazer isso automaticamente em corpora” (grifo nosso) (2008, p. 101).

¹³⁴ Lula, em Discurso proferido no ato de lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, em Benevides, PA, 21 de agosto de 2003.

EM UM RODÍZIO (2008, p. 97), o que, segundo os autores, seria entendido por nós da mesma maneira.

Para Sardinha, não dizemos que “governar é servir um churrasco em rodízio”, pois isto representa o aspecto cognitivo (metáfora conceptual), mas entendemos, todos, as expressões metafóricas que verbalizam esta metáfora conceptual, já que:

[...] as metáforas conceptuais são representações mentais dos conceitos e portanto residem na mente dos indivíduos e são compartilhadas por pessoas de uma mesma cultura. As metáforas conceptuais circulam verbalmente por meio de metáforas lingüísticas ou expressões metafóricas, que são o correlato verbal das metáforas conceptuais. (2008, p. 97-98).

Todavia, quando recuperamos as críticas ao DL, verificamos que este entendimento comum das ML, conforme propõe Sardinha (2008), não é homogêneo, o que, para nós, não representa dizer que as pessoas não consigam cognitivamente relacionar uma expressão metafórica a uma metáfora conceptual. O processo é mais complexo que essa transposição, tanto que ela não é suficiente para pensar os efeitos de sentido deste discurso. Ou seja, quando as ML são negadas, ignoradas, diminuídas, não é porque falhou esta correspondência cognitiva, mas porque os efeitos de sentido extrapolam a relação pensamento/linguagem, convocando questões de ordem histórica e ideológica postas em jogo nesta prática discursiva.

O mapeamento das ML em Sadinha, porém, permite-lhe concluir que Lula é um *orador de sucesso*, porque, na análise realizada, “a metáfora da conquista é coerente com a sua ideologia política marxista, de luta de classes” (2008, p. 115). Para o autor, “essa coerência das metáforas com a história pessoal e política do orador é muito importante, pois lhe confere credibilidade. Dificilmente um orador que viesse de uma classe abastada poderia evocar a metáfora da conquista com o mesmo grau de sucesso” (2008, p. 115). Importante dizer que, para chegar a esta conclusão, é necessário considerar a língua e os sentidos a partir de um conjunto de saberes homogêneos e, conseqüentemente, o sujeito como autônomo em relação aos usos que faz destes saberes.

Em outro artigo, *As Metáforas de Lula na perspectiva da Lingüística de Corpus: O caso do desenvolvimento* (2010), Sardinha¹³⁵ investiga quais sentidos a palavra *desenvolvimento* domina no DL. Neste trabalho, o autor considera que as ML ajudam a “guiar” a “compreensão do interlocutor para um desfecho desejado” (2010, p. 164), reafirmando, deste modo, um sujeito estrategista de seu discurso, assim como apresentado em seu artigo anterior. Neste caso, as ML representariam uma das estratégias de Lula em

¹³⁵ Texto publicado na Revista D.E.L.T.A., 26:1, 2010.

explicar, conforme Sardinha, temas complexos da política a uma população em grande parte iletrada.

Nesta busca, Sardinha coletou dizeres em que aparecia a palavra *desenvolvimento*, para relacioná-los a um plano cognitivo, que seria o plano da metáfora conceptual. A partir das ocorrências da palavra-chave *desenvolvimento*, ele chega, então, a três conceitos metafóricos predominantes neste discurso, que seriam as metáforas conceptuais VIAGEM, CONSTRUÇÃO e ORGANISMO¹³⁶ – conclusão esta que se baseia no fato de que, no DL, observam-se expressões como por exemplo:

1. *Caminho do desenvolvimento.*
2. *Modelo de desenvolvimento.*
3. *Ciclo de desenvolvimento.*

Conforme Sardinha, só foi possível a Lula enunciar tais dizeres, porque, em sua mente, estariam presentes as metáforas conceptuais DESENVOLVIMENTO É VIAGEM, DESENVOLVIMENTO É CONSTRUÇÃO e DESENVOLVIMENTO É ORGANISMO, as quais autorizariam os dizeres 1, 2 e 3, respectivamente, equacionando “desenvolvimento com um processo longo, construído, planejado e gerado pelo governo e são veiculados em um discurso de características marcadamente interacionais (como revelaram as principais palavras-chave do *corpus*)” (2010, p. 188).

Utilizaremos este mesmo item lexical, *desenvolvimento*, para pensar a ML a seguir:

SDr 35: O Brasil, há muito tempo, era como se fosse uma planta encruada. Aquela que você planta e não cresce, porque talvez as pessoas que estivessem adubando ela, estivessem jogando fertilizante no tronco, quando deveria jogar o fertilizante na área da copa, para ela poder absorver melhor as vitaminas necessárias. [...] Habitualmente no Brasil, alguns comiam a massa e o chantili do bolo e, para a grande população, ficava aquele chumbinho de enfeite que colocam em cima do bolo. (Lula, 18/03/2008)¹³⁷.

Se tomarmos como base a proposta de Sardinha, a metáfora da SDr 35 não seria capturada pelo *software* da Linguística de *Corpus*, utilizado pelo autor para buscar o item lexical *desenvolvimento*. No entanto, situando-nos no campo teórico da AD, em que a língua é apenas pista de um funcionamento mais amplo, e não a única possibilidade de os sentidos produzirem seus efeitos, podemos verificar, no funcionamento desta ML, que

¹³⁶ Na proposta teórica de Lakoff e Johnson, assim como em Sardinha, as metáforas conceptuais são grafadas em letras maiúsculas, para diferenciá-las das expressões metafóricas, ou metáforas linguísticas, que não grafadas em minúsculas.

¹³⁷ Em *Notícias Uol Online*, 18/03/2008. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/18/ult23u1519.jhtm>. Acesso em 05/06/2010.

desenvolvimento, mesmo sem estar marcado na língua, produz seus efeitos a partir do que a ML discute a respeito de uma distribuição de renda mais igualitária no País.

Nesta ML, é possível verificar o modo como o sujeito enunciador deste discurso se relaciona com os dois interlocutores: *as pessoas que/alguns*, que sempre usufruíram dos bens materiais, os que sempre puderam comer o melhor do bolo, e *a grande população*, que sempre precisou se contentar em comer as sobras, o enfeite do bolo. Sendo assim, embora o item *desenvolvimento* não se explicita no plano da língua, ele não deixa de produzir sentidos ali, quando o sujeito enunciador coloca em jogo as relações de desigualdade entre uma parcela da população e outra (os que comem e os que não comem o bolo), considerando que não há desenvolvimento com pessoas passando fome.

Como observamos na SDr 35, fica difícil restringir a análise do sentido de *desenvolvimento*, e mesmo de *conquista*, no DL, a uma organização cognitiva entre o que o sujeito deste discurso teria armazenado em sua mente e o modo como traduz isso para a língua, dada a complexidade discursiva que as ML põe em jogo.

Por este motivo, consideramos que tanto o estudo de Sardinha quanto o de Lakoff e Johnson inscrevem-se numa perspectiva teórica que considera a ligação linear entre o aspecto cognitivo e as expressões que lhe servem de “transcrição”, enquanto uma regularidade do pensamento, restando ao sujeito, nesta proposta, dominar um sistema conceptual homogêneo. Algo somente possível a partir do pressuposto de que nossas formas de pensar seriam reguladas por *sistemas metafóricos globais*, sobre os quais “expressões, como todas as outras palavras e itens lexicais frasais da língua, são fixadas *por convenção*” (grifo nosso) (2002, p. 123). Ou seja, para esta proposta de tratamento da metáfora, os sentidos precisam estar abrigados na mente, num sistema homogêneo e normatizado, independentemente do sujeito e da linguagem.

É desta maneira que se fundamenta a teoria da metáfora conceptual: a partir de uma matriz cognitiva de sentido, a qual valida, legitima, licencia formas diferentes de se expressar com base nos *sistemas globais* de pensamento, já que, segundo Lakoff e Johnson:

[...] estamos constantemente realizando rituais, desde rituais casuais como: fazer o café da manhã [...] até às mais solenes práticas religiosas. [...]. Cada ritual é um aspecto repetido, coerentemente estruturado e unificado de nossa experiência. Ao praticá-los, damos estrutura e sentido a nossas atividades, minimizando o caos e a disparidade em nossas ações. (2002, p. 352-353).

Para os autores, portanto, os *sistemas metafóricos globais* não são iguais em todas as culturas, mas em cada uma se consolidam como uma repetição, um ritual. É isto que eles

chamam de *gestalt experiencial*, uma categoria das experiências de uma determinada cultura, que, segundo os autores, “normalmente servirá como um pano de fundo para a compreensão de algo que experienciamos como um dos aspectos dessa *gestalt*” (2002, p. 283).

Este “pano de fundo” dos chamados *sistemas globais (gestalts)* se aproximam da noção de cultura autônoma apresentada por De Nardi (2007), em que as experiências humanas são consideradas em sua regularidade, tratando-se sujeito e linguagem como coisas distintas, que não se afetam. Isto seria possível somente considerando, conforme Lakoff e Johnson, que “somos seres físicos, demarcados e separados do resto do mundo pela superfície de nossas peles; experienciamos o resto do mundo como algo fora de nós. Cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora” (2002, p. 81).

Nesta perspectiva, podemos dizer que as diferenças entre as diversas culturas acabam sendo tomadas por uma condição determinista, já que, para Lakoff e Johnson,

Cada cultura deve definir uma realidade social na qual as pessoas tenham papéis que façam sentido para elas e em termos dos quais possam agir socialmente. Não seria surpreendente que a realidade social definida por uma cultura afetasse sua concepção de realidade física. O que é real para um indivíduo como membro de uma cultura é produto tanto de sua realidade social como da maneira como ela molda a sua experiência do mundo físico. (2002, p. 244).

Deste modo, embora Lakoff e Johnson afirmem que não estão interessados numa ideia de verdade quando analisam as metáforas – “as questões de verdade são as questões menos relevantes” (2002, p. 281) –, ao trazerem a noção de coerência em relação às *gestalts* para validar as expressões metafóricas que se encaixam nas metáforas conceptuais, acabam reafirmando o parâmetro verdade/falsidade para o julgamento coerente/não coerente. Isto representa dizer, conforme os autores, que “a verdade é, portanto, uma função de nosso sistema conceptual. É porque muitos de nossos conceitos são metafóricos por natureza e porque compreendemos as situações em termos desses conceitos que as metáforas podem ser verdadeiras ou falsas” (2002, p. 286).

Assim, quando Lakoff e Johnson dizem que “a verdade é sempre relativa a um sistema conceptual definido” (2002, p. 262), não é porque consideram as condições de produção em que um discurso acontece, mas porque consideram que se uma metáfora não é verdade para uma cultura, pode ser para outra, mas sempre ocupando um lugar na relação verdade/falsidade a partir de um sistema conceptual pré-determinado.

Deste modo, quando Lakoff e Johnson dizem considerar a “metáfora essencial à compreensão humana e um mecanismo de criação de novos sentidos e de novas realidades em nossas vidas” (2002, p. 306), precisamos entender esta afirmação a partir de um desejo de

sistematização destes novos sentidos, e não como uma possibilidade de a metáfora poder significar e significar-se de diferentes maneiras a partir de seu uso.

Acontece, porém, que pensar os sentidos a partir de um uso, regulado por convencionalidade, não representa considerar a língua a partir das experiências humanas, mas sim a partir de sua estrutura interna. Ora, parte-se do pressuposto de que sempre que se empregar uma expressão metafórica, esta se torna coerente se corresponder a um equivalente do tipo TEMPO É DINHEIRO, AMOR É VIAGEM, FELIZ É PARA CIMA. Ou seja, é a metáfora conceptual que oferece estrutura coerente ao campo de nossas experiências e não o contrário.

Conforme observamos tanto em Lakoff e Johnson (2002), quanto em Sardinha (2008, 2010), o papel que o sujeito assume neste tipo de pesquisa o coloca como autônomo em relação ao uso da língua e competente em relação a este trabalho de equivalências entre o pensar e o dizer, enfim, sua função remete a um trabalho intencional de correlação entre metáforas conceptuais e expressões metafóricas a partir de *gestalts experienciais* que, conforme Lakoff e Johnson, lhe são dadas pelos rituais de cada cultura. Confirmando esta autonomia em relação à língua, o sujeito tem, em seus dizeres, poder para enfatizar certas propriedades de uma realidade e atenuar ou mesmo esconder outras, daí afirmarem que, quando se escolhe um dizer, está-se *iluminando* uma propriedade e se escondendo outra(s).

Trata-se de um sujeito que faz escolhas na língua, como se não fosse afetado por nada mais, a não ser pela adequação de uma expressão linguística a metáforas conceptuais, ritualizadas dentro de uma determinada cultura. É esta concepção de sujeito que autoriza Sardinha a encontrar coerência nos sentidos que mapeia do DL, considerando que Lula “é coerente com a sua ideologia política marxista” (2008, p. 115) – algo possível, segundo Lakoff e Johnson, porque nos expressamos “de acordo com nossa *intenção* em um determinado contexto” (grifo nosso) (2002, p. 268).

Nesta proposta, o sentido é pré-determinado sempre em relação a um sistema global metafórico, cujo mapeamento só é possível desde que se exclua daí toda a exterioridade que perpassa a linguagem, já que, para os autores, cada cultura consolida suas experiências por meio de um ritual que “constitui uma parte indispensável da base experimental de nossos sistemas metafóricos culturais” (2002, p. 353-354).

Precisamos, portanto, concordar que, para que a proposta de sistematização teórica que Lakoff e Johnson apresentam sobre nosso cognitivo se torne viável, é, de fato, mesmo necessário não só partir desta ideia de ritual, como também (e principalmente) considerá-lo como um ritual *sem* falhas.

4.2 O ESPAÇO DISCURSIVO PARA TRABALHAR A METÁFORA

Até o presente momento deste Capítulo, passamos por reflexões importantes em torno de nosso objeto, numa procura por aproximações, deslocamentos e/ou afastamentos que nos permitissem avançar nas discussões sobre a noção de metáfora.

Todavia, a cada vez que mobilizávamos SDRs para confrontar com as propostas teóricas dos autores da seção anterior, fomos observando que seus pressupostos não nos permitiam pensar o funcionamento das ML para muito mais do que o interno da língua autorizava. Por isso, seguimos adiante nossa investigação em torno da questão da metáfora em busca de uma teorização que responda aos nossos objetivos, o que buscaremos agora em Michel Pêcheux.

4.2.1 Michel Pêcheux: a metáfora merece que lutemos por ela

Nesta seção, investigaremos em Pêcheux a possibilidade de um tratamento teórico às ML, objetivando, com isso, chegar à formulação do que estamos designando, nesta tese, como *Metáfora Discursiva* (MD), de modo que a prática subsidie a teoria e, num movimento dialético, a teoria nos ajude a entender melhor as práticas discursivas do DL.

4.2.1.1 O mundo semanticamente normal em Pêcheux

Na seção anterior, verificamos que, para o estudo da metáfora em Lakoff e Johnson, não são as experiências humanas que determinam o dizer, mas um sistema cognitivo que determina nossos pensamentos e ações, ou seja, que determina a realidade para os sujeitos.

Para pensar a metáfora do ponto de vista da AD, porém, a inversão desta proposta é decisiva: em AD, nenhum ato de linguagem pré-existe ao processo discursivo que o coloca em jogo. E é somente quando este jogo se materializa na língua, em sua iminência e instabilidade de uso, que se pode considerar a produção do sentido, determinado por um exterior que lhe é próprio. Não é o jogo de xadrez do CLG, é o jogo do discurso.

Foi possível verificar também que, para Lakoff e Johnson, um mundo semanticamente normal intervém enquanto condição necessária para conceber as metáforas conceptuais como modo de organização da mente humana, cuja função é orientar as expressões linguísticas advindas daí, enquanto um ritual que não falha.

Todavia, conforme Pêcheux, “essa necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’” (2006, p. 34) interessa somente enquanto efeito do processo de interpelação que o sujeito sofre para ocupar seu lugar no dizer, a partir do qual se constitui a língua, como evidência de sentido, e o sujeito, como origem de seu discurso.

Assim, enquanto Lakoff e Johnson partem do pressuposto de que os conceitos sobre a realidade já se encontram na mente humana para guiar nossa forma de pensar e de agir, para Pêcheux, os sentidos se constituem nas práticas discursivas, sem que isto possa ser apreendido por ritualizações homogêneas de uma cultura. Enquanto para aqueles a língua representa em fidelidade o real, para Gadet e Pêcheux (2004), a língua é sempre precária nesta correspondência, pois o real da língua é o impossível (2004, p. 51). É por isto que, para Pêcheux, não descobrimos o real, “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (2006, p. 29).

Segundo Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1988), “o real existe, necessariamente, independente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (1988, p. 255). Isto representa a não simetria entre real e pensamento e, conseqüentemente, a não simetria entre pensamento e linguagem, embora ambos se impliquem. Ou seja, não se está diante de duas regiões, “o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões ‘contém’ a outra e em que condições (e em que espaço) se pode tentar fazê-las coincidir” (1988, p. 255).

Real e pensamento são, portanto, de naturezas distintas, embora se atravessem, sem que um domine o outro, por isso, conforme Pêcheux, não há coincidência entre estas duas instâncias “na medida em que o real como necessário (a ‘necessidade-real’) determina o real como pensamento (a ‘necessidade-pensada’) e isso como se se tratasse da mesma necessidade” (1988, p. 256). Trata-se aqui do que Pêcheux chamou como o primado do ser sobre o pensamento, numa proposta de que “o real determina as formas de existência do pensamento” (1988, p. 256), diferentemente do que vimos em Lakoff e Johnson, para os quais o pensamento é que rege as ações humanas.

Com isto, vamos confirmando que o mundo semanticamente normal *de* Lakoff e Johnson e o mundo semanticamente normal *em* Pêcheux são tomados a partir de concepções de língua, de sentido e de sujeito bastante distintas. Enquanto, para aqueles, este mundo intervém como pano de fundo pré-determinado; para Pêcheux, este mundo intervém apenas enquanto efeito de evidência, o qual, para o autor, deve ser questionado e problematizado pelo modo como engendra, sob esta aparência, as contradições que o determinam. Ou seja, o mundo semanticamente normal de Lakoff e Johnson atua como uma moldura das formas de

pensamento, orientando, de maneira determinista, a linguagem, o que não se confunde com as *determinações* que atravessam o discurso em Pêcheux, já que, segundo o autor, “o interdiscurso não intervém jamais como uma globalidade, um ‘*todo*’ *gestaltista* onipresente em sua causalidade homogênea” (grifado) (1988, p. 263). Este modo de pensar o interdiscurso vai ao encontro da noção de cultura em De Nardi (2007), que, do ponto de vista discursivo, compreende a cultura como o resultado de movimentos sociais e históricos que a sustentam, ao mesmo tempo em que a impedem de entrar num circuito alucinante e alienante de uma cultura homogênea.

Para nosso trabalho, as ML colocam em risco tanto a ideia de um interdiscurso *gestaltista*, bem como a ideia de uma cultura autônoma, pelo modo como, na movimentação dos sentidos que provocam, fazem falhar o imaginário de uma língua política ideal, abrindo espaço para uma outra maneira de enunciar neste cenário, o que nos leva a questionar: o que falha nesta língua política para que as ML possam entrar? Ou, melhor dizendo, o que as ML fazem falhar?

4.2.1.2 Quando a metáfora se estilhaça: um ritual que falha

Na verdade, quando Pêcheux problematiza o mundo semanticamente normal das ideias, onde real e pensamento se corresponderiam, ele nos coloca diante de uma instabilidade constitutiva da língua, cujo papel não pode se resumir à função de servir como meio eficaz de comunicação que reflete o pensamento, já que “o ‘pensamento’ não tem, em absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência – em suma, a interioridade subjetiva da ‘consciência’ – que, sem trégua, todas as variedades do idealismo lhe atribuíram” (1988, p. 257). O pensamento é, portanto, determinado pelo desconexo da realidade, do interdiscurso, e se materializa numa língua que também acaba se marcando em constante estado de dispersão.

É assim que, enquanto os pressupostos da linguística tradicional objetivam filiar a materialidade verbal a uma ideia de homogeneidade, de regramento, de uniformização, os pressupostos teóricos da AD a compreendem como uma materialidade ideológica, atravessada pela história e pelo inconsciente. Desta maneira, a partir do momento em que a língua não reproduz o real e precisa conviver com a natureza fugidia do deslizamento dos sentidos, é que encontramos a ordem da língua, sinalizando, conforme Mariani (2004), “para o fato de que em qualquer ponto do encadeamento significativo há uma possibilidade de falha, fratura, produzindo uma deriva do sentido (2004, p. 55).

Para nós, este estado de deriva da língua encontra seu exemplo mais elucidativo no próprio funcionamento da metáfora a partir do conceito que Pêcheux (1988) oferece a ela: “‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político” (1988, p. 301).

Ou seja, a metáfora materializa que os sentidos podem ser sempre outros, não qualquer um, porque são determinados ideologicamente, mas sempre outro(s), deslizando e significando de diferentes maneiras. Assim, estamos entendendo que as ML se constituem numa materialidade capaz de representar este ritual *com* falha, pelo modo como desarrumam o imaginário social de uma língua política ideal, entendida aqui como um conjunto de saberes cristalizados, até então preservados na história política do País, o que, nas palavras de Indursky (2007), “equivale a dizer que certos sentidos que são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de um certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se um outro” (2007, p. 17), instaurando, desse modo, a instabilidade, a heterogeneidade no interior de uma língua. Enfim, perceber a falha da língua é questionar, segundo Gadet e Pêcheux (2004), os espaços logicamente estabilizados do dizer, em que as falhas desfazem a “regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro: no nó da consistência/completude” (2004, p. 149). Em outras palavras, porque as palavras não refletem o mundo em transparência, não reproduzindo em fidelidade o real, é que a falha na língua acontece, o que, conforme Indursky (2007), também aponta para a própria falha no ritual de interpelação ideológica do sujeito¹³⁸. Isso representa, em Gadet e Pêcheux (2004), questionar os espaços logicamente estabilizados do dizer, em que as falhas desfazem a “regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro: no nó da consistência/completude” (2004, p. 149). Por isso, a partir desta instabilidade presente na língua, porque afetada por um exterior, fica difícil sustentar qualquer teoria que lhe queira imprimir um movimento de dentro para fora, do interior para o exterior, como acabamos verificando, em medidas diferentes, em Saussure, Jakobson e Barthes.

E é a regularidade da língua política que as ML vêm questionar, não apenas pelos sentidos convocados, mas também pelo modo como uma construção metafórica obriga/impele

¹³⁸ Conforme Indursky (2007), a “falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD” (2007, p. 171). Indursky trabalha esta questão na discussão que faz sobre as modalidades de tomada de decisão de Pêcheux.

obrigatoriamente à interpretação, enfim, a uma reflexão sobre o próprio modo de dizer. É porque os sentidos não estão na superfície que é preciso ser afetado por eles para que produzam seus efeitos. As ML produzem isso, pois inquietam, incomodam, pelo modo como reviram/revolvem/revoltam sentidos estabilizados.

Neste entendimento, a metáfora poderia tocar a questão da metalinguagem, mas não como compreendida por Jakobson (2010), segundo o qual, a função metalinguística age como uma *equação* (2010, p. 166), em que se focaliza o código para redizer o mesmo dizer. Se pensamos uma espécie de metalinguagem no funcionamento das ML, é numa abordagem discursiva, em que os dizeres desta materialidade explicam o real, convocando, para isso, uma memória discursiva para fazerem sentido. Não é a língua voltando à língua, mas a história, o social, o ideológico intervindo na língua e produzindo seus efeitos.

Observaremos esta questão nas seguintes SDRs:

SDr 36: A gente não pode deixar é a inflação subir. É como quando um sujeito se descuida, exagera no churrasco e engorda um quilo no fim de semana. Para perder esse um quilo, demora meses. (Lula, 13/09/2004)¹³⁹.

SDr 37: Nós sofremos muito em 2003, porque pegamos a casa depois de um vendaval como aquele que deu na Ásia. (Lula, 09/02/2005)¹⁴⁰.

Nas duas SDRs, temos a ocorrência das metáforas de funcionamento 2, em que fica marcado, na língua, o processo metafórico da relação que se estabelece, neste caso, a partir do conectivo *como*. Em ambas, observamos o processo de uma metalinguagem discursiva, em que as ML fazem trabalhar uma volta a determinados dizeres, que convoca pensá-los em relação a outros dizeres, que vêm pela memória e ajudam a produzir o sentido nesta materialidade. Para nós, as ML materializam um retorno do dizer a outros dizeres, mas um retorno ao não-idêntico, que, segundo Gadet e Pêcheux (2004), se manifesta:

[...] enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos. (2004, p. 55).

¹³⁹ Em reportagem à Revista Época. Disponível em: http://www.ptsul.com.br/t.php?id_txt=4926. Acesso em 30/07/2011.

¹⁴⁰ Em *Veja on line*. Edição 1891, 9 de fevereiro de 2005.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/090205/vejaessa.html>. Acesso em 30/07/2011.

A partir das SDRs 36 e 37, não há como pensar a regularidade no discurso político, primeiro porque este modo de dizer destoa do imaginário de língua política; segundo, porque, *o como quando/como aquele* alusivos desloca-nos e obriga-nos a refletir sobre a língua, cujos sentidos não estão apenas em sua superfície, mas inscritos na história.

Neste entendimento, não podemos observar nestas SDRs uma metalinguagem do tipo equacional, como em Jakobson (2010), que volta aos mesmos espaços de dizeres, o normatizado da política brasileira, para explicar melhor determinada palavra. Ou seja, na SDR 36, *o como quando* não volta à inflação tal como sempre foi entendida na língua política brasileira, ele a desloca para uma outra direção, um outro lugar, o lugar das coisas simples, que também podem significar nestas condições de produção. Isso não significa que o sujeito enunciador deste discurso está traduzindo *inflação* para um interlocutor que não entende o que é *inflação*, conforme pressupõe Sardinha (2010). Ele está significando *inflação* a partir do modo como se inscreve na FD à qual se identifica, num processo que se marca, duplamente, por esta filiação à FD, mas também por sempre pressupor um interlocutor a quem este discurso é familiar.

Negando este modo de dizer, a Revista Veja, em comentário à fala da SDR 37, registra em legenda que “O presidente Lula, que não conseguiu mudar a ‘geografia do comércio mundial’, mas mudou a natureza dos fenômenos geológicos” (2005), deslocando, deste modo, a discussão sobre a ML para uma proposta de corrigir a confusão que Lula teria feito entre os fenômenos vendaval/maremoto.

Se, conforme Gadet e Pêcheux (2004), o real da língua comporta o impossível, a *alíngua*¹⁴¹, para nós, as ML comportam um impensável¹⁴², que é o impensável de se dizer de outro modo, o que faz com que o sujeito enunciador do DL não corresponda ao comportamento linguístico que dele esperam, conforme ilustra o comentário trazido pela Veja.

Pensar a noção de metáfora do ponto de vista discursivo a desloca de um sentido segundo, figurado, poético, para compreendê-la como a possibilidade inerente a todos os sentidos, porque inscritos estão na instabilidade dos dizeres possíveis, numa relação permanente de estabilização/desestabilização na língua, por isso, em Pêcheux, metáfora e sentido não são duas coisas distintas: “o sentido existe exclusivamente nas relações de

¹⁴¹ Gadet e Pêcheux recuperam o conceito de *alíngua* de J.-C. Milner, que por sua vez a traz de Lacan (*lalangue*), a partir da qual “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas: lapso, *Witz*, séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (2004, p. 55).

¹⁴² Vale dizer que não estamos considerando as ML como sendo da ordem do impossível, já que este é da ordem do irrealizado.

metáfora” (1988, p. 363). Em outras palavras, sentido e metáfora não são noções que se distinguem ou se somam, mas que se implicam, apontando para *a relação de nunca acabar* entre a língua e o real.

É por isso que podemos dizer que os sentidos encontram-se à deriva das possibilidades do dizer, uma vez que não se colam ao real, embora se relacionem com ele, sofrendo seus efeitos e suas determinações. Eis o primado da metáfora sobre o sentido conforme Pêcheux (1988), processo este que, diante de uma língua cujos sentidos podem ser sempre outros, deixa-nos não mais do que pistas em torno dos sentidos possíveis a cada situação de uso, já que “*esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (1988, p. 300). Para nós, portanto, as ML são pistas deste deslizamento provocado pelo funcionamento da metáfora como sendo da ordem da subversão.

Ao investigar, portanto, as ML, estamos, segundo Orlandi, em busca de um “‘vestígio do possível’, cujos gestos de interpretação se autorizam à medida que os sentidos da análise forem sendo produzidos” (1996, p. 18), e cujos resultados podem nos ajudar a responder alguns desafios: Em que medida as ML podem materializar a falha da língua e se transformar em um modo de subversão? Como se dá esta instabilidade nas substituições de um sentido por outro no cenário da política brasileira? E, por fim, como estas questões podem nos ajudar a chegar a uma definição de metáfora do ponto de vista discursivo?

4.2.1.3 As Metáforas de Lula desinstalando as *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente

A partir da ideia de cultura movente, em De Nardi (2007), podemos dizer que negar as ML significa negar esta cultura em transformação, sob a justificativa de preservar as leis que regem um ideal de língua política, cujo objetivo é fazer coincidir realidade e pensamento, naturalizando os sentidos como se estes sempre devessem permanecer inalterados.

Segundo Pêcheux ([1975] 1988), não é possível negar este desejo de aparência estável da relação entre real e pensamento, pois é ele que nos torna sujeitos de discurso, no sentido de um efeito ideológico. Todavia, o autor vai procurar romper com uma visão idealista, que visa à “unificação do real sob a forma de unificação do pensamento” (1988, p. 275), propondo que se pense, portanto, numa perspectiva materialista, este real “como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições” (1988, p. 275). Pêcheux trabalha esta unificação do pensamento como necessário ao mundo das evidências que, em estreita relação com as teorias absolutistas, garantem a verdade de seus objetos teóricos, representando o que

ele chama de *fantasma da ciência régia*, uma ciência que se organiza como um baú das “coisas-a-saber”, uma espécie de “reservas de conhecimento acumuladas” (2006, p. 34) – nossa *felicidade* na perspectiva do conhecer.

Podemos dizer, então, que as *coisas-a-saber* deste mundo semanticamente “normal” (PÊCHEUX, 2006) possibilitam ao sujeito a ilusão de sempre encontrar, nesta espécie de baú do conhecimento, os sentidos devidamente organizados. Para nós, as ML denunciam/materializam as *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente da República que Lula não domina e, em não as dominando, faz os sentidos deslizarem para outros modos de dizer, permitindo que os saberes veiculados nas ML não se deixem aprisionar por leis rígidas do mundo semanticamente normatizado da política brasileira.

As ML, portanto, desarrumam o baú das *coisas-a-saber* de um Presidente da República, provocando uma mexida nas fileiras de sentidos “bem acomodados” desta língua política, tomada como transparente, como se fosse capaz de reproduzir o real. É deste modo que as ML se constituem em uma ameaça aos sentidos normatizados – sua subversão.

Vale dizer que este mundo logicamente estabilizado em Pêcheux (2006) intervém apenas como efeito de nossa *imperiosa necessidade de homogeneidade lógica*, como efeito do processo de interpelação a que estamos submetidos, o que não impede, porém, que tais evidências sejam problematizadas. Ou seja, se tais evidências de sentido interessam à AD é somente enquanto efeito dos processos de interpelação ideológica que o sujeito sofre para ocupar um lugar enquanto sujeito de seu discurso. À AD, cabe justamente questionar/problematizar estas evidências, desestabilizando nossa necessidade universal de um mundo cujos sentidos estejam abrigados numa pretensa normalidade.

Neste mundo de evidências, o trabalho com os sentidos é negado, não há espaço para a interpretação, pois, num universo do logicamente estabilizado, segundo Pêcheux (2006), os espaços discursivos “repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (‘o estado de coisas’ é A ou não-A?)” (2006, p. 31). Uma vez regida a organização social a partir de tais evidências lógico-práticas, não há lugar para questionamentos, para dúvida, para contradições, enfim, apaga-se “o espaço da interpretação: o dizer é o próprio fato” (ORLANDI, 1996, p. 20). Trata-se de um espaço, segundo Pêcheux (2006), que rege tanto as ciências, organizando o real em forma de *coisas-a-saber*, quanto a gestão social dos indivíduos, com o objetivo de:

[...] marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-

los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... (2006, p. 30).

É neste espaço administrativo – jurídico, econômico e político – que a ordem se coloca a partir de um regramento regido por relações disjuntivas do *ou isto ou aquilo*, correspondendo à nossa necessidade universal de um mundo semanticamente normal. E como “garantia” a este universo normatizado, ainda de acordo com Pêcheux, “o Estado e as instituições funcionam o mais freqüentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda” (2006, p. 34), pressupondo que “todo sujeito falante sabe do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo” (2006, p. 31). Ou seja, todo sujeito se reconhece em seu lugar na sociedade, responsabilizando-se juridicamente por suas ações, lugar este que não é físico, mas constituído a partir de um imaginário social, o *lugar social* conforme tratamos no terceiro Capítulo.

É este lugar que as ML vão subverter por desinstalar saberes próprios do discurso político no Brasil, processo o qual mostraremos ao recuperar uma SDr já trabalhada na seção sobre Saussure, mas aqui mobilizada diferentemente:

SDr 38: A gente tem que parar com essa bobagem de que político é um ser superior. Não posso rir porque sou político, não posso beber porque sou político, não posso falar palavrão porque sou político. Pode sim. (Lula, 16/02/09)¹⁴³.

Nesta SDr, o sujeito enunciator, em uma metáfora de tipo narrativa e condensadora do processo metafórico, desloca o sentido de *ser político* para fora do imaginário social, reivindicando que se pense o *ser político*, a partir dele, como um homem simples, de origem humilde, tal como ele é. Novamente, verificamos na ML a materialidade de um efeito de negação que sofre este discurso por ser da ordem do impensado um ex-operário chegar à Presidência do País. Ao convocar seu interlocutor a *parar com essa bobagem*, o sujeito enunciator mexe nas fileiras dos sentidos normatizados da política brasileira, questionando suas verdades e pondo em jogo/risco as *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente, cujo trabalho discursivo abrirá caminho para a interpretação, negando que os sentidos sejam tomados como únicos, já dados, inquestionáveis.

¹⁴³ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, 16/02/09, p. 76.

Em Pêcheux, esta questão passa pela ideia de que algo falha, pois a “cobertura” lógica de regiões heterogêneas do real não atua como uma força imposta do exterior como coerções ao sujeito, apenas pelo poder de cientistas, especialistas, responsáveis administrativos – isto tem a ver com o fato de que, para o autor, a ideologia não é uma força além do sujeito imprimindo nele determinações alhures, não é uma forma mistificadora, não é o “espírito de uma época” (1988, p. 144). Por este motivo, esta falsa-aparência de um *real natural-social-histórico homogêneo*, coberto por uma rede de proposições lógicas, não representa dizer que *nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente*.

Ou seja, para Pêcheux, assim como falha esta homogeneização do real, pois o real é da ordem do impossível (2004, 2006), também pode falhar o processo de interpelação do sujeito, já que “não há identificação plenamente bem sucedida” (2006, p. 56). Estas duas condições vão acabar instaurando, no sujeito pragmático, a necessidade de interpretar este real, desconfiar destas reservas de conhecimento acumuladas, o que Pêcheux tratou como *coisas-a-saber*, do tudo que arrisca faltar à felicidade do sujeito pragmático (2006, p. 34).

Não é fácil resistir a esta promessa de felicidade, a um projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das *coisas-a-saber* em uma estrutura representavelmente homogênea, pois uma ciência da estrutura desse real responderia, com toda evidência, à urgência universalmente “humana” desta *ciência régia*, historicamente se materializando por todos os meios. Esta materialização, sob o domínio de um mundo semanticamente normal, nega a interpretação porque nega as determinações históricas e, portanto, a contradição que rege as relações sociais. É preciso apagar quaisquer formas de ameaça à ordem estabelecida e, se nos assumimos nesta “pechincha”, ignoramos o fato de que, conforme Pêcheux, há sociedades e história, “e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação” (2006, p. 57). Sendo assim, porque a “história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo” (2006, p. 42), não catalogamos o real, e sim nos defrontamos com ele, nos deparamos com ele, nos esbarramos nele, o que nos coloca em posição de nos inquietar com esta “cobertura” que dissimula sua heterogeneidade.

Pêcheux vai dizer que não está evocando, com isso, uma espécie de cálculo dos deslocamentos, em que o sujeito se coloca fora do jogo, ou fora do Estado, mas supõe “somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (2006, p. 57).

Neste sentido, queremos defender que as ML podem ser analisadas como uma materialidade discursiva capaz de abrir espaço para a interpretação no cenário da política brasileira, justamente porque os sentidos aí não refletem como espelho o mundo logicamente estabilizado, mas, conforme Pêcheux, funcionam como:

[...] o índice potencial de uma agitação nas fileiras sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (2006, p. 56).

Para isso, estamos considerando, a partir de Pêcheux, que as ML surgem atravessadas por uma divisão discursiva entre dois espaços:

[...] o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (2006, p. 51).

É este novo espaço de dizer, no DL, que vai ajudar a transformar a língua política, cujos processos discursivos se embricam com a prática política, conquistando novos lugares. Deste modo, embora as formas de gestão dos indivíduos, que consistem em uma aplicação de técnicas das relações sociais, visem à adaptação ou à re-adaptação destas relações como uma invariante do sistema, as ML vão se transformar justamente num modo de subversão deste regramento, por fazerem trabalhar a *infelicidade* em relação às *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente da República.

Após compreender as ML como esta *infelicidade* à língua fantasmática da política brasileira, passemos agora a uma investigação minuciosa em Pêcheux sobre a noção de metáfora, para que possamos, então, analisar o funcionamento do nosso objeto à luz da AD.

4.2.1.4 As substituições de um sentido por outro: relações parafrásticas e metáfora

Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), ao repensarem as questões parafrásticas concebidas na AAD 69, propõem-se a observar o trabalho dos sentidos para fora de uma semântica geral, aquela que se daria como “espécies de filtros ou freios que viriam a inflectir o livre funcionamento da linguagem” (1997, p. 179). Nesta revisão, apontam para uma semântica que não poderia se submeter mais ao linguístico, mas que deveria ser pensada a partir de uma proposta discursiva.

A fim de investigar como esta proposta rege as relações de substituição em AD, retomamos o dizer de Pêcheux, segundo o qual “‘uma palavra por outra’ é a definição de metáfora”¹⁴⁴ (1988, p. 301), para investigar em que medida as relações de substituição se aproximam/se afastam das noções de metáfora e de paráfrase.

Para pensar esta movimentação dos sentidos colocando em jogo um sentido tomado por outro, precisamos, então, analisar o que das relações parafrásticas, que trabalham no interior de uma FD, tem a ver com a sinonímia, com a comparação e, por fim, o que estas noções têm a ver com a metáfora, já que todas, em comum, fazem trabalhar um sentido *com outro/por outro*.

Pêcheux e Fuchs (1975), nessa releitura dos trabalhos iniciais da AAD 69, tratam da questão parafrástica, propondo-se a observar, no funcionamento do discurso, se *as substituições mudam ou não os sentidos*. Admitem os autores que, no início da AAD 69, pensavam que “estas substituições eram necessariamente índices de equivalência, em outros termos, que as *n* seqüências de um domínio constituem *n* formas semânticas equivalentes de uma mesma proposição, no sentido lógico do termo” (1975, p. 211).

Courtine parte desta questão para dizer que a orientação dos elementos que se substituem no interior de um domínio semântico levanta um problema central para a AAD 69: “o da definição de critérios permitindo determinar as ‘orientações’ entre comutáveis (2009, p. 191). Conforme o autor, esta concepção inicial de paráfrase, desenvolvida por Pêcheux, pressupunha uma noção de identidade semântica entre as formulações, o que não representaria, porém, uma equivalência pura e simples por conta dos dois tipos de substituições que Pêcheux formulou nos seguintes termos:

- 1) substituições “simétricas”: o que conduz de A a B é idêntico ao que conduz de B a A, como algo de tipo dicionário;
- 2) substituições “orientadas”: aquelas em que o caminho de A a B não é idêntico ao caminho de B a A. Neste caso, os constituintes não são equivalentes, mas é possível passar de um a outro, “deduzir” um de outro.

Para Pêcheux, as substituições simétricas funcionam no nível da metáfora, designada como *uma metáfora adequada* (um termo *por* outro); e as substituições orientadas, no nível da metonímia (um *de* outro). Podemos observar, então, que, naquele momento, a metáfora é entendida por Pêcheux como uma substituição simétrica, atuando num trabalho de

¹⁴⁴ Pêcheux retoma a proposta de J. Lacan para quem o sentido, sendo efeito de uma relação de uma palavra por outra na cadeia significante, é designado como um efeito de metáfora; “ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que Lacan designou como metáfora, dizendo: ‘uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora’” (1988, p. 262).

equivalência a partir da seguinte definição: “A é contextualmente sinônimo de B, ou então, é uma sua metáfora adequada (e reciprocamente para B em relação a A)” (1975, p. 212). Neste caso, a *metáfora adequada*, na AAD 69, seria o resultado de uma comparação “perfeita” de elementos com características em comum.

Courtine vai dizer que a noção de paráfrase discursiva da AAD 69, como equivalendo às noções de paráfrase, substitutibilidade e sinonímia, passará a ocupar lugar central em Pêcheux, tanto na construção teórica de uma FD, tomada como espaço de formulação-paráfrase, um sistema de reformulações, paráfrases e sinônimos, quanto na construção da ideia de domínios semânticos. Para Courtine (2009), ambos “consistem, de fato, na construção de classes de equivalência distribucional que estabelecem a relação de substituição de *n* segmentos discursivos em um contexto estabelecido como equivalente” (2009, p. 188).

Esta questão, quando repensada por Pêcheux e Fuchs ao voltarem à AAD 69, apresenta duas contribuições importantes: a primeira consiste em observar que a definição dos pontos de comparação como algo natural é, antes, bastante arbitrária; e a segunda se coloca, particularmente, em saber “se a identidade ou a não-identidade entre dois “conteúdos” deve revestir-se da mesma significação, quaisquer que sejam estes conteúdos” (1975, p. 216). Ou seja, Pêcheux e Fuchs reconhecem que os fenômenos semânticos de substituição “não se reduzem, de qualquer maneira, a uma ‘identidade da interpretação semântica’” (1975, p. 218).

Com isso, é possível repensar a noção de efeito metafórico trazida por Pêcheux na AAD 69, quando se considerava o deslizamento de um sentido X para um sentido Y como uma movimentação no interior de um mesmo contexto, entendimento ainda bastante prezo a uma ideia de contexto delimitado, e também quando o efeito metafórico era entendido pelo autor como o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que este “deslizamento de sentido’ entre X e Y é constitutivo do ‘sentido’ designado por X e Y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos ‘naturais’” (1969, p. 94). Conforme Pêcheux, a condição para que houvesse efeito metafórico entre dois termos, X e Y, pertencentes a dois enunciados, respectivamente situados em dois discursos representativos de um mesmo contexto, era que tivessem “uma interpretação semântica idêntica” (1969, p. 101), daí tratarem a sinonímia como “sinonímias contextuais entre dois grupos de termos ou expressões que produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado” (1969, p. 96).

É neste sentido que Pêcheux entendia o efeito metafórico como o processo que garantia este deslizamento dos sinônimos no interior de um contexto definido. Ao exemplificar um contexto substituindo as palavras por letras, em que cada conjunto

equivaleria a um discurso, do tipo a, b, c, d / b, c, d, a / c, a, d, b, o autor vai dizer que cada discurso destes conjuntos é considerado como diferente do precedente por uma só substituição, considerando que o contexto é, a cada vez, conservado, ou seja, todos os conjuntos seriam semanticamente equivalentes. Para Pêcheux, tem-se aí uma série de efeitos metafóricos (a/b, b/c, c/d, etc.), “cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto” (1969, p. 97). Todavia, isto não impediu Pêcheux de constatar o problema de:

[...] saber pôr em relação as propriedades internas dos enunciados (como combinação de signos) e suas propriedades externas (como elementos funcionais no discurso), a fim de determinar os casos em que a interpretação semântica – no sentido que a lógica dá a esta expressão – é idêntica para dois enunciados dados. (1969, p. 101).

Deste modo, podemos dizer que, neste momento, para Pêcheux, a questão da sinonímia equivalia à questão da paráfrase, pois, conforme o autor *et al* (1982), “no que concerne à AAD 69, a paráfrase é definida de maneira composicional: duas frases estão em relação de paráfrase se a soma de suas partes constitui um mesmo sentido por identidade ou equivalência lexical” (1982, p. 275).

Ao reconhecerem que *domínios semânticos*, obtidos pelo procedimento da AAD 69, não poderiam se reduzir a uma família de enunciados inter-parafrasáveis por uma única proposição de base, Pêcheux e Fuchs (1975) foram levados a dizer que “nada garante *a priori* que as substituições e as transformações não mudem o sentido” (1975, p. 227). E isto lhes permitiu rever o lugar e a definição de paráfrase, “reconhecendo que um discurso não se limita à produção de significações por substituição lexical” (1975, p. 275). É este novo lugar da paráfrase que permite o estudo do *outro no interior do mesmo*, possibilitando, conforme os autores, “estudar as relações entre estruturas sintáticas que fazem com que um conteúdo proposicional estável (por construção discursiva) possa ser investido de sentidos diferentes (reverberações lexicais, enunciativas, aspectuais...)” (1975, p. 275).

Por isso, embora neste momento inicial da AAD a metáfora se aproximasse das relações parafrásticas pela ideia de uma comparação adequada a partir de uma zona discursivamente homogênea, podemos observar que a distância entre as duas noções vai aparecendo quando, Pêcheux e Fuchs, em *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* ([1975] 1997), apresentam que é necessário liquidar o par sentido próprio/sentido figurado, núcleo/periferia, e considerar a metáfora como “o *transporte* entre dois significantes, constitutivo de seu sentido, e a orientação des-equalizante desta relação como a condição de aparecimento do que, em cada caso, poderá funcionar como ‘sentido

próprio’ ou como ‘sentido figurado’” (1997, p. 244). Nesta perspectiva, a metáfora deixa de ser considerada como uma comparação de elementos equivalentes e passa a representar, segundo Pêcheux, um

[...] processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico* (1988, p. 132).

Finkler, em seu trabalho *Metáfora e/ou comparação no discurso de Lula-presidente* (2006), não diferencia metáfora e comparação, pois, para a autora, o efeito metafórico se refere aos efeitos de sentido tanto das metáforas como das comparações. Para Finkler, como os efeitos de sentido produzidos pelas sequências discursivas representativas do funcionamento discursivo da metáfora e/ou da comparação no DL produzem efeitos de sentido semelhantes, pode-se entender que eles formam famílias parafrásticas, uma vez que constituem “diferentes formulações de um mesmo dizer sedimentado” (2006, p. 60).

Para nosso trabalho, também não diferenciamos metáfora e comparação em relação à sua superfície linguística, assim tanto a ML de funcionamento 1, que mantém a marca do índice de comparação (*como, tal como, tal que...*), quanto a metáfora de funcionamento 2, que condensa a marca do processo, interessam-nos no que diz respeito à sua função discursiva e não à sua marca na língua. Todavia, não consideramos que um funcionamento e outro sejam formulações distintas de um mesmo dizer, já que uma materialidade e outra fazem trabalhar diferentemente os sentidos. Vejamos esta movimentação nas SDRs a seguir:

SDr 39: O Brasil, há muito tempo, era como se fosse uma planta encruada. (Lula, 18/03/2008)¹⁴⁵.

SDr 40: Ninguém aceita ser vaca de presépio. (Lula, 19/02/10)¹⁴⁶.

O que estamos dizendo é que, nestes dois funcionamentos, tanto o *Brasil como planta encruada* (SDr 39), em funcionamento de tipo 1, e o fato de que Dilma não *seria [como] vaca de presépio* (SDr 40), em funcionamento de tipo 2, não são colocados em jogo, a partir da própria revisão de Pêcheux, elementos em comparação a partir de formulações parafrásticas, nem mesmo a partir de relações de semelhança. Neste funcionamento, o que observamos é o espaço de uma disputa de/por sentidos.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/18/ult23u1519.jhtm>, em 18/03/2008 - 19h15. Acesso em 05/06/2010.

¹⁴⁶ O Estado de São Paulo, 19/02/2010.

Consideramos que este funcionamento da ML aponta para o fato de que a metáfora é sempre uma palavra por outra, mas, nesta relação de transferência (*meta-phora*), cujos elementos significantes passam a se confrontar, os sentidos não poderiam ser predeterminados por propriedades da língua (1988, p. 263), mas pelos efeitos de sentidos que colocam em jogo nas relações metafóricas.

É deste modo que estamos entendendo as ML como uma prática discursiva que não se reduz a comparar uma palavra com outra, substituindo elementos lexicais, como *crise* por *diarreia*, *economia* por *roda gigante*, etc., mas uma prática em que um sentido estável, neste caso os do imaginário de uma língua política ideal, é investido de sentidos diferentes e estranhos, que vêm pela memória, carregando consigo sentidos da vida simples de retirante nordestino, assalariado...

4.2.1.5 O funcionamento das Metáforas de Lula e a noção de Metáfora Discursiva

Ao analisar os substituíveis na AAD 69, Courtine nos aponta que a dificuldade para este trabalho era determinar que orientações permitiriam uma ou outra substituição entre elementos comutáveis. Para o autor, esta dificuldade surge, em AD, porque o interdiscurso vem determinar, enquanto elemento exterior, a configuração de paráfrase discursiva, e isto não permite “satisfazer-se com uma concepção de paráfrase discursiva fundada num *puro princípio de identidade*” (2009, p. 190).

Consideramos que o problema levantado por Courtine, em relação às substituições *simétricas* e *orientadas*, vai nos ajudar a perceber que, nas ML, o trabalho de comparação é de uma natureza bastante distinta da que rege estes dois tipos de substituição trabalhados na AAD 69, que acabamos de examinar na seção precedente. E é disso que nos ocuparemos agora.

Na AAD 69, a substituição *simétrica* abrigava-se num espaço de regularidade de sentidos equivalentes, do mesmo modo, a *orientada* precisava de um campo semântico comum que autorizasse determinadas passagens de um sentido A para um sentido B. Acontece, porém, que, no funcionamento das ML, observamos que, ao colocar em relação um sentido A e B, não estamos nem diante de uma substituição *simétrica*, nem diante de uma substituição *orientada*, porque as relações postas em jogo neste processo de deslizamento, entre os elementos trazidos por nosso material de análise, não obedece a nenhum princípio de identidade que possa se explicado no âmbito da língua, nem da semântica. Vejamos:

SDr 41: O problema do Nordeste não é um problema de seca... é um problema de cerca. (Lula, 1989)¹⁴⁷.

Conforme observamos nesta SDr, em que o sentido de *seca* é ressignificado, investido do sentido de *cerca*, o que determina a relação entre os parônimos *seca* e *cerca* não é nem uma substituição *simétrica*, em que a condução de A para B seria a mesma de B para A, nem *orientada*, em que A autorizaria a passagem a B, muito menos uma comparação de termos que mantêm entre si relações de similitude.

O que verificamos, no funcionamento desta SDr, é um trabalho de deslizamento do sentido que faz pensar a *seca* para além de sua questão geográfica, geológica, e nos leva refletir no que ela tem a ver com *cerca*, o que convoca a questão da demarcação de terras, segregação de pessoas, isolamento do que o próprio IBGE aponta como uma sub-raça. Ao relacionar *seca* e *cerca*, não temos aí relações de semelhança, ou mesmo relações autorizadas num campo semântico comum, mas temos palavras que, colocadas em jogo, remexem/revolvem os sentidos normatizados da política brasileira, os quais comumente relacionam o problema da *seca* a questões geográficas, incontornáveis, por exemplo.

Por isso, a partir de Courtine, dizemos que as ML põem em relação elementos não-comutáveis. São os sentidos não legitimados na língua artificial da política brasileira que se relacionam com os sentidos que têm a ver com coisas de somenos importância, porque próprias da cultura popular. Deste modo, quando as ML mobilizam, na mesma materialidade, elementos não-comutáveis, elas estão criando relação onde não há (ou melhor, onde não haveria) relação, por exemplo:

a) gasto público/gasto doméstico;

SDr 42: Trato a questão do gasto público com a maior seriedade, tendo por base minha história pessoal. Sou casado há 36 anos e nunca fiz uma despesa que não pudesse pagar. Só comprei TV em cores quando podia. Assim faço com o Brasil. Não queremos deixar as coisas desarrumadas para o próximo governo. Digo que não governo o Brasil, mas cuido do Brasil, assim como cuido da família. (Lula, 23/07/10)¹⁴⁸.

b) crédito financeiro/alavanca:

¹⁴⁷ Uma ressalva para dizer que esta ML não está abrigada no espaço-tempo de nossa pesquisa, que compreende os dois mandatos de Lula, todavia abrimos esta única exceção para a SDr 32 pelo valor que ela oferece ao trabalho. Trata-se de uma fala de Lula no último debate com Collor, nas eleições de 1989. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 26.

¹⁴⁸ *O Dia online*, 23/07/10.

Disponível em:
http://odia.terra.com.br/portal/brasil/html/2010/7/entrevista_com_lula_provamos_ser_barato_cuidar_dos_pobres_dificil_e_cuidar_dos_ricos_98212.html. Acesso em 27/07/2010.

SDr 43: O crédito para o consumo é uma alavanca indutora do investimento, que multiplica o emprego, expande a renda e gera nova poupança para realimentar a cadeia sustentável da economia. (Lula, 12/12/2003)¹⁴⁹.

c) leitura/esteira ergométrica:

SDr 44: Ler é como ter uma esteira ergométrica no quarto. No começo a gente tem preguiça, mas depois toma gosto pelo exercício e não quer mais parar. (Lula, 2005)¹⁵⁰.

A partir dos sentidos convocados por estas SDRs, podemos dizer que as ML materializam um funcionamento da língua que só significa para além da língua, ao convocar uma memória do dizer que recobra as CP pelas quais passou o DL. É por isso que, para nós, o sujeito enunciador destas SDRs não é um sujeito estrategista que vai buscar simplificar a linguagem hermética da política brasileira para se fazer entender, mas um sujeito que significa e se significa a partir do modo como se inscreve em sua FD e do modo como esta inscrição lhe permite assumir uma posição discursiva deste modo e não de outro.

Sendo assim, estamos considerando, conforme Pêcheux e Fuchs, que, no funcionamento da metáfora, trabalha o *exterior específico* do interdiscurso que “intervém nas substituições nele produzidas, com o fim de orientá-las” (1997, p. 212). Ou seja, para nosso trabalho, as ML, ao porem em relação dois enunciados não-comutáveis, sob o parâmetro da lógica estabilizada da política brasileira, tornam suas substituições legítimas somente porque são analisadas a partir das determinações históricas e sociais deste discurso, reafirmando, conforme Leandro-Ferreira, que “a história está na língua” (2000, p. 27).

E é este movimento que marcará, em nosso trabalho, a passagem do funcionamento da metáfora como um sentido secundário, figurado, para o funcionamento do que estamos designando metáfora discursiva (MD): *a substituição de um sentido por outro, justificada no interdiscurso e materializada no intradiscurso sob a forma de uma estrutura metafórica*. Para este tratamento teórico, o interdiscurso atua, conforme Pêcheux (1988), como:

[...] o lugar de um ‘trabalho’ de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são ‘acolhidos’ e fundados. (1988, p. 278).

¹⁴⁹ Lula em Brasília – DF, na Comemoração da abertura da conta CAIXA Aqui. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 195.

¹⁵⁰ Lula na abertura da Bienal do Livro. In: Revista *Língua Portuguesa*, ano 1, nº 1, 2005, em *Lula voa em metáforas*, p. 40-43.

Neste caso, a relação de comparação entre um sentido A e B não pode ser tomada como um possível *a priori*, a partir de uma normatização semântica, de uma aproximação de elementos distintos por relações de similitude, mas como uma substituição legitimada a partir das CP que envolvem o discurso onde se realiza, reafirmando, segundo Courtine, que “a possível substituição de elementos em um contexto discursivo determinado funda uma relação de sinonímia entre esses elementos” (2009, p. 188), mas não como algo pré-determinado. Afinal, como os próprios autores, Pêcheux e Fuchs, reconheceram, nas limitações dos processos de substituição por eles examinados, não há nada no plano do significante que autorize determinadas *deduções* de um termo por outro, de um termo a outro, ficando a cargo das CP, e tudo que elas implicam, dar conta do que determinada relação metafórica põe em jogo. Por este motivo, o funcionamento da MD se marca pelo *retorno do saber ao pensamento*, que Pêcheux explica dizendo que se trata de um “‘trabalho’ de unificação do pensamento em que as subordinações se realizam ao se apagarem na extensão sinonímica da paráfrase-reformulação” (1988, p. 278).

A mudança provocada por esta abordagem teórica passa a ver na metáfora algo a mais do que a soma de um sentido X + um sentido Y, cujo resultado é um terceiro sentido, que seria a soma destes dois comutáveis, a partir de suas relações de semelhança. No funcionamento da MD, o sentido X não é posto em relação ao sentido Y como uma soma, nem por relações de semelhança; eles são reinscritos em um outro espaço do dizer, reinscrevendo, igualmente, sua memória em uma atualidade, cujo resultado é um efeito de sentido que reorganiza/desestabiliza os elementos postos em relação, como também interfere na configuração de todo o processo discursivo do qual fazem parte. Como vimos no terceiro Capítulo, tais efeitos interferem, inclusive, no *lugar social e lugar discursivo*.

Isto representa dizer que, no caso das SDRs 42, 43, 44, não está em jogo, respectivamente, a comparação entre gasto público/gasto doméstico; crédito financeiro/alavanca; leitura/esteira ergométrica, mas o funcionamento dos sentidos desta relação na não-relação, promovendo um deslizamento de sentido que não é o resultado de uma soma entre duas características em comum, mas a marca de uma mexida nas fileiras de sentido da língua política brasileira.

Este processo discursivo está submetido, portanto, a um incessante trabalho de deslizamento dos sentidos, num constante jogo de substituição de uma palavra por outra, em que se chega a algo distinto, ao mesmo tempo em que se guarda algo das relações de sentido

destes dizeres “anteriores”, pois, Conforme Mariani¹⁵¹ (2007, p. 224), neste deslizamento, está em jogo:

[...] tanto a possibilidade de se usar uma palavra ou outra, em função de relações de similitude (sinonímia), quanto a possibilidade de, nesse processo de substituição contextual de uma palavra por outra, chegar-se a um termo bastante diferenciado do primeiro, mas que guarda, com esse primeiro termo uma memória de sentido. (2007, p. 224).

Sendo assim, entre *o mesmo e o diferente*, algo se move e o mesmo já é outro. Por isso, julgamos poder observar nas ML que, quando o sujeito enunciador do DL coloca em funcionamento dois enunciados que se encontram, se atravessam, ambos se ressignificam em relação à FD em que se realizam, a partir das CPs em que se dão. Deste modo, um terceiro, quarto, quinto sentido da relação metafórica, que seria resultante da soma de A e B, de fato não decorre de uma soma, mas do trabalho de movimentação de sentidos que são aí construídos, fazendo com que o atravessamento de um enunciado X num enunciado Y produza um efeito de memória, não porque estaria resgatando um discurso pronunciado em outro momento passado, mas porque faz trabalhar uma memória que atinge uma atualidade.

Conforme Indursky (1999), este é o funcionamento da memória discursiva, que “promove o encontro de *práticas passadas com uma prática presente*” (1999, p. 174). Trata-se de um funcionamento que põe em jogo as formas de heterogeneidade constitutiva no discurso político, tratadas por Indursky como *incisas discursivas*, que, para a autora, são:

[...] formas não-marcadas da heterogeneidade discursiva consistem em seqüências de fragmentos de seqüências discursivas oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizadas, não deixam marcas de sua procedência externa, nem mesmo de seu processo de apropriação. Catacterizam-se por não apresentar um elemento introdutor, nem previsibilidade sintática ou formal (1997, p. 345).

Em Zoppi-Fontana (1997), isto tem a ver com uma noção de temporalidade que não se confunde com um *eu-aqui-agora*, mas com uma necessidade de “interpretar as *formas de representação da temporalidade no discurso como marcas ou indícios, na superfície discursiva, dos processos discursivos que determinam a constituição do sujeito do discurso num espaço específico de memória*” (1997, p. 145). Para a autora, são estas formas de representação da temporalidade que ajudam a observar o processo de identificações políticas e antecedentes históricos, e, para nós, permitem perceber, na materialidade das ML, como as determinações do sujeito o atingem num espaço específico de memória.

¹⁵¹ O estudo refere-se ao artigo *Silêncio e metáfora, algo para se pensar*, publicado em *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*, organizado por Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira, São Carlos: Clara Luz, 2007.

No caso das ML, este terceiro momento da produção de sentido é o que vai permitir ao sujeito enunciador deste discurso construir também uma memória discursiva, que passa a ocupar um espaço no conjunto de saberes normatizados da política brasileira, desinstalando e reconfigurando o imaginário social de uma língua política, desinstalando e reconfigurando também o próprio *lugar social* e *lugar discursivo* em que o DL se inscreve.

Portanto, não é o mundo logicamente estabilizado da língua que vai determinar as metáforas possíveis num determinado discurso, mas seu exterior específico, o interdiscurso, que vai orientar o funcionamento da MD em nosso trabalho, o que acaba mostrando, porque, conforme Pêcheux¹⁵², “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (1997, p. 79).

Por isso, para Pêcheux e Fuchs, na releitura que fazem da AAD 69, o problema dos critérios que permitiriam localizar as “orientações” entre comutáveis dizia respeito ao interdiscurso, ou seja, segundo os autores, dizia respeito ao problema:

[...] da relação de um processo discursivo com o ‘interdiscurso’, isto é, o conjunto dos outros processos que intervêm nele para constituir-lo (fornecendo-lhe seus ‘pré-construídos’) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele, o papel de *discurso transverso*, ou, como dizíamos há pouco, de discurso *perpendicular*). (1975, p. 230).

Para nosso trabalho, a problemática apontada pelos autores está mesmo ancorada nesta questão pelo modo como, no processo do interdiscurso, sentidos outros intervêm pela memória e determinam/justificam as orientações que permitem por em relação uma palavra e outra. Todavia, interessante verificar que, no caso das ML, remeter este discurso ao conjunto dos *discursos possíveis* é remetê-lo também ao interditado, daí as polêmicas, as resistências, em torno dos sentidos convocados por esta materialidade, daí o estranhamento em relação às ML.

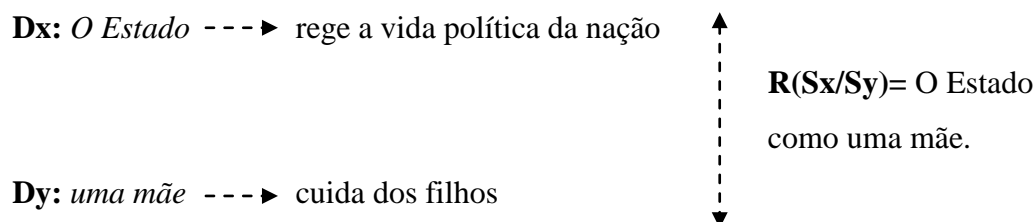
Vejamos estas questões a partir da análise da SDr abaixo, já analisada com outro objetivo em Barthes, quarto Capítulo:

SDr 45: O Estado nada mais é que uma mãe, e a mãe sempre vai dar mais atenção ao filho mais fraquinho. (Lula, 2005)¹⁵³.

¹⁵² Lembramos que, apesar desta consideração, Pêcheux, na AAD 69, ainda tentava segurar as condições de produção em uma definição operacional, metodológica.

¹⁵³ Revista Língua Portuguesa, ano A, nº 1, 2005.

Voltando à proposta em Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), ainda na AAD 69, teríamos¹⁵⁴ a SDr 45 na seguinte configuração:



Primeiramente, tomando-se a relação de substituição de *Estado* por *mãe*, em que A representa *Estado* e B, *mãe*, se levarmos em conta as condições de produção deste discurso, não podemos considerar que ambos se equivalem a ponto de a relação entre A e B ser a mesma de B e A. Portanto não funcionaria aí uma substituição simétrica, uma *metáfora adequada* como trazia a AAD 69. Também não poderíamos verificar um caso de *substituição orientada*, pois, na SDr 45, tal como a descrição de Pêcheux e Fuchs, não se poderia deduzir B de A, numa relação metomínica. E ainda, se fôssemos forçar uma aproximação semântica entre os dois termos, a partir do comum entre ambos (a proteção), mesmo assim não estaríamos diante da noção de MD, tal qual estamos propondo aqui. Expliquemo-nos: no caso do DL, embora o imaginário social jogue com a ideia de que o Estado protege a todos os seus integrantes, a história de vida deste sujeito enunciator sempre os reconheceu como “órfãos” de tal proteção, e isto faz parte da memória discursiva que vai se atualizar na SDr 45.

Ou seja, como retirante nordestino, operário, sempre experimentou estar à margem desta proteção. Por isso, quando o sujeito enunciator do DL estabelece uma relação entre *Estado* e *mãe*, ele não está recuperando aí o sentido A do imaginário social da política brasileira, de que o Estado protege a todos indistintamente, mas remetendo a uma memória que não significa para todos da mesma maneira, uma memória que recobra a situação de desproteção em que vivem muitos brasileiros ainda. Sendo assim, o trabalho da memória nesta relação metafórica vai fazer com que a referência de Estado X, sectário, deslize para uma referência de Estado Y, protetor dos mais fracos, ressignificando a noção política de Estado e, com isso, representando o funcionamento da MD a partir do interdiscurso, que, neste caso, conforme Pêcheux (2011),

[...] longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da

¹⁵⁴ Em Pêcheux e Fuchs (1997, p. 190): Dx e Dy (sequências a serem relacionadas); Sx e Sy (descrições que a análise linguística fornece); R (resultado do relacionamento efetuado pelo dispositivo comparador).

sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (2011, p. 158).

No caso da SDr 45, este trabalho do interdiscurso, construído a partir de uma memória discursiva, tem a ver com a constituição da figura da *mãe* na história de vida de Lula, como pode ser observado a partir das seguintes SDRs:

SDr 46: O maior legado que eu vou levar no caixão é o direito de andar de cabeça erguida. Eu aprendi isso não na faculdade, aprendi dentro de casa com uma mãe analfabeta: filho, não baixe nunca a cabeça, levante a cabeça porque você só conhece um ser humano se você tiver olhando nos olhos dele, ali você vai sentir se ele tá falando a verdade ou se ele tá mentido. E eu aprendi andar de cabeça erguida. Eu não quero que ninguém baixe a cabeça pra mim, mas também não vou baixar cabeça pra ninguém. (Lula, 08/03/2010)¹⁵⁵.

SDr 47: Eu fico dando graças a Deus pela coragem da minha mãe. [...] Minha mãe conseguiu, num momento de miséria muito grande, criar cinco filhos que se transformaram em homens pobres, mas honrados, e três mulheres que não tiveram que se prostituir. (Lula, 2002)¹⁵⁶.

A partir das SDRs 46 e 47, podemos veridicar que *mãe* da SDr 45 é investida de um sentido que intervém como uma memória e, significando interdiscursivamente, investe o sentido de *Estado* de um outro modo, pois não é uma *mãe*, qualquer *mãe*. Este funcionamento reafirma, no dizer de Courtine, que “o discurso se dá como memória, quando ele exprime uma relação com o tempo em que se constitui sua discursividade” (2006, p. 94), o que corresponde, para nós, com o momento que marca a passagem de uma relação metafórica para o funcionamento de uma MD, cujos sentidos se tornam comutáveis não por uma relação de semelhança, mas a partir do modo como a memória intervém neles, produzindo determinados sentidos e não outros. Por isso, a partir de Courtine (1999, p. 19), podemos analisar as ML como *vestígios de todo desnivelamento interdiscursivo*, os quais aproximamos do processo de *de-superficialização* do componente linguístico, segundo Pêcheux e Fuchs (1997).

Esta interferência da memória leva a pensar, segundo Mazière (2007), que:

[...] o sujeito-leitor faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito, o encontro do ‘impensado de seu pensamento’. O indivíduo não está na fonte do sentido. E o sentido não aparece na conclusão das estatísticas. Mas o sentido é explicável por um dispositivo que não é transparente nem às intenções nem às mensagens dos interlocutores. (2007, p. 63).

¹⁵⁵ Transcrição da fala de Lula durante cerimônia de assinatura de contratos para implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí (RJ). Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/brasil-abaixava-a-cabea-para-o-sub-do-sub-diz-lula-0402993766CC996326?types=A&>. Acesso: 02/01/2011.

¹⁵⁶ In: PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 45.

Sendo assim, estamos considerando que o trabalho de deslizamento da metáfora é subjacente a todo processo de sentido, inclusive o da paráfrase, mas ambas não se confundem com a MD, pois, no lugar da relação de paráfrase que se marca, conforme Orlandi, como um “retorno aos mesmos espaços de dizer” (2005, p. 36), observamos que, no funcionamento da MD, materializado nas ML, o retorno do mesmo se marca por um retorno não-idêntico. É assim que o entendimento da MD nos ajuda a perceber por que as ML vão provocar fissuras no dizer sedimentado do discurso político, pelo modo como criam novos *sítios de significância* (COURTINE, 2006), os quais podem ser representados pelo modo como o DL passa a enunciar Estado em outras SDrs que vão ajudar a trabalhar este deslizamento:

SDr 48: Estado não tem que ser mínimo nem máximo, ele tem que ser um Estado necessário para dar conta das coisas. (Lula, 2005)¹⁵⁷.

SDr 49: E o papel do Estado não é beneficiar um em detrimento ao outro, o papel do Estado é colocar na mesa comida para todos comerem. (Lula, 2006)¹⁵⁸.

SDr 50: Somente o Estado é que pode trabalhar não pensando no lucro, o Estado tem que trabalhar pensando na cidadania. (Lula, 2007)¹⁵⁹.

Por este motivo, para nós, as relações parafrásticas não operam do mesmo modo que a MD, pois, se, para Orlandi, as paráfrases representam, ao lado da estabilização “o retorno aos mesmos espaços do dizer” (2005, p. 36), na MD, cuja marca observamos no funcionamento das SDrs 48, 49 e 50, não consideramos que a movência que ela provoca seja firmada num “mesmo dizer”, em vista do deslocamento de sentidos postos em jogo em uma nova materialidade discursiva.

Para Orlandi, “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (2005, p. 36), e isto representa dizer que, em todo dizer, há sempre algo da categoria da memória que se repete; já na MD, a memória discursiva convocada não é uma memória que se mantém, mas que se ressignifica/se desestabiliza também – motivo pelo qual consideramos metáfora e paráfrase como sendo de naturezas distintas.

¹⁵⁷ Lula em Brasília-DF, na abertura do 19º Congresso Brasileiro de Avicultura: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 307-308.

¹⁵⁸ Lula em Cruz das Almas-BA, na instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 307.

¹⁵⁹ Lula em Brasília-DF, na entrevista após a cerimônia em comemoração ao atendimento de 5 milhões de pessoas pelo programa Luz para Todos. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 307.

Por isso, estamos considerando que a memória convocada pela metáfora caracteriza, conforme Pêcheux, uma divisão da identidade material do enunciado, fazendo com que “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva...” (1999, p. 53). Deste modo, diferentemente das relações parafrásticas, que se dão num plano horizontal, no nível do enunciado, a metáfora funciona, conforme Pêcheux, como uma “espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (1999, p. 53).

Ou seja, vamos considerar que a metáfora é subjacente à paráfrase e que a paráfrase é um dos modos de deslizamento de sentidos que a MD põe em jogo. Logo, neste funcionamento, não se trata de retornar ao mesmo dizer e recolocá-lo em um outro enunciado, em outro lugar – é o não-idêntico que trabalha aí, em que a memória é ressignificada, sofrendo o efeito dos furos de sua retomada. Segundo Pêcheux, isto produz um “efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os ‘implícitos’ não são mais reconstrutíveis” (1999, p. 53), motivo este que, conforme o autor:

[...] compele cada vez mais a análise do discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de seqüências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação. (1999, p. 53-54).

Sendo assim, no caso das ML, não se trata, portanto, de aproximar um sentido X de um sentido Y, por relações de semelhança, a partir de um princípio de identidade, que tenha a ver com o linguístico, com o semântico, cujo resultado representaria a equação $X+Y=XY$. Para nós, as ML, como uma materialidade da MD, se marcam por um funcionamento que, ao colocar em relação X e Y, desfaz a ideia de não-comutabilidade entre elementos antes tomados como distintos e possibilita um novo modo de dizer, que, como resultado do entrecruzamento do interdiscurso com o intradiscurso, assume, em nosso trabalho, a seguinte configuração:

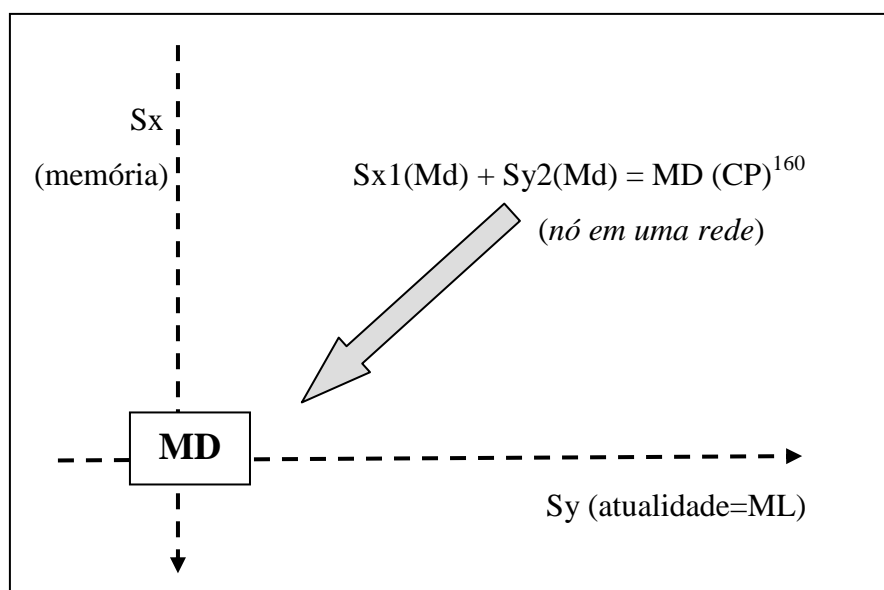


Figura 5: Constituição da Metáfora Discursiva.

Conforme a Figura 5, a MD representa, na materialidade da ML, *um nó numa rede*, cujo resultado reflete o deslizamento do sentido X ($Sx1$), com sua memória discursiva (Md), relacionado ao deslizamento do sentido Y ($Sy2$), também com sua memória discursiva (Md), cujo resultado é a ressignificação dos sentidos a partir de suas determinadas CP. Este funcionamento apresenta, deste modo, a partir de Pêcheux (2011), a MD como um *curto-circuito simbólico*, que “se produz entre dois termos sem que nenhum discurso justificativo o subentenda: as explicações e as justificações virão após” (2011, p. 159), dado o modo como se justificam no interdiscurso. É o que procuramos mostrar na Figura 5: o modo como a MD transforma elementos não-comutáveis em elementos comutáveis a partir das condições em que são retomados, configurando-se, assim, como um ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade.

Para esta formulação, estamos entendendo, a partir de Courtine, o “‘fio vertical’ do discurso sobre uma multiplicidade de enunciados desnivelados e numa pluralidade de funcionamentos sintáticos” (2006, p. 90), cujo trabalho de verticalidade se situa no interdiscurso.

Considerando as ML como pistas deste processo, podemos dizer então, a partir de Orlandi, que, nesta materialidade, “o real histórico faz pressão, fazendo que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (ideologia)” (1999, p. 67), que algo irrompa na

¹⁶⁰ Sx = sentido; Md = memória discursiva; MD = metáfora discursiva; CP = condições de produção.

cadeia dos sentidos do mundo logicamente estabilizado da política brasileira, fazendo trabalhar as relações de repetição/transformação.

Para nós, esta “repetição” de memória, conforme Courtine (1999), representa uma *repetição vertical*, que atua na categoria de assujeitamento na ordem do discurso político, que não é, para o autor, uma repetição:

[...] da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar ou com falhas*. (1999, p. 21).

Esta noção de *repetição vertical* nos permite entender o funcionamento das ML como um modo de repetição do ausente que se torna presente, do impensado que se torna pensado, a partir do momento em que o DL mobiliza sentidos não-reconhecidos no cenário da política brasileira e os presentifica na materialidade da língua, inserindo, neste ritual de uma língua política ideal, a falha. Por isso, consideramos que investigar o funcionamento das ML é trabalhar, conforme Pêcheux, “o ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (2006, p. 51), para se chegar ao discurso como espaço de disputa pelos sentidos, implicando a passagem de uma ideia de cultura autônoma, para uma cultura que, na perspectiva discursiva em De Nardi, apresenta-se como “espaços de criticidade, lugares de interpretação” (2007, p. 56).

Nesta movência que coloca em jogo continuamente sentidos já-ditos, a memória se distingue do tratamento que recebe em Achard, ao trabalhar, em *Papel da Memória* (1999), a ideia de memória a partir do par implícito/explicito, determinado por uma regularidade que vai reger as relações de paráfrase. Para o autor,

[...] do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. (1999, p. 13).

Para Achard, o que caracteriza “a palavra é sua unidade, sua identidade em si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos” (1999, p. 14) e é, neste sentido, que a palavra funciona como suporte de um sentido, que, a cada co-ocorrência “fornece novos

contextos”. Deste modo, para o autor, as repetições “estão tomadas por uma regularidade¹⁶¹” (1999, p. 14).

Na mesma obra, Pêcheux nos apresenta uma interrogação que vai se contrapor à proposta de Achard e que interessa muito a nosso trabalho, dizendo: “a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da seqüência: estão eles dispostos na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?” (1999, p. 52).

A partir do momento em que nos demarcamos da noção de metáfora, tal como é tratada pelo senso comum e em outros domínios de conhecimento, como um sentido implícito, figurado, em oposição a um sentido explícito, literal, tanto não a compreendemos como algo a ser descoberto, quanto não consideramos que a memória que ela faz trabalhar também esteja em algum lugar depositada. Concordamos com Pêcheux em perceber na “regularização” de Achard um modo de os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases, implicarem a noção dos estereótipos, ou seja, implicarem uma memorização que repousaria num consenso, o que não encontra lugar na memória discursiva, tal como é mobilizada pela MD neste trabalho.

Sendo assim, a MD não atua recuperando sentidos de outros lugares como uma retomada de fatos, lembranças; se há movimentação de sentido, não é da ordem de uma repetição de fatos históricos, mas de uma ressignificação/desestabilização, que, pelo deslizamento de sentido que provoca, guarda algo da memória, ao mesmo tempo em que a faz aparecer de outro modo em outro lugar.

Desta maneira, a metáfora, enquanto processo que produz o deslizamento dos sentidos, provoca esta perturbação de que fala Pêcheux, porque mexe nas fileiras do sentido, fazendo uma memória se atualizar e significar de outra maneira. Isto atua diferentemente de uma simples repetição, que, para o autor, funciona como um efeito material “ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material” (1999, p. 53). No caso, então, do nosso objeto de análise, podemos dizer que as ML vão desestabilizar a regularização da língua política, fazendo falhar seu mundo logicamente e semanticamente normal, comprometendo, como já dissemos anteriormente, as *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente.

¹⁶¹ Segundo Achard, “a hipótese de uma construção discursiva do sentido é certamente discutível, mas parece frutífera, pela abertura às práticas que podemos estudar ao nível da dialética entre repetição e regularização” (1999, p. 15).

É por isso que estamos considerando que as ML vão perturbar uma regularização discursiva, a qual, para Pêcheux (1999):

[...] é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, [...] provocando interrupção, pode desmanchar essa 'regularização' e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava construída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento. (1999, p. 52).

É neste sentido que consideramos as ML como uma pista do acontecimento linguístico tal como nos apresenta Zoppi-Fontana (2009), capaz de fazer surgir um novo modo de enunciar a língua política e, a partir, daí, um novo modo de subjetivação do sujeito nesta cena discursiva, possibilitando, conforme Indursky (2003), que “os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem” (2003, p. 104).

5. AS METÁFORAS DE LULA: MODIFICANDO O LUGAR DA CENA DE REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO

Se ao final de meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.
Lula (2003)

Uma vez realizado, no Capítulo anterior, um percurso teórico que nos permitiu tratar a metáfora do ponto de vista discursivo, cuja pista são as ML, neste quinto Capítulo, apresentaremos o que estamos entendendo como *política* e *político*, para, a partir daí, passarmos por determinados efeitos do DL que nos ajudarão a entender a especificidade que a língua política assume nesta cena discursiva.

5.1 O DISCURSO DE LULA COMO ESPAÇO DE LITÍGIO

Como temos observado no funcionamento das ML, estas nos servem de pista de um novo modo de os sentidos se relacionarem na cena discursiva da política brasileira, reafirmando que a MD no DL não é da ordem de equivalências semânticas, paralelas, equacionais, mas da ordem de uma contenda, de um litígio pelas disputas de sentidos postos em debate/embate. Por isso, estamos considerando que o sujeito enunciador deste discurso se “caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (1988, p. 209-210). Assim, parafraseando a citação que Pêcheux recupera de Althusser: “O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político” (1988, p. 210), por *o combate político é um combate discursivo por palavras*, trataremos, agora, deste litígio.

5.1.1 O político e a cena de representação do discurso político

Corten, em *Discurso e representação do político*¹⁶², apresenta-nos a política como uma “área funcional, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas” (1999, p. 37), e político como sendo uma representação desta cena de relações de forças. Para o autor, representação do político designa, então, *a cena das forças políticas construída pelo discurso*: “é a cena onde os elementos que perpassam a sociedade são vistos como ‘forças’ e vistos como ‘forças políticas’” (1999, p. 37). O político seria, desse modo, a realidade de tais forças, colocadas em circulação pelo discurso de uma cena, cuja delimitação se constrói, para Corten, na forma de um *relato*, sendo assim, a representação do político supõe determinada *configuração de poder*, produzido por seu próprio *relato*. Por esse motivo, para o autor, “o político como cena das forças políticas – cena construída pelo discurso – não corresponde ao discurso político, tampouco ao discurso compreendido no sentido amplo do termo, com sua carga correspondente de poder” (1999, p. 38). O modo como a história é narrada produz o efeito de sentido das forças políticas de representação do político, produzindo, ao mesmo tempo, sua legitimação, o que acontece com qualquer discurso, e não com um tipo de discurso classificado como sendo político.

Para Corten, o político representa, então, o “verdadeiro movimento de forças que o ‘efeito de relato’ constitui” (1999, p. 45), ou seja, o político tem a ver com o modo de circulação dos enunciados, o modo como é relatada a representação destas forças, e não com um tipo de discurso em particular. Vale ressaltar, portanto, que este relato não é reprodução fiel da realidade, nem uma mera ficção, mas uma versão narrativa que, dentre tantas, concorre com as demais, ou seja, esta circulação concorrencial de versões não representa a procura por aquela que seria a verdadeira, a correta, a mais apropriada. Cada uma destas versões produz um determinado “efeito de relato”¹⁶³, que, segundo o autor, produz uma “mudança brusca no plano daquilo que faz sentido em uma sociedade, aquilo que parece ‘real’” (1999, p. 47).

Podemos dizer, então, que o *relato* em Corten aproxima-se do próprio conceito de discurso em AD: o discurso como efeito de sentido entre interlocutores. Melhor dizendo, não se pode falar que *efeito de relato* em Corten e *efeito de sentido* em AD sejam equivalentes, o que podemos dizer é que o efeito de relato é um efeito de sentido para a AD, o qual, segundo Corten, reordena a representação das forças políticas, podendo agir de duas maneiras: por *topografia* e por *topologia*.

¹⁶² Publicado em *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (1999), organizado por INDURSKY e LEANDRO-FERREIRA.

¹⁶³ Este conceito, Corten recupera de Jean-Pierre Faye (1972).

A *topografia* representa o conjunto das posições discursivas a partir das quais o sujeito se inscreve em cada FD, definindo os afastamentos e/ou aproximação em relação ao centro e/ou à periferia da cena das forças políticas. Tais posições não são empíricas, sociológicas, mas posições que representam a maneira como os sujeitos enunciadore se inscrevem em cada FD, a posição-sujeito para a AD. Já a *topologia* representa não só a combinação de uma e outra FD, mas o apagamento de algumas e o surgimento de outras. No caso do DL, entendemos esta *topologia* somente no sentido de que este discurso reconfigura a FD em que se inscreve, ao mesmo tempo em que atinge outras FDs pelo modo como questiona/problematiza seus dizeres.

Para Corten, são estas versões que dão lugar à língua política, uma língua que não pode ser entendida como uma sintaxe específica, como um conjunto de regras de determinados enunciados. Trata-se de uma língua, segundo o autor, *prospectiva*, e não *prognóstica*. Uma língua que atua como “proliferação de enunciados transformadores; a língua só é política na relação com o efeito de relato (no início e no fim), efeito excepcional” (1999, p. 49). Desse modo, assim como a cena de representação do político não pode ser regida por regras *a priori* (prognósticas), a língua política também não, estando em função dos efeitos de relato produzidos a cada cena. Por isso, para Corten, a língua política é a *expressão condensada do caráter aleatório do acontecimento discursivo*, e o efeito de relato age como um *macro-acontecimento discursivo*.

Nessa perspectiva, estamos entendendo, assim como Corten, o discurso político como sequências de enunciados, provenientes de uma circulação que se caracteriza pela concorrência entre diversas versões narrativas, possibilitando que algumas delas entrem no terreno do político e se legitimem como tal. Para nossa pesquisa, é este movimento concorrencial que acontece com o DL, passando a representar uma nova versão de representação do político no cenário do País, e, a partir de seu efeito de relato, fazendo circular uma nova versão narrativa deste cenário, ou seja, fazendo circular sentidos que mexem/desestabilizam/reorganizam o lugar da cena de representação do político a partir de um novo modo de enunciar a língua política.

Segundo Corten, o efeito de relato, que surge daí, leva não somente a uma nova *topografia*, mas a “uma nova estrutura das formações discursivas, podendo chegar a modificar o lugar (até mesmo a existência) da própria cena de representação do político” (1999, p. 48). É neste sentido que, para o autor, o político representa a movimentação de forças produzidas por meio dos relatos narrativos da história. Representa, enfim, “o grupo de narrações em

concorrência que produziria o efeito de relato tornando aceitáveis certas fórmulas, certas distinções” (1999, p. 48).

Para nós, o DL *modifica este lugar*, provocando um rearranjo na história da política no País, por meio de uma determinada versão que vai produzir a nova cena de representação do político ao instaurar um novo interlocutor e, conseqüentemente, novos sentidos. São estas mudanças que se ocuparão em “rearticular em um novo contexto os enunciados em circulação” (CORTEN, 1999, p. 47). E é este novo modo de enunciar a cena de representação do político que nos levou à escolha das ML como uma materialidade desta nova versão. Como já afirmamos anteriormente, trata-se não de observar o funcionamento da metáfora, fazendo trabalhar a relação/aproximação entre dois (ou mais) enunciados, mas de observar o funcionamento de uma materialidade discursiva na língua, que põe em jogo a circulação/deslizamento de novos sentidos, pelo modo como aí se insere um novo interlocutor.

Deste modo, as ML deixam de ser observadas como uma estrutura sintática que estabelece comparação entre elementos distintos, aproximados em uma relação de similitude, e passam a ser analisadas a partir dos novos sentidos que o DL faz circular. O que muda da metáfora, tal como é tratada pelo senso-comum, para o funcionamento da MD no DL é que, neste caso, ela mobiliza comparações antes não legitimadas no cenário da política nacional, como aponta a relação estabelecida na ML a seguir entre gasto público/despesas domésticas:

SDr 51: Trato a questão do gasto público com a maior seriedade, tendo por base minha história pessoal. Sou casado há 36 anos e nunca fiz uma despesa que não pudesse pagar. Só comprei TV em cores quando podia. Assim faço com o Brasil. Não queremos deixar as coisas desarrumadas para o próximo governo. Digo que não governo o Brasil, mas cuido do Brasil, assim como cuido da família. (Lula, 23/07/10)¹⁶⁴.

Esta relação posta em jogo na SDr 51 remete também ao efeito de relato em Corten, já que a maneira de enunciar *gasto público* a partir de *despesas domésticas* concorre com a circulação de outros dizeres, interrogando uma FD antagônica a partir da questão da seriedade em governar o País. Deste modo, podemos dizer que este sujeito enunciadador desfaz a *topologia* da posição-sujeito antagônica, fazendo surgir uma nova *topografia* do discurso no interior de sua FD, que vai afetar o *lugar social da Presidência* também.

É este *mesmo transformado* do lugar de presidente que nos remete novamente a Corten, na medida em que a SDr 51 possibilita perceber um modo de funcionamento do

¹⁶⁴ O Dia *online*, 23/07/10.

Disponível em:
http://odia.terra.com.br/portal/brasil/html/2010/7/entrevista_com_lula_provamos_ser_barato_cuidar_dos_pobres_dificil_e_cuidar_dos_ricos_98212.html. Acesso em 27/07/2010.

relato, que trabalha modificando o lugar (até mesmo a existência) da própria cena de representação do político. No caso do DL, são estas mudanças que se ocuparão, conforme Corten, em “rearticular em um novo contexto os enunciados em circulação” (1999, p. 47), fazendo do cenário político brasileiro um espaço de tensão, de litígio.

5.1.2 A política como espaço de *desentendimento*

Este *mesmo transformado* do DL, que vai representar o palco de disputa por sentidos outros, aproxima-nos de Rancière (1996) em seu trabalho sobre a cena das forças políticas como uma cena de litígio. Para o autor, já distante das ruas, das fábricas e das universidades, a política atual enfrenta um descrédito apaziguador, pois, nos lugares em que se discute o bem comum da sociedade, propaga-se “a opinião desencantada de que há pouco a deliberar e de que as decisões se impõem por si mesmas, sendo o trabalho próprio da política apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação” (1996, p. 10).

Na contramão desta política apaziguadora, que conforma a todos em sua posição passiva, é que as ML desinstalarão tal normalidade em relação a um *como deve ser*, ou melhor, a um *como sempre foi*. Uma mostra disso pode ser o modo de resgate da confiança do povo brasileiro no próprio povo brasileiro, o que o sujeito enunciativo deste discurso vai procurar fazer recuperando a auto-estima do homem simples, tanto diante do próprio País, quanto diante do mundo todo, como observamos na SDr a seguir, já trabalhada anteriormente:

SDr 52: Eu tava, tava dizendo esses dias, se a gente fosse olhar, porque nós brasileiros aprendemos a nos tratar como se nos fosse inferior, talvez pelo fato de termos sido um país colonizado, primeiro Portugal, depois a Inglaterra, depois aos EUA, ou seja, nós ficamos sempre naquela de que os outros são melhor do que nós. [...] Nelson Rodrigues dizia mesmo, ou seja, é o complexo de vira-lata. E o complexo de você é bom se você falar inglês, você só é bom se você falar francês. Você nunca se sentia o ator principal. Não, nós somos ator principal. (Lula, 02/01/2011)¹⁶⁵.

Como podemos verificar, a ML nesta SDr constitui-se em pista de que há algo aí contrariando a política apaziguadora de que fala Rancière, nesse caso, contrariando uma situação de “equidade”, de adaptação, o que, conforme o autor, não significa política, já que, para ele, só há política em situação de *desentendimento*, compreendido como um conflito em situação de palavra, em que “um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (1996, p. 11). Para Rancière, “a política é a esfera da atividade de um comum

¹⁶⁵ Transcrição da entrevista de Lula a Regina Case, no programa *Esquenta*, TV Globo, em 02/01/20110. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JI6yYa00kHQ>. Acesso 04/01/2011.

que só pode ser litigioso” (1996, p. 29), já que a totalidade de uma comunidade nunca vai equivaler à soma de suas partes. Para o autor, este conflito, designado como *desentendimento*, incide justamente neste erro de *contagem*, que nunca representará a soma das partes, o todo da comunidade, porque sempre haverá um *excedente* que não é contado, que o autor designa como a *parcela dos sem-parcela*¹⁶⁶, que representa, em nossa pesquisa, uma das representações que o interlocutor *povo brasileiro* assume no funcionamento das ML.

É porque estes excedentes nunca fizeram parte da contagem proposta por Rancière, que, segundo o autor, desde a antiguidade clássica, “a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem” (1996, p. 22).

Este erro de cálculo, que leva ao *desentendimento* em Rancière, não se confunde com mal-entendido ou mesmo desconhecimento. O *desentendimento*, que incide sobre as palavras e sobre as situações que envolvem o objeto de litígio, corresponde ao modo como os interlocutores não conseguem ver da mesma maneira um mesmo objeto comum. Isto é, para Rancière, “a situação extrema de *desentendimento* é aquela em que X não vê o objeto comum que Y lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por Y compõem palavras e agenciamentos de palavras semelhantes aos seus” (1996, p. 13).

O que Rancière traz como uma situação de *desentendimento*, podemos, em AD, pensar pela noção de FD, considerando-se, conforme Pêcheux, que:

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (1988, p. 160).

Para Pêcheux, o sentido “se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (1998, p. 161). Portanto, muda-se a palavra de FD, mexe-se no sentido, o que seria também uma situação de *desentendimento*, uma vez que os sujeitos não entendem da mesma maneira as mesmas palavras a partir da posição que assumem em uma FD e em outra, já que, nas palavras de Pêcheux (1998),

¹⁶⁶ Em estudo sobre o MST, também Indursky (2000) vai considerar os *sem-terra* como este excedente, aqueles “que são errantes e não encontram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes, inscrevendo-se, pois, em sua origem, entre os excluídos da ordem social brasileira, do discurso político bem como do discurso jurídico sobre a propriedade rural” (2000, p. 1).

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seja ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. (1998, p. 161).

É essa situação de conflito em torno da palavra que representa, para Rancière, a política: uma atividade que vai procurar racionalizar o desentendimento. Como já dissemos, esta racionalização não diz respeito à procura pela razão, pela verdade das coisas, pela resolução de um problema. Trata-se de uma racionalidade da situação de palavra, que, a cada disputa sobre o que *quer dizer falar*, remete a um litígio em torno do objeto da discussão e em torno daqueles que o constituem como objeto de discussão.

No campo teórico da AD, observamos aí o modo como os gestos de interpretação são convocados a cada funcionamento do discurso, sempre considerando que este funcionamento nunca pode ser “racionalizado” *a priori*, mas somente significado a partir de suas CP e de suas determinações histórico-sociais. Trazendo isso para nosso objeto, conseguimos observar as ML como a materialidade de um conflito que, num primeiro momento, é um conflito de palavras, mas que se estende a um conflito de interesses políticos, interesses de política.

Para Rancière, a racionalização que se procura nesta contenda não é de caráter positivista, tanto que vai sempre resultar numa conta que não fecha, num resultado impreciso. Seu fim é, inevitavelmente, o *desentendimento* – condição para que haja política. Sendo assim, quando as partes da comunidade são colocadas como partes equivalentes a um todo, que com ele se identificam, quando a igualdade entre estas partes é vista como um universal, não há política. Neste caso, haveria, para o autor, apenas uma atividade que divide estas partes, equivalendo-as, o que Rancière designa como atividade de *polícia*: “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1996, p. 41). Conforme o autor:

[...] a polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (1996, p. 42).

Rancière trata a distinção entre *política* e *polícia* como duas lógicas da organização social; uma, a *lógica policial*, que “conta as parcelas unicamente das partes, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os

modos do ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convêm a cada um” (1996, p. 40-41); e outra, a *lógica política*, “que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer” (1996, p. 41).

A partir do que disse Rancière – que a lógica da política desnaturaliza a normalidade da organização policial –, consideramos que o DL assume esta lógica de *desnaturalização*, como um modo de suspensão da “harmonia” da *lógica da polícia* vigente no cenário político do País. E, para nós, o que permitiu imprimir esta nova *lógica da política* no Brasil foi justamente a instauração de uma nova contagem das partes nesta cena discursiva, aquela que passou a incluir a parcela dos *sem-parcela*¹⁶⁷, o novo interlocutor do DL.

Como marca da inclusão deste novo interlocutor, trazemos a próxima SDr:

SDr 53: O dado concreto é que nós não podemos ficar assistindo, no mundo contemporâneo, no milênio em que toda a humanidade quer a paz, a países e mais países gastando bilhões e bilhões de dólares em armamentos ou, muitas vezes, gastando dinheiro em coisas que não são prioridade. E nós olhamos os países do terceiro mundo, sobretudo na África, na América Latina, e nós percebemos que milhões e milhões de mulheres e crianças morrem porque não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias. Se o mundo detém tecnologia, se o mundo detém terra, se o mundo detém capacidade de produzir alimento para toda essa gente, a pergunta que se faz é: por que não cumrimos com a nossa missão de seres humanos e damos aos outros a oportunidade de, pelo menos, comerem três vezes ao dia? É um desafio para o Fórum de Davos, é um desafio para os governantes do mundo inteiro, é um desafio a colocarmos a sensatez para funcionar, ao invés do individualismo de cada um de nós. (Lula, 26/01/2003)¹⁶⁸.

Nesta SDr, podemos ver contemplada a ideia de política em Rancière (1996), na medida em que o sujeito enunciativo deste discurso, ao suspender a harmonia das partes, da população como um todo, traz à cena uma parte desta população que não existe aos olhos do mundo e que não come. Com isto, a ML instaura o litígio conforme Rancière (1996) e reafirma que a cena de representação do político também se regula por uma situação de disputa, de concorrência de relatos, que vão proliferar *enunciados transformadores*, conforme Corten (1999).

Para nosso trabalho, as ML são estes enunciados transformadores, ao modo de como as tratamos enquanto um acontecimento linguístico (ZOPPI-FONTANA, 2009), os quais instauram a política, uma política que só existe, segundo Rancière (1996):

[...] porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo

¹⁶⁷ Encontramos também esta designação para “povo” no trabalho de Cazarin *O “povo” no discurso de Lula: das greves no ABC à Presidência da República* (2008), sobre o qual ainda trataremos.

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Lula no Fórum de Davos/Folha Online, 26/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (1996, p. 40).

A partir do momento em que aqueles que não teriam o direito de ser contados passam a ser contados, consideramos que o DL, ao instaurar, no cenário político brasileiro, um novo interlocutor, instaura também um novo modo de subjetivação política do sujeito, à medida que, conforme Rancière:

[...] torna a recortar o campo da experiência que conferia a cada um sua identidade com sua parcela. Ela desfaz e recompõe as relações entre os modos do *fazer*, os modos do *ser* e os modos do *dizer* que definem a organização sensível da comunidade, as relações entre os espaços onde se faz tal coisa e aqueles onde se faz outra, as capacidades ligadas a esse *fazer* e as que são requeridas para outro. (1996, p. 52).

Este novo modo de subjetivação do sujeito o permite rever a vida em comum não mais a partir de uma *lógica de polícia*, que acomoda a todos em seu lugar, mas a partir de uma *lógica política*, que desacomoda as coisas como sempre foram, enfim, é fazer ver relações, conforme Rancière, entre “coisas que não têm relação, é fazer ver junto, como objeto do litígio, a relação e a não-relação” (1996, p. 52).

No funcionamento das ML, um modo particular de enunciar, que relaciona enunciados de esferas distintas, é observado nesta materialidade, desacomodando sentidos e fazendo ver relação entre coisas que, a/em princípio, não teriam relação, como crise/diarréia:

SDr 54: Quando o mercado teve a dor de barriga, que não foi uma dor de barrigazinha, foi uma diarreia daquelas, insuportável... Quando o mercado teve essa diarreia, quem é que eles chamaram para salvá-los? O Estado, que eles negaram durante 20 anos. (Lula, 4/12/2008)¹⁶⁹.

Nesta SDr, temos não só o litígio da não-relação entre os elementos que o sujeito enunciar os obriga em relação, mas também o fato de que, ao mobilizar os sentidos de *crise* e *diarreia*, este sujeito transgride as normas de um modo de funcionar da língua política como língua ideal, ou seja, transgride as *coisas-a-dizer* de um Presidente, desestabilizando os saberes comuns que permeiam o imaginário do *lugar social da Presidência*. Deste modo, podemos dizer que o DL corresponde ao que Rancière (1996) compreende por *lógica da política*, por convocar situações de disputa por um novo modo de significar esta cena discursiva. Para Rancière (1996), somente por litígio se chega ao verdadeiro ato político:

¹⁶⁹ Jornal A Notícia. AN.política, em A língua sem freio de Lula, 14/12/2008.

construir relação entre coisas que não têm relação, possibilitando, com isso, que os interlocutores se subjetivem de uma nova maneira, o que implica, segundo o autor:

[...] uma multiplicidade de relações de indivíduo (o empregador) a indivíduo (cada um dos empregados) seja posta como relação coletiva, que o lugar privado do trabalho seja posto como pertencente ao campo de uma visibilidade pública, que o próprio estatuto da relação entre ruído (das máquinas, dos gritos ou dos sofrimentos) e a palavra argumentativa que configura o lugar e a parcela do trabalho como relação privada seja reconfigurado. (1996, p. 52).

É esta reconfiguração entre o ruído e a palavra argumentativa que podemos observar na SDr 54, quando o sujeito enunciatador deste discurso rompe com uma *ordem de polícia*, que rege a sociedade na harmonia de suas partes, fazendo intervir, conforme Rancière (1996), uma *ordem da política*, que vê nas diferenças, nas não-relações (crise/diarreia; crise/sifu), a possibilidade de ressignificar os sentidos desta língua política.

Por isso, podemos observar no DL um *efeito de relato*, conforme Corten, por atribuir “novos lugares a partir dos quais se configuram as forças políticas” (1999, p. 52) e por representar um novo modo de subjetivação que reconfigura, portanto, o lugar da relação coletiva como um lugar de litígio, o que, para Rancière, trata-se de uma capacidade de produzir cenas polêmicas, paradoxais, “que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências” (1996, p. 52).

A partir dessas questões, observamos, no DL, um novo modo de representação do político e de subjetivação de seus sujeitos, subjetivação política esta que funciona não como própria a um sujeito que toma consciência de si, impondo seu “peso” na sociedade, mas como possibilidade de este sujeito perceber as desigualdades de uma comunidade, paradoxalmente, em suas divisões “igualitárias”.

No caso deste novo interlocutor do DL, podemos ver surgir aí um novo modo de subjetivação política a partir do momento em que estes sujeitos passam a se ver num cenário político que não os percebia antes como parte, enfim, passam a integrar um espaço discursivo que até então os ignorava, mesmo tendo estado sempre ali. É a polêmica instaurada por esta inserção que vai configurar um novo desenho na subjetivação política do sujeito nas atuais condições de produção, cuja materialidade observamos nas ML a partir de um duplo funcionamento: o da articulação entre enunciados não relacionáveis e o da articulação entre os interlocutores, o que discutiremos a seguir.

5.2 AS METÁFORAS DE LULA: ARTICULAÇÃO ENTRE ENUNCIADOS E INTERLOCUTORES

Para nosso trabalho, o DL constitui-se em espaço polêmico pelo fato de inserir novos sentidos na cena de representação do político, o que permite, segundo Corten, que se modifique “o conjunto do sistema de articulação entre os enunciados e as posições dos enunciadores” (1999, p. 48). Consideramos, a partir daí, que as ML mobilizam esta dupla modificação de que fala Corten, modificando:

1º) a *articulação entre enunciados*, pelo fato de provocarem deslizamentos de sentidos antes não autorizados no cenário político brasileiro, pondo em relação coisas sem relação, conforme observamos nas seguintes SDrs, em que as ML aproximam/relacionam os seguintes elementos:

a) senadores/pizzaiolos:

SDr 55: Dependente, todos eles são bons pizzaiolos. (Lula, 15/07/2009)¹⁷⁰.

b) churrasco/governo:

SDr 56: Eu não sei se vocês já perceberam, quando vocês vão numa churrascaria comer um rodízio, tem aquele apressado que tudo que é maionese que vem ele come, tudo que é lingüiça que vem ele come. Aí, quando chega a hora da coisa nobre, ele já está com o ‘bucha cheio’ [...] Então, temos que ter um certo controle na nossa ânsia, na nossa angústia de querer fazer as coisas com a rapidez que todo mundo necessita” (Lula, 21/08/2003)¹⁷¹.

c) Putin/puto:

SDr 57: Certamente o embaixador russo recebeu a notícia. Certamente mandou para o presidente Putin. E certamente o Putin ficou meio ‘putin’ com o Brasil. (Lula, março de 2007)¹⁷².

2º) as *posições dos enunciadores* no discurso político, que os interlocutores passam a ocupar nesta cena discursiva, que é marcada por uma relação de cumplicidade pelo modo como os sentidos tratam do dia a dia do homem comum, das coisas simples da vida, como nos

¹⁷⁰ Fala de Lula em 15 de julho de 2009, referindo-se aos senadores, quando questionado se a mistura pré-sal com CPI da Petrobras acabaria em pizza.

Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/politica/%E2%80%9Cnunca-antes-na-historia-deste-pais%E2%80%9D-top-10-frases-mais-inacreditaveis-de-lula/>. Acesso em 13/08/2011.

¹⁷¹ Lula, em Discurso proferido no ato de lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, em Benevides, PA, 21 de agosto de 2003 (SARDINHA, 2008).

¹⁷² A frase de Lula, em março de 2007, se refere à reação do presidente russo, Wladimir Putin, diante da denúncia de que frigoríficos brasileiros estariam pagando suborno a autoridades russas para continuar exportando carne para o país. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/politica/%E2%80%9Cnunca-antes-na-historia-deste-pais%E2%80%9D-top-10-frases-mais-inacreditaveis-de-lula/>. Acesso em 13/08/2011.

traz o exemplo a seguir em que o sujeito enunciador significa o modo como os governos que o antecederam tratavam a questão econômica:

SDr 58: É como se houvesse o tempo todo um tornerinha pingando e, em vez de trocar logo a torneira, todos tivessem tentando remendá-la com elástico ou com panos. (Lula, 21/06/2010)¹⁷³.

Importante dizer que estas duas formas de articulação não se excluem no DL, mas se tornam interdependentes, já que os sentidos são justamente mobilizados a partir deste interlocutor das ML, como podemos verificar na SDr 58, em que *gestão econômica* é posta em relação à *remenda de uma torneira*, que, por sua vez, remete aos sentidos das coisas simples, partilhados pelos que sabem o que é (tentar) consertar uma torneira com pano, antes de trocá-la por uma nova. Neste trabalho de deslizamento dos sentidos, determinados interlocutores se incluem e outros se excluem do processo de interlocução, pelo como as ML se dirigem a uns e não a outros, através de um comum dos sentidos.

Deste modo, à medida que são mobilizados pelo DL sentidos próprios da cultura popular, entendendo-se cultura como prática política, identitária, resultado de uma subjetivização social (DE NARDI, 2007), instaura-se, no cenário político brasileiro, antes destinado à interlocução com uma pequena parcela da população, um novo processo de interlocução, por incluir uma parte da população que sempre esteve alijada dos assuntos de política e da prática política.

É por este motivo que consideramos que o DL acaba por “modificar o lugar (até mesmo a existência) da própria cena de representação do político” (CORTEN, 1999, p. 48), ao desestabilizar os lugares demarcados da política brasileira, representados por uma língua política ideal. É, portanto, por este duplo *efeito excepcional* (CORTEN, 1999), o da articulação entre enunciados e interlocutores, que as metáforas utilizadas por Lula se diferenciam das utilizadas por outros presidentes, pelo fato de colocarem em jogo novas relações de forças a partir da disputa por novos sentidos.

Neste efeito *excepcional*, as ML passam a reivindicar sentidos próprios de uma parcela da população antes não ouvida, que passa, agora, a constituir-se em sujeito na cena de representação do político a partir de suas próprias diferenças, por isso reafirmamos o que tratamos no segundo Capítulo: as metáforas não são privilégio do DL, mas os sentidos que elas mobilizam sobre a vida do homem comum, sim.

¹⁷³ Sobre a política econômica de seus antecessores.

Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945>. Acesso em 21/06/2010.

Para nós, este espaço aberto a um novo interlocutor que vai causar estranhamentos desde o início do mandato de Lula, cujas reportagens, desde então e em grande parte, noticiaram a vitória de Lula sob o efeito de um incômodo, de um desconforto, de algo fora do lugar, num efeito de sentido que, para nós, funciona como o sintoma de as ML *falarem sobre/falarem como* um presidente não deveria falar e, principalmente ou de modo extensivo, *falarem com* aqueles que antes não eram legitimados/autorizados para esta interlocução, enfim, aqueles que, nas palavras de Rancière, “não têm direito de ser contados”, os *sem-parcela* (1996).

Este triplo funcionamento, *falar como/falar sobre/falar com*, para nós, tem a ver com o *não-lugar* trazido por Indursky¹⁷⁴ (2000), em seu estudo sobre o discurso do MST, referindo-se àqueles que nunca encontraram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes, que sempre se inscreveram entre os excluídos da ordem social brasileira. É neste *não-lugar* que o DL vai inscrever novos sentidos e um novo modo de subjetivação dos interlocutores da cena de representação do político. Por isso, consideramos que a designação do *sem-terra* em Indursky (2000) se aproxima do *sem-parcela* em nosso trabalho, numa construção que vai também instaurar, discursivamente, conforme a autora, “um novo lugar político e um novo sujeito discursivo no espaço público brasileiro, os quais passam a referir um determinado segmento dos excluídos do cenário político brasileiro e a enunciar seu discurso desse novo lugar enunciativo” (2000, p. 01).

Sobre estes novos lugares, que vão instaurar um novo processo de interlocução na política brasileira, trataremos a seguir.

5.2.1 O lugar da interlocução e dos interlocutores nas Metáforas de Lula

Ao analisar o processo de interlocução instaurado pela nova posição-sujeito no DL, a de Presidente do País, cujas ML lhe servem de pista, é importante ressaltar que não estamos tratando de uma interlocução que põe em relação, necessariamente, dois sujeitos empíricos frente a frente, mas de uma interlocução numa perspectiva discursiva, tal como é tratada por Indursky (1997), enquanto uma interlocução que “se constrói através do funcionamento discursivo que exclui a alternância entre os sujeitos do discurso, nas posições de locutor e interlocutor” (1997, p. 53).

¹⁷⁴ Trata-se do texto *A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST*, publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, UFRJ (2000a).

Para este entendimento, importante trazer a diferença que a autora estabelece entre *interlocução enunciativa* e *interlocução discursiva* (1997): na primeira, os interlocutores são localizados no discurso por marcas linguísticas que os representam/localizam empiricamente, compartilhando uma interação face-a-face; já a *interlocução discursiva* não implica a presença do interlocutor, nem sua representação objetiva, mas o interpela, instaurando, com isso, a *cena discursiva* que, em Indursky, “não é espacialmente determinada pelo espaço físico em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor” (1997, p. 137).

Vale ressaltar que, em Indursky (1997), estes conceitos de *interlocução enunciativa* e *interlocução discursiva* são mobilizados para tratar do discurso presidencial dos militares, situação em que a *interlocução discursiva* é tratada a partir do modo impessoal, indeterminado, com que o outro é representado neste discurso autoritário. Embora nosso objeto de pesquisa seja de uma outra natureza, estas noções teóricas nos permitirão avançar no processo de *interlocução discursiva* travado pelas ML, pois, nestas, é possível observar os dois modos de *interlocução*¹⁷⁵ de que trata Indursky (1997), em que o interlocutor pode aparecer marcado na língua ou não. No primeiro caso, podemos localizar na *cena enunciativa* como estes interlocutores das ML podem ser representados, conforme observamos nas SDRs a seguir:

a) o interlocutor *nós*:

SDr 59: No Brasil, *nos* acostumamos a falar dos nossos problemas para sensibilizar os investidores a aplicarem aqui. Isso só afastava o capital do país. Era como se um cara se comunicasse por carta com uma mulher e só falasse de seus problemas. Certamente, esse cara morreria solteiro. [...] Agora só falamos de nossas virtudes. Temos de oferecer ao capital privado todo nosso potencial econômico. (grifo nosso) (Lula, 07/04/2006)¹⁷⁶.

b) o interlocutor *brasileiros*:

SDr 60: Se, ao final de meu mandato, todos os *brasileiros* tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (grifo nosso) (Lula, janeiro de 2003)¹⁷⁷.

Um deslocamento, porém, é importante fazer a respeito da *interlocução enunciativa* nestas ML, pois, se considerarmos que, na *cena enunciativa*, conforme Indursky (1997, p. 136), não há lugar para revezamento entre os interlocutores, que permanecem fixados aos

¹⁷⁵ Importante dizer que, com esta distinção, não estamos entendendo os dois processos como independentes, já que, conforme Indursky, “a *interlocução* estabelecida pelo viés da **cena discursiva** depende diretamente da **cena enunciativa**” (1997, p. 138).

¹⁷⁶ Correio Brasiliense, 07/04/2006.

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/imprensa/clipping%2007042006.htm>. Acesso em 21/02/2010.

¹⁷⁷ Revista Época, 21/12/2009, p. 58.

mesmos papéis durante toda a alocução, na ML observamos um movimento diferente, porque a relação de cumplicidade travada pelos sentidos das coisas simples da cultura popular faz revezar locutor e interlocutor, conforme observamos na SDr 59, com o *nós*, e na SDr 60, com *brasileiros*, em que o sujeito enunciador compartilha as experiências de seu interlocutor.

Com isso, queremos dizer que estes sentidos da cultura popular subjazem a todo o processo de interlocução mobilizado pelas ML, interpelando sempre um interlocutor que partilha destes sentidos e que atua como pressuposto. Por isso, independente de este interlocutor se presentificar na materialidade da língua e independente de suas formas de representação, ele é sempre interpelado pelos sentidos veiculados nas ML, o que demonstra que é a interlocução discursiva que pode dar conta de explicar este processo e não uma interlocução enunciativa.

Desse modo, é o conceito de cena discursiva em Indursky nos permite dizer que o povo no DL não ocupa um lugar físico no Palácio do Planalto, mas que isso também não o impede de se presentificar discursivamente neste espaço, ocupando, assim, não um lugar social de interlocutor, mas um lugar discursivo, historicamente marcado, neste processo de interlocução.

Por este motivo, nosso interesse não reside, necessariamente, nas formas de representação que o novo interlocutor assume no DL (povo, nós, brasileiro, companheiro...), mas no modo como ele está implicado enquanto interlocutor principal deste discurso. Ou seja, assim, o interlocutor da cena enunciativa são vários, mas o interlocutor discursivo da cena discursiva é sempre um, regendo o trabalho de antecipação do sujeito enunciador do DL, que, ao colocar-se no lugar do outro que lhe ouve, afetado pelo esquecimento nº 2, organiza seu dizer a partir das condições de produção que lhes são comuns, como apresenta a seguinte SDr:

SDr 61: Vamos trabalhar para ganhar as eleições. Não é uma eleição fácil. É como time de futebol. Quando o time está ganhando de um a zero, de dois a zero, quando o time está ganhando, recua, não quer mais fazer falta, pênalti, fica só rebatendo a bola. E quem está perdendo vem para cima com tudo, e é com gol de mão, de cabeça, de chute, de canela. Não tem jogo ganho ou fácil. (Lula, 21/06/2010)¹⁷⁸.

Conforme observamos, na SDr 61, o interlocutor principal do DL não se marca na superfície linguística, como um interlocutor enunciativo, mas se presentifica como interlocutor discursivo pelo modo como os sentidos, neste caso referentes a futebol, são compartilhados por ele e pelo sujeito enunciador deste discurso, por meio de um enunciado alusivo, que, em nosso trabalho, remete ao funcionamento da ML de tipo 3, a metáfora narrativa. Esta aproximação, portanto, justifica a importância que atribuímos, já no segundo

¹⁷⁸ Disponível em: <http://www.frasesfamosas.com.br/de/lula.html>. Acesso em 21/06/2010.

Capítulo, à metáfora de tipo 3, pelo processo de interlocução discursiva estabelecido numa relação *dialógica de reversibilidade*¹⁷⁹ entre eu/tu, conforme Indursky (1997).

Se nossa hipótese estiver correta, reafirmamos, então, que a marcação explícita do interlocutor não é imprescindível para que os sentidos sejam produzidos. Em outras palavras, não é necessário que o interlocutor esteja nem fisicamente, nem materialmente marcado na língua, já que, no caso das ML, é sempre ele *o outro* deste processo de interlocução, confirmando que as ML se constituem numa pista deste processo discursivo bem mais complexo que investigamos no DL.

Por isso, embora, em Indursky, a interlocução discursiva no discurso dos militares instaurava interlocutores indefinidos ou mesmo indeterminados, consistindo numa “*interlocução entre sujeitos de discursos dispersos em espaços discursivos diferentes, afetados possivelmente por FD igualmente diversas*” (1997, p. 139). Na análise das ML, este interlocutor discursivo não é da ordem de uma indeterminação nem de uma dispersão, considerando-se que, embora não marcado, ele age como constitutivo do processo, identificado, em sua maioria, à mesma FD do sujeito enunciador deste discurso.

Isto não está isento, porém, da tensão neste processo de interlocução, pois, no funcionamento das ML, observamos que, ao mesmo tempo em que os sentidos interpelam o interlocutor da mesma FD, ao deslizarem dos sentidos normatizados da política brasileira para os sentidos da cultura popular, atingem o interlocutor de uma FD antagônica, o que não representa dizer que, por isso, se estabeleça aí um mesmo processo de interlocução. Esta questão foi observada, em certa medida, quando apresentamos, na seção de Barthes, a SDr 33 sobre a Bolsa Família, em que o sujeito enunciador fala ao interlocutor das ML, mas não atinge do mesmo modo o interlocutor de uma FD antagônica, representado pelo sujeito entrevistador, que, ao mesmo tempo em que questiona o investimento nesta política pública, se fecha para qualquer argumento convincente favorável à Bolsa. Ou seja, o processo de interlocução, neste caso, é de *desentendimento*, em que “um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Em Indursky, esta tensão envolvendo destinatários afetados por FD antagônicas aparece como um *efeito de performatividade*, que, conforme a autora, não tem a ver com a condição de felicidade dos atos de fala, mas com o “confronto entre domínios de saber em delimitação recíproca, mobilizados pelos participantes da interlocução discursiva” (1997, p.

¹⁷⁹ Indursky (1997, p. 53) refere-se aqui ao trabalho de interlocução discursiva travado na relação eu/tu, que, no caso de sua pesquisa sobre o discurso presidencial da República Militar brasileira, perde lugar para uma monofonia, em que o interlocutor não fala, é mais falado.

154). No caso da SDr 33, sobre a Bolsa Família, portanto, foram interpelados dois interlocutores, que, identificados a FDs antagônicas, sofrem o *efeito de performatividade*, que instaura efeitos de sentido diferentes e, portanto, conflitantes.

Este espaço conflitante dos efeitos de sentido pode ser pensado a partir de dois tipos de interlocutor interpelados pela posição-sujeito a partir da qual o DL enuncia: o primeiro, o interlocutor principal das ML, o povo brasileiro, que partilha dos sentidos da cultura popular; e o outro é o grupo dos que se sentem no direito de criticar a presença deste novo interlocutor do DL, que, inscrito numa FD antagônica, representa os interesses da classe média e média-alta, podendo ser designada, aqui, como a parcela dos *com-parcela*, aquela à qual se identificam os que sempre gozaram dos benefícios sociais e econômicos da nação.

Importante dizer que esta FD antagônica só nos interessa, na medida em que as ML afetam/incomodam as posições-sujeito que a compõem, confirmando, para nós, que a ML representa não só um modo muito particular do DL, mas o sintoma de um desconforto no discurso antagônico, que não é físico, não é psicológico, mas que, explicado no plano do inconsciente e do ideológico, tem a ver com formas de preconceito em relação ao “tipo de povo” que agora está no lugar que os representantes da FD antagônica sempre estiveram.

Estamos, portanto, diante de sentidos antagônicos, funcionando na mesma cena discursiva, o que pode ser analisado na seguinte SDr:

SDr 62: O Brasil, há muito tempo, era como se fosse uma planta encruada. Aquela que você planta e não cresce, porque talvez as pessoas que estivessem adubando ela, estivessem jogando fertilizante no tronco, quando deveria jogar o fertilizante na área da copa, para ela poder absorver melhor as vitaminas necessárias. [...] Habitualmente no Brasil, alguns comiam a massa e o chantili do bolo e, para a grande população, ficava aquele chumbinho de enfeite que colocam em cima do bolo. (Lula, 18/03/2008)¹⁸⁰.

Nesta metáfora, em que temos o funcionamento de tipo 1 (*como*) e de tipo 3, narrativo, é possível observar o modo como o sujeito enunciador interpela os dois interlocutores mencionados anteriormente: os *com-parcela*, representados na língua como *as pessoas que/alguns*, e os *sem-parcela*, representados como *a grande população*, que, na cena discursiva, representa o interlocutor principal do DL. Isto representa dizer que *as pessoas que/alguns* são aqueles que sempre comeram o melhor do bolo; e *a grande população*, aqueles que sempre comeram apenas o enfeite deste bolo, o *chumbinho*, a sobra.

¹⁸⁰ Notícias Uol *on line*, 18/03/2008.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/18/ult23u1519.jhtm>, em 18/03/2008 - 19h15. Acesso em 05/06/2010.

A presença destes dois interlocutores na SDr 62 aponta para o *efeito de performatividade* segundo Indursky (1997) e para o *desentendimento* segundo Rancière (1996), na medida em que, neste discurso, se colocam em jogo não as relações de igualdade entre um grupo e outro (*os que comem/os que não comem o bolo*), mas as relações de desigualdade entre eles, o confronto, a relação na não-relação. A partir destas duas noções, podemos dizer que o sujeito enunciador do DL estabelece um tipo de diálogo com os *sem-parcela*, mas o mesmo diálogo não é travado com os *com-parcela*, já que, conforme Rancière, é possível que este *entenda e não entenda aí a mesma coisa* nas mesmas palavras, já que, embora “entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala” (1996, p. 12), ou seja, ambos os grupos colocados em relação não entendem o objeto de litígio da mesma maneira.

Em AD, isto representa dizer que cada um, a partir da FD em que se inscreve, entende diferentemente um mesmo significante: o bolo de X (*as pessoas que/alguns*) não é o mesmo bolo de Y (*a grande população*), o que não impede, porém, de as ML colocarem em relação estas coisas sem relação, fazendo com que este trabalho de produção do sentido só se justifique no plano do interdiscurso, o que fundamenta a constituição da MD em nosso trabalho e reafirma, conforme Pêcheux (1988), que:

[...] o funcionamento dos elementos lógico-lingüísticos de um enunciado depende das formações discursivas no interior das quais cada um desses elementos pode tomar *um* ‘sentido’, de modo que, em última instância, será a configuração das formações discursivas no interior das quais se inscreve uma subjetividade dada que determinará *o* ‘sentido’ que esse enunciado tomará com o caráter necessário ou contingente, disjunto ou integrado. (1988, p. 222).

Assim, a ML, trazida pela SDr 62, estabelece interlocução com os *sem-parcela*, os quais sabem muito bem que o *chumbinho*¹⁸¹ não tem gosto de nada, mas não o mesmo processo com os *com-parcela*, o que não representa dizer que estes não compreendam semanticamente a ML. Todavia, não se trava aí a mesma interlocução discursiva, pois a ML não se dirige a eles como interlocutor principal, apenas os interpela/incomoda, ao procurar desfazer os sentidos próprios deste segmento social, que sempre comeu o melhor do bolo. É este interlocutor que vai negar a presença do interlocutor principal da ML como legítima, até porque admitir esta presença, conforme a SDr 62, é se reconhecer como aqueles que fizeram do Brasil uma *planta encruada*.

¹⁸¹ Chumbinho, também conhecido como *power ball*, é um enfeite em forma de bolinhas, feito de chocolate ou de bala, mas acreditamos que Lula esteja se referindo ao chumbinho prateado de antigamente, com gosto de nada.

Esta questão se aproxima do que Pêcheux trabalha como efeito da luta ideológica das classes sobre o terreno da apropriação social dos conhecimentos, em seu vínculo com a apropriação subjetiva desses conhecimentos, que se traduz em uma luta sobre *o modo de apresentação de uma questão*, “em função dos efeitos ideológico-discursivos que esta ou aquela apresentação supõe e reativa” (1988, p. 223), o que leva Pêcheux a aceitar como compreensível expressões como “*meu teorema de Pitágoras*”, e nós a observar, a partir da SDr 62, efeitos como *meu bolo, teu bolo, o bolo deles...*

Isto mostra que a luta ideológica atravessa todas as formas de apropriação da palavra e, no caso das ML, o deslizamento provocado ressignifica os sentidos normatizados da política brasileira para seu interlocutor principal, mas questiona/problematiza os sentidos de uma FD antagônica. Tal deslizamento aponta para a possibilidade, segundo Pêcheux (2011, p. 158), de os elementos do interior de uma FD terem a possibilidade de ser importados (*metaforizados*) para uma outra FD, o que pode ser observado como o funcionamento de uma interlocução discursiva complexa (INDURSKY, 1997), materializada, aqui, pelas ML.

É por isso que insistimos na forte mexida que o DL vai provocar nas fileiras dos sentidos na cena discursiva da política brasileira, pois, embora este cenário discursivo, mobilizado pelo imaginário social do sujeito (INDURSKY, 1997, p. 137), situe-se na esfera pública, uma esfera marcada por uma língua política ideal, esta será infiltrada pelos sentidos da esfera privada, provocando, deste modo, o desarranjo, a desarrumação, enfim, o desconforto do qual estamos tratando desde o início deste trabalho.

5.3 AS METÁFORAS DE LULA COMO UM DISCURSO DE INCLUSÃO

Ao defendermos o caráter polêmico do DL nas ML, nós as entendemos como uma materialidade de ruptura no cenário da política brasileira, fazendo surgir um novo interlocutor discursivo e, com isso, novos sentidos.

Como verificamos no segundo Capítulo, a presença deste interlocutor assume diferentes efeitos de sentido aos que se debruçam sobre o DL para criticá-lo, dos quais destacamos um efeito bastante comum, que é entender as ML como um modo de explicar para o povo aquilo que o povo não entende, considerando, por isso, que as ML são uma maneira que Lula encontrou, estrategicamente, para “traduzir” a este povo a linguagem hermética da política, numa espécie de trabalho de didatização do discurso político.

Cazarin (2004), ao trabalhar a posição-sujeito de Lula, em seu lugar de liderança¹⁸² da classe trabalhadora, no espaço-tempo das greves do ABC paulista, observa, neste funcionamento, um efeito de discurso didático com traços do discurso autoritário a partir de Orlandi (1987). Neste caso, o sujeito enunciador coloca-se, conforme Cazarin (2004), na *cena discursiva de interlocução*, em “posição daquele que dá ‘o norte’ para os diferentes grupos sociais que se inscrevem na mesma posição-sujeito e FD em que ele está inscrito” (2004, p. 220).

Cazarin trata desta marca no funcionamento do DL como proveniente de um efeito de exterioridade, que permite ao sujeito enunciador, no lugar de liderança (o que também acaba o legitimando ao lugar de porta-voz), “um olhar de fora”, pois, mesmo que este sujeito faça parte dos grupos sociais aos quais dirige a palavra, ele não está no mesmo lugar em que estão seus pares. Ele enuncia de outro lugar, na função enunciativa de líder, o que marcaria em seu discurso um *tom didático pedagógico* (1998, 2004), na medida em que, desta posição, caber-lhe-ia apontar caminhos, no sentido do *dever fazer*.

De fato, no espaço-tempo do trabalho de Cazarin (2004), as posições-sujeito assumidas pelo sujeito enunciador deste discurso precisavam corresponder a um momento histórico em que se exigia de Lula, enquanto líder sindical, depois representante do Partido dos Trabalhadores e ainda candidato à Presidência da República, um posicionamento de liderança diante dos seus, no sentido de apontar-lhes novos caminhos, impulsionando-os e encorajando-os a lutar por seus espaços de participação política.

Todavia, no período posterior, que corresponde ao nosso espaço-tempo de análise, estamos diante de outras condições históricas e sociais atravessando o DL, fazendo com que este sujeito, em uma nova posição, se relacione diferentemente com seu interlocutor principal, na medida em que, depois da primeira vitória nas eleições de 2002, não mais precisaria preparar o povo para suas conquistas futuras, mas materializar/naturalizar esta conquista, o que leva este discurso a significar a partir de efeitos de sentido que trabalhem a concretude – e não mais apenas a possibilidade – de um ex-operário ser Presidente do País.

Neste sentido, consideramos que o discurso pedagógico de outras posições-sujeito que o sujeito do DL ocupou cede lugar a um *discurso de inclusão*, que, embora não represente a presença física do povo no poder, o pressupõe no processo de interlocução instaurado nesta cena discursiva.

¹⁸² Cazarin (2004) também observa este funcionamento no lugar de porta-voz, mas em menor proporção.

Não desconsideramos que a metáfora, pelas analogias que constrói, represente uma forma didática de veicular sentidos, uma maneira elucidativa de explicar questões como economia, dívida externa, câmbio, etc., mas o que observamos no DL não é um modo de funcionamento do discurso pedagógico, com traços de autoritarismo à luz de Orlandi (1987), mas o funcionamento de um *discurso de inclusão*, cujas ML são as pistas não de um recurso estratégico de *falar a eles*, mas como um modo de, por lhes serem comuns as dificuldades da vida, *falar com eles*, constituindo-se em testemunho de que é possível transpor as dificuldades e chegar onde um ex-operário chegou, conforme verificamos na SDr a seguir:

SDr 63: Eu nunca tive nenhuma experiência fácil na minha vida. Eu fui comer pão, a primeira vez, com sete anos de idade. Eu sou de uma terra onde, se as pessoas não morrem até completar um ano de idade, já é um milagre. E eu não morri, cheguei a Presidente da República. (Lula, 26/01/2003)¹⁸³.

Conforme Orlandi (1987), o discurso pedagógico se apresenta como um discurso circular, um dizer que se origina na instituição e para ela retorna, garantindo este dizer institucionalizado. Para a autora (1987), trata-se de um discurso onde há “distância máxima entre emissor e receptor (não haveria tensão portanto), tendo como marca a nominalização e como frase de base a frase com o verbo ser (definições). Do ponto de vista de seu referente, o DP¹⁸⁴ seria puramente cognitivo, informacional” (1987, p. 28-29). Para nós, porém, as ML justamente rompem com esta circularidade do dizer institucionalizado, por instaurarem novos sentidos, bem como por diluírem a distância que sempre marcou a relação entre emissor e receptor neste cenário, como observamos na SDr 63, em que o sujeito enunciador inclui seu interlocutor e partilha dos mesmos problemas, tentando naturalizar, deste modo, as mesmas possibilidades de mudança na vida.

Nesta inclusão de saberes estranhos à cena discursiva da política brasileira, bem como de um novo interlocutor deste discurso, o trabalho de interpretação das ML vem confirmar que os sentidos não são, nem estão, dados *a priori*, mas que precisam ser construídos a partir das novas relações postas em jogo no discurso político neste espaço-tempo analisado. O trabalho de interpretação à luz da AD, então, se efetiva, pois os sentidos veiculados pelas ML obrigam o interlocutor a entrar neste processo para compreendê-lo, numa posição que não pode mais ser passiva, como na circularidade do discurso pedagógico, pois exige dele que não apenas aprenda o dito, mas que pense *sobre* e estabeleça as relações colocadas em jogo.

¹⁸³ Entrevista concedida por Lula no Fórum de Davos, Folha *Online*, 26/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

¹⁸⁴ DP significa discurso pedagógico aqui, assim como em Orlandi.

Negando este novo processo de interlocução na língua política brasileira, os que não aceitam o DL vão defender que Lula fala assim, porque não sabe falar, ou porque ignora as *coisas-a-saber-e-a-falar* de um Presidente, ou, ainda, como já dissemos, porque precisa falar assim para se aproximar do povo que não entende a complexidade dos assuntos de política. Isto nos remete a Rancière (1996), quando justifica que *desentendimento* não se confunde com desconhecimento, nem com mal-entendido, pois estas duas situações requerem “duas medicinas da linguagem, que consistem em ensinar o que quer dizer falar” (1996, p. 12). A primeira equivale a um saber reservado e a segunda, a interditos de racionalidade. Portanto, as ML têm a ver mesmo com *desentendimento*, e não com desconhecimento ou mal-entendido, uma vez que o que está em jogo ali não é ensinar, elucidar determinados sentidos ao povo, mas consolidar a relação de pertença deste interlocutor na cena discursiva da política brasileira, o que é da ordem de um estranhamento.

Esta aproximação ao interlocutor, marca, no DL, de acordo com Cazarin (1998), a passagem do funcionamento de uma *voz dominante*, quando seu sujeito ocupava posições-sujeito anteriores, para o funcionamento de uma *voz de cumplicidade*, quando o sujeito enunciador deste discurso passa a ocupar a posição de Presidente. Para nosso trabalho, é esta voz de cumplicidade que vai implicar um *discurso de inclusão*, levando o DL a romper com a estagnação do papel de ouvinte passivo do povo, dentro de um imaginário de língua política ideal, para inseri-lo no processo de interlocução discursiva. Para Cazarin (1998), “o discurso pedagógico, neste funcionamento discursivo, assume traços do discurso polêmico, [...] apontando para um certo índice de reversibilidade” (1998, p. 117); para nós, este discurso polêmico leva a um *discurso de inclusão*.

Em Orlandi (1987), o discurso polêmico tem a ver com uma maneira de instaurar a capacidade de discordância, por levar o ouvinte a exercer a capacidade de se constituir sujeito na dinâmica da interlocução, “recusando tanto a fixidez do dito como a fixação do seu lugar como ouvinte” (1987, p. 33), constituindo, portanto, locutor e ouvinte como *produtores da instância da interlocução*. Para nosso trabalho, as ML representam esta abertura ao outro, o que, conforme Orlandi (1987), significa “deixar um espaço para a existência do ouvinte como ‘sujeito’. Isto é, é deixar vago um espaço para o outro (o ouvinte) dentro do discurso e construir a própria possibilidade de ele mesmo (locutor) se colocar como ouvinte. É saber ser ouvinte do próprio texto e do outro” (1987, p. 32). Por isso, entendemos que, embora o sujeito enunciador do DL não esteja no mesmo lugar enunciativo do povo ao qual ele dirige a palavra, ele faz trabalhar a cumplicidade e a *reversibilidade* neste processo de interlocução,

marcando uma aproximação entre a função enunciativa de presidente e a função enunciativa de seu interlocutor, como se ambas ocupassem a mesma posição-sujeito.

Para nós, é esta a dinâmica que orientará o funcionamento do *discurso de inclusão* nas ML, numa disputa pela posse da palavra que procurará marcar a identificação de seu sujeito enunciatador com seu interlocutor a partir dos sentidos compartilhados da vida simples que atravessa o discurso de ambos. É por isso que não vemos aí um trabalho de didatização do discurso político, que demarcaria a distância entre quem sabe e quem não sabe, mas o trabalho de uma inclusão instaurada pelo processo de interlocução discursiva, tal como apresentada na seção anterior, a partir de Indursky (1997), como um modo de pressupor este interlocutor no funcionamento do DL.

Neste trabalho de inclusão do ponto de vista discursivo, o sujeito enunciatador do DL vai imprimir, em suas ML, a condição de pertença do povo brasileiro ao próprio Brasil, procurando devolver-lhe a legitimidade negada, por exemplo, pelas fotos que o retrataram como um invasor do espelho d'água do Palácio do Planalto, como também verificaremos na SDr 64, transcrita por nós de uma entrevista que Lula concedeu à Adriana Araújo, no Jornal da Record, já nos últimos dias de seu segundo mandato, em 2010:

SDr 64: Adriana, o orgulho o dia embaixo daquela ponte lá no [], eu vi o BNDS assinar o empréstimo de 200 milhões de reais pra cooperativa de catadores de papel. Ai eu falei, agora sim, esse país [Lula chora]. [É o clima de despedida, Presidente?, diz a entrevistadora] Não, eu acho que eu [pausa] é o clima do reconhecimento de que as pessoas passaram a perceber que o Brasil é deles. Depois quando eu fiz com os moradores de rua, o discurso deles o que que era? Presidente, nós não queremos reivindicar nada, nós só queremos dizer o seguinte: a maior conquista nossa é o fato da gente tá dentro do palácio, coisa que eles jamais pensava entrar [pausa] Eu acho que tô ficando velho. (sic) (Lula, 21/07/10)¹⁸⁵.

Como podemos observar nesta ML, em que *Lula estando no poder representa, por extensão, o povo também no poder*, o sujeito enunciatador entende que a inclusão passa por atender às reivindicações de um povo antes não ouvido, dos catadores de lixo, por exemplo, de modo que, a partir daí, este povo possa “perceber que o Brasil é deles”. É neste sentido que consideramos que o DL não pode mais se dirigir a um povo que, talvez um dia, pudesse mudar a sua realidade, pois precisa pressupor, agora, que este povo já está pronto para, a partir da vitória de Lula em 2002, vivenciar em concretude aquilo que era da ordem de um impensado: estar dentro do Palácio, “coisa que eles jamais pensava entrar”, conforme nos traz a SDr 64.

É por isto que, para nós, se as ML mantivessem o caráter pedagógico, à luz do que nos traz Orlandi (1987), do *como fazer/como agir*, estaria pressuposto aí um povo ainda fora do

¹⁸⁵ Transcrição do vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uN6JUPfenfE&feature=related>. Acesso em 21/07/10.

cenário da política brasileira, ainda não pronto para assumir seu papel neste novo processo de interlocução instaurado pela nova posição-sujeito do DL. Sob um efeito de exterioridade, este sujeito enunciador estaria olhando este interlocutor como pertencente a um outro espaço, com a marca de determinada distância. Todavia, não é isso que observamos no funcionamento das ML, quando o sujeito enunciador marca na língua uma aproximação familiar entre ele e seu interlocutor, pelo modo como trata de questões comuns a ambos.

Deste modo, consideramos que as ML convocam uma voz de cumplicidade que vai tentar apagar as diferenças entre o lugar social ocupado pelo sujeito enunciador do DL e o lugar social ocupado por seu interlocutor. Cumplicidade esta que, em Pêcheux (1988), é própria do modo como os sujeitos, dominados por uma mesma FD, se reconhecem entre si como *espelhos uns dos outros*, “o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do ‘como se’ (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta)” (1988, p. 168).

Por este motivo, não consideramos que os sentidos veiculados nas ML sejam os sentidos, estrategicamente falando, escolhidos por Lula para chegar ao povo – ao sujeito não resta este poder, mas são sentidos próprios da FD em que o sujeito enunciador das ML se inscreve e a elas se identifica. Assim, dizer que a *economia é uma roda gigante* não é dizer deste modo porque só assim o povo entenderia o que é política, mas porque é assim que o sujeito enunciador deste discurso também a significa, o que faz das ML uma materialidade em que se compartilham os mesmos espaços de dizeres, comuns à FD de que Lula e o povo fazem parte.

E é deste povo que nos ocupamos agora, a fim de continuar entendendo a especificidade de sua representação no DL já que povo não é um significante que surge nesta cena discursiva como um ineditismo do DL, pois sempre esteve presente dos discursos de outros presidentes, inclusive durante a própria Ditadura Militar (INDURSKY, 1997).

5.3.1 O significante povo: uma representação que vai e volta

Para discutir os deslocamentos que o significante povo assume no DL, nesta próxima seção, voltamos a um momento específico na história do País, a Era Vargas, quando o povo também ocupou um lugar de destaque no discurso presidencial. Tal escolha se justifica pelos dizeres recorrentes de que Lula seria uma nova versão de Getúlio na história política do País. Investigaremos isso pelo viés do significante em questão.

Conforme Indursky (1997), no período de governo militar no Brasil, o significante povo já se fazia presente, num processo em que se construía “discursivamente os brasileiros como uma coletividade homogênea e sem distinções” (1997, p. 98). Nestes governos autoritários, o sujeito do discurso presidencial aparece como aquele que tudo sabe, e o povo como o que nada sabe. A este povo¹⁸⁶ que nada sabe, conforme a autora (1997, p. 108), resta a proteção de um *mediador*, que proverá suas necessidades, fazendo com que a voz do povo seja silenciada e substituída por um *simulacro de voz*, já que a ignorância o privaria de acompanhar o debate sobre a conjuntura nacional.

Para Indursky, este modo de representar *povo* é marcado por uma relação de dominação, caracterizada pela falta de *reversibilidade*, própria de um discurso autoritário, em que a vontade dos governantes coincide com a vontade do povo, algo que, conforme a autora, só se relativiza quando o poder governamental reconhece “em seu discurso a existência do *outro*, dotado de uma vontade não-idêntica a sua” (1997, p. 112).

Getúlio Vargas se insere neste funcionamento do discurso autoritário, pois, embora preceda o período da Ditadura Militar, também marcou seu governo com mandos de um ditador. Mas o que desejamos investigar é se o povo que Vargas interpela é o mesmo povo interpelado pelo DL, considerando-se que, muitas vezes, Lula é aproximado a Getúlio pela via de práticas populistas que ambos teriam praticado.

Proveniente de uma família de posses de São Borja, Rio Grande do Sul (RS), Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, assume o poder do governo brasileiro de forma ilegítima. A partir daí, iria governar o Brasil pelos próximos 15 anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Depois de deposto em 1945, volta ao governo do Brasil, pelo voto popular, em 1951, suicidando-se quatro anos depois.

Neste percurso de história política, Getúlio soube estreitar os laços com o povo por meio de políticas de dominação que eram discursivizadas como benefício à população mais carente. Assim, eram empreendidas políticas trabalhistas, cujas mudanças, alicerçadas em um projeto de desenvolvimento industrial, eram transformadas em benesses aos trabalhadores, como: criação da Justiça do Trabalho em 1939 e de vários direitos trabalhistas, entre eles,

¹⁸⁶ Este povo que nada sabe é, em Indursky (1997), o POVO 2, cujo referente discursivo é a classe trabalhadora: parcela da população que trabalha, que constrói o Brasil, mas que não usufrui dele. O sujeito do discurso presidencial deste povo se apropria de sua voz e proclama-se como seu intérprete, ou, melhor dizendo, “apieda-se dele, pede-lhe sacrifício e trabalho, mas opina e decide por ele, deixando-o permanentemente amordaçado” (1997, p. 109).

salário mínimo, Consolidação das Leis do Trabalho, semana de trabalho de 48 horas, Carteira profissional e férias remuneradas.

Ao lado destas políticas, porém, seu governo desmantelava as organizações sindicais, tornando-as cada vez mais dependentes do Estado e confirmando, segundo Fausto (2008), que “a política trabalhista do governo Vargas constituiu um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação do Estado” (2008, p. 336). Por este motivo, para o autor, é possível dividir a política trabalhista do Estado Novo em dois aspectos: o das iniciativas materiais, que resultavam em benefícios aos trabalhadores, e o da criação de uma imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores, o que o Presidente incorporava aos seus discursos, o vocativo “Trabalhadores do Brasil”. Seguiu-se a esta interpelação notícias de medidas sociais em prol da classe. Para Antunes (2006)¹⁸⁷, esta nova forma de se relacionar com a classe trabalhadora, foi o que conferiu a Vargas o título de *pai dos pobres* (2006, p. 84)¹⁸⁸.

Podemos dizer, então, que a interpelação *Trabalhadores do Brasil* encerra, na verdade, a própria negação desta classe, quando a asfixia com o enfraquecimento das forças sindicais em prol de políticas desenvolvimentistas, à custa de muito trabalho braçal. Com isso, verificamos que o povo em Vargas é da mesma ordem de um *simulacro de voz* em Indursky (1997), quando este funcionamento discursivo do governante “simula exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida sua imagem” (1997, p. 116) e enfraquecida a deste coletivo. Neste caso, o povo é falado pela voz do *mediador*, que, segundo a autora, simula ser seu porta-voz e que, assim procedendo, “apieda-se dele, pede-lhe sacrifício e trabalho, mas opina e decide por ele, deixando-o permanentemente amordaçado” (1997, p. 109), com vistas a simular que a vontade deste povo coincide com a vontade do Estado.

Sob a forma de um *mediador*, de porta-voz dos trabalhadores, Getúlio envolve seu interlocutor numa relação de proteção, discursivizada sob o título de *pai dos pobres*, um título que lhe confere a figura de chefe da família, aquele que provê e que, por isso, precisa ser amado, respeitado e não questionado, já que, investido do poder patriarcal conferido-lhe pelo imaginário social deste lugar, tudo que um pai faz é para o bem dos seus. É isto que justifica considerar as ações políticas de Vargas como práticas de um governo Populista, que oferece benesses ao povo em troca de devoção e respeito político.

¹⁸⁷ Do texto *De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil*. Revista Pegada, v. 7, nº 2., novembro de 2006. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/Pegada7n2_20065Ricardo%20Antunes.pdf. Acesso em 15/08/2011.

¹⁸⁸ Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Para muitos analistas políticos e jornalistas, são estas práticas de Populismo que aproximam Getúlio e Lula em suas formas de governar. Todavia, se consideramos que Populismo, conforme Boito Jr. (2004)¹⁸⁹, “resulta da convergência entre, de um lado, uma insatisfação popular difusa e politicamente impotente e, de outro lado, uma ação deliberada de partidos políticos e do Estado de apoiar-se nessa insatisfação e dirigi-la para um objetivo político que é definido sem a participação popular” (2004, p. 2), observamos aí um deslocamento importante entre as práticas políticas de Getúlio e de Lula, o que o próprio sujeito enunciator do DL tratará de registrar:

SDr 65: Não farei o que fez o Getúlio Vargas, não farei o que o Jânio Quadros fez e não farei o que fez o João Goulart. Meu comportamento será o que teve Juscelino Kubitschek: paciência, paciência, paciência. A verdade prevalecerá, e o povo saberá verdadeiramente o que está acontecendo no Brasil, e quem praticou corrupção ou não. (Lula, 26/08/2005)¹⁹⁰.

Todavia, ainda que a SDr 65 aponte para o modo de o sujeito enunciator, afetado pelo esquecimento nº 1, demarcar-se de outros governantes, inclusive Getúlio, o que observamos é que a aproximação estabelecida entre as ações de Getúlio e de Lula passa pela crítica às políticas públicas do governo Lula em benefício à população mais pobre, em Programas como Bolsa Família, Bolsa Escola, Territórios da Cidadania, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁹¹, Luz para todos, Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, ProUni, etc.

A crítica a estes programas vem para justificar atitudes de um Populismo no governo Lula, considerando as políticas públicas de Lula uma estratégia de troca de benesses para ganhar a fidelidade e apoio do povo. Como sintoma deste efeito de sentido, muitos vão defender que estes programas acabam não ajudando a população, pois “acostumariam mal” esta parcela que, então, não precisaria mais trabalhar. Exemplo deste efeito verificamos na pergunta, já trazida anteriormente, quarto Capítulo, em Barthes, quando William Waack, em entrevista a Lula, o interroga dizendo: *O senhor gosta de dizer que prefere e é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe, agora por que o seu governo gasta mais em programas que dão o peixe, como o bolsa família, e menos, por exemplo, do que o FUNDEB, que ainda não foi aprovado, mas vai ter menos dinheiro que o bolsa família?*

¹⁸⁹ Do texto *Vargas e a herança populista*, por Armando Boito Jr., professor de Ciência Política da UNICAMP. Sala de Imprensa, Jornal da UNICAMP, 2004. Disponível em:

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html. Acesso 15/08/2011.

¹⁹⁰ Disponível em:

http://pt.wikinews.org/wiki/Lula_disse_que_n%C3%A3o_repetir%C3%A1_Get%C3%BAlio_Vargas,_J%C3%A2nio_Quadros_ou_Jango. Acesso em 26/08/2005.

¹⁹¹ Este Programa foi em 1996 pelo, então, Presidente FHC.

A pergunta, que procura ressaltar a contradição entre o que Lula diz e o que realmente faz, representa o modo como o sujeito enunciatador na posição de entrevistador se inscreve numa FD antagônica à do DL, identificando-se aos efeitos de sentido que se posicionam contra as políticas voltadas para a camada mais carente da população. Deste processo de interlocução enunciativa, porque localizados locutor e interlocutor num espaço físico e temporal, passamos à cena discursiva, na medida em que o mesmo dito, *É melhor ensinar a pescar a dar o peixe*, para o sujeito do DL, significa trabalhar a emancipação do povo; enquanto que, para o sujeito enunciatador da entrevista, significa uma contradição em relação à ideia de esmola atribuída a programas governamentais desta natureza.

Este *efeito de performatividade*, que instaura a tensão, conforme Indursky (1997), no processo de interlocução, acaba ressoando também no próprio DL, como podemos verificar na SDr a seguir, em que o sujeito enunciatador não nega que os beneficiados destes programas possam se aproveitar da situação, já que:

SDr 66: Antigamente, quando chovia, o povo corria logo para plantar o seu feijão... Agora tem gente que não quer mais isso, fica esperando o vale-isso, o vale aquilo, as coisas que o governo criou. (Lula, abril de 2003)¹⁹².

Todavia, o mesmo sujeito reafirma, em resposta a este tipo de crítica, que:

SDr 67: A pessoas não ficam mal acostumadas, não, pelo contrário. O acesso às necessidades básicas aumenta a autoestima e elas vão querendo ter outras conquistas na vida. (Lula, dezembro de 2007)¹⁹³.

Como verificamos, então, o sentido de Bolsa Família não está na língua, mas no modo como cada sujeito a significa a partir de sua inscrição em uma FD, reafirmando, segundo Pêcheux (1988), em crítica ao jogo de xadrez do CLG, que:

[...] *os significantes aparecem dessa maneira* não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas *como aquilo que foi 'sempre-já' desprendido de um sentido*: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está 'sempre-já' desligado de uma formação discursiva que lhe fornece o sentido. (1988, p. 176).

Isto justifica o deslocamento que objetivamos estabelecer entre o significante povo no discurso de Getúlio e significante povo no DL, já que, enquanto Vargas se inscreve na FD da elite dominante, Lula identifica-se à FD dos trabalhadores, o que muda tudo e mostra como as políticas públicas de Vargas, de troca de favor sob a coerção e o medo, se diferenciam das

¹⁹² O Estado de São Paulo, 16/08/2009.

¹⁹³ O Estado de São Paulo, 16/08/2009.

políticas públicas em Lula, que, por sua vez, as amarra a instrumentos de condicionalidade¹⁹⁴, como um modo de trabalhar a emancipação política do povo e não sua dependência *ad aeternum* ao governo.

Como exemplo desta condicionalidade, o Bolsa Família¹⁹⁵, que beneficia pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, por exemplo, condiciona o benefício ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, como, por exemplo, obriga à matrícula e à frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária¹⁹⁶ de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. Também o ProUni¹⁹⁷, que possibilita o acesso dos estudantes da escola pública a bolsas de estudo em universidades particulares, só permite o acesso a partir da pontuação alcançada no ENEM¹⁹⁸, incentivando, com isso, a dedicação do aluno no ensino fundamental.

Não queremos, com isso, dizer que a condicionalidade prevista nestes programas garanta a não dependência do povo a políticas deste tipo. A questão é mais complexa, sem dúvida, mas consideramos que ela – que na verdade vincula políticas públicas a direitos que deveriam ser de todos os brasileiros, como saúde, educação, moradia – pode representar o modo como estes programas buscam também a emancipação deste povo, o que é algo recorrente no funcionamento das ML, que trabalhará esta questão tentando imprimir confiança do povo no próprio povo, a fim de que este acredite nas potencialidades e possibilidades de mudança de cada um e do Brasil enquanto nação, conforme verificamos nas SDrs a seguir:

SDr 68: Há uma diferença, há uma diferença, viu Sergio, entre o que o Obama disse e a realidade. O disse: o Lula você é o cara. Se Obama conhecesse o Brasil, e eu espero que ele venha este ano ainda, ele vai perceber o seguinte, ele se equivocou. Eu não sou o cara, eu sou o Presidente da República, que governa um país de 190 milhões de caras, homens, mulheres, que sabem o que querem, que gosta deste país. (Lula, 08/03/2010)¹⁹⁹.

SDr 69: Eu tava, tava dizendo esses dias, se a gente fosse olhar, porque nós brasileiros aprendemos a nos tratar como se nos fosse inferior, talvez pelo fato de termos sido um país colonizado, primeiro Portugal, depois a Inglaterra, depois aos EUA, ou seja, nos ficamos sempre naquela de que os outros são melhor do que nós. [...]

¹⁹⁴ Conforme Site do Governo Federal, “As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 15/08/2011.

¹⁹⁵ Programa criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

¹⁹⁶ Conforme Site do Governo Federal. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 15/08/2011.

¹⁹⁷ ProUni significa Programa Universidade para todos, criado pelo Governo Federal em 2004.

¹⁹⁸ Exame Nacional do Ensino Médio, do qual só participam os alunos da escola pública.

¹⁹⁹ Transcrição do discurso de Lula que, durante cerimônia de assinatura de contratos para implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí (RJ), retifica as palavras do presidente dos EUA, Barack Obama, ao dizer que *Lula era o cara*. Vídeo disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/obama-errou-ao-me-chamar-de-o-cara-diz-lula-040298346CCC996326?types=A&>. Acesso em: 01/02/2011.

Nelson Rodrigues dizia mesmo, ou seja, é o complexo de vira-lata. E o complexo de você é bom se você falar inglês, você só é bom se você falar francês. Você nunca se sentia o ator principal. Não, nos somos ator principal. (Lula, 02/01/2011)²⁰⁰

SDr 70: O que aconteceu com o famoso mercado onipotente? Quando o mercado tem uma diarreia, quem eles chamaram para salvá-lo? O Estado que eles negaram durante 20 anos. (Lula, 06/12/2008)²⁰¹.

SDr 71: No Brasil, nos acostumamos a falar dos nossos problemas para sensibilizar os investidores a aplicarem aqui. Isso só afastava o capital do país. Era como se um cara se comunicasse por carta com uma mulher e só falasse de seus problemas. Certamente, esse cara morreria solteiro. [...] Agora só falamos de nossas virtudes. Temos de oferecer ao capital privado todo nosso potencial econômico. (Lula, 07/04/2006)²⁰².

Consideramos, a partir destas SDrs, que a ideia de emancipação que o sujeito enunciador das ML tenta imprimir trabalha na desconstrução de um imaginário social, segundo o qual, esta parcela da população não precisaria entender de política ou mesmo participar desta discussão, a fim de fazer com que cada um se reconheça em seu potencial, enquanto povo e enquanto nação.

Esta proposta de emancipação do povo é silenciada em críticas às políticas públicas que, se não consideradas como uma atitude paternalista, como já dissemos, são tomadas ainda por acusações de preconceito, segundo as quais beneficiar o pobre, o negro, o índio em políticas específicas seria assumir que eles não teriam condições, por si mesmos, de acessar aos bens materiais e sociais como moradia, educação, etc. Com isso, desloca-se a situação de miséria em que muitos destes vivem e que não lhes permite as mesmas condições de comer, vestir, estudar, para um outro lugar, o da defesa da igualdade de oportunidades para todos.

Chauí (2000) ajuda a pensar esta questão, dizendo que “a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos” (2000, p. 92). Para a autora, isto representa negar condições de compra à população, sob pena de esta garantir determinada proximidade material que colocaria em questão o poder que uma elite tem em relação ao restante. Procurando silenciar este efeito, apregoa-se o mesmo enunciado usado pelo sujeito enunciador do DL, que *É melhor ensinar a pescar a dar o peixe*, só que para fins distintos.

Para Chauí, é neste sentido que “a existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos milhões de desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos miseráveis” (2000, p. 93), sob uma lógica de que “a existência de crianças sem infância é vista como

²⁰⁰ Transcrição da entrevista de Lula a Regina Case, no programa *Esquenta*, TV Globo, em 02/01/2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JI6yYa00kHQ>. Acesso 04/01/2011.

²⁰¹ Folha de São Paulo, 06/12/2008.

²⁰² Correio Brasiliense, 07/04/2006.

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/imprensa/clipping%2007042006.htm>. Acesso em 21/02/2010.

tendência natural dos pobres à vadiagem, à mendicância e à criminalidade. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e à ignorância dos trabalhadores” (2000, p. 93). Para a autora, tudo isso vem para silenciar a desigualdade da distribuição de renda no País, em que 2% retêm 98% da renda nacional, contra 98% que ficam com os 2% restantes, confirmando um autoritarismo social que procura naturalizar as desigualdades e exclusões para não ter que tratar com elas/delas.

Por este motivo, reafirmamos que a inclusão do povo como interlocutor discursivo das ML não surge como uma novidade do DL, mas instaura, neste processo discursivo, uma nova configuração, ou seja, esta voz coletiva, que aparece de tempo em tempo em nossa história política e é silenciada, aqui volta diferente, por fazer aparecer as diferenças, os antagonismos, desfazendo, conforme Chauí, que “um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portanto, dotado da aura da universidade” (1982, p. 21).

Consideramos que o DL faz aparecer as diferenças (daquela conta que não fecha em Rancière) para lidar com elas, o que não representa necessariamente dizer que isto garanta a ascensão social da população mais carente, já que as desigualdades jamais serão dirimidas. Ainda assim, não se pode negar que algo mudou no País, nem que seja para dizer, conforme a SDr a seguir, que um *pobre, no Brasil, hoje é menos pobre*:

SDr 72: No Brasil há ricos como em Nova York, mas há pobres como em Bangladesh. Então tentamos provar que era possível produzir crescimento econômico ao mesmo passo em que melhorávamos a distribuição de renda. Nos últimos seis anos, tiramos 20 milhões da pobreza, trouxemos eletricidade a 10 milhões de casas e aumentamos o salário mínimo todos os anos. Tudo foi feito sem insultar ninguém, sem comprar brigas. Um homem pobre, no Brasil, hoje é menos pobre. É isso que queremos. (Lula, 28/03/2010)²⁰³.

Na SDr 72, o povo de que estamos tratando aparece como a parcela da população que está fora dos privilégios econômicos, marcada no discurso pela palavra *pobre*, que representa um grupo abaixo da linha da pobreza, que vive apenas de salário mínimo e não tem energia elétrica. Neste deslizamento provocado pela ML, a partir do momento em que o sujeito enunciador compara os pobres do Brasil com os pobres de Bangladesh²⁰⁴, um país da Ásia que figura entre os mais pobres do mundo, vêm à tona as diferenças dentro do que significa *ser pobre*, desfazendo a harmonia das partes como é próprio do discurso do poder segundo

²⁰³ Entrevista de Lula a Newsweek 1/04/2009. Disponível em: <http://pedrodoria.com.br/2009/04/01/a-entrevista-de-lula-na-newsweek/>. Acesso em 28/03/2010.

²⁰⁴ No texto *Lutando contra a miséria* de João Luís de Almeida Machado, Doutor em Educação pela PUC-SP, o autor apresenta Bangladesh (na Ásia) ao lado de Etiópia (na África) como países mais pobres do mundo. Conforme o autor, em Bangladesh, mais de 63 milhões de pessoas no país vivem abaixo da linha de pobreza. Texto disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=642>. Acesso em 04/02/2011.

Chauí (2000) e fazendo aparecer a heterogeneidade deste grupo: ser *pobre* e ser *menos pobre*, ser *pobre* e ter condições básicas de subsistência.

Deste modo, enquanto Getúlio se imortaliza como *o pai dos pobres*, significando-se a partir desta hierarquia da figura paterna, protetora, austera, numa relação dialógica em que locutor e interlocutor figuram em distância, Lula se aproxima deste segmento uma vez que partilha, porque já partilhou, das mesmas dificuldades que um pobre passa, inscrevendo-se na mesma FD.

É deste modo que consideramos que o DL faz deslizar o sentido de Estado como *pai* para um outro lugar, o que pode ser melhor explicado a partir da seguinte metáfora, já apresentada como SDr 45, na seção sobre o funcionamento da MD:

SDr 73: O Estado nada mais é que uma mãe, e a mãe sempre vai dar mais atenção ao filho mais fraquinho”. (Lula, 2010)²⁰⁵.

Neste funcionamento, podemos observar o modo como o sujeito enunciador deste discurso desloca o sentido de Estado como *pai*, uma marca no discurso de Vargas, para um Estado como *mãe* e, com isso, justifica nosso conceito de MD, cuja substituição de um sentido por outro é dada pelo funcionamento do interdiscurso, que, segundo Pêcheux (2011), possibilita que “os elementos de uma sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva” (2011, p. 158), provocando um deslocamento historicamente construído. Observando isso na SDr 73, ao produzir o deslocamento da figura do *pai*, que imprime o medo, a ameaça, para a figura da *mãe*, que cuida de todos os filhos, mas principalmente do *mais fraquinho*, este sujeito enunciador reconfigura a cena discursiva da política brasileira, fazendo aparecer, conforme palavras de Indursky (2003), aqueles que “necessitam de tudo, que de tudo estão privados e excluídos, que não têm emprego, que não têm casa, que não têm saúde, que não têm escola, que não tem alternativa” (2003, p. 111).

E é, portanto, a partir deste deslocamento de *Estado como pai* para *Estado como mãe*, que nos apoiamos para justificar que não entendemos, no DL e em sua prática política, as marcas de um populismo, de um getulismo, de um bonapartismo²⁰⁶.

²⁰⁵ Revista Língua Portuguesa. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945>. Acesso em 21/06/2010.

²⁰⁶ Referência a Napoleão Bonaparte para designar uma forma política e de governo que se desenvolve em sociedades em que a burguesia já tem força suficiente para dominar a economia (mediante as relações capitalistas de produção), mas ainda não o suficiente para adaptar as instituições, produzir uma ideologia e impor sua hegemonia, por isso se caracteriza por tentar seduzir os operários com favores e esmolas. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_bonapartismo.htm. Acesso em 15/08/2011.

6. ABRINDO FISSURAS NA LÍNGUA DE MADEIRA

*O maior legado que eu vou levar no caixão é o direito de andar de cabeça erguida.
Eu aprendi isso não na faculdade, aprendi dentro de casa com uma mãe analfabeta [...].
Eu não quero que ninguém baixe a cabeça pra mim,
mas também não vou baixar cabeça pra ninguém.*
(Lula, 2010)

Considerando que a questão da língua é uma questão de Estado, Gadet e Pêcheux (([1981] 2004, p. 31 e 37) apresentam um conjunto de metáforas para ilustrar como a língua se relaciona com as formas de gestão da vida em sociedade, quais sejam: *língua de madeira*, *língua de ferro* e *língua de vento*²⁰⁷.

Neste trabalho, a *língua de madeira* aparece como sendo a língua de Estados totalitários e autoritários, assim como o é a língua do Direito, uma língua dura, hermética, o mais impermeável possível, já que seu fim último é não deixar ruir a ordem social. De maneira aproximada, a *língua de ferro* representaria a língua do imperialismo, a promover o domínio das nações, sem que seus efeitos sejam, necessariamente, percebidos. Correspondendo à manutenção do poder da *língua de madeira* e *de ferro*, a *língua de vento*, para os autores, é a língua da propaganda, à qual caberia representar a língua na “falaciosa transparência da lógica” (2004, p. 117), transformando-se num instrumento de comunicação higiênica das ordens e dos delírios comunicados (2004, p. 116). De maneira fluida, veloz, topicalizada, a *língua de vento* ajudaria a perpetuar o poder da *língua de madeira* e *de ferro* na forma de gestão do indivíduo, forjando no sujeito sua possibilidade de *pensar sobre*, já que lhe entrega, na velocidade e na dispersão do vento, os sentidos higienizados de uma língua política.

A partir destas metáforas, Gadet e Pêcheux (2004) vão dizer que a língua é uma questão de *ordem política*, formulada como a *ordem política na língua* (2004, p. 31), que vai corresponder a uma incessante vigilância do tudo o que arrisca questionar a construção artificial de sua unidade, ou seja, do tudo que possa ameaçar uma forma de língua ideal. Para nosso trabalho, as ML vão se constituir numa ameaça à *ordem política na língua*, materializando, portanto, o que estamos considerando, aqui, como *ordem política da língua*,

²⁰⁷ Texto *A Lingüística torna-se séria*. In: GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Trad. Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

enquanto possibilidade de transgressão, de subversão nesta língua, que, no imaginário social, reproduz a regularidade e a normatização do Estado. Ou seja, as ML representam a materialidade da *ordem política da língua*, por ameaçarem a *ordem política na língua*, a partir do modo como abrem caminho a um novo modo de enunciar no cenário da política brasileira, instaurando um novo sujeito do discurso político, um novo interlocutor e novos sentidos.

Para isso, estamos considerando que, na história da política brasileira, sobrevive uma *língua de madeira*, que, em sua regularidade de uma língua política artificial, normatizada, ideal, será fissurada pelo funcionamento deste novo modo de enunciar da língua praticada por Lula, sobre a qual teorizaremos neste último Capítulo.

6.1 A FERIDA NARCÍSICA DA DIVISÃO: DA ORDEM POLÍTICA NA LÍNGUA À ORDEM POLÍTICA DA LÍNGUA

Em *A língua inatingível*²⁰⁸ (2004), Gadet e Pêcheux utilizam-se da imagem da Torre de Babel²⁰⁹ para representar a coincidência entre o momento da divisão das línguas e o começo da organização do Estado. De acordo com o mito, Deus castigou os homens que, construindo a torre mais alta, almejavam chegar a Ele, o mais perto possível. Como castigo aos homens, Deus teria dado a cada um uma língua diferente, para que, dali em diante, não houvesse mais entendimento.

Como podemos observar, este mito se sustenta sobre o pressuposto de que falar a mesma língua é garantir comunicação e entendimento – concepção esta que encontra eco até hoje, por exemplo, nas teorias que procuram determinar as condições para que a comunicação humana se dê sem “ruídos”, de forma eficaz, o que, conforme Henry ([1969] 1997), representa uma “reduzida concepção de linguagem humana como instrumento de comunicação” (1997, p. 25). O fato é que, da Babilônia²¹⁰ até os dias de hoje, esta máxima conversacional de que *falar a mesma língua é se entender* está condicionada à ilusão de que é possível garantir os mesmos sentidos, os mesmos entendimentos sobre as coisas.

²⁰⁸ A obra em francês intitula-se *La langue introuvable*, publicada em 1981; em espanhol, *La lengua de nunca acabar*, tradução de Beatriz Job (1984). Utilizaremos aqui a publicação no Brasil *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística* (2004).

²⁰⁹ Trata-se do texto *A língua de marte* (2004).

²¹⁰ Segundo o Antigo Testamento (Gênesis 11,1-9), a torre foi construída na Babilônia pelos descendentes de Noé, com a intenção de que fosse tão alta que alcançasse o céu, o que provocou a ira de Deus que, para castigá-los, espalhou-os por toda a Terra, cada qual com sua língua.

Assim, de acordo com o mito, a história encontra aí seu caos – quando as pessoas não se entendem mais por não falarem a mesma língua; aos descendentes de Noé, após a destruição da Torre, restam a não-comunicação e o silêncio. Todavia, ao relacionarmos este mito com os pressupostos da AD, a língua passa a nos interessar justamente aí, no espaço mesmo daquilo que começa a falhar, no espaço do não entendimento, no espaço do silêncio, no espaço em que os sujeitos percebem que, embora falem a mesma língua, o sentido de um não é o de todos.

É somente neste pressuposto de unidade do Mito de Babel que seria possível uma teoria geral da linguagem, o que verificamos, em certa medida e em medidas diferentes, no quarto Capítulo, com Saussure, Jakobson e Barthes. Em Pêcheux ([1983] 2006), porém este pressuposto apenas aparece como representação de nossa necessidade (ilusória) de um “mundo semanticamente normal” (2006, p. 34), nossa necessidade de felicidade por conhecer o mundo à nossa volta.

Para Gadet e Pêcheux (2004), esta ilusão do todo completo e uniforme da língua representa nosso ensurdecimento à *ferida narcísica do acontecimento da divisão* (2004, p. 19), instaurado pela destruição da Torre de Babel. Como modo de negar isso, somente se ensurdecendo à dispersão, ao heterogêneo, às diferenças, para voltar à normalidade da vida em sociedade. Em relação às ML, isso pode ajudar a pensar que os modos de desmerecimento deste jeito de falar, bem como dos sentidos veiculados ali, podem ser considerados sintoma desta necessidade de ensurdecimento à ferida narcísica da divisão.

Saindo do campo do religioso para o campo do político, guardadas suas proporções/coincidências, para Gadet e Pêcheux (2004), a língua, como garantia de entendimento, transforma-se em questão de Estado, ou melhor, de domínio do Estado, porque se constitui em instrumento da manutenção da ordem, como uma força política e jurídica “de absorção e de anulação das diferenças” (2004, p. 37) – o que significa, conforme já apresentamos no início deste Capítulo, a *ordem política na língua*.

Para os autores, do Estado nazista ao capitalista e, deste, ao imperialismo americano, todos lançaram mão de uma *gestão discursiva* que organiza a dispersão, a desordem, o caos social e reestabelece a harmonia do paraíso perdido, curando a *ferida narcísica do acontecimento da divisão* e garantindo:

[...] por um lado, a precisão ‘científica’ de um corpo de enunciados, administrando os bens e as dores, a vida e a morte, o trabalho forçado e o desemprego organizado; por outro, o delírio desprovido

de sentido, que, segundo a fórmula cínica de Goebbels²¹¹, tem tanto mais chances de ‘funcionar’ quanto maior for. (2004, p. 115).

É este panorama de uma discursividade logicamente estabilizada que marca, segundo Gadet e Pêcheux, o ensurdecimento à divisão, o que coincide “com o desejo político de terminar de uma vez por todas com os obstáculos que entravam a ‘comunicação’ entre os homens” (2004, p. 21). Por isso, para os autores:

O fantasma da Torre de Babel toma, então, atualmente, a forma de histórias de marcianos, nas telas (por exemplo, *Encontros de Terceiro Grau*), e também nas reflexões dos lingüistas: a literatura americana (e a francesa, mais recentemente) multiplica as aparições de epistemólogos marcianos, que figuram a exterioridade absoluta de um conhecimento mítico, liberado de toda memória histórica ou cultural... e que encontra uma formulação adequada em uma língua universal lógico-matemática, também sem memória... (2004, p. 23).

Assim, para restaurar o caos dos sentidos que fogem à normatização, é preciso, então, conforme os autores, “fazer como se não houvesse variações, fazer como se os locutores não possuíssem nem história nem inconsciente [...] ou por um silêncio igualmente negativo sobre tudo o que, na linguagem, não é a língua” (2004, p. 155). Ou seja, para manter-se num mundo semanticamente normal, é preciso considerar a língua num universo logicamente estabilizado e higienizado, necessário para que o Estado, conforme os autores, continue “a enganar e adormecer as massas” (2004, p. 208), já que o “Estado e as instituições funcionam o mais freqüentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda” (2006, p. 34).

Isto nos permite dizer que a *gestão discursiva* do Estado, sob o domínio da *ordem política na língua*, buscará sempre reconstruir a Torre de Babel, a fim de curar a ferida narcísica instaurada em sua destruição, o que é subsidiado, conforme Gregolin²¹² (2003), por um imaginário social materializado em símbolos, alegorias, rituais e mitos, através dos quais se erigem visões de mundo, modelando-se condutas e estilos de vida, de preservação da ordem vigente.

Contra, ou interferindo nesta *gestão discursiva*, é que vemos na *ordem política da língua* a possibilidade de abrir espaços de transgressão na *ordem política na língua*. Assim, enquanto a *ordem na língua* luta por manter os sentidos normatizados, negando, a partir de

²¹¹ Joseph Goebbels, ministro da Informação e Propaganda de Hitler, foi precursor da propaganda nazista, mobilizando todos os meios de comunicação para impor ao povo alemão uma única ideia política e social – a do nazismo.

²¹² Trata-se do texto *O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo*, publicado no livro também organizado pela autora (2003), já mencionado anteriormente.

uma língua marciana²¹³, sua história, sua memória; esta *ordem* (própria) *da língua* vai perfurando o espaço logicamente estabilizado de um imaginário de língua política ideal. Para nós, as ML são pistas deste processo por fissurar a *língua de madeira* do Estado, inserindo nela sentidos outros.

6.2 METÁFORAS DE LULA: UM ESPAÇO DE SUBVERSÃO NA LÍNGUA

Pensar a *ordem política da língua* é pensar um movimento que vai de encontro, conforme Gadet e Pêcheux, à “invasão conjunta das línguas de madeira, das línguas de ferro e das línguas de vento, que tendem a apagar a materialidade da língua na falaciosa transparência da lógica e no arbitrário mistificado da ‘loucura’” (2004, p. 117). Para os autores, é esta falácia que fundamenta a *gestão discursiva do Estado* e que a AD precisa problematizar, ou melhor, é porque a *língua de madeira* do Direito e do Estado se enrosca com a *língua de vento* da propaganda, que, à AD, cabe problematizar a “face obscura de nossa modernidade à que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega” (2004, p. 23).

Por este motivo, discutir o modo como a *língua de vento* ajuda a consolidar a *língua de madeira* é discutir o trabalho de ambas em tentar apagar a materialidade desta língua ideal sob o efeito de uma transparência lógica, fazendo valer sempre um imaginário de *língua fantasmática*, tal como apresentada por Zoppi-Fontana, a fim de garantir a ordem social. Neste sentido, *língua de ferro, de madeira, de vento* misturam-se e confundem-se em seu objetivo, que é tentar impedir o espaço da não-comunicação, do equívoco, dos deslizes, da desordem. Enfim, procuram, conforme Orlandi (1996), reger a interpretação para imobilizá-la, o que justifica haver, segundo a autora, atualmente, “um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.)” (1996, p. 16).

Para Gregolin (2003), isto acontece porque:

[...] há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada de forma a dominar a proliferação dos discursos. Por isso, aquilo que é dito tem de, necessariamente, passar por procedimentos de controle, de interdição, de segregação dos conteúdos (2003, p. 12).

²¹³ *Língua de marciano* representa, em Gadet e Pêcheux (2004, p. 23), uma língua universal lógico-matemática, sem memória.

Neste caso, a *língua de vento* não apenas ecoa a *língua de madeira*, propagandeando seus interesses, mas passa, também, a determinar os sentidos nesta tentativa de controle, pois, conforme Gregolin, “as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer” (2003, p. 12). Grangeiro (2008)²¹⁴, ao discutir as metáforas destas línguas em Pêcheux, afirma que:

[...] é possível que essa língua de vento da Política ou essa política da ‘língua de vento’ que ocorre, por meio, por exemplo, do silenciamento de determinados temas e de outros mecanismos, seja uma outra forma de manifestação da língua de madeira, visto que, de uma ou outra forma, as ‘falas políticas’, as questões concernentes à cidade, às pessoas, continuam inacessíveis ao ‘povo’, não são discursivizadas. (2008, p. 75).

Como analisamos no segundo Capítulo, os efeitos desta *língua de vento* apresentam as ML como uma espécie de ameaça a tudo que arrisca faltar à ordem política de uma língua artificial, que sempre regeu o discurso político no Brasil. Isto porque, conforme Gregolin (2003), “a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros” (2003, p. 97).

Na reportagem da Revista Veja (2010)²¹⁵, também mencionada no segundo Capítulo, observamos o sintoma desta ameaça, que a *língua de vento* tenta conter, quando as ML foram tratadas como um *arsenal linguístico*, que quase sempre dispensa o esforço de pensar e articular o discurso apropriado para a situação em que acontece, ou seja, Lula, segundo a reportagem, usaria metáforas por não saber usar a língua do meio que ocupa. É em nome desta defesa que a *língua de vento*, correspondendo à *língua de madeira*, vai tentar conter as ML, consideradas, de acordo com o texto da Veja (2010), um *arsenal linguístico*.

Reforçando a ideia de ameaça, na coluna *Quase-lógica revisitada* do Jornal O Estado de São Paulo²¹⁶ (2009), para Dora Kramer, os raciocínios de Lula ferem o nexos, embora soem plausíveis ao senso comum. Para Kramer, a comunicação popular de Lula é de uma qualidade para lá de questionável “no que tange à elevação dos padrões gerais no trato do idioma e no exercício do melhor pensar para aperfeiçoar a capacidade de discernir” (2009). Por fim, segundo Kramer, ao avaliar os seis anos de Lula na Presidência, “a questão que se põe é a

²¹⁴ Artigo *Discurso político: ecos de Madeira, sopros de vento*, publicado em *Estudos da Língua(gem): Imagens de discursos*. Vitória da Conquista, v. 6, nº 1, junho de 2008.

²¹⁵ Texto publicado no site da Revista Língua, em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945> Acesso em 17/02/2010.

²¹⁶ Texto publicado no Caderno Nacional, em 14 de junho de 2009.

seguinte: que proveito poderá tirar o País e quem serão os beneficiários desse legado de comunicação eleitoralmente competente, mas indolente do ponto de vista educativo” (2009).

Nestes efeitos de sentido, podemos verificar o enrosco da *língua de vento* com a *língua de madeira*, cujas críticas às ML deslocam a questão dos sentidos veiculados ali para um terreno em que estes sentidos possam ser negados, diminuídos, sempre em defesa da racionalidade da língua política, tal como concebida por um imaginário social. Todos estes efeitos são sintomas de que as ML se transformaram numa ameaça a esta unidade da língua política, por trazerem para um cenário de sentidos normatizados, reconhecidos, um novo modo de enunciar esta língua, que, como já apresentamos no segundo Capítulo, não causam estranhamento pelo fato de um presidente usar linguagem figurada, mas pelos sentidos que ali são veiculados.

Foram, principalmente, os efeitos de sentido de estranhamento em relação às ML, produzidos por esta *língua de vento*, que nos levaram a investigar como tais leituras representam o sintoma de tentativas de controle, de interdição e de segregação de uma língua política que as ML viriam subverter. Foi este sintoma que nos levou a investigar como as reações e as críticas às ML representavam, por isso, muito mais do que uma simples implicância com o modo de Lula falar.

Consideramos, então, que este comum dos efeitos de sentido das ML, trazido pela mídia, representa uma tentativa de conter toda forma de subversão à ordem estabelecida desta língua, tomada em sua totalidade e completude, já que as ML apontam para um efeito ameaçador por instaurarem não só uma nova subjetivação no processo de interlocução da política brasileira, mas também por instaurarem um novo modo de enunciar no interior desta língua.

É neste sentido que entendemos as ML, em seu efeito subversivo, como uma desestabilização à língua dura, impermeável, *de madeira*, da política brasileira, o que implica reconhecer aí o próprio da natureza da língua em AD, que é a de não se deixar fixar em sentidos homogêneos. É por isso que consideramos que as ML tocam de perto uma materialidade bastante cara à AD, por implicar o linguístico, o histórico e o ideológico e ser observada no ponto mesmo em que um ideal de língua falha, no ponto mesmo em que se constitui como um discurso, no ponto em que se desfaz sua *falaciosa transparência lógica*.

De muito perto, isto será observado nas polêmicas causadas pelas ML em geral, mas por algumas em particular, como é o caso da SDr a seguir:

SDr 74: É uma crise causada por gente branca de olhos azuis que antes parecia saber tudo e agora demonstra não saber nada. (Lula, março de 2009)²¹⁷.

Esta ML foi empregada por Lula numa entrevista coletiva em Brasília, ao lado do primeiro ministro da Inglaterra, Gordon Brow, referindo-se aos especuladores estrangeiros, enquanto hegemonia da elite do mercado e, por isso, responsáveis pela crise financeira que abateu o mundo em 2008.

Esta ML repercutiu em inúmeras colunas de jornais e revistas, cujo debate foi desde a “mania” de Lula usar metáforas em situações tão sérias até a alusão racista de suas palavras. Na Revista Língua Portuguesa (2009)²¹⁸, o fato ganhou texto específico, *Metáfora olho azul*, em que seu articulador Edgard Murano (2009) comenta as *comparações espirituosas* do Presidente para dizer que “Lula, na prática, ganha fama pela presença de espírito à brasileira” (2009, p. 33). Em outros muitos casos, colunistas trataram de apontar nesta ML um quê de preconceito ou discriminação racial, mas a grande imprensa local e internacional tratou mesmo foi de difundir que as expressões de Lula causaram constrangimento às autoridades britânicas, confirmando, deste modo, como as ML se contrapõem à polidez de um ideal de língua. Embora o próprio assessor da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, à época, tenha se preocupado em afastar qualquer conotação racial desta ML, Lula, ao ser questionado por um jornalista inglês se estaria adotando uma “postura ideológica” no combate à crise, negou e disse que estava apenas “constatando um fato”, como se, na ilusão do controle sobre as palavras, pelo funcionamento do esquecimento nº 2, ele dissesse: eu disse o que exatamente disse. Vejamos:

SDr 75: Como eu não conheço nenhum banqueiro negro ou índio, eu só posso dizer que [não é possível] que essa parte da humanidade que é a mais vitima do mundo pague por uma crise. O que nós percebemos é que, mais uma vez, grande parte dos pobres do mundo são as primeiras vitimas. (Lula, 2009)²¹⁹.

O que podemos observar na SDr 75 é uma volta do sujeito enunciador ao próprio discurso (SDr 74), para reafirmar os sentidos mesmos de uma diferença entre os que mandam na economia mundial e os que sofrem as consequências de atitudes especulativas destes que, conforme Lula, “antes pareciam saber de tudo, e, agora, demonstram não saber de nada”²²⁰.

²¹⁷ Lula, ao falar sobre a crise econômica de 2008, em ISTOÉ 2095, 06/01/2010.

²¹⁸ Revista Língua Portuguesa, ano 3, nº 45, maio de 2009.

²¹⁹ Da Folha online, em Brasília, 26/03/2009, por Lorena Rodrigues em Folha.com. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u540949.shtml>. Acesso em 13/08/2011.

²²⁰ O GLOBO, 26/06/2009, por Chico de Gois.

Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/26/lula-diz-que-crise-causada-por-gente-branca-de-olhos-azuis-755003398.asp>. Acesso em 13/08/2011.

De comum nas polêmicas causadas pela SDr 74, tem-se a tentativa de levar os sentidos veiculados nesta materialidade para um outro espaço em que seja possível diminuí-los, ignorá-los, evitando-se, com isso, ter que pensar no modo como estas metáforas deslocam sentidos normatizados, conforme observamos na seguinte SDr, que continua a discussão da crise de 2008:

SDr 76: Se cometermos o erro de fazer uma reunião para marcar outra reunião, nós poderemos cair em descrédito e a crise afundar. Se a reunião de Londres não der um bom sinal de que definitivamente vamos começar a resolver o problema da regulação, o problema do crédito, certamente vamos passar ao mundo uma fraqueza política que não poderá existir. (Lula, março de 2009)²²¹.

Embora comumente os sentidos trabalhados nas ML sejam negados, sendo levados para o espaço do ilógico, do desvio, do erro, nesta SDr, temos uma mostra da lucidez em relação aos assunto abordado na SDr 76, coisa que uma pessoa iletrada não teria/ou não deveria ter condições de fazer.

É, então, esta *falácia de transparência lógica* da língua política que as ML vêm subverter, uma lógica que, segundo Courtine (2003), compreende o discurso político como:

[...] submetido a uma dupla exigência; de uma parte, uma injunção à verdade: ele é então o ‘falar-verdadeiro’ e exprimiria em sua transparência as próprias coisas. De outra parte, um imperativo de simplicidade: ele é então o ‘falar-francamente’, língua ordinária, banalização cotidiana das idéias políticas. (2003, p. 23).

Para nós, as ML não representam nem o *falar-verdadeiro*, que corresponderia à transparência das palavras, nem o *falar-francamente*, no sentido de uma banalização das ideias políticas, na medida em que as ML impõem a todos o desconforto de (re)pensar a prática política a partir de um discurso que não repete formas cristalizadas. Assim, enquanto os rituais televisivos suavizam a voz dos oradores, Lula impunha a sua com mais *voltz* do que o adequado; enquanto a mídia fabrica imagens estáticas para adequar-se aos cenários de seus estúdios, Lula gesticula como se estivesse falando em uma assembleia; enquanto as regras de etiqueta recomendam bons modos a um Presidente, Lula diz que vai tirar *o povo da merda*²²².

É por este motivo que, conforme nos traz Zoppi-Fontana, o preconceito em relação aos DL, que antes incidia sobre o trato da língua formal neste discurso, agora, muda de lugar e passa a incidir sobre seu modo de dizer. Para nós, há esta mudança, mas, em ambos, continua coincidindo o não-reconhecimento de um ex-operário ocupando com justeza o *lugar social da*

²²¹ Da Folha online, em Brasília, 26/03/2009, por Lorena Rodrigues em Folha.com. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u540949.shtml>. Acesso em 13/08/2011.

²²² ISTOÉ, 2095 (06/01/2010).

Presidência, efeitos estes que acabam se materializando, frequentemente, no próprio DL, como podemos observar na SDr a seguir:

SDr 77: Aprendi a contar até dez, apesar de só ter nove dedos, que é para não cometer erros. Um erro em qualquer outro governo é mais um erro. No nosso, não pode acontecer. (Lula, 24/07/2003)²²³.

Na SDr 77, verificamos que o próprio sujeito enunciador do DL se reconhece numa relação de estranhamento à posição que ocupa, tanto que ele menciona que os erros de governos anteriores eram apenas mais um erro, mas, no Governo Lula, erros não serão admitidos. A partir do funcionamento da MD, o erro dos governos anteriores é colocado em relação com o erro no Governo Lula. Todavia, não temos aí uma comparação que se marca por relações de equivalência, pois não há nada de comum entre os dois erros nesta cena discursiva, pelo contrário, ambos são postos em jogo para fazer valer um sentido e excluir o outro, diferença esta que é determinada pelo modo distinto como o interdiscurso interfere num e noutro sentido. Mas não só, pois o trocadilho entre os *dez/nove dedos*, que representa, neste discurso, a marca da origem operária de Lula, materializa a diferença no modo como um e outro *erro* se inscrevem em FDs distintas.

Observando este funcionamento no processo da MD, conforme apresentamos no quarto Capítulo, teríamos a seguinte configuração:

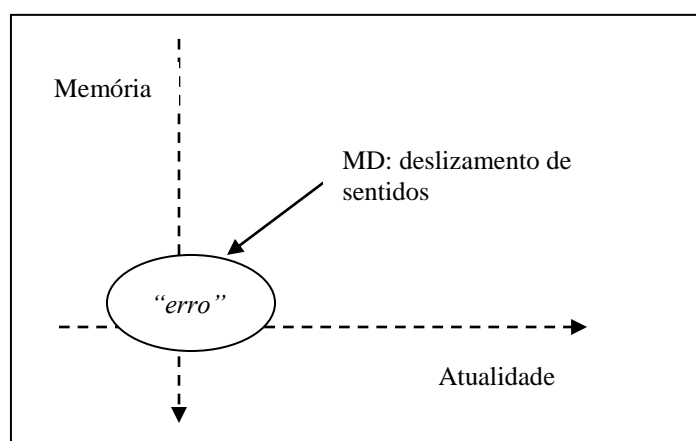


Figura 6: Funcionamento da Metáfora Discursiva.

Ao pensar o funcionamento da ML na SDr 77 a partir do funcionamento da MD, temos, portanto, uma memória discursiva que convoca os sentidos do que representou os *erros* de outros governos para serem reinscritos numa atualidade e ajudarem a compor novos sentidos para esta cena discursiva. É deste modo que consideramos a MD como este ponto de

²²³ Lula no lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar, em 24/07/2003. Disponível em: <http://www.doutrina.linear.nom.br/Artigos/Polemicos/As%20grandes%20frases%20de%20Lula.htm> Acesso em: 21/06/2010.

encontro entre uma memória e uma atualidade, que vem para mexer nas fileiras dos sentidos da política brasileira, constituindo-se, como tratamos no quarto Capítulo: *um nó numa rede*. Como já apresentamos anteriormente, esta articulação se justifica no interdiscurso e não na língua, pois a MD não coloca em jogo relações entre dois elementos que se aproximam por algum grau de semelhança, por *um comum* entre eles, mas se ressignificam num espaço de litígio discursivo que, nas palavras de Pêcheux, representa uma *tomada de posição a favor de certas palavras, contra outras* (1988, p. 209).

Nesta tomada de posição, o sentido de *erro* no governo Lula, que, fatalmente, vai errar porque não estaria preparado para assumir esta função, acaba afetando/denunciando os *erros* de outros governos que sempre foram tolerados, num trabalho de deslizamento que, enquanto faz valer um sentido, desfaz e/ou questiona outro.

Neste caso, o sentido que a metáfora põe em jogo na SDr 77, ao comparar *erro* de um com *erro* de outro, só pode significar a partir do momento em que se convocam as CP em que este discurso acontece, considerando-se seus efeitos de sentido em relação ao modo como uma memória encontra uma atualidade no funcionamento discursivo da MD. Isto mostra que os sentidos, no deslizamento metafórico, não escorregam do vazio para o vazio, mas carregam consigo a marca de suas determinações históricas, sociais, ideológicas, o que observamos no funcionamento da metáfora em Gadet e Pêcheux (2004), segundo os quais a língua funciona como o lugar em que se realiza o retorno dos mesmos dizeres, mas o retorno de um não-idêntico sob outras formas. Para nós, as ML fazem deslizar o sentido de um lugar para seu não-idêntico, ao colocar em relação coisas sem relação e, com isso, fazem falhar o discurso em seu universo logicamente estabilizado de reprodução de determinados interesses – o que representa pensar as ML como um trabalho de subversão na língua política.

6.3 A LÍNGUA DE LULA

*O barro toma a forma que você quiser
Você nem sabe estar fazendo o que o barro quer.*
Paulo Leninski (1988)

A partir do conjunto de metáforas trazidas por Gadet e Pêcheux (2004) para definir o funcionamento da língua *de madeira, de ferro e de vento*, verificamos que o modo de o sujeito enunciativo do DL enunciar se distinguia destas representações, apontando para um

funcionamento de língua bem particular, o que nos levou, então, ao desafio de encontrar uma metáfora que também representasse o que estamos entendendo por uma língua de Lula.

Para isso, partimos da síntese de nossas questões: as ML são a pista do funcionamento da MD, que põe em jogo o deslizamento dos sentidos estabilizados de uma língua política ideal a partir do modo como promovem a inclusão de um novo interlocutor e a instauração de novos sentidos. Deste modo, a MD representa um processo que desloca/descola sentidos por meio de relações metafóricas, que não são da ordem de uma equivalência, mas da ordem de um conflito, de uma disputa, marcando-se pelo duplo trabalho de produzir/introduzir um novo modo de enunciar na língua política, ao mesmo tempo em que questiona/revira sentidos estabilizados.

A partir daí, passamos a pensar que a língua de Lula precisaria ser metaforizada por uma substância que pudesse representar este processo como um todo, não como uma necessidade de categorização tipológica, mas como marca de um funcionamento específico desta *ordem política na língua*. Assim, passamos a refletir sobre que substância poderia nos servir de figura para explicar de que língua estamos falando no DL, tentando encontrar aquela que melhor representasse como este modo de enunciar conseguiu dobrar/subverter a configuração de uma língua dura, impermeável, fechada da política brasileira.

Considerando que precisaríamos nos demarcar da *língua de madeira, de ferro e de vento*, que implicam a ideia de dureza, impermeabilidade, resistência, chegamos, então, a sentidos que teriam a ver com maleabilidade, permeabilidade e, principalmente, plasticidade, o que nos levou à figura do barro como material representativo de tais características. A designação formal desta substância é *argila*, todavia é justamente seu nome popular que nos permitirá pensar a língua de Lula como uma *língua de barro*, pois julgamos, desse modo, ser possível desfazer a ideia de que a única matéria-prima possível para a língua política seria a *madeira*, ou o *ferro*, para pensá-la a partir de uma outra substância, o barro, que possibilitasse transformá-la, revirá-la, torcê-la e distorcê-la.

De acordo com Santos (1989), o barro é “um material natural, terroso, de granulação fina, que geralmente adquire, quando umedecido com água, certa plasticidade” (1989, p. 1). É justamente a partir desta plasticidade que procuraremos retirar as primeiras justificativas para entender a língua de Lula como uma *língua de barro*. E explicamos o porquê: para o autor, a plasticidade representa “a propriedade de o material úmido ficar deformado (sem romper) pela aplicação de uma tensão, sendo que a deformação permanece quando a tensão aplicada é retirada” (1989, p. 3). Deslocando esta figuratividade para nosso trabalho, a ideia de torção nos ajuda a explicar como o DL acaba dobrando um ideal de língua política, num trabalho que

não a desfaz, mas que, após aplicada a força, deixará as marcas de um novo modo de enunciar dentro dela. Ou seja, assim como no barro esta torção não some sem deixar vestígios, também a língua política que o DL afeta carregará as marcas de sua deformação depois do trabalho de deslizamentos dos sentidos.

Aproveitando-nos desta aproximação, consideramos que a língua de Lula se marca por esta forte tensão aplicada no material bruto da língua política, acabando por deformá-la, quando introduz, neste meio, sentidos antes interditados. E, assim como a deformação do barro não some totalmente depois de lhe aplicada uma força, também a tensão provocada pela *língua de barro* de Lula não sumirá sem deixar seus vestígios nesta cena discursiva.

Observemos esta questão na SDr a seguir:

SDr 78: A arte de governar é feita por atos óbvios e simples. (Lula, 21/06/10)²²⁴.

Nesta ML, podemos verificar o modo como o cenário da política brasileira passa a ser ressignificado na medida em que o sujeito enunciativo deste discurso mexe nos sentidos antes tomados em suas verdades. É nesta perspectiva que a ML da SDr 78 faz com que *a arte de governar como algo difícil e complexo* deslize para um modo de *governar como algo óbvio e simples*. Este deslizamento desarruma sentidos que, por exemplo, a cada vez que Lula se candidatava, vinham à tona para imprimir a ideia de que governar um país seria complexo demais para alguém sem estudos.

No caso da SDr 78, encontramos, portanto, uma explicação sobre o modo como os sentidos complexos de uma política, os quais o povo não compreende, passam a ser rerepresentados a partir de correlações entre coisas simples da vida deste povo. No caso da SDr 78, temos uma ML de funcionamento 2, em que está condensada a marca da relação metafórica, assumindo, na forma afirmativa do verbo ser (*é*), um efeito de verdade, neste caso, de uma nova verdade, ou ainda, de uma outra possibilidade de perceber o que pode significar o ato de governar. É a força desta forma de dizer que vai migrar a *arte de governar* como capacidade de poucos, para *a arte de governar* como capacidade também de quem não faz parte da elite que sempre governou o País, num deslizamento justificado pelo funcionamento da MD.

Este processo discursivo, que ressignifica *o que é governar*, vem, portanto, estreitar laços com a ideia de plasticidade do barro por torcer os sentidos do que era, antes, *a arte de*

²²⁴ Lula em entrevista ao Rede Bom Dia.

Disponível em:

<http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Pol%C3%ADtica/13781/%91A+arte+de+governar+e+feita+por+atos+obvios+e+simples%92>. Acesso em 21/06/2010.

governar, remetendo-nos a um dizer de Saussure (2006), quando o autor apresenta, no CLG, que o significante não é uma substância “mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma *matéria plástica* que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade” (grifo nosso) (2006, p. 130). Fora a questão da distintividade entre os significantes, que já discutimos no quarto Capítulo e da qual nos afastamos em Saussure, vemos aí uma aproximação desta língua como uma *matéria plástica* e a *língua de barro* de Lula, ambas apontando para a maleabilidade dos acontecimentos que as cercam.

É esta plasticidade que nos permite pensar o que Pêcheux (1988) apresenta como o processo de *resistência-revolta-revolução* da luta ideológica e política de classes, que:

[...] evita fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante. (1988, p. 303).

No caso de nosso objeto de análise, não se trata de observar, em sua materialidade discursiva das ML, a luta pelos sentidos entre a classe dominada e a classe dominante, a fim de se chegar, ao final, à qual delas conseguiria imprimir, mais e melhor, seus sentidos à outra. Estamos entendendo, assim como Pêcheux (1988), que as condições ideológicas de *reprodução/transformação das relações de produção* não acontecem em uma relação de causalidade, de linearidade, em que a reprodução antecederia à transformação. Para nós, estas duas forças acontecem sem que se possa distinguir onde começa uma e termina a outra, sem que se possa estabelecer em que momento do tempo e do espaço os sentidos deixam de ser o “mesmo” e passam a ser o “diferente”, já que, conforme Pêcheux (1988), “a forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é simétrica, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que a outra” (1988, p. 147).

Portanto, não entendemos as ML como a vitória dos sentidos da classe dominada sobre a classe dominante no cenário da política brasileira, mas como a materialidade de uma disputa por sentidos, em que o funcionamento discursivo pode ser observado no ponto mesmo das relações contraditórias que o atravessam, não como a oposição de uma força contra outra, mas como a própria constituição dos sentidos.

Por isso, não estamos dizendo que as ML representam a troca de um sentido X por um sentido contrário Y, assim como não se trata de uma cambiabilidade semântica. Ou seja,

voltando à SDr 78, não se trata de apagar o sentido de *governar como algo complexo* para, de agora em diante, só significar a *arte de governar como algo simples e óbvio*. Trata-se, antes, de pensar o modo como os sentidos são reconfigurados, ressignificados, questionados, ou mesmo significados no interior da FD em que as ML se inscrevem, ao mesmo tempo em que são capazes de afetar a FD com a qual se antagonizam, questionando, no caso da SDr 78, as desculpas comuns para não acontecer nada que melhore a vida da população, por conta da complexidade dos problemas da política brasileira.

Deste modo, enquanto as ML afetam a FD antagônica, também fazem da FD em que se inscrevem, o lugar, segundo Pêcheux, de “um *trabalho de reconfiguração* que constitui um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo”²²⁵ (1988, p. 213). Tal reconfiguração é possível porque, conforme o autor, “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (1988, p. 213). As ML, como marcas de uma subversão na língua, provocam este *desarranjo* na transparência das formas típicas de dizer e, por isso, trabalham como um efeito subversivo, pelo modo como problematizam/desarrumam o campo das evidências de um mundo semanticamente normal. E é nisso que está o diferente no modo de significar o mundo político a partir de uma *língua de barro*, que não lhe serve de modelo, forma, mas de material maleável, de transformação, como podemos verificar em:

SDr 79: A galega engravidou logo no primeiro dia, porque pernambucano não deixa por menos. (Lula, 17/06/2003)²²⁶.

SDr 80: No Brasil, nos acostumamos a falar dos nossos problemas para sensibilizar os investidores a aplicarem aqui. Isso só afastava o capital do país. Era como se um cara se comunicasse por carta com uma mulher e só falasse de seus problemas. Certamente, esse cara morreria solteiro. [...] Agora só falamos de nossas virtudes. Temos de oferecer ao capital privado todo nosso potencial econômico. (Lula, 07/04/2006)²²⁷.

SDr 81: A economia é uma roda gigante que não pode parar. (Lula, 16/02/2009)²²⁸.

SDr 82: Mas trabalho na comparação com o que era. Em vez de ficar achando que a calça do outro é apertada, eu vejo a minha de manhã. O Brasil tem a menor taxa de juros de muitas décadas. (Lula, 22/10/2009)²²⁹.

²²⁵ *Cientificamente* representa aqui a relação que Pêcheux estabelece em Semântica e Discurso entre a prática política e a prática científica enquanto modos possíveis de se questionar os saberes postos. Para Pêcheux, o domínio da ciência e o da política representam dois domínios *não-justapostos ou opostos, mas sim articulados* (1988, p. 213).

²²⁶ Lula referindo-se à sua esposa Marisa Letícia. Idem.

²²⁷ Correio Brasiliense (07/04/2006).

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/imprensa/clipping%2007042006.htm>. Acesso em 21/02/2010.

²²⁸ ISTOÉ, Especial Brasileiro do ano 2009, 16/02/2009, p. 76.

²²⁹ Folha de São Paulo *on line*, 22/10/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u641276.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

É este funcionamento das ML que muitos entendem como fuga de Lula ao que deveria dizer, o que nos leva a perguntar sempre se a questão está em torno *do que* deveria ser dito ou *do como* deveria ser dito. A resposta pode, então, apontar para os esforços de uma *gestão discursiva* que até compreende o modo de falar do povo, mas o interdita de alguma maneira, ou de diversas maneiras. Por este motivo, consideramos as ML como uma *prática discursiva de tipo novo*, a partir do que Pêcheux (1988) chamou de “‘discurso político de tipo novo’, uma modalidade discursiva capaz de traçar linhas de demarcação em relação aos efeitos discursivos-ideológicos da identificação e da contra-identificação, destruindo certas evidências” (1988, p. 226).

Importante dizer que esta *prática discursiva de tipo novo*, em Pêcheux, representa uma transformação revolucionária, o que não é o caso do governo Lula, já que, neste caso, não estamos diante da transformação de sistema de governo em outro, nem diante de um modo novo de enunciar a partir do qual todos os próximos presidentes enunciariam.

Para nós, a prática discursiva das ML é de *tipo novo* por representar uma ruptura nas redes de significância da lógica da política brasileira de até então, enfim, um *corte*, na perspectiva do que Pêcheux traz de Althusser: *um corte continuado – início de um longo trabalho* (1988, p. 199), que vai produzir novos sentidos ao mesmo tempo em que vai questionar as evidências de um imaginário de língua política, representando o funcionamento de um discurso que, conforme Pêcheux, age como:

[...] o índice potencial de uma agitação nas fileiras sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (2006, p. 56).

Como efeito desta *prática política de tipo novo*, a partir das pistas que as ML nos fornecem, é que entendemos a *língua de barro* de Lula como um acontecimento linguístico segundo Zoppi-Fontana (2009), por sinalizar “movimentos institucionais de assunção de uma posição de autoria em relação não só à produção de conhecimento metalinguístico sobre a língua, mas também em relação à sua circulação e à gestão do acesso a ela no território nacional e fora dele” (2009, p. 1).

Fazendo uso da *língua de barro*, o sujeito enunciativo do DL vai se diferenciar dos demais presidentes por esta assunção de autoria, como nos propõe Zoppi-Fontana (2009), em duas condições principais: primeiro, num trabalho de metalinguagem que não se resume a voltar ao código para explicá-lo novamente numa cambiabilidade semântica, mas que

representa voltar no dizer de uma língua política ideal para fissurá-lo. É, deste modo, que entendemos que o processo metalinguístico do DL não se aproxima da metalinguagem em Jakobson, que, conforme analisamos no quarto Capítulo, a toma como um trabalho de equação. Para nós, este trabalho de voltar ao próprio dizer não é da ordem de uma equação, ou de uma didatização, mas da ordem de uma divisão, de uma dispersão; segundo, porque a assunção de autoria no DL, marcada, segundo Zoppi-Fontana (2009), pela circulação e gestão do acesso a esta posição, para nós, tem a ver com a própria maneira como os interlocutores se inserem nesta cena discursiva, enquanto um *efeito de performatividade* (INDURSKY, 1997).

É deste modo que entendemos a *língua de barro* como a materialidade do processo de subjetivação do sujeito enunciator deste discurso, que vai enunciar sobre seu modo de enunciar, representando uma posição metalinguística diante de seu próprio dizer (ZOPPI-FONTANA, 2009). Este retorno, que vai funcionar no DL como uma marca do *sou do povo e, por isso, falo assim*, representa a reduplicação do processo de identificação do sujeito, em que, tomado pelo esquecimento nº 1, acredita-se na origem de seu dizer a ponto de tomar uma posição diante dele, o que podemos observar nas SDRs a seguir:

SDr 83: Como, às vezes, nem todo mundo entende palavras difíceis, eu prefiro utilizar coisas do dia a dia, que nós dizemos. E é por isso que sempre trato a arte de governar como a arte de criar uma família. Parece fácil criar uma família, mas o mundo está cheio de irresponsáveis, homens ou mulheres que não conseguem criar uma família. [...] Então, o desafio de governar é exatamente esse, é a gente poder fazer as coisas simples com a precisão que a sociedade precisa, fazer com que o Estado esteja a serviço da comunidade e não a serviço de uma minoria, como historicamente sempre esteve no nosso país. (Lula, 26/06/2003)²³⁰.

É nesta ilusão do esquecimento nº 1, que a SDR 83 vem representar, que o sujeito enunciator do DL considera poder organizar seu dizer com vistas ao outro, na tentativa de anular a distância social que os sepeira, procurando apagar as diferenças, para fazer intervir a identificação. Esta ilusão de dominar o discurso, bem como de voltar a ele para dizer de outro modo (como o povo entende) não tem a ver com uma pretensa autonomia do sujeito, ou mesmo com um sujeito estrategista de seu discurso, mas com o processo de antecipação do sujeito, tal como o formulou Pêcheux ([1969] 1997): processo em que, embora o sujeito não tenha controle sobre seu dizer, pode *tirar partido* das relações de sentidos de discursos prévios, tentando antecipar o que o outro vai pensar. É este trabalho de antecipação que, segundo Pêcheux, é constitutivo de qualquer discurso, permitindo que “o orador experimente de certa maneira o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador” (1997, p. 77), na

²³⁰ Lula em São Bernardo do Campo - SP, na abertura do 4º Congresso de Metalúrgicos do ABC. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 347.

modalidade do *como se* – “como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta” (1988, p. 168), fazendo valer um trabalho de antecipação do/no dizer.

Este processo de antecipação não é privilégio do sujeito enunciador do DL – todo outro presidente fez uso deste funcionamento discursivo, o que, porém, acontece é que, no caso do DL, experimentar o lugar do outro, o lugar do povo, é experimentar seu próprio lugar, o que muda tudo. Este trabalho de antecipação está no modo como o sujeito enunciador do DL precisará responder às acusações de que, enquanto Presidente, teria deixado de corresponder aos interesses do povo que sempre representou, como verificamos na SDr a seguir:

SDr 84: Sou fruto da consciência política da classe trabalhadora. (Lula, 24/11/2004)²³¹.

Para analisar esta SDr, precisamos recobrar o próprio processo de constituição de sentido no interior de uma FD, em que as determinações das FI, que vêm pelo interdiscurso, são incorporadas ao discurso do sujeito pelo intradiscurso e que, conforme Pêcheux (1988), representam “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (1988, p. 166).

É neste sentido que os traços daquilo que determina o dizer são reinscritos no discurso do próprio sujeito, sob a aparência da autonomia enquanto uma *ficção*. As ML materializam, portanto, no interior de uma FD, o dizer do Sujeito Universal, “aquilo que todo mundo sabe”, na articulação do fio do discurso, do “como dissemos”, a partir da ilusão de que, conforme Pêcheux (1988) “cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro” (1988, p. 172). Em outras palavras, trata-se do modo como se dá a relação de desdobramento entre o sujeito da enunciação e o Sujeito Universal, que, segundo Pêcheux (1988), pode acontecer como uma superposição, como uma separação/distanciamento e como uma desidentificação.

No caso da SDr 84, podemos observar que o sujeito enunciador se identifica plenamente à FD que o constitui, assumindo, no *sou fruto de*, o que Pêcheux trata como primeira modalidade de reduplicação do processo de interpelação – a tomada de posição do *bom sujeito* (1988, p. 215). É a partir desta identificação plena à FD que organiza seu dizer que o sujeito enunciador do DL vai enunciar em cumplicidade com seu interlocutor,

²³¹ Revista Veja, 24/11/2004.

produzindo, afetado pelo esquecimento nº 2, formas de dizer que tenham a ver com esta identificação. Neste caso, conforme a SDr 84, mais do que ser *fruto da classe trabalhadora*, o sujeito deste discurso precisa reafirmar o reconhecimento à *consciência política* desta classe, que o levou à Presidência do País, enquanto, com sua *língua de barro*, contorce os sentidos que tentam descolá-lo do povo. É a partir desta subjetivação que o sujeito deste discurso, apoiado em sua “liberdade de sujeito-faltante”, organiza seu modo de enunciar, produzindo sentidos que reafirmem este lugar de dizer, que reafirmem sua filiação à FD dos trabalhadores.

Por isso, o DL recupera sempre uma memória destes outros lugares que ocupou, das outras posições-sujeito que assumiu, os quais têm a ver com sua origem pobre, operária, reafirmando, desta maneira, porque dissemos que as ML, como funcionamento da MD, só se justificam por fazer intervir uma memória que as atravessa constitutivamente, ou, nas palavras de Pêcheux (1997), um dizer que remete “às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos” (1997, p. 77).

Assim, em relação à memória discursiva que as ML recobrem, podemos pensar, retornando a Pêcheux (1997), que o processo discursivo não tem, de direito, um início, pois:

[...] o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes, o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (1997, p. 77).

Deste modo, quando Lula, já na posição de Presidente do Brasil, diz que é *fruto da classe trabalhadora do País*, marca-se aí um trabalho do sujeito enunciativo de antecipação ao discurso do outro, tanto um outro da mesma FD, que deve percebê-lo como um igual, quanto um outro de FD antagônica, na tentativa de uma resposta aos sentidos de que Lula, ao chegar à Presidência, mudou seus interesses e, por isso, abandonou o povo. É deste modo que se estabelece uma interlocução discursiva complexa, em que, conforme Indursky (1997), diferentes e antagônicos interlocutores são chamados à cena discursiva.

A este respeito, podemos lembrar como, no início do primeiro mandato, Lula foi criticado por usar gravatas italianas, sapatos caros, geralmente apontando esta troca do macacão pelo terno como um rompimento de Lula com sua origem humilde. Isto foi se arrefecendo e Lula passou a ser aceito na vestimenta que cabe a um Presidente; depois, Lula foi sendo criticado por massacrar a pureza de nosso latim em pó. Mas também aqui as críticas

foram se tornando inócuas, já que Lula passou a dominar o “menas” e até o “entreviu”. Mas o que ficou mesmo foi o modo de dizer de sua *língua de barro*, reafirmando seu pertencimento à FD que o constitui e dobrando, ao mesmo tempo, os dizeres segundo os quais Lula teria abandonado as causas sociais pelas quais sempre lutou.

A partir desta identificação, podemos observar como o *sou fruto da classe trabalhadora deste país* (SDr 83) volta a cada funcionamento das ML, reincidindo no DL a valorização das experiências da vida simples e pelo modo como esta origem precisa ser, conforme este sujeito enunciador, valorizada aos olhos dos que não aceitam como legítima a presença de um representante do povo no poder. É assim que o DL vai acabar construindo uma nova memória discursiva, tomada, a seu modo, também como uma possibilidade outra de sentido na língua política. Uma construção que, por sua vez, vai construir também seu imaginário social, o que pode ser observado no modo como o sujeito enunciador do DL volta ao Sujeito Universal – *o que todo mundo sabe* (PÊCHEUX, 1988, p. 171), para fundamentar sua liberdade de sujeito-falante. Nesta volta, este sujeito não mobilizará *do todo complexo com dominante* as verdades universais da língua política ideal, mas, porque inscrito na FD dos trabalhadores, as verdades que têm a ver como o modo de entender a política a partir de sua *língua de barro*.

Vejamos esta questão nas SDrs abaixo:

SDr 85: *Todo mundo sabe* que é ruim trabalhar aos domingos, mas todo mundo sabe que os turistas, as pessoas adoram fazer compras aos domingos. Encontrar um meio-termo que possa dar ao comerciante e à comerciante o direito de ter o domingo para descansar [...] é tentar encontrar a perfeição. (Lula, 21/05/06, grifo nosso)²³².

SDr 86: *Todo mundo diz* que vai começar a fazer regime na segunda-feira. (Lula, 04/09/07, grifo nosso)²³³.

SDr 87: *Todo brasileiro sonha* em ter uma casa própria, porque é mais ou menos como se fosse um passarinho quando constrói o seu ninho. Ele quer tranquilidade para criar os seus filhos até eles aprenderem a voar. (Lula, 06/03/2006, grifo nosso)²³⁴.

Conforme grifamos nas SDrs, o *todo mundo sabe* (SDr 85) e o *todo mundo diz* (SDr 86) e *todo brasileiro sonha* (SDr 87) marcam, no DL, seu retorno ao Sujeito Universal, ao mesmo tempo em que esta constituição é dissimulada no intradiscurso pelo modo como o sujeito enunciador deste discurso se torna um sujeito responsável por seu dizer, afetado pelo esquecimento nº 1, fundamentando seu dizer como uma verdade. Esta cumplicidade, buscada

²³² Lula, em São Paulo, na inauguração da sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 263.

²³³ Lula, na inauguração da Escola Técnica do Senai em Petrolina – PE. In: KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 263.

²³⁴ Lula no Programa Café com o Presidente, exibido em 06/03/2006.

pelo sujeito enunciador do DL, com *o que todo mundo sabe*, funciona de um modo no interior de uma FD, a sua, e afeta, ou nas palavras de Pêcheux, orchestra e anula os argumentos da FD antagônica.

Este mesmo funcionamento do *todo mundo sabe*, que vai se afirmar como verdade, é o mesmo funcionamento que incomoda os que se identificam com uma FD antagônica, pelo modo como não partilham do *todo mundo sabe* o que é *consertar uma torneira com pano, comer o peixe enquanto se pesca, trabalhar nos domingos...*

Assim, como observamos na SDr 87, o *todo brasileiro sonha em* dissimula o interdiscurso no intradiscursos, pelo modo como produz a ilusão de saber de onde os sentidos nascem, porque afetado pelo esquecimento nº 1. A partir deste Sujeito Universal, o sujeito enunciador vai, no fio do discurso, tentar construir, no uso da metáfora *casa/ninho de passarinho*, conforme Pêcheux (1988), a “‘incorporação’ dos elementos do interdiscurso (pré-construído e articulação-sustentação) pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (1988, p. 168).

É por isso que aproximamos esta tomada de posição no DL como uma tomada de posição do *bom-sujeito*, cujas ML marcam, conforme Pêcheux (1988), “tomadas de posição *a favor* de certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (1988, p. 209), reafirmando o que Pêcheux trouxe de Althusser: “*na luta política ideológica e filosófica, as palavras são também armas [...] Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra*” (1988, p. 210).

São estas lutas ideológicas *por palavras* postas em jogo pelas ML que as colocam como um modo de subversão da língua por agitar as fileiras sócio-históricas de identificação segundo Pêcheux (1988), que nos faz retornar à própria proposta da AD em Henry (1997), segundo o qual, “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais” (1997, p. 24).

No mundo logicamente estabilizado da política brasileira, algo falha e acaba permitindo transformações desta natureza. São, então, as ML que fazem falhar a felicidade das *coisas-a-saber-e-a-dizer* de um Presidente da República pelas torções provocadas pelo funcionamento da *língua de barro*, que, na volta da força empreendida, interferem, de algum modo, na configuração desta língua fantasmática.

Por fim, esta ideia de que a ML faz falhar alguma coisa da língua política e, por isso, abre fissuras em seu interior, nos aproxima de uma outra característica do barro, quando feito dele uma peça de cerâmica. Neste processo, depois de adquirida a forma, a matéria bruta é levada à secagem no sol ou mesmo em um forno. Em ambas as condições, o calor produzido atua sobre a cerâmica de fora para dentro, ao contrário da evaporação da água, que ocorre de dentro para fora. Já que a camada externa da peça seca mais rápido do que a interna, a de fora se contrai primeiro, fechando os poros da argila. Isto dificulta a saída da água de seu interior, ocasionando uma tensão de sentido contrário: do interior para o exterior, o que pode causar pequenas fissuras ou mesmo o rachamento da peça. Para tentar resolver este problema, pode-se adicionar argila refratária à massa cerâmica para que o barro tenha menos água em sua composição e se torne mais poroso, facilitando a saída da água durante o cozimento, mas que ainda assim não eliminaria a chance da quebra, da rachadura.

Deste processo de queima, nosso interesse recai justamente na falha que a peça de barro pode apresentar em fissuras e rachaduras, no ponto em que o compacto da argila se desfaz e aponta para um funcionamento que não necessariamente corresponde a um ideal de obra de arte. Desta figuratividade, a secagem do barro nos permite, portanto, destacar dois processos: as forças contrárias do dentro/fora da peça cerâmica e a porosidade necessária, o que não lhe retira a iminente ameaça da rachadura, da quebra: eis o funcionamento da *língua de barro* de Lula.

7. EM BUSCA DE ALGUMAS COSTURAS

Considerando que, para a AD, a unidade e a completude de um texto é apenas um efeito, estamos cientes de que o *dito* desta pesquisa permanecerá constitutivamente e continuamente aberto, esperando o *dito de outro modo*, que poderá lhe acrescentar, ou lhe refutar, mas que sempre promoverá novas formas de pensar o mesmo objeto, o DL, ou mesmo de pensar outros objetos a partir do que construímos teoricamente.

É esta abertura que nos livra da asfixia do dizer único e nos coloca diante do trabalho entre a unidade e a incompletude, o que não nos exime, porém, de construir um efeito de fechamento a respeito do trabalho de deslizamento provocado pelo funcionamento das ML. É o que tentaremos agora, desafio para o qual recuperamos algumas questões fundamentais que apresentamos já na Introdução deste trabalho:

- 1) Por que determinados efeitos de sentido das ML apontam para um estranhamento em relação ao modo de enunciar a língua política?
- 2) Há algo neste funcionamento que ameaça/desinstala determinados saberes?
- 3) A quem interessa manter os sentidos afastados desta possibilidade de “engodo” ou de deslize?
- 4) De que modo o processo de interlocução instaurado pelas ML determinam um novo desenho da cena discursiva na política brasileira?

A partir destas questões e do modo como a articulação entre teoria e análise subsidiou o trabalho sobre o DL, apresentamos alguns alinhavos:

O estranhamento:

Antes de nos debruçarmos sobre a análise do DL, em especial, das ML, já nos chamava a atenção o modo como um determinado efeito de sentido ia sendo construído a respeito do DL, o que apontava, na maior parte das vezes, para sintomas de estranhamento, incômodo, desconforto causados por este discurso.

Com a análise das ML, fomos verificando que este efeito não tinha a ver com o fato de um Presidente do País usar ou não metáforas, mas com os sentidos ali vinculados, que, no caso das ML, abriram espaço, na cena discursiva da política, aos sentidos da vida simples do homem comum. Como analisamos em alguns materiais, este efeito aparece sob diferentes

formas, das quais destacamos: incorreção no uso do Português, falta de etiqueta, descuidos protocolares e comportamentais, construção estrategista, deselegância, desvio, erro, ignorância... Todavia, vimos que todos estes efeitos, na verdade, se apresentam como sintomas de uma questão bem mais complexa do que o fato de Lula macular ou não as regras gramaticais; representa, antes, um modo de silenciar a rejeição a um Presidente sem estudo, que vai romper com a tradição da elite no poder.

É este estranhamento que mostrou no decorrer das análises como o DL passou a representar uma ameaça aos saberes estabilizados da cena discursiva da política brasileira, o que nos permitiu, a partir das ML, compreender a *ordem da política* interferindo na *ordem política na língua*, que, conforme Gadet e Pêcheux (2004), representa o perigo de “tudo o que – alteridade ou diferença interna – arrisca questionar a construção artificial de sua unidade e inverter a rede de suas obrigações” (2004, p. 31).

A partir daí, o conceito de metáfora, tal como tratada no senso comum, como figura de linguagem, sentido conotativo, figurado, foi se apresentando bastante limitado para dar conta da complexidade instaurada pela materialidade discursiva que as ML passaram a representar, o que nos levou a discutir teoricamente esta noção.

A Metáfora Discursiva:

Considerando a noção de metáfora tal como entendida pelo senso comum, como figura de linguagem, que põe em comparação elementos distintos por relações de semelhança, verificarmos que este tratamento não daria conta do que estávamos observando no funcionamento de nosso *corpus*, já que, neste, estávamos diante de elementos colocados em relação na não-relação. Por isso, sabíamos que era necessário chegar a um tratamento teórico da metáfora que nos possibilitasse entender o que acontecia com as ML. Com este objetivo, traçamos um percurso por Saussure, Jakobson, Barthes e Lakoff e Johnson, a fim de extrair de suas propostas teóricas possibilidades de pensar a metáfora e/ou o sentido. Todavia, à medida que trazíamos as SDRs de nosso *corpus* para analisar a partir destes autores, fomos observando que este espaço teórico não nos permitia pensar a noção da metáfora para muito além das questões linguísticas.

Foi, então, que iniciamos nossa pesquisa em Pêcheux, cuja proposta teórica nos possibilitou investigar a metáfora, não como um sentido figurado, decorrente de uma base linguística, mas como um “processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar

que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico” (1988, p. 132).

Foi, então, que, considerando a *metáfora como constitutiva do sentido, sempre determinada pelo interdiscurso*, a partir de Pêcheux (1988, p. 263), foi possível analisar o funcionamento das ML atuando como pistas de um processo discursivo que fazia deslizar os sentidos de um ideal de língua política para um novo modo de enunciar na cena discursiva da política no Brasil, o que nos permitiu chegar ao conceito de MD como *a substituição de um sentido por outro, justificada no interdiscurso e materializada no intradiscurso sob a forma de uma estrutura metafórica*.

Chegamos a esta formulação depois de verificar que as ML não representavam o trabalho de comparação entre um elemento e outro por relações de similitude, mas estabeleciam o deslizamento de um sentido a outro ancorado não no plano da língua, ou de uma semântica geral, mas no plano do interdiscurso, pelo modo como uma memória se encontra com uma atualidade, como *um nó numa rede*, ou, nas palavras de Pêcheux, como um *curto-circuito simbólico entre dois termos* (2011, p. 159).

Com este conceito, foi possível conceber o DL como um modo de subversão na língua política, na medida em que os sentidos de um dizer normatizado deslizavam para outras possibilidades de significar, infiltrando-se nesta cena discursiva, pensada aqui como espaço de divergências (INDURSKY, 1997). Neste efeito de subversão, as ML, ao estabelecerem relação na não-relação, instauram, conforme Indursky, “uma prática discursiva que *interpela destinatários* diversos, afetados por FD em oposição, produzindo efeitos de sentido em confronto” (1997, p. 153). Isto nos levou a considerar que, neste funcionamento do DL, que a MD vem explicar, aconteceu um processo complexo de interlocução discursiva (INDURSKY, 1997), que, embora não represente a presença física do interlocutor do DL, consegue fazê-lo ser visto num cenário que historicamente não o vê, causando tamanho desconforto, desarranjo nos sentidos estabilizados da *língua de madeira*.

O processo de interlocução:

É pelo processo de interlocução discursiva, portanto, que o interlocutor do DL passa a ser visto, o que vai implicar o incômodo causado pelas ML, pois sua presença representará uma mexida na fileira dos sentidos desta cena discursiva a partir do modo como o sujeito enunciatador do DL se inscreve na FD representante dos trabalhadores brasileiros, a partir da qual enuncia. Considerado como um novo interlocutor neste cenário discursivo, o povo

brasileiro passará a desempenhar um duplo papel no funcionamento das ML: será a ele que as metáforas se destinarão e será sua presença que justificará os sentidos sobre os quais elas se organizam.

Por este motivo, chegamos às ML como pistas de um processo de interlocução discursiva, que estrapola a cena física, empírica, dos interlocutores face-a-face, e passa a representar o processo complexo que estabelece, por conta desta dupla determinação das ML, fortes embates com a FD antagônica.

Foi a inserção deste novo interlocutor que possibilitou entendermos o DL como um *discurso de inclusão*, que, compreendido do ponto de vista discursivo, não representa dizer que este interlocutor ocupe a mesma posição social que o sujeito enunciator deste discurso, mas que passe a significar na mesma cena discursiva. É por meio desta inclusão que será possível observar três efeitos importantes produzidos a partir do DL: 1) o de fazer aparecer a diferença no interior da falaciosa homogeneidade do coletivo da população brasileira; 2) o de mostrar a este povo que ele está alijado do direito de aparecer e, com isto; 3) o de imprimir, neste povo, a confiança na possibilidade de mudar sua realidade e a do Brasil.

É por conta deste processo de interlocução, portanto, que as ML vão desestabilizar um ideal de língua política, inserindo aí questões próprias de uma parcela da população, cujos interesses passarão a representar, discursivamente, o ponto em que a organização desta língua falha, foge ao controle, deixando trabalhar sentidos interditados que, ao serem trazidos nesta cena, significam pelo *curto-circuito simbólico* do encontro da memória com uma atualidade. É este *curto-circuito* que possibilitará às ML, ao produzirem a relação de uma palavra com outra, desestabilizarem fórmulas-prontas de pensamento e ameaçarem a *língua fantasmática* da política brasileira, representando, assim, conforme Mariani (2007), o funcionamento da língua em sua “resistência à univocidade lógica, resistência às tentativas de domesticação dos sentidos” (2007, p. 66), e, conforme Pêcheux, o modo pelo qual o sentido não *se deixa engendrar a si próprio*.

Por isso, observamos que o modo de enunciar das ML permite ao sujeito enunciator deste discurso jogar um novo jogo com as próprias regras de uma língua política e, neste interior, trapacear com elas, provocando um duplo efeito: fazer com que sentidos outros venham ocupar lugares antes interditados, ao mesmo tempo em que desfaz/refaz sentidos que sempre foram os únicos possíveis.

Nesta perspectiva, a tarefa de se empenhar em defesa de uma língua higiênica da política brasileira passou a se mostrar inócua, pois, enquanto se separa o lógico, do ilógico; a poesia, da língua; o formal, do não formal; o literal, do figurado; enfim, a metáfora, da língua

séria da política brasileira, os *sentidos não dormem*, e deslizam, e se transformam, e desestabilizam. Eis o que aponta para um funcionamento bem particular desta materialidade discursiva, a ponto de nos levar à pergunta: de que língua estamos falando no DL?

A língua de Lula:

Quando, no último Capítulo, dissemos que a prática discursiva das ML representava uma ruptura nas redes de significância de um ideal de língua, não estávamos entendendo-as como uma interrupção desta *língua fantasmática*, pois esta continuará a (re)produzir seus sentidos, mas considerando-as como efeito de um *corte continuado*, ou seja, como uma ruptura que não é pontual, mas progressiva – o *início de um longo trabalho* (PÊCHEUX, 1988). Este trabalho, conforme tratamos anteriormente, representa um modo de subversão na ordem da língua, o que nos levou a pensar que este modo bastante particular de enunciar o discurso político seria materializado também por uma língua bastante específica, uma língua que se apresentasse, conforme Mariani²³⁵, como “suporte material daquilo que estabiliza/desestabiliza o encadeamento da cadeia significante” (2007, p. 225).

Foi, então, que, demarcando-nos das imagens da *língua de madeira, de ferro e de vento*, procuramos por uma outra substância que desse conta de metaforizar também este *corte continuado* que as ML provocam na língua política, um corte que não a interrompe, mas que a dobra e a (con)torce. Nesta busca, articulando a ideia de torção e de plasticidade à língua de Lula, chegamos ao funcionamento desta materialidade como sendo da ordem de uma *língua de barro*, dada a maneira como o sujeito enunciator deste discurso vai imprimir uma força para dobrar a língua dura da política brasileira, que não abrigava, até então, os que, como este sujeito, se identificam à FD dos trabalhadores.

Nosso objetivo, a partir desta representação, foi contrapor a língua de Lula à *língua de madeira* do Estado, mas não só, pois foi possível, a partir da imagem de plasticidade do barro, entender como as ML permitiam pensar a torção no ideal de língua política abrindo espaço para a rachadura, para a fissura, para a quebra, para a permeabilidade dos sentidos. É o funcionamento da *língua de barro* no DL que vai pôr em relação enunciados sem relação, num trabalho *des-equalizante* que permite pensar os sentidos em confronto no interior da

²³⁵ Trecho retirado do artigo *Silêncio e metáfora, algo para se pensar*, publicado em *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*, organizado por Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira, São Carlos: Clara Luz, 2007.

própria língua, já que a ML se inscreve *através de uma língua, não somente por ela, mas também nela* (PÊCHEUX, [1983] 1997).

É esta *língua de barro* empregada pelo sujeito enunciador do DL que muitos vão tomar como desvio, erro, ignorância, problema, de modo a tentar apagar os sentidos que veicula e levá-la para o lugar do equívoco, do absurdo, o que, segundo Pêcheux (1988), impediria “de ver a função constitutiva e não-derivada, inferida ou construída da metáfora [...] e, correlativamente, leva a ignorar a *eficácia do material do imaginário*” (1988, p. 119). Assim, queremos dizer que estes efeitos de sentido, inscritos no interior de uma FD antagônica à do DL, vão também tentar imprimir uma força contrária que possa quebrar esta *língua de barro*, ignorando, deste modo, o material de que é feita – uma substância resistente ao tempo, capaz de permitir, quando em forma de uma peça cerâmica, por exemplo, que um povo possa ser estudado mesmo depois de séculos de sua extinção, porque resiste ao tempo, guarda seus sentidos e se ressignifica, em seu tempo, a cada vez que uma peça é encontrada.

Se não for possível fazer com que este barro volte a pó, resta, portanto, aos que desmerecem o DL, tentar conter os sentidos desta *língua de barro*, deslocando-os para o espaço do absurdo. Enquanto isso, o funcionamento deste discurso tira proveito das próprias regras que o impedem de dizer.

Num efeito de arremate...

Foi, então, nesta possibilidade dos sentidos outros, nesta possibilidade de novos modos de dizer, que tentamos, a partir das ML, resistir à ridicularização do DL por acreditarmos que a cena discursiva da política brasileira pode/precisa permitir a diferença, a divergência, a heterogeneidade, o conflito, já que não somos uma nação de iguais. Negando este conflito, muitos alegaram que Lula pôs em risco, por seu modo irreverente de ser, o poder do Estado. Efeito este que nos interpelou durante toda a pesquisa, mas que só nos levou a pensá-lo a partir de duas perguntas: E a quem interessaria manter este poder institucional do Estado inabalado? A quem suas outras possibilidades de se organizar ameaçaria?

As respostas, esperamos, foram dadas no decorrer do trabalho e, certamente, passam pela interdição dos sentidos veiculados no DL – uma interdição que pode ser entendida como preconceito, mas não só, porque pode, no campo teórico em que nos inscrevemos, permitir observar um funcionamento discursivo que subverte o que é normatizado, o que resiste, num trabalho em que as ML vão representar o próprio de todo e qualquer discurso: “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora” (PÊCHEUX, 1988, p. 263).

Com isso, chegamos ao momento final deste trabalho, o momento do silêncio, pensado aqui como a possibilidade de todo dizer vir a ser outro. E, no caso desta tese, representa a possibilidade de os dizeres trabalhados seguirem ecoando e permitindo novos percursos que possam sempre pensar o discurso como lugar da diferença, da heterogeneidade, do litígio, para que, nele, seja possível observar os sentidos que não se deixam asfixiar, que não se deixam aprisionar. Por isso, voltando à pergunta de Arendt (2006) do início desta pesquisa, *se teria a política algum sentido*, podemos dizer, agora, que sim, na verdade e melhor dizendo, tem sentido e certamente é mais de um.

E como é importante a possibilidade de poder dizer diferente, de poder dizer de novo, de poder dizer de outro modo...

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Processo sem sujeito e sem fim(s) – Posições*. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ANJOS, Andréia da Silva Daltoé. *A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Tubarão/SC: UNISUL, 2003.

ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AUROUX, Sylvain. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. *Elementos de semiologia*. Tradução Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1992.

_____. *Inéditos, I: teoria*. Tradução Ivone Castilho Benetetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 1998. Série Dissertações de Mestrado.

_____. O confronto entre duas posições de sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado lingüisticamente pelo enunciado dividido. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

_____. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. O “povo” no discurso de Lula: das greves no ABC à Presidência da República. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). *Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. In: Organon. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 24, nº 48, 2010.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

_____. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*, 2007. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. A Metáfora e seu Contexto Cultural. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Metáforas do cotidiano*. Belo Horizonte: Editora do Autor, 1998.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. São Paulo: Ática, 2003.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FINKLER, Vania. *Metáfora e/ou comparação no discurso de Lula-presidente*. Ijuí, RS: Monografia. 2006.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1997.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Trad. Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

_____ ; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Discurso político: ecos de Madeira, sopros de vento. In: *Revista Estudos da Língua(gem): imagens de discursos*. Vitória da Conquista. V. 6, nº 1, junho de 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY; Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

GRIMARÃES, Hélio de Seixas; LESSA, Ana Cecília. *Figuras de linguagem: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1988.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: *Análise Automática do Discurso (AAD 69)*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET & HAK (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

_____. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. In: *Gragoatá*, nº 5. Niterói, RJ: EdUFF, 2º sem., 1998.

_____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. Rio de Janeiro, Alea, v. 2, n. 2, p. 17-26. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas*, UFRJ, set. 2000 (a).

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Revista Organon 35: Discurso, língua e memória*. Vol. 17, UFRGS, 2003.

_____. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio (org.). *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. O quadro teórico da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

LARA, Gláucia Munis Proença (org.). *Análise do Discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (1999).

_____. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: II Congresso da Metáfora na linguagem e no pensamento. Instituto de Letras, UFF, 2004.

_____. Silêncio e metáfora, algo a se pensar. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARINA, Ercília Ana (Orgs.). *Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

NETO, Antônio Fausto; VERÓN, Eliseo (orgs.) *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

Organon. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Vol. 17, nº 35, 2003.

Organon. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Vol. 24, nº 48, 2010.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

———. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

———. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História da Idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002(a).

———. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

———. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002(b).

———. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

———. *Discurso e textualidade*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

———. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 18 f. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acesso em: 02 de outubro de 2010.

———. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheix e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, Claraluz, 2005.

———. OTONI, P. (Orgs.). *O texto: leitura e escrita*. 2ª ed., Campinas, SP: 2002.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Metáforas do cotidiano*. Belo Horizonte: Editora do Autor, 1998.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

———. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Remontémonos de Foucault a Spinoza. Tradução de Miguel Rodríguez. In: TOLEDO, Mario Monforte (org.). *El discurso político: teoría u análisis*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México y Editorial Nueva Imagem, 1980.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD 69). Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET & HAK (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997 (a).

_____. FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas (1975). Tradução: Péricles Cunha. In: GADET & HAK (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997 (b).

_____. A análise do discurso: três épocas. Tradução: Jonas de A. Romualdo. In: GADET & HAK (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997 (c).

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____; GADET, Françoise. Metáfora e Interdiscurso. In: *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

_____; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

PERELMAN, Chaïn; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. *Metáforas e metonímias oficiais*. O Estado de São Paulo, 04/04/2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SANTOS, Pérsio de Souza. *Ciência e tecnologia de argilas*. São Paulo: Editora Efgard Blücher, 1989.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. Lula e a metáfora da conquista. Revista *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 8, nº 1, jan./abr., 2008.

_____. As metáforas do presidente Lula na perspectiva da Lingüística de corpus: O caso do desenvolvimento. *Revista D.E.L.T.A.* 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *Escritos de Lingüística Geral*. Orgs. Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004.

SIVERIS, Daiane; RODRIGUES, Nina Rosa Licht; PETRI, Verli. Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX. IV SEAD - *Seminário de estudos em Análise do Discurso 1969-2009: memória e história na/da análise do discurso*, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

TAS, Marcelo. *Nunca antes na história deste país*. São Paulo: Panda Books, 2009.

VERON, Eliseo. Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral. In: NETO, Antônio Fausto; VERÓN, Eliseo (orgs.) *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

ZANOTTO, Mara S. T. A Construção e a Indeterminação do Significado Metafórico no Evento Social de Leitura. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Metáforas do cotidiano*. Belo Horizonte: Editora do Autor, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *LÍNGUA POLÍTICA: modos de dizer na/da política*. UNICAMP-CNPq (no prelo).

_____. *Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua*. SEAD, 2009.

Dicionários

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0*. Editora Positivo, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SAVIANI, Demerval (Org.). *Navegando na história da Educação Brasileira – HISTEDBR*. Universidade Estadual de Campinas.

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/creditos.html>. Acesso em 15/08/2011.

Revistas, Jornais e Programas

ANTUNES, Ricardo. *De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil*. Revista Pegada, v. 7, nº 2, novembro de 2006. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/Pegada7n2_20065Ricardo%20Antunes.pdf. Acesso em 15/08/2011.

AZEVEDO, Ronaldo. *Veja on line*. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-8-o-dicionario-lula-de-ali-kamel/>. Acesso em 15/02/2010.

Correio Brasiliense (07/04/2006).

Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/imprensa/clipping%2007042006.htm>. Acesso em 21/02/2010.

FIGUEIRÓ, Asdrúbal. *Lula toma posse em cerimônia com “jeito de povo”*. BBC Brasil.com (01/01/2003). Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030101_possedb1.shtml. Acesso em 10/01/2011.

Folha de São Paulo, 28/12/2003.

Folha *on line*. Disponível em:

http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-posse.shtml. Acesso em 10/01/2011.

Folha *On line*, 26/01/2003.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45213.shtml>. Acesso em 28/03/2010.

IstoÉ Dinheiro, 2009. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/636/imprime158280.htm>. Acesso em 12/07/2011.

KAMEL, Ali. *Gazeta do Povo*.

Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/upload/data/lula16.pdf>. Acesso em 16/11/2010.

MACHADO, Josué. Lula voa em metáforas: a linguagem figurada popularesca do Presidente da República tende a desgastar seu discurso paternalista. In: *Revista Língua*. Ano 1, nº 1, 2005.

Newsweek, 1/04/2009. Disponível em: <http://pedrodoria.com.br/2009/04/01/a-entrevista-de-lula-na-newsweek/>. Acesso em 28/03/2010.

Notícias Uol *on line*, 18/03/2002. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/18/ult23u1519.jhtm>, em 18/03/2008 - 19h15. Acesso em 05/06/2010.

O Globo *on line*. *Lula usa palavrão para dizer que seu governo investiu mais em saneamento do que os anteriores* (11/12/2009). Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/12/10/lula-usa-palavrao-para-dizer-que-seu-governo-investiu-mais-em-saneamento-do-que-os-anteriores-915141973.asp>. Acesso em 20/02/2011.

Programa *Café com o Presidente*, exibido em 06/03/2006. Disponível em:

<http://cafe.ebc.com.br/programas/204.2009-10-06.4096907909/?searchterm=None>. Acesso em 26/07/10.

Revista *Discutindo Língua Portuguesa*. A voz do Brasil. Ano 1, nº 4. Editora Escala Educacional.

Revista Época, 21/12/2009.

Revista Língua. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10945>. Acesso em 17/02/2010.

ROSSI, Clovis. Haja paciência. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 de agosto de 2003.

TOLEDO, Roberto Pompeu. *O divorciado rancoroso e a luva de pelica*. *Revista Veja on line* (08/12/2004).

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/081204/pompeu.html>. Acesso em 05/02/2011.

Veja on line, 08/01/2003. Disponível em: http://veja.abril.com.br/080103/p_022.html. Acesso em 13/01/2011.

Veja on line, 21/11/2001. *Caderno Especial sobre FHC*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/201102/p_086.html. Acesso em 10/02/2010.

Veja (30/12/2009).

Veja, 23 de dezembro de 1998, p. 154. Doutor Vicentinho, sem medo de ser feliz, Roberto Pompeu de Toledo.